

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: POLÍTICAS E GESTÃO INSTITUCIONAL
MESTRADO EM ADMINISTRAÇÃO**

**CASA FAMILIAR RURAL: A FORMAÇÃO COM BASE NA
PEDAGOGIA DA ALTERNÂNCIA EM SANTA CATARINA**

DIMAS DE OLIVEIRA ESTEVAM

FLORIANÓPOLIS

2001

Dimas de Oliveira Estevam

**CASA FAMILIAR: A FORMAÇÃO COM BASE NA
PEDAGOGIA DA ALTERNÂNCIA EM SANTA CATARINA**

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial para obtenção do Título de Mestre em Administração.

Orientador: Clarilton E. Cardoso Ribas, Dr.

Florianópolis, dezembro de 2001

CASA FAMILIAR RURAL: A FORMAÇÃO COM BASE NA PEDAGOGIA DA ALTERNÂNCIA EM SANTA CATARINA

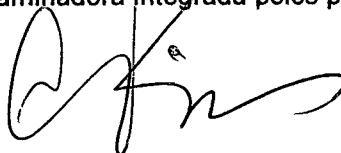
Dimas de Oliveira Estevam

Esta dissertação foi julgada adequada para a obtenção do título de Mestre em Administração (área de concentração em Políticas e Gestão Institucional) e aprovada, na sua forma final, pelo Curso de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal de Santa Catarina.



Prof. Nelson Colossi, Dr.
Coordenador do Curso

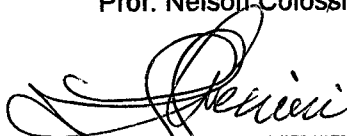
Apresentada à Comissão Examinadora integrada pelos professores:



Prof. Clarilton E. Cardoso Ribas, Dr. (orientador)



Prof. Nelson Colossi, Dr.



Prof. Pedro Carlos Schenini, Dr.



Prof. João Augusto de Oliveira, Msc.



Prof. Alexandre Marino Costa, Msc.

[...] houve pessoas que nos fizeram pensar como galinhas. E muito de nós ainda acham que somos efetivamente galinhas. Mas nós somos águias. Por isso, companheiros e companheiras, abramos as asas e voemos. Voemos como as águias. Jamais nos contentemos com os grãos que nos jogarem aos pés para ciscar (Leonardo Boff).

AGRADECIMENTOS

Muitos contribuíram de forma direta ou indireta na elaboração do presente trabalho. Certamente não citarei todos, porque a lista seria imensa e também por medo de cometer injustiças. A todos sou profundamente grato e pretendo retribuir na convivência e na minha gratidão deixando o meu reconhecimento e agradecimento em especial:

Ao Professor Clarilton Ribas, pelas sugestões objetivas, mas principalmente pela amizade.

Ao Professor Nelson Colossi, pela amizade e incentivo para realizar o curso.

Ao Professor João Augusto de Oliveira, pela amizade e sua dedicação aos agricultores.

Ao Professor Alexandre Marino Costa, pela amizade de longo data.

À Professora Milena Simone pela amizade e contribuição na correção do trabalho

À Professora Marivânia Farias pelas sugestões na elaboração do texto.

Ao professor francês Pierre Gilly, assessor das CFRs, pela amizade e contribuição.

Aos amigos Fank, Fred, Marcelo e Enrique pelo companheirismo e amizade.

A todos professores, alunos e funcionários do CPGA/UFSC, o meu agradecimento

Ao pessoal da CFR de Quilombo meus agradecimentos especiais aos monitores; Anilson, Luís Pedro e Dirceu; à governanta Nádia e ao seu Natalino Lovera presidente da associação da CFRQ e a todos os jovens que colaboraram gentilmente para tornar possível a realização da pesquisa, também pela hospitalidade e acolhida.

Ao Presidente da ARCAFAR/Sul engenheiro agrônomo José Milani Filho, pelo seu entusiasmo com a causa da educação dos jovens e a amizade que cultivamos de longa data.

À professora Lourdes Helena da Silva pela colaboração e sugestões.

Ao coordenador das CFs em Santa Catarina Julsemar Toaza, pela colaboração.

A toda minha família, pelo carinho e compreensão.

À minha namorada Edna pelo carinho e paciência.

À CAPES pelo apoio financeiro durante o curso, permitindo-me a dedicação exclusiva à atividade da pesquisa.

RESUMO

O objetivo do presente estudo consiste em analisar a proposta de formação das Casas Familiares Rurais e a sua prática a partir de um estudo de caso, na qual tem sua origem no modelo das *Maisons Familiales Rurales* francesas. Utilizam como método de ensino a Pedagogia da Alternância onde o jovem passa uma semana na Casa Familiar e duas semanas na propriedade aplicando na prática o aprendizado adquirido na instituição, na semana anterior. É desta forma que acontece na França, no Brasil e em outros países. A proposta é considerada uma alternativa de formação para jovens filhos de agricultores. Em Santa Catarina este modelo de ensino tem se expandido através de parcerias envolvendo organizações governamentais e não-governamentais, principalmente as vinculadas à agricultura e à educação. O estudo procurou resgatar as origens do projeto, com ênfase nas experiências Catarinense, no intuito de compreender a realidade da experiência no Estado. Neste sentido, a partir da experiência de Quilombo buscou-se identificar o grau de coerência da proposta e sua prática, partindo da visão dos participantes envolvidos no projeto, ou seja; os jovens, monitores, governanta e especialistas. As informações foram obtidas através de questionários e entrevistas semi-estruturadas. A comparação dos dados permitiram evidenciar os graus de coerência e divergência com o modelo exposto na proposta estudada.

Palavras chaves: 1 - Casa Familiar Rural; 2 - Pedagogia da Alternância; 3 - Formação.

ABSTRACT

The objective of the present study consists in analyzing the proposal of formation of Rural Families Houses and their practice starting from a case study, in which has its origin in *Maisons Familiales Rurales* model French. They use as teaching method the Pedagogy of the Alternation where the youth pass one week in Family House and two weeks in the property applying in the practice the learning acquired in the institution, in the previous week. It is in this way that happens in France, in Brazil and in other countries. The proposal is considered a formation alternative for young children of agriculturist. In Santa Catarina this teaching model it has been expanding through partnerships involving government and no-government organizations, mainly linked to the agriculture and the education. The study tried to rescue the origins of the project, with emphasis in the experiences Catarinense, in the intuito of understand the reality of the experience in the State. In this sense, starting of the experience of Quilombo it was looked for to identify the degree of coherence of the proposal and its practice, leaving of the participants' vision involved in the project, or been; the youths, monitors, governanta and specialists. The information were obtained through questionnaires and semi-structured interviews. The comparison of the data allowed to evidence the coherence degrees and divergence with the model exposed in the studied proposal.

Key words: 1 – Rural Family House; 2 - Pedagogy of the Alternation; 3 - Formation.

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS.....	6
ABSTRACT.....	7
RESUMO.....	9
LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS.....	10
LISTA DE FIGURAS.....	11
LISTA DE TABELAS.....	12
LISTA DE ANEXOS.....	13
1. INTRODUÇÃO.....	14
1.1 Tema e problema de pesquisa.....	18
1.2 Objetivos.....	25
1.3 Justificativa.....	26
2. AS MFRS: DA ORIGEM A ATUALIDADE.....	31
2.1 Histórico das MFRs.....	31
2.2 A consolidação das MFRs.....	36
2.3 A organização do modelo pedagógico.....	38
2.4 Os instrumentos da Pedagogia da Alternância.....	42
2.4.1 O Caderno da Alternância.....	42
2.4.2 O Plano de Formação.....	49
2.5 A internacionalização das MFRs.....	51
2.6 A formação em alternância no Brasil.....	55
2.7 As CFs. em Santa Catarina.....	63
3. METODOLOGIA DA PESQUISA.....	82
3.1 Delimitação da pesquisa.....	83
3.2 População e amostra.....	83
3.3 Coleta e análise dos conteúdos.....	84
4. ANÁLISE DOS CONTEÚDOS.....	86

4.1 Os aspectos gerais da região Oeste e do município de Quilombo.....	86
4.2 O modelo pedagógico da CFR de Quilombo.....	97
4.3 A CFR de Quilombo: segundo os jovens.....	103
4.4 A CFR de Quilombo: segundo os monitores e governanta.....	116
4.4.1 Introdução.....	116
4.4.2 As características pessoais da equipe.....	117
4.4.3 A trajetória profissional da equipe.....	118
4.4.4 O relacionamento da equipe com as famílias.....	120
4.4.5 As dificuldades da aplicação do conhecimento na prática.....	120
4.4.6 As CFRs e os Colégios Agrícolas.....	122
4.4.7 As dificuldades internas.....	124
4.4.8 As dificuldades externas.....	125
4.4.9 O relacionamento entre pais e filhos.....	125
4.4.10 A participação dos jovens na comunidade.....	126
4.4.11 Os resultados na prática da CFR de Quilombo.....	127
4.4.12 A questão da idade mínima.....	128
4.4.13 A evasão escolar e o êxodo rural.....	131
4.4.14 A Associação da CFR de Quilombo.....	132
4.4.15 O trabalho da governanta.....	134
4.5 A CF: segundo os especialistas.....	136
4.5.1 Introdução.....	136
4.5.1 A Alternância.....	136
4.5.3 As dificuldades em trabalhar a Alternância.....	136
4.5.3.1 A pouca participação da Associação.....	137
4.5.3.2 A rotatividade dos monitores.....	138
4.5.3.3 A forte dependência do poder público local.....	139
4.5.3.4 A falta de conhecimento do projeto.....	140
4.5.4 Os fatores de sucesso de uma CF.....	141
4.5.5 A extensão rural: monitor/extensionista.....	144
4.5.6 O processo de reconhecimento.....	146
4.5.7 A questão da idade mínima.....	148
4.5.8 A importância do projeto para o Estado.....	150
4.5.9 A profissionalização como a saída para agricultura.....	152
4.5.10 O crescimento do projeto no Estado.....	152
4.5.11 A participação da EPAGRI.....	153
4.5.12 A especialização é a tendência das Casas.....	155
4.5.13 O trabalho da ARCAFAR.....	156
4.6 Considerações finais da análise.....	157
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	160
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	166
ANEXOS.....	170

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ACARESC - Associação de Crédito Assistência Técnica e Extensão Rural de Santa Catarina

ACAVA - Associação dos Condomínios de Armazenagem do Vale do Araranguá

AECOS - Associação Estadual de Condomínios de Suinocultura

AIMFR – Association Internationale des Maisons Familiales Rurales

AMOSC - Associação dos Município do Oeste de Santa Catarina

APACO - Associação dos Pequenos Agricultores do Oeste Catarinense

ARCAFAR/Sul – Associação Regional das Casas Familiares Rurais da Região Sul do Brasil

CCA/SC - Cooperativa Central de Assentados de Santa Catarina

CEAs - Centros de Educação de Adultos

CEJA - Centro de Educação de Jovens e Adultos

CEPAGRO - Centro de Estudos e Promoção da Agricultura de Grupo

CF - Casa Familiar

CFs - Casas Familiares

CFR – Casa Familiar Rural

CFRs – Casas Familiares Rurais

CFRQ – Casa Familiar Rural de Quilombo

CEE/SC - Conselho Estadual de Educação de Santa Catarina

EFA - Escola Família Agrícola

EFR - Escola Familiar Rural

EMATER - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural

EPAGRI - Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina S.A.

FAO - Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação

FETAESC - Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Santa Catarina
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IREOs - Institut Rural d'Éducation et d'Orientation
LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação
MEPES - Movimento de Educação Promocional do Espírito Santo
MFREO - Maisons Familiales Rurales d'Éducation et d'Orientation
MFR - Maison Familiale Rurale
MFRs - Maisons Familiales Rurales
MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
ONG - Organização Não-Governamental
PROJOVEM - Programa de Formação de Jovens Empresários Rurais
PRONAF - Programa Nacional de Agricultura Familiar
SCIR - Secrétariat Central d'Initiative Rurale
SDA - Secretaria de Estado do Desenvolvimento Rural e da Agricultura
SED – Secretaria de Estado da Educação e do Desporto
SUDENE – Superintendência de Desenvolvimento da Região Nordeste
TCE - Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina
UNEFAB - União Nacional das Escolas Famílias Agrícolas do Brasil
UNMF - Union Nationale des Maisons Familiales
UNMFREO – Union Nationale des Maisons Familiales Rurales d'Éducation et
d'Orientation
VIANEI - Centro Vianei de Educação Popular

LISTA DE FIGURAS

1	Ensino Regular <i>versus</i> Pedagogia da Alternância.....	20
2	A progressão dos jovens nos estudos em uma CFR - Esquema ilustrativo.....	47
3	Representação das lógicas da proposta com a do Plano de Formação das MFRs...	50
4	Situação das MFRs no Mundo.....	54
5	A evolução das Casas Familiares em Santa Catarina.....	68
6	Localização das Casas Familiares em Santa Catarina.....	70
7	Representação parcial da América do Sul, destaque para a região Oeste de SC.....	89
8	Mapa de Santa Catarina, destaque para a localização do município de Quilombo..	90
9	Representação do Plano de Formação e as Matérias Básicas do currículo.....	100
10	A idade dos jovens antes de freqüentarem a CFR de Quilombo.....	104
11	O nível de escolaridade dos jovens antes da CFR de Quilombo.....	105

LISTA DE TABELAS

1	As Maisons Familiaes Rurales no mundo.....	53
2	Distribuição das Escolas Famílias Agrícola no Brasil.....	57
3	Distribuição das Casas Familiares no Brasil.....	63
4	Localização das CFs em SC, número de jovens, professores e monitores.....	69
5	Área em km ² , população (urbana, rural e total) e percentual de Quilombo.....	91
6	Características pessoais dos Jovens da CFR de Quilombo.....	104
7	Os jovens em relação aplicação do conhecimento na prática.....	106
8	As dificuldades dos jovens na aplicação dos conhecimentos.....	107
9	Os principais obstáculos para realizarem as mudanças na propriedade.....	108
10	Em relação a motivação do jovem para trabalhar na propriedade.....	109
11	Com referência as duas semanas na propriedade.....	109
12	As aspirações profissionais dos jovens.....	110
13	Sobre o trabalho dos monitores.....	110
14	Os comentários sobre o trabalho dos monitores.....	111
15	Sobre o trabalho da governanta.....	111
16	Os comentários sobre o trabalho da governanta.....	112
17	Os motivos que levaram a freqüentarem a CFR.....	112
18	Calendário escolar <i>versus</i> trabalho na propriedade.....	113
19	Comentários sobre o calendário escolar <i>versus</i> trabalho na propriedade.....	114
20	Os aspectos externos a CFR que precisam ser melhorados.....	114
21	Nota atribuída pelos jovens aos participantes da CFR.....	115
22	Características pessoais dos monitores e da governanta.....	117
23	Características profissionais dos monitores e da governanta.....	118

LISTA DE ANEXOS

ANEXO 1	Plano Geral de Formação (Plano de Estudo).....	171
ANEXO 2	Pesquisa Participativa com a comunidade.....	172
ANEXO 3	Organização das atividades durante o período de uma semana na CF.	173
ANEXO 4	Caderno da Alternância.....	174
ANEXO 5	Programação da alimentação nas semanas de alternância na CFRQ....	176
ANEXO 6	Questionário para os alunos da CFR de Quilombo.....	177
ANEXO 7	estruturada para a equipe de Quilombo.....	179
ANEXO 8	Roteiro de entrevista semi estruturada para especialistas em CF.....	180

1. INTRODUÇÃO

A agricultura, nas últimas décadas, vem sofrendo profundas transformações, cujas conseqüências, principalmente para o pequeno produtor rural, tem sido o abandono de sua propriedade. Saindo de seu meio, ele migra para as cidades¹ na busca ilusória de melhoria de sua qualidade de vida, iludido pelos falsos atrativos oferecidos nos centros urbanos, passando a viver, na sua grande maioria, nas mais desumanas condições de vida (FAO, 1995).

Para entender o processo de mudança ocorrido na agricultura brasileira é necessário levar em consideração o novo padrão tecnológico de produção inserido nas últimas décadas, o que na verdade representou a adaptação da agricultura ao modo de produção atual. Segundo Graziano da Silva (1985), a partir deste momento a pequena produção agrícola inseriu-se no sistema como parte dele mesmo. Portanto, a agricultura não se prende a nenhuma outra lógica, senão a do próprio movimento do capital que se recria de acordo com os seus interesses e necessidades. Agora, quanto a reprodução do pequeno produtor rural, é a reprodução do próprio capital, materializado na forma de máquinas, adubos, sementes melhoradas, entre outros. Neste processo os agricultores deixaram de ser meros produtores de subsistência e passaram a vender os seus “excedentes”, tornando-se também compradores de insumos industriais. Este processo “[...] submeteu a agricultura a uma ‘modernização conservadora’, na qual o grande capital se aliou ao latifúndio sob a égide do capital” (GRAZIANO DA SILVA, 1985, p. 126). Esta aliança privilegiou apenas algumas culturas, além de favorecer a média e a grande propriedade. Não se trata de um processo auto-sustentado; ao contrário, foi uma modernização induzida e com pesados

¹ De acordo com os dados da FAO (1995), manter uma pessoa na cidade custa vinte duas vezes mais caro do que mantê-la no campo.

custos sociais, funcionando somente com o apoio financeiro do Estado. As conseqüências destas políticas provocaram uma deteriorização ainda maior na distribuição de renda no campo.

As mudanças provocadas pela modernização na agricultura, a partir da década de 70, levou muitas famílias a abandonar suas propriedades, por não conseguirem mais sobreviver em suas unidades produtivas. Isto foi fruto do encolhimento das margens de lucro: primeiro foi o resultado de políticas agrícolas incentivadoras da produção em larga escala, voltadas para exportação, como é o caso da soja; segundo, o crédito agrícola era absorvido, na sua maior parte, apenas por uma pequena parcela de grandes proprietários, contribuindo para o aumento da concentração da renda no campo; terceiro, os insumos quimicamente sintetizados utilizados na produção levaram a necessidade de seu uso de forma cada vez mais intensiva. Tudo isto sem contar com as profundas mudanças nas técnicas de produção impostas pelo próprio capital através da mecanização, praticamente inviabilizando a agricultura familiar². Deste modo, a agricultura brasileira na década de 70 exibiu características de grande dinamismo e modernização, deixando transparecer, no entanto, seus elementos “perversos”, como a concentração/exclusão, o crescimento da ociosidade da terra e a retração da produção de alimentos básicos (LEITE, 1992).

Essas transformações profundas ocorridas na agricultura brasileira criaram um novo dinamismo para o setor, sem que houvesse qualquer mudança na estrutura agrária. Segundo Graziano Neto (1985), os resultados deste processo foram catastróficos, tanto no plano econômico, quanto no plano social e ecológico. A sua face mais visível foi uma enorme contradição: se por um lado houve um grande avanço em termos de progresso técnico (resultados econômicos); em contrapartida constata-se uma notável regressão em termos sociais, fruto destas transformações sem a equivalência no campo social cujas conseqüências foram: o êxodo rural, gerando gigantescos bolsões de pobreza nos centros urbanos, transformando muitos produtores rurais em “subconsumidores urbanos” e o aumento da concentração da renda e da terra (MARTINE, 1982). Demonstrou, desta forma, que o modelo “modernizador” tem caráter socialmente excludente e ecologicamente

²Sem querer entrar em grandes discussões teóricas, considera-se “Agricultura Familiar aquela em que os trabalhos são exercidos predominantemente pelo agricultor e sua família, mantendo eles a iniciativa, o domínio e o controle do *que* e do *como* produzir, havendo uma relação estreita entre o *que* é produzido e o *que* é consumido (ou seja, são unidades de produção e consumo), mantendo também um alto grau de diversificação produtiva mas tendo alguns produtos relacionados com o mercado. Normalmente são unidades pequenas (possuindo uma área média de 25 hectares)” (MUSSOI, 1999, p.13).

degradante (MUSSOI, 1999). No entanto é bom ressaltar que a modernização da agricultura,

constitui-se num processo contraditório que não apenas concentrou terra e capital nas mãos de poucos, mas também originou uma série de excluídos da riqueza acumulada e que não podem ser pensados como passageiros que perderam o trem voluntariamente, mas que foram deliberadamente deixados para trás, dado o caráter das políticas agrícolas e agrárias implementadas no período e as consequências delas advindas (LEITE, 1992, p. 13).

Diante das transformações ocorridas no meio rural, os filhos destes agricultores são os mais prejudicados e acabam pagando o ônus maior deste processo, pois são obrigados a abandonar suas propriedades e se fixar nas cidades. Seus destinos, na maioria das vezes, são as favelas, cujo resultado é o abandono da escola de forma muito precoce, num sucessivo quadro de degradação e agravamento social, uma vez que a cidade não consegue oferecer oportunidade de emprego e renda para todos. Uma das consequências é o aumento do número de desempregados desqualificados, vivendo na mais absoluta miséria, pois são poucos os que conseguem vencer os obstáculos impostos pela vida urbana e se estabelecer dignamente. De acordo com a FAO (1995) “[...]o marginalizado urbano de hoje é o filho ou neto do camponês desamparado de ontem” (p. 62).

A cada ano que passa a situação da agricultura familiar se torna mais problemática. As políticas agrícolas existentes, não têm conseguido amenizar os problemas enfrentados pela agricultura familiar. Basta citar apenas um exemplo: o caso da política econômica na questão dos preços dos produtos agrícolas produzidos internamente que estão congelados, os insumos livres e o setor ainda enfrenta a importação de produtos externos sem nenhuma proteção, numa concorrência desleal, visto que seus similares são subsidiados em seus países. Para a FAO (1995), a revalorização do setor agrícola, principalmente da pequena propriedade, poderia ser uma forma de solucionar muitos problemas urbanos. A marginalização do campo gera tantas consequências negativas na cidade que não seria exagero afirmar:

[...] ou se salva a área rural ou se perde a nação (no desemprego, na fome, na delinquência, na violência pública, nas drogas, etc.). Os pequenos agricultores, que são injustamente considerados como o **grande problema** rural (que repercute negativamente no meio urbano), poderiam e deveriam ser a **grande solução**, diretamente para o setor rural e indiretamente para o urbano (FAO, 1995, p. 62 - grifos no original).

Uma outra questão importante diz respeito a difusão das tecnologias agrícolas. Segundo Mussoi (1999), elas estavam alicerçadas na superioridade do “saber científico” e tecnológico gerados em centros de pesquisa ou adaptadas, como foi o caso da “Revolução Verde”³, sendo os mesmos transferidos aos agricultores via serviços de assistência técnica e extensão rural⁴. Desta forma, os agentes de extensão nos municípios eram meros executores de programas elaborados externamente e os agricultores adotavam estes “pacotes tecnológicos”⁵ em suas propriedades sem muita discussão. Os resultados deste trabalho que durou mais de duas décadas, num período de autoritarismo em que o processo de decisão era centralizado, foram de um lado, a perda do controle da sociedade sobre o Estado que não tinha mecanismos de defesa e de outro, o descontrole do Estado sobre si mesmo.

No entanto, apesar de toda imposição do aparato estatal, ao longo do tempo houve inúmeras iniciativas na busca de alternativas para a agricultura familiar, contrapondo a forma imposta e autoritária da difusão dos pacotes tecnológicos. Destas tentativas muitas foram bem sucedidas e foi a partir delas que no final da década de 80 surgiram inúmeras experiências inovadoras para a agricultura familiar. Na busca de melhores condições de vida para o meio rural, a proposta via educação era uma delas. Foi uma alternativa encontrada para amenizar a dívida histórica no meio rural e, ao mesmo tempo, atender a dois objetivos: o primeiro possibilitar a permanência do agricultor em sua unidade produtiva e o segundo, oportunizar o acesso aos novos conhecimentos, buscando a partir daí a motivação para continuar na sua atividade.

A forma encontrada foi a pedagogia da alternância, inspirada no modelo das *Maisons Familiales Rurales* (MFRs) francesas. Em regime de alternância os filhos dos agricultores passam uma semana em internato na *Maison* e duas nas propriedades, aplicando na prática o conhecimento teórico adquirido, possibilitando a educação de duas gerações ao mesmo tempo. “Com essa nova forma de formação do meio todo (sic), pais,

³ A “revolução verde” recebeu esta denominação em função da ameaça da revolução comunista que pairava no ar no período de sua introdução. Na verdade eram “pacotes tecnológicos” difundidos através de órgãos oficiais que incluíam máquinas agrícolas, sementes geneticamente modificadas, fertilizantes químicos, venenos químicos, entre outros. O que representou para o setor agrícola dos países pobres uma maior dependência de importações tecnológicas e matérias-primas dos países ricos (MUSSOI, 1999).

⁴ Conforme Dias (1990) o desenvolvimento da extensão rural pode ser dividida em três momentos: o primeiro está ligado a um projeto educacional extensionista, realizado num período de 20 anos ou seja entre os anos de 1948 a 1968. O segundo inicia-se em 1968, que caracterizou pela “transferência tecnológica”, indo até o início da década de 80. E o terceiro teve início na década de oitenta e ainda não se cristalizou como um novo projeto de assistência técnica.

⁵ Segundo Oliveira (1988), existem duas críticas entre tantas ao serviço de extensão rural que são básicas: “a que aponta o Serviço como uma extensão do capital no campo e a que diz que a Extensão impõe o seu saber” (p. 198).

mães, filhos, da família se adquire maior capacidade para assumir cada vez mais as próprias responsabilidades no mundo rural em evolução”(GILLY, s/d, p. 05).

No Brasil estas experiências são conhecidas por Casas Familiares Rurais (CFRs). O método de ensino utilizado por elas é o mesmo, a pedagogia da alternância. Este princípio tem como fundamento a combinação de um processo de formação, no qual o jovem rural convive em períodos de vivência na escola e na propriedade rural (SILVA, 2000), alternando a formação prática com a formação teórica que, além do conteúdo do currículo formal, inclui conteúdos de vivências associativas e comunitárias. Outro ponto fundamental é a ênfase na participação dos pais no processo pedagógico-educativo e na gestão da escola, além de buscar, a partir da família, o desenvolvimento de toda a comunidade envolvida.

1.1 Tema e problema de pesquisa

Para compreender melhor o projeto das Casas Familiares Rurais (CFRs) é necessário voltar ao ano de 1935, ao sudoeste da França. A agricultura francesa, nesta época, passava por uma grande crise. Além disso, a educação formal tinha sua proposta de ensino voltada para o meio urbano, sendo incompatível com a realidade dos jovens do meio rural. Além de ser pouco atrativa tinham que deixar a propriedade para prosseguir seus estudos e ainda não os preparavam para exercerem a profissão de agricultor. A partir destas deficiências, numa iniciativa que contou com a participação de agricultores, líderes sindicais e igreja, formularam uma proposta pautada na preocupação de oferecer aos jovens uma formação alternativa e que estivesse de acordo com a sua realidade, possibilitando um aprendizado teórico/prático que não fosse necessário abandonar as atividades na propriedade.

Desta idéia inicial, após um longo período de discussão, surgiu a primeira Casa Familiar Rural (CFR). Com uma turma de apenas cinco alunos com idade entre 13 e 14 anos. O sistema de ensino era realizado de forma alternada em que os jovens passavam três semanas em suas propriedades e uma semana em regime de internato, improvisado nas dependências da igreja.

Com o sucesso desta experiência, nasceria toda uma estrutura pedagógica, atualmente conhecida por Pedagogia da Alternância, que é o método de ensino utilizado

pelas CFRs. Os resultados obtidos a partir desta experiência foram excelentes. Os jovens envolvidos no projeto mostravam-se interessados em estudar e as famílias também estavam empenhadas na formação de seus filhos, além de contar com o envolvimento da comunidade local.

Os bons resultados obtidos desta primeira iniciativa, possibilitou a elaboração de uma proposta melhor formulada. Em 1937 é organizada, de fato, a primeira CFR nos moldes conhecidos atualmente, com uma turma de 30 jovens. A Casa entra em funcionamento, sob o comando e responsabilidade moral, jurídica e financeira de uma associação de famílias de pequenos agricultores. Neste mesmo ano a associação adquire uma casa, passando a funcionar em suas próprias instalações. O próximo passo foi a contratação de um técnico para orientar e ensinar os jovens e ao mesmo tempo realizar as visitas, no período de alternância, nas propriedades (CFRQ, s/d). Devido as perspectivas favoráveis desta primeira experiência, no ano seguinte é sancionada a Lei de ensino agrícola da França, tornando o método de ensino utilizado na CFR obrigatório para jovens entre 14 e 17 anos do meio rural.

Depois destas duas experiências bem sucedidas, o projeto expandiu-se rapidamente por todo o País. E a partir de 1945, iniciou-se o processo de expansão para fora do território francês, conquistando diversos países da Europa, África, América, Ásia e Oceania. Atualmente, são mais de 900 CFRs distribuídas em todos os continentes. As mesmas estão organizadas em Uniões Nacionais e vinculadas à Associação Internacional das Casas Familiares Rurais (AIMFR), com sede na França (ARCAFAR, 1994).

No Brasil, a primeira CFR surgiu no Nordeste, mais precisamente no município de Arapiraca, Estado de Alagoas, no ano de 1981. Após alguns problemas locais, o projeto acabou sendo desativado, vindo surgir depois no município de Riacho das Almas, no Estado de Pernambuco, em 1984, numa região do agreste nordestino, em que os agricultores são castigados e levados à miséria pelos longos meses de seca ocorridos durante o ano. Como consequência os agricultores vão abandonando suas atividades, partindo para o artesanato como solução encontrada, mas se depararam com o problema da comercialização e mesmo de fabricação, devido a dependência de intermediários. Com a criação da CFR estes problemas foram amenizados, pois a associação da CFR ajudou a melhorar a qualidade de vida desses ex-agricultores organizando-os em grupos de produção e comercializando conjuntamente seus produtos direto nos centros consumidores. Desta maneira, além de terem seus custos reduzidos, conseguiam também melhores preços (CFRQ, s/d).

Depois destas experiências o projeto se expandiu para outras regiões do País, migrando primeiramente para a região Sul (Paraná), no ano de 1987. Ali foram iniciadas as discussões envolvendo os agricultores e autoridades locais, possibilitando o início da implantação da primeira CFR, dois anos depois, no município de Barracão-PR. Já em Santa Catarina, no ano de 1991, nascia a primeira Casa Familiar Rural, em Quilombo, município do oeste catarinense. Hoje, existem vinte e duas CFRs em funcionamento distribuídas por todo o território Catarinense, estando a maioria delas concentradas na região de origem - Oeste do Estado.

Com o crescimento do projeto foi necessário criar uma coordenação para padronizar e coordenar as atividades. A partir desta necessidade surgiu a ARCAFAR/Sul (Associação Regional das Casas Familiares Rurais do Sul do Brasil), como órgão oficial das CFRs, com sede no município de Barracão-PR.

Segundo a ARCAFAR/Sul uma CFR pode ser definida como uma instituição educativa, dentro do meio rural, criada para formar jovens filhos de agricultores que buscam uma educação personalizada e uma formação integral, a partir de sua própria realidade. É uma escola-residência, na qual os filhos dos agricultores que não conseguiram concluir o Ensino Fundamental, podem estudar os conteúdos de 5ª a 8ª séries e também os conteúdos de formação geral e profissional, sem abandonar suas atividades. É administrada por uma Associação de pais e lideranças das comunidades envolvidas no projeto, constituindo-se uma Organização Não Governamental. O trabalho desenvolvido na CFR utiliza como método de educação a pedagogia de alternância⁶, em que o jovem passa uma semana na Casa Familiar em internato e duas semanas nas propriedades. A figura 1 mostra alguns pontos que diferenciam a proposta da CFR em relação ao ensino regular praticado nas escolas:

FIGURA 1: Ensino Regular *versus* Pedagogia da Alternância

Ensino Regular	Pedagogia de Alternância
Professor	Monitor
Escola	Casa Familiar Rural
Aluno	Jovem
Merendeira	Governanta
Transmissão de conhecimentos	A construção do conhecimento
Somente o aluno	Família e a comunidade

Fonte: CFRQ – Adaptado.

⁶De acordo com Nogueira (1999), “tem-se identificado a alternância, que corresponde ao ritmo em que os jovens agricultores se alternam nos períodos passados com as famílias e aqueles em que desenvolvem suas atividades na Casa Familiar” (p. 12).

Em uma escola do ensino regular o professor exerce a função de transmissor do conhecimento, ou seja de um determinado conteúdo já pré-estabelecido pelo currículo e que envolve somente o aluno. Na CFR, a função do monitor é muito mais abrangente, ele assume o papel de educador, animador, técnico e acima de tudo, um profundo conhecedor do meio e da realidade dos jovens e das famílias envolvidas no processo de aprendizagem. Pois neste caso parte-se do pressuposto de que o conhecimento não pode ser transmitido, mas construído de forma conjunta. Para isso é necessário um grande entrosamento entre todos (pais, monitores e jovens) para, a partir daí, construir coletivamente o conhecimento, utilizado como instrumento para transformar a realidade.

Uma outra grande diferenciação é que na escola do ensino regular, o aluno permanece por um determinado período de tempo e após isso não tem mais nenhuma ligação com aquele meio. Enquanto na CFR há uma continuidade das atividades, pois é considerada a extensão de sua própria residência, por isso, o nome Casa e não escola. Na Casa Familiar, o jovem não é considerado um aluno, como ocorre na escola regular, ele não recebe este tratamento, pois se considera que a formação deve abranger todo o processo de vida do educando. O trabalho da merendeira - na escola - também é diferente do da governanta na CFR. A responsabilidade da segunda vai muito além de uma mera executora de tarefas, tais como: a limpeza, o preparo da merenda, lavar louças e outras atividades realizadas por uma merendeira. O seu trabalho está comprometido com a educação dos jovens. As tarefas quotidianas dentro de uma CFR são consideradas instrumentos pedagógicos de altíssimo valor para o aprendizado dos jovens, divididos em grupos na execução das mesmas.

Em relação a implantação de uma CFR, alguns passos devem ser seguidos: o primeiro é a divulgação e a discussão da proposta junto aos agricultores. Após a realização desta etapa, o passo seguinte é visitar uma CFR em funcionamento. Desta forma, se o projeto for considerado, do ponto de vista dos agricultores, importante para eles, o passo seguinte é a organização de uma comissão com o objetivo de criar uma associação. Cumpridas todas estas etapas vem a escolha do local para o funcionamento, que pode ser um prédio construído para esse fim ou como ocorre na maioria das vezes, são aproveitadas instalações ociosas ou desativadas de antigas escolas, salões comunitários, sede de associações e outros. Os mesmos são adaptados e reformados para abrigar as atividades de uma Casa Familiar. Tudo isso tem por objetivo a redução de custos, pois a meta principal de uma CFR é a formação profissional adaptada ao máximo a realidade, utilizando como

instrumentos pedagógicos as próprias instalações das propriedades, diminuindo assim as despesas.

Cumpridas as etapas anteriores, o próximo passo a seguir é ter uma associação responsável pela implantação e manutenção da CFR. Em cada local onde é instalada uma CFR, primeiramente é organizada uma associação, tendo como base de formação as famílias e pessoas interessadas nos problemas ligados à educação e a agricultura. O compromisso da associação deve ser com o desenvolvimento e a melhoria de vida das famílias envolvidas. A associação é uma entidade não governamental e seu trabalho é feito em parceria com organismos públicos e privados, além de receber apoio de outras entidades preocupadas com a formação dos jovens. O papel da associação é envolver todos os associados nas mais diversas atividades, além de coordenar toda a ação burocrática da CFR e ainda, ser a responsável pelo acompanhamento na formação dos jovens.

Um outro passo importante a ser adotado para o funcionamento de uma CFR é a formação por alternância. O modelo utilizado nas CFRs se difere do ensino formal ao propor uma formação voltada para a busca de respostas às necessidades locais e ao mesmo tempo ser compatível com a realidade dos jovens. Para atender a estas preocupações é elaborado um currículo que tenha o máximo de aproximação com a realidade, sendo o mesmo elaborado conjuntamente com os pais, monitores, jovens matriculados na Casa Familiar e comunidade envolvida no projeto. Para isso a CFR utiliza como método de ensino a Pedagogia da Alternância, que permite ao aluno passar duas semanas em seu meio profissional e social – períodos de aplicação do conhecimento adquirido - e uma semana na CFR - em momentos que proporcionam o exercício constante de reflexão sobre a teoria e a prática. Desta forma possibilita aos jovens aprender ao mesmo tempo na prática, em situações reais; e na teoria, na Casa Familiar, proporcionando uma formação simultânea do jovem e da família, envolvendo também a comunidade local incluída na abrangência da CFR.

A responsabilidade na formação dos jovens é dividida conjuntamente entre pais e monitores. Juntos eles discutem os planos de estudo e as práticas a serem adotadas na propriedade e na Casa Familiar e ainda definem os papéis na relação entre pais e filhos. O período de duração do curso é de três anos, o equivalente no ensino fundamental à formação de 5ª a 8ª série, permitindo ao jovem completar o primeiro grau sem abandonar suas atividades e ao mesmo tempo utilizar a propriedade dos pais como elemento principal de sua formação.

A capacidade máxima de funcionamento de uma CFR é de três turmas simultâneas com o máximo de 25 jovens que entram a cada ano. No primeiro ano inicia-se com vinte e cinco alunos, repetindo-se a mesma quantidade para o segundo e o terceiro ano, quando o número máximo de vagas é completado, ou seja, três turmas, perfazendo um total de 75 jovens. Para frequentar a CFR, o jovem deve ter idade mínima de catorze anos, sendo a máxima ilimitada. A Casa Familiar destina-se à formação global daquele jovem que deseja fazer da atividade a sua opção de vida, permanecendo no meio em que vive.

Em relação a manutenção da Casa, a mesma é realizada através de parcerias entre diversos setores organizados da sociedade. Normalmente o quadro de funcionários é mantido pelas prefeituras ou é formado de funcionários cedidos por instituições estaduais entre outras. Aos agricultores, cabe a responsabilidade pela alimentação no período de internato, já que parte-se do princípio de que o alimento consumido na residência do jovem, será o mesmo na semana de alternância na CFR.

Um outro ponto que cabe destacar é o clima educativo favorável proporcionado pela alternância. O número reduzido de jovens por turma na CFR, permite a utilização de uma dinâmica de formação participativa. Os jovens são divididos em pequenos grupos para realizar os mais diferentes tipos de trabalhos que vão desde as atividades domésticas, tais como: limpeza da Casa Familiar, arrumar os quartos, fazer comida, lavar a louça e participar de toda ação educativa e pedagógica da Casa. Esta ação tem por objetivo criar um ambiente favorável na realização das tarefas, bem como proporcionar uma relação de liberdade e responsabilidade, permitindo a cada jovem firmar-se dentro do grupo, promovendo uma visão interdisciplinar do mundo que o cerca (CFRQ, s/d).

O sistema de alternância permite ao jovem uma maior motivação para o estudo porque possibilita o confronto constante entre a teoria e a prática, facilitando a criação de uma maior consciência e nova visão, novos questionamentos para a solução de seus problemas cotidianos. O conhecimento aplicado a sua realidade permite uma melhor compreensão de seu meio. O diálogo constante realizado entre colegas, monitores e pais possibilita soluções de problemas enfrentados quotidianamente.

Numa CFR, além de trabalhar os conteúdos da grade curricular, os jovens resolvem os problemas originados em suas próprias atividades. Através do diálogo com os monitores e colegas, vão descobrindo novas formas de enfrentar suas dificuldades. Somando a isso, os jovens também aprendem técnicas que vão desde o planejamento de

uma atividade, administração, comercialização, além de noções de organização sindical, cooperativa e outras. Trabalham assim a idéia de interdisciplinaridade.

Para Silva (2000), a ênfase dada ao “vai e vem” da alternância, tem por objetivo confrontar os jovens, no processo de aprendizagem, com situações reais entre o mundo escolar e o mundo vivido. Na busca constante de articulação entre os universos muitas vezes opostos entre a teoria e a prática; do mundo escolar com o mundo da vida e entre o abstrato e o concreto, a alternância coloca frente a frente realidades diferentes: a escola com a lógica da transmissão do saber e a família com a lógica de pequena produção. Deste modo, a formação por alternância apresenta uma dinâmica que traz consigo a relação entre o meio escolar e o meio familiar.

Esta discussão a respeito da alternância - como método pedagógico,- tem gerado na França inúmeros estudos, principalmente a partir da década de 80. Num levantamento realizado pela pesquisadora a respeito das produções acadêmicas daquele País, constatou-se certas divergências entre alguns estudiosos. Elas se dão principalmente em relação a três lógicas que dão sustentação a alternância: a econômica, que analisa as funções econômicas e sociais sobre a relação da formação e do trabalho; a pedagógica, em que predomina relação entre a teoria e a prática; e a lógica relacional que aborda os dois meios envolvidos na formação (a escola e a família).

Pelos aspectos da lógica econômica foi constatado ainda que a maioria dos estudos trabalha com a formação profissional em termos das exigências do mundo do trabalho e a geração de emprego. Considera a alternância como um meio de melhorar as atividades em relação ao mercado de trabalho. Porém, surgiram inúmeras críticas contrárias a formação voltada apenas para o campo profissional, desta forma, a alternância é vista como sendo uma resposta isolada aos problemas de emprego. E, se por um lado, os períodos de alternância asseguram um domínio maior de novas técnicas e conhecimentos mais elevados, por outro, a aprendizagem se encontra, na maioria das vezes, voltada para a submissão ao trabalho.

Em relação a perspectiva pedagógica foi verificado ainda a existência de uma corrente contrária ao discurso antagonista - que faz a separação da escola com o trabalho na propriedade, indo muito além deste discurso da teoria *versus* prática que faz esta divisão. A crítica em relação a este pensamento antagonista reside na defesa da coerência existente entre os dois conhecimentos: a teoria como sendo o conhecimento real (científico) e os saberes práticos (propriedade) são referentes aos conhecimentos da ação. Sob esta visão, a

alternância vai além da dicotomia teoria e prática, pois permite ao saber o confronto com a prática e a formalização da mesma.

Outro aspecto focado por Silva (2000), é o vasto material existente na literatura francesa sobre a formação por alternância vinculada ao meio produtivo e a pouca publicação de estudos sobre a pedagogia como prática escolar. A maioria das análises são restritas à relação escola-empresa. No entanto, a ausência dos jovens como sujeitos do processo representa uma lacuna nos estudos franceses.

No Brasil, além da inexistência de estudos sobre o meio produtivo, existe ainda uma carência muito grande de material sobre o método de formação por alternância. Apesar de mais de duas décadas de implantação do projeto no País, a proposta ainda é discutida com pouca ênfase no meio acadêmico e nos órgãos técnicos e oficiais. A discussão está muito distante daquela que deveria existir, apesar das inúmeras experiências existentes. Na verdade há uma grande carência de estudos a respeito do tema, suas características pedagógicas e suas atividades praticadas no seio desse modelo de formação.

Todavia, considerando que é uma experiência inovadora e crescente em Santa Catarina, o objeto de estudo deste trabalho visa analisar a experiência de formação por alternância desenvolvida pelas Casas Familiares no estado, a partir da experiência de Quilombo. Se em nível de país há carência de publicações, em Santa Catarina as dificuldades são ainda maiores. Diante da falta de estudos a respeito do tema no Estado, aumenta a necessidade de conhecer a história da implantação do projeto e ao mesmo tempo analisar os aspectos metodológicos da proposta em sua prática. Neste sentido, o resgate histórico é necessário para entender o desenvolvimento da proposta e analisar a sua prática. A partir disso, a questão central da pesquisa pode ser assim definida: quais os graus de coerência entre o modelo proposto, contido na proposta de formação em alternância e a prática existente dentro das CFRs no Estado, tendo como base de estudo o caso da CFR de Quilombo-SC?

1.2 Objetivos

Com base no problema proposto, o objetivo geral desta pesquisa é analisar o grau de coerência existente entre a proposta de formação em alternância e a prática a partir do estudo do caso da CFR de Quilombo-SC.

Para alcançar o objetivo geral, foram definidos os seguintes objetivos específicos:

- Avançar na compreensão da proposta;
- Analisar a implementação prática em caso específico;
- Analisar as dificuldades enfrentadas na aplicação prática da formação em alternância, bem como a visão dos diversos participantes (alunos, monitores, governanta e lideranças);
- Identificar a avaliação dos envolvidos no projeto e as causas do sucesso e/ou fracasso do mesmo;
- Analisar a visão dos jovens sobre a formação oferecida na CFR, tendo em vista suas expectativas.

1.3 Justificativa

O presente estudo justifica-se tendo em vista a necessidade de se conhecer melhor as experiências desenvolvidas no Estado a partir da formação por alternância das CFs. A discussão do projeto das Casas Familiares teve início em Santa Catarina, pelo Centro de Estudos e Promoção da Agricultura de Grupo (CEPAGRO), no final da década de 80 e foi implantado no início dos anos 90, com a criação da ARCAFAR/Sul. A proposta começou a se expandir por todo o território Catarinense e em apenas uma década já somam-se 22 experiências. Apesar do crescimento do projeto, os estudos referentes ao tema são inexistentes, principalmente no meio acadêmico, daí a necessidade de investigação.

Todavia, aprofundar a investigação em torno do trabalho das CFs no Estado é pertinente devido ao que se propõe o projeto: a busca de uma alternativa para o meio rural. E esta busca surgiu a partir da consciência dos agricultores de que o sistema educacional regular tem-se mostrado inadequado para a realidade da agricultura. Além de não ser atrativo, não prepara adequadamente o jovem para ser agricultor. Sem contar que uma grande parte dos filhos dos agricultores não conseguem nem ao menos concluir a 4ª série do ensino fundamental. Por outro lado, não se pode afirmar que ao deixarem o meio rural os jovens estejam preparados para enfrentar os desafios de uma outra profissão no ambiente urbano.

A alta taxa de migração rural para as áreas urbanas é muitas vezes ocasionada pela falta de uma educação voltada para atender as necessidades do meio rural. Isto acontece em virtude da descapitalização do pequeno produtor rural, que é obrigada intensificar o uso da mão de obra de sua família, não sobrando tempo para seus filhos estudarem. Quando estudam, o ensino é inadequado a sua realidade. A consequência é a utilização da mão de obra infantil cada vez mais intensa; um trabalho em muitos casos considerado imprescindível para a sobrevivência da família, tornando a evasão escolar inevitável.

Por outro lado, constata-se que os jovens formados nas escolas agrotécnicas raramente retornam as propriedades de origem, preferindo fazer do curso sua nova profissão na cidade ou em grandes empresas ligadas a agricultura. A partir destas dificuldades, surgiu a necessidade de buscar uma formação adequada, que cobrisse esta defasagem e ao mesmo tempo tivesse o máximo de envolvimento com o meio rural; participação das famílias na formação dos jovens; uma educação que fosse atrativa e integral e que preparasse o jovem para ser agricultor e ainda, com um calendário escolar compatível com a realidade agrícola.

Um outro fator que pode ser considerado determinante no estado é que o extensionismo rural atualmente está passando por uma crise não só financeira, mas também de identidade. Isto ocorre devido uma série de motivos, entre os quais está o sucateamento das empresas ligadas ao setor; a falta de renovação do quadro de pessoal; além da escassez de recursos financeiros deixando, de certa forma, os agricultores órfãos (MUSSOI, 1999).

No Estado, poder-se-ia dividir a agricultura em três fases: o período de agricultura extrativista, em que o agricultor derrubava a mata para plantar. Com o fechamento das fronteiras agrícolas, o agricultor foi obrigado a sobreviver e se adaptar num único local. A necessidade de aumentar a produção em um ambiente adverso que coincide com o processo de modernização da agricultura. Nesta fase se dá o início do extensionismo, que trouxe grandes avanços técnicos para a área rural. A terceira fase nasce do esgotamento do modelo anterior; com as mudanças ocorridas nas últimas décadas (globalização e outros) é necessário uma nova concepção, vive-se na era da informação, que também engloba o meio rural e os agricultores precisam ter acesso a informação (inovações tecnológicas).

Ao longo do tempo houve no Estado alguns programas que tentaram implantar uma educação voltada para o jovem rural. Mas, na maioria das vezes, a formação era apenas calcada somente na área técnica. Estas experiências nasceram em nome do

desenvolvimento rural, mas acabavam sendo utilizadas para outros objetivos que não o de formar a juventude do meio rural de forma consciente. Algumas propostas foram implantadas e até tiveram repercussão, mas depois desapareceram. Isto aconteceu porque esses programas surgiram sem que a população rural ao menos soubesse sua origem e por isso foram ignorados.

Diante do exposto, se poderia perguntar: como se vai trabalhar com um setor da sociedade marginalizado, como são os pequenos agricultores? Deve-se responder a questão dizendo que uma educação adaptada ao mundo da "pobreza", num ambiente aparentemente desfavorável, não será necessariamente uma educação "pobre". "Uma educação adaptada não significaria seu empobrecimento para ficar ao nível do pobre, mas certamente um enriquecimento para permitir com maior segurança que o pobre experimente, através dela, ascensão social" (DEMO, 1981, p. 201).

A modalidade de educação proporcionada pela CFR, além de se propor a enfrentar o empobrecimento cada vez maior das famílias que vivem no meio rural, poderá ser um fator de aproximação das relações familiares e comunitárias tão distanciadas nos dias atuais. Além disso, a Casa Familiar também se propõe a oferecer uma educação agrícola voltada para a formação integral do jovem envolvendo sua família e a comunidade, respeitando o seu espaço de atividade. Objetiva-se com esta metodologia de construção coletiva do saber que os filhos dos agricultores venham conquistar uma formação qualificada e plural.

O modelo agrícola atual tem-se pautado no pouco apoio a agricultura familiar - sendo o Programa Nacional de Fomento a Agricultura Familiar (PRONAF) praticamente a única exceção - e na ausência de uma formação escolar adequada para os agricultores. Além do mais, a agricultura familiar está exposta a concorrência externa, como é o caso do Mercosul e da Globalização. Entretanto é necessário para o meio rural muito mais do que incentivos financeiros, é preciso uma formação adequada para o agricultor manter-se em seu espaço produtivo. Todavia, não se trata da defesa de uma tecnologia superada, modelos arcaicos, o conhecimento esgotado em seu poder de criação. É necessário negar o arcaico, pois, a sua permanência, além do isolamento, pode significar a morte dos pequenos agricultores (BIANCHETT et al., 1993).

Os desafios impostos para a agricultura familiar são inúmeros. No entanto, para cada desafio é necessário um novo conhecimento. Na atualidade, o conhecimento não pode ser mais "levado" pelo técnico para o agricultor, como acontecia na fase do extensionismo

em que o agricultor era um mero “receptor” de informações. Isso para um determinado período da história foi importante. Este modelo não consegue mais solucionar os atuais desafios. É preciso ir muito além do repasse da informação, é preciso repassar o conhecimento, gerado e compartilhado coletivamente.

Na sociedade do novo milênio, inúmeros pensadores têm pregado a necessidade de socialização do conhecimento. É preciso livrá-lo de seu caráter historicamente centralizador. De acordo com Handy (1995), o conhecimento deverá ser acessível a todos. No entanto, ele não poderá ser adquirido por “osmose” ou por “hereditariedade”, cada um precisa ter o seu. Ou seja, é necessário dar condições para as classes menos favorecidas para que tenham o seu conhecimento. Para Toffler (1990) o poder da mais alta qualidade, vem da aplicação do conhecimento. Ele demonstra que para ser poder é necessário ter o conhecimento. Para estes autores é a arma mais poderosa atualmente, tanto quanto o poder da riqueza.

O pequeno produtor precisa do conhecimento para poder olhar a sua volta, compreender a sua realidade e transformá-la. Cada um precisa ter a sua própria visão de mundo para tomar as decisões mais apropriadas. Para cada propriedade rural, é necessário um tipo de conhecimento, cada uma tem as suas características próprias, suas limitações e complexidades; é necessário portanto, um conhecimento diferenciado e apropriado. Um outro aspecto é que cada pessoa tem uma maneira diferente de ver o mundo, as pessoas são diferentes entre si. Então todos precisam ter seu próprio conhecimento para fazer a leitura das coisas. Para isso, cada um deve buscar o seu conhecimento, o conhecimento útil, aquele adequado as suas necessidades, pois ao mesmo tempo em que se alardeia, que se vive no mundo da informação, nunca se esteve tão distante dela.

Um outro aspecto importante na proposta da CFR é a possibilidade de resgatar valores “esquecidos” na sociedade atual e sobretudo no meio rural. Como é o caso da cidadania, do desenvolvimento sustentável, da participação, da ampliação do acesso ao conhecimento e ao mercado e a livre organização (FETAESC, 1997). O projeto precisa ter o máximo de envolvimento com o meio rural; ter a participação das famílias na formação dos jovens e uma educação atrativa e integral que prepare o jovem para ser agricultor ou, se for o caso, lhe dê condições para enfrentar à vida em outro meio dignamente.

Para atingir estas metas, a proposta está pautada na pedagogia da alternância, ou seja, numa educação que envolve a organização das comunidades. Porque “[...] as relações entre os homens não são mais do que um outro momento de um mesmo diálogo

[...] como o homem depende da natureza para sobreviver e a natureza depende do homem para ter sentido, os homens dependem uns dos outros para sobreviverem e darem sentido ao mundo e a si mesmo” (BRANDÃO; 1987, p. 103).

Tendo por base a prática da pedagogia da alternância é que se percebe que a CFR é um investimento na formação não apenas de trabalhadores mais qualificados, mas também é a transformação dos agricultores em sujeitos, em cidadãos. É uma formação permanente, ensinando o jovem a “aprender a aprender”, através de um processo de aprendizagem capaz de proporcionar o seu desenvolvimento social, pessoal; incentivando a imaginação, a criatividade e a cooperação, naquilo que vivem a cada dia: no seu trabalho, suas atividades, suas diversões, abrindo inúmeras possibilidades de crescimento.

O Pedagogo catarinense, Pedro Demo (1994), para sair deste caos e mudar a realidade, aponta como caminho a educação de qualidade. Considera como aquela voltada para a construção do conhecimento. Aquela que vai muito além da mera transmissão, cópia ou reprodução do conhecimento, aquela que ensina a aprender a aprender e saber pensar. Considera o modelo atual arcaico e não contemporâneo. É preciso colocar nas mãos dos marginalizados o acesso ao conhecimento.

A falta de oportunidades de desenvolver o seu potencial humano, elevar a sua auto confiança e o fraco desejo de superação, faz com que muitos produtores rurais não tenham a consciência de que poderiam solucionar muitos de seus problemas. Muitos deixam de fazer o que podem para tentar fazer o que não podem (FAO, 1995). Isso acontece pela falta do conhecimento e formação adequada. Pelos motivos expostos acima e por tratar-se de uma proposta inovadora no estado, é que justifica-se o estudo.

2. MFRs: DA ORIGEM A ATUALIDADE

2.1. Histórico das MFRs

A história das *Maisons Familiales Rurales*(MFRs) ou Casas Familiares Rurais (CFRs), nos remete a França, mais precisamente a uma pequena comunidade chamada Sérignac-Peboudou, em Lot-et-Garone, no sudoeste Francês, ano de 1935. Surgiu da insatisfação dos agricultores e de seus filhos com o sistema educacional da época, considerado pouco atrativo para o meio rural. A nova proposta tinha por objetivo oferecer aos jovens uma formação alternativa de acordo com a sua realidade, que possibilitasse, além de um aprendizado teórico-prático, a motivação para os estudos e recuperasse a sua auto-estima. O projeto ainda se propunha a buscar o desenvolvimento social e econômico da região (MFRs, 2001a).

Cabe ressaltar aquele momento histórico pelo qual atravessava a França. A década de 30 foi um período muito trágico, intervalo entre as duas grandes guerras mundiais. O país havia sido destruído social e economicamente pela primeira guerra mundial e estava em processo de reconstrução. E a agricultura foi um dos setores da economia mais prejudicados e em decorrência disto, passava por um período muito difícil. Além desses problemas, o estado mostrava-se desinteressado pela questão agrícola, principalmente se tratando dos pequenos agricultores, embora compusessem a grande maioria da população. Somando a isso, a educação era direcionada para as questões urbanas, tornando o ensino desinteressante para os jovens do meio rural. E a juventude rural, sem opção, vivia num grande dilema: para estudar necessariamente precisava abandonar a família ou permanecia na agricultura e abandonava a escola; numa época em que educação e trabalho eram coisas contraditórias. Tudo isso num período em que a mão de obra dos jovens era indispensável

para a permanência e a sobrevivência da família no campo. Este foi o grande desafio a ser enfrentado pelos pais, lideranças, igreja e entidades ligadas à agricultura (SILVA, 2000).

Pode-se afirmar que geralmente é nos momentos de dificuldades que emergem as grandes iniciativas para a solução dos problemas mais complexos. E, certamente, não havia momento mais oportuno para os agricultores buscarem uma alternativa, pois estavam abandonados a própria sorte. E foi o que ocorreu: pareceu um fato aparentemente isolado, acontecido com o filho de um agricultor chamado Jean Peyrat, que decidiu abandonar os estudos em virtude da falta de motivação, isso que seu pai, além de agricultor era o responsável local pelo sindicato rural. O pai ficou extremamente comovido com a história do filho, mas ao mesmo tempo convencido de que algo deveria ser feito. A partir deste momento iniciou uma discussão com outros agricultores e o vigário local, o Padre Grannereau, em torno da questão. Estes agricultores, mais o religioso eram membros da SCIR (Secretaria Central de Iniciativa Rural)¹. A SCIR é uma organização do tipo sindical, cujo objetivo era incentivar a criação de sindicatos, cooperativas e apoiar as iniciativas de entidades voltadas para o desenvolvimento da agricultura. Essa entidade defendia a idéia de que os agricultores deveriam buscar, por si mesmos, envolver-se com o desenvolvimento local e principalmente os projetos voltados para a formação de jovens do meio rural. Havia um consenso que somente uma formação geral e adaptada a sua realidade seria a solução. E que o conhecimento utilizado na propriedade deveria ser aprimorado e complementado com uma formação técnica, cujo objetivo era o de acompanhar o desenvolvimento tecnológico (Silva, 2000).

No entanto, bem pelo contrário do que se possa imaginar, a primeira MFRs nasceu como resultado de um longo processo de reflexão e discussão (MFR, 2001a). O fruto deste debate propiciou a formação de uma instituição inédita. Jamais poderia ser imaginado pelos seus fundadores que estariam iniciando todo um processo que posteriormente viria a ser conhecido como a pedagogia da alternância. Para compreender a história que culminou na primeira experiência de *Maison*, é necessário retornar ao final do século XIX. Havia neste período um movimento cristão conhecido como o “movimento de Sillon”, que tinha por princípio a defesa da democracia como condição essencial do desenvolvimento social (SILVA, 2000). Deste movimento vão desencadear inúmeras ações,

¹ “Este organismo teve um papel muito importante na criação oficial da primeira Casa Familiar, porque Jean Peyrat era membro do SCIR. O SCIR tinha por objetivos: juntar os democratas rurais de fato ou de coração, de colaborar com todas as organizações profissionais agrícolas existentes, de reavivar poderosamente o amor pela terra, de elevar a estima do camponês...” (MFR, 2001a, p. 01).

motivando e inspirando práticas solidárias e comunitárias em todos os níveis (profissionais, sociais e culturais), dentre as quais encontrava-se o sindicalismo rural.

A fonte de inspiração e mobilização social da área rural na França, de certa forma, foi influenciada pelo *movimento de Sillon*. Segundo Silva (2000), deste movimento vai se originar o SCIR (Secretaria Central de Iniciativa Rural) e a JAC (Juventude Agrícola Cristã), irradiando numerosas ações em diversas regiões do país, sendo também responsáveis pela criação e difusão das *Maisons*. O SCIR² já previa em seu estatuto a criação de centros de treinamentos para jovens ligados à agricultura, complementados por uma formação intelectual e profissional, além de uma formação social, moral e religiosa. A grande maioria dos articuladores das MFRs eram oriundos destas correntes de pensamento, dentre os quais o Vice-Presidente do SCIR, Arsene Couvreur, um grande divulgador do projeto das MFRs em nível nacional, que contribuiu muito para o seu rápido reconhecimento no território Francês (GILLY, s/d).

O sistema agrícola francês, no começo do século XX, precisava rever todo o seu processo produtivo, devido a crise provocada pelo avanço tecnológico. Segundo Nogueira (1999), a mudança no padrão produtivo surgiu de uma parceria entre o estado, empresas ligadas à agricultura e agricultores, dando origem assim ao processo de modernização no campo. Dentre os programas havia o da profissionalização de agricultores. É neste contexto que foi criada a SCIR que tinha como meta o desenvolvimento rural. Esta organização defendia a idéia da educação geral para os filhos de agricultores.

A partir destas idéias surge, em 1935, a primeira experiência de MFRs, com o ingresso da primeira turma. Eram apenas cinco jovens com idade entre 13 e 14 anos, que

2 "Muito vinculado com a formação dos jovens agricultores, o SCIR, em 1935, prevê em seus estatutos a criação de uma seção de treinamento agrícola para os filhos de seus partidários, um projeto completamente novo que além disso não passa do estado teórico. Os estatutos da seção de aprendizagem do SCIR: Art.1 - A partir de 13 de outubro de 1935, o SCIR toma a iniciativa de criar para seus filhos e sócios uma seção de treinamento agrícola, em conformidade com a lei e seus estatutos. Art.2 - a meta principal da criação é dar aos jovens uma formação intelectual e profissional completada de uma formação social, moral e religiosa de forma que, entre eles, possa ser verdadeiros chefes camponês cuja agricultura tem necessidade. Art.3 - este resultado será alcançado, enquanto coordenando utilmente os benefícios de internato, do contato permanente com a família e a permanência contínua no meio social. Art.4 - sobre um raio de ação de pouca extensão, um centro de treinamento agrícola será criado para os pais, os sócios do SCIR que se dedicará a formação integral dos jovens sinalizada no art.2. Art.5 - esta formação sob a forma do treinamento agrícola começará a livrar da escola e durará três anos. Art.6 - à cabeça de todo centro será um pedagogo e/ou um monitor de estudo agrícola. Art.7 - durante meses de inverno: de outubro a abril, as crianças e adolescentes serão os pensionistas no centro, assim criado, uma semana por mês - para um total de 18 semanas durante 3 anos - acompanhar os cursos profissionais e receber a formação social, moral e religiosa. O número de internatos não deverá de ir além de uma dezena e antes não conseguir. Art.8 - durante semanas de pensão, os pais fornecerão tudo o que será necessário à alimentação dos jovens e do pessoal e a madeira para o aquecimento dos quartos onde reunirão os pensionistas. Além disso, eles verterão 300 francos por ano e para cada jovem para as despesas gerais. Art.9 - as outras semanas de todos os meses serão juntos na família e empregadas para trabalho prático sob a direção do chefe de família que reservará de 1 à 2 horas por dia para o trabalho intelectual..." (MFR, 2001a, p. 01-02).

passavam três semanas em suas propriedades, realizando o trabalho prático e uma semana em regime de internato nas dependências da igreja, recebendo conteúdos teóricos, sob orientação do padre Grannereau. Os resultados obtidos foram excelentes, os jovens mostravam-se interessados³ e suas famílias também estavam empenhadas ao máximo na formação, além de contar com o envolvimento de toda a comunidade local. Com os bons resultados obtidos nesta experiência, outras famílias ficaram interessadas pelo projeto e no ano seguinte, 1936, o curso recebeu mais quinze jovens.

O sucesso desta iniciativa, despertou o interesse de um grande número de jovens, e a consequência foi a limitação do espaço físico para acomodar tantas pessoas. Em uma reunião realizada em 21 de março de 1937, ficou decidido a transferência do local para Lauzun, no qual foi adquirido um prédio e organizada de fato a primeira turma da MFR, funcionando nos moldes conhecidos atualmente⁴. Composto de trinta (30) jovens e sob o comando e responsabilidade moral, jurídica, financeira e pedagógica de uma associação de famílias de pequenos agricultores⁵. Neste mesmo ano a associação reafirma os seus princípios e pela primeira vez o projeto recebe a denominação de *La Maison Familiale*⁶. O próximo passo foi a contratação de um técnico para orientar e ensinar os jovens da MFR e ao mesmo tempo visitar as propriedades no período de alternância, trabalhando em conjunto com o padre Grannereau (CFRQ, s/d). De acordo com Gilly (s/d), desde o começo do projeto os pais acompanhavam e participavam da formação, particularmente no que se refere a parte técnica (manejo, poda de árvores, etc.) e também organizavam palestras sobre assuntos gerais.

Desta forma, desde o início da primeira experiência a associação assumiu toda a responsabilidade na condução do projeto, inclusive em relação aos aspectos pedagógicos.

3 “Esta chegada para o Centro de Aprendizagem seria para muitos adolescentes a sua primeira “ruptura” com o ninho familiar. Ouvimos a Lucien Callewaert, um dos primeiros alunos, contando para seus pais a primeira semana que passou: “Demos a volta em nosso pequeno povoado, a igreja, a prefeitura, as casas, por todas as partes. Em toda a parte havia rachaduras nos muros e paredes, logo já em ruínas. À noite, depois da janta, Sr. o vigário nos falou: ‘é para vocês levantar estas ruínas, fazer novamente florescer outra vez os campos’ e ele destaca: ‘não vocês, vocês com outros, vocês e os outros. Para isto é necessário empenho e sem esperar, trabalhar com coragem’” (MFR, 2001a, p. 02).

4 “Em 1937, o número de jovens interessados aumentou, os pais formaram uma associação do tipo sindical, onde M. Peyrat era o presidente e compraram uma casa. A primeira Casa Familiar Rural nasceu, os pais se converteram moral e juridicamente responsáveis” (CHAMBRES, 1997, p. 05).

5 “Os membros da associação reafirmaram seus compromissos no momento de abrir a Casa Familiar de Lauzun em outubro de 1937. “Nós, membros do conselho da seção regional, de acordo com todos nossos sócios, tomamos sobre nossa inteira responsabilidade, a organização financeira de nossa Casa Familiar”. Foi a primeira vez em que a escola de Lauzun foi assim chamada” (MFR, 2001a, p. 03).

6 Segundo Nogueira (1999), “o nome *Maison Familiale Rurale* (MFR) foi modificado ao longo do tempo. Portanto, em 1945, recebeu o nome de *Maison Familiale d’Aprendizage Rurale* (MFR de Aprendizagem Rural); em 1968, passou a denominar-se *Maison Familiale rurale d’Education et d’Orientation* (MFREO) (C.F. Rural de Educação e de Orientação); e, finalmente, *Maisons Familiale Rurale* (MFR) ou somente *Maison Familiale* (Casa Familiar), acrescentando-se as áreas de formação agrícola, horticultura, profissões, etc.” (p. 05).

Os jovens aprendiam na prática com os pais em suas propriedades, ajudando nos afazeres domésticos. Por outro lado, a formação teórica geral era adquirida na *Maison*, contando com o auxílio de um monitor, ajuda de lideranças e também dos próprios pais. O conteúdo continha as disciplinas de conhecimentos gerais associadas a uma formação social e cristã (herdada dos fundadores). O ponto forte desta experiência foi o envolvimento e a participação ativa das famílias no processo de formação de seus filhos. Neste período inicial a alternância era um pouco diferente da atual; pois os jovens ficavam uma semana na *Maison* e três na propriedade.

Devido ao sucesso da primeira experiência com jovens do sexo masculino, já no ano seguinte é sancionada a Lei de ensino agrícola da França, tornando o método de ensino utilizado na MFR obrigatório para os jovens de 14 a 17 anos do meio rural⁷. A preocupação em atender a demanda feminina rural esteve sempre presente desde o início da fundação. No entanto, em virtude de problemas materiais, tais como: ausência de um local apropriado, associado com a falta de professores habilitados para exercer a função, questões consideradas indispensáveis, o projeto foi adiado. Somente em 1940, surge a primeira MFR feminina, com trinta e cinco moças. Sendo a mesma associação de Lauzun encarregada de administrar as duas *Maisons* a instalação aconteceu no mesmo local. Segundo Gilly (s/d), a experiência durou apenas seis meses e foi uma experiência muito difícil para as famílias, porém se constituiu num grande aprendizado para a instituição.

A participação dos pais e da própria comunidade é uma das características marcantes das *Maisons* de um modo geral e que acompanha o projeto desde o início. De acordo com Silva (2000), este envolvimento não ocorria de maneira espontânea, era fruto do resultado de todo um aprendizado. Segundo a autora, desde a experiência de Lauzun, os pais não se sentiam motivados para assumir a responsabilidade da Casa e se ocuparem diretamente com a formação de seus filhos. No entanto, em poucas semanas os mesmos tornavam-se interessados e engajados, assumindo toda a responsabilidade pela administração da *Maison*. A mudança de comportamento dos pais pode ser explicada a partir da estrutura em que estão sustentadas as *Maisons*, que têm dois pilares básicos: a associação e a alternância, que favorecem o engajamento das famílias. Sem eles certamente não haveria as *Maisons*, onde as famílias assumem responsabilidades que vão desde os

7 “Um decreto Lei de 17 de junho de 1938, tornou obrigatório, para jovens de ambos os sexos com idade de 14 a 17 anos o ensino agrícola. Uma primeira Casa Familiar Rural de mulheres jovens foi criada em 1940 em Lauzun. A partir deste ano, as Casas Familiares Rurais vão se desenvolver rapidamente” (Chambres, 1997, p. 05).

aspectos pedagógicos até os financeiros.

É a alternância que permitiu desenvolver um método pedagógico tornando assim possível o engajamento dos pais e dos mestres de estágio na formação dos jovens; mas é porque existe uma associação, na qual eles podem se engajar inteiramente, que eles podem participar efetivamente da gestão da *Maison Familiale* e interagir com os outros sobre a educação de seus filhos⁸ (CHARTIER, 1986 apud SILVA, 2000, p. 66).

2.2 A consolidação das MFRs

Depois da bem sucedida experiência de Lauzun, o projeto das MFRs despertou o interesse de outras regiões francesas. Isto foi o resultado de uma intensa campanha de divulgação, pois havia a preocupação de seus fundadores de que o projeto não caísse no isolamento, o que significaria a sua morte. Os bons resultados obtidos na primeira experiência deveriam chegar até as famílias das mais diversas localidades do país. Para isso foi editado um jornal cujo título era: *Le Maison Familiale*, ou seja, a Casa Familiar (Gilly, s/d). Havia ainda o trabalho extremamente importante da SCIR na difusão do projeto em nível nacional

A partir do ano de 1941 foi iniciado um processo de intensificação das MFRs na forma de assessoria para outras regiões. Neste mesmo ano foi criado a UNMFRs (União Nacional das *Maisons Familiales Rurales*) e a sua primeira iniciativa foi a criação de um centro de formação e o primeiro curso foi de formação técnico/pedagógica para monitores. Segundo Gilly (s/d), o conselho das MFRs contava desde o início, com mais de trinta participantes de dezesseis *Maisons*, perfazendo um total de mais de 500 jovens⁹. Neste mesmo ano, o conselho das associações das MFRs adota como base legal a Lei 1901¹⁰. Esta Lei trata dos estatutos das associações e sua adoção teve o objetivo de evitar o atrelamento político/institucional do movimento. Segundo Gilly (s/d), foi uma decisão muito importante no intuito de preservar a independência das MFRs como instituição.

8 Do original em francês: "C'est l'alternance qui a permis de mettre en place une démarche pédagogique rendant ainsi possible l'engagement des parents et des maîtres de stage dans la formation des jeunes; mais c'est parce qu'il a une association, dans laquelle ils peuvent s'engager à part entière, qu'ils ont pu participer effectivement à la gestion de la Maison familiale et échanger avec d'autres à propos l'éducation de leurs enfants" (CHARTIER, 1986 apud SILVA, 2000, p. 66).

9 "Desde 1939, pode-se ver que havia a preocupação de criação de outras experiências 'será necessário criar outras C.F. em toda a França, porque se Lauzun ficar só, a morte virá'. Reflexão realmente profética quando se pensa em todos ensaios pedagógicos que na França permaneceram em um estado de protótipo" (MFR, 2001a, p. 03).

10 "Também, em fevereiro de 1941, Françoise-Pierre Couvreur foi o encarregado de incentivar a criação de novas Casas Familiares em outras regiões. Neste mesmo ano foi realizado o primeiro Conselho Nacional da Casas Familiares Rurais que juntou aproximadamente trinta participantes que já representam 16 MFRs. Diante da ameaça de unificação dos sindicatos ao interior da corporação de camponeses, esse conselho adota a lei 1901, como base legal para as *Maisons Familiales*" (MFR, 2001a, p. 03).

O trabalho de intensa divulgação deu resultado e o processo de expansão das MFRs foi rápido, em 1943 já eram 35 MFRs, este número quase duplicou no ano seguinte (1944), saltando para sessenta Casas Familiares. Em 1945, o movimento contava com aproximadamente 100 *Maisons* e centenas de projetos em discussão.

A criação das UNMFRs teve por objetivo a unificação do movimento, devido a sua rápida expansão. Com o crescimento do projeto houveram muitas dificuldades advindas sobretudo, da ocupação alemã, pois era período da Segunda Guerra Mundial e a França estava sob o domínio alemão. O período entre 1941 e 1945 foi marcado por uma grande diversidade de experiências adotadas pelas MFRs, muitas das quais afastaram-se dos ideais iniciais. Tiveram início inúmeras divergências nos diversos pontos de vistas, com algumas tendências, avaliando que o movimento era muito clerical e outras, que tinham uma orientação muito ligada ao Estado.

Com o fim da guerra, uma nova fase foi iniciada, marcada pelo intenso trabalho na perspectiva de unificar o movimento e ao mesmo tempo resgatar e atualizar a identidade dos princípios fundamentais, sendo assim resumidos:

Uma associação de pais responsáveis em todos os pontos de vista pela MFR. - A alternância de etapas entre a *Maison Familiale* e a propriedade; sendo o ritmo da alternância o das regiões. A distribuição dos jovens em pequenos grupos: sendo todavia necessário um número de doze para que a fórmula pudesse ser viável. - As famílias poderiam recorrer ao padre ou ao pastor para a formação religiosa dos jovens católicos ou protestantes onde os pais expressassem o desejo de que eles recebessem essa formação. Em nenhum caso, o eclesiástico poderia ser o diretor da *Maison Familiale* e nela residir ¹¹(CHARTIER, 1986 apud SILVA, 2000, p. 68).

Além destas decisões, outras importantes foram tomadas, dentre as quais, as MFRs que não seguissem ou adotassem as deliberações, eram obrigadas a adaptar seus estatutos às novas regras ou convidadas a se desligarem da UNMFRs. Todo esse esforço tinha por objetivo manter a identidade e fidelidade aos princípios originais. A deliberação em relação a supressão do posto eclesiástico dentro da MFR, segundo Silva (2000), provocou um certo desconforto do movimento com a igreja católica, já que a mesma vinha

¹¹ Do original em francês: "Une association de parents responsables de la Maison à tous points de vue. L'alternance de séjour entre la Maison Familiale et la ferme; le rythme d'altern suivant les régions. Les jeunes répartis en groupes restreints; toutefois, il semble qu'un minimum de douze par groupe soit nécessaire pour que la formule soit viable. - Les familles peuvent avoir recours au prêtre ou au pasteur pour la formation religieuse des jeunes catholiques ou protestants dont les parents expriment le désir qu'ils reçoivent cette formation. En aucun cas, le ministre du culte ne peut être le Directeur de la Maison Familiale et y résider" (CHARTIER, 1986 apud SILVA, 2000, p. 68).

atuando desde a fundação. A dessacralização representou um esforço na busca de garantir a independência do projeto em relação ao Estado e a Igreja.

A ruptura com a Igreja, segundo Nogueira (1999), culminou com o afastamento do padre Grannereau da liderança do movimento, devido os seguintes motivos: a incapacidade administrativa, os relacionamentos políticos e a divergência doutrinária com o movimento. Além disso, o padre era defensor de uma formação para o meio rural totalmente fechada, iniciada desde o primário até o nível universitário, posição conflitante com os agricultores.

Outro ponto importante, de acordo com o mesmo autor, diz respeito a entrada no processo de técnicos em educação e pedagogos, dando assim um caráter formal para a pedagogia. Estas decisões provocaram a reflexão de que o movimento deveria buscar em primeiro lugar uma formação ampla para o jovem rural, que fosse além da visão agrícola. E em segundo lugar, havia a necessidade da estruturação administrativa para que o projeto pudesse se desenvolver.

Com estas mudanças houve uma maior autonomia para as associações locais, com as seguintes características: cada estabelecimento passou a contratar um diretor com habilidades técnicas e pedagógicas para coordenar a equipe de monitores; os programas recebiam aprovação das famílias; as atividades internas (limpeza e cozinha) das MFRs passaram a ser executadas pelos jovens; o controle do ensino e funcionamento das MFRs eram inspecionados pela UNMFRs; o orçamento era parte proveniente das famílias (alimentação dos jovens, salários dos funcionários, aluguel e aquecimento) parte era obtido através de subvenção do governo francês e ainda, foram reagrupados os departamentos e regiões, sendo estabelecidos que os delegados passaram a ser designados observando a proporção de dois terços de pais e um terço de representantes do conselho administrativo.

2.3. A organização do modelo pedagógico

Considera-se - *o movimento de Sillon* - como ponto de partida de todo o processo, visto que teve uma influência decisiva na criação das MFRs, passando pela experiência de Sérignac-Peboudou e Lauzun, chegando a fundação da UNMFRs. São quase meio século de experiência e tentativa na busca da organização e implantação de um modelo pedagógico. Este foi um período de consolidação e luta pela autonomia e unificação

de princípios. De acordo com Silva (2000), o objetivo perseguido era buscar um desenvolvimento de cada *Maison* constituindo uma organização de cooperação, com raízes locais e uma União Nacional com o papel de coordenar as mais diferentes experiências e ao mesmo tempo ser a mediadora delas.

Sem dúvida um longo caminho foi percorrido até se chegar a uma alternância mais elaborada. Foi uma “[...] trajetória repleta de entusiasmo, incertezas, medos e esperanças na busca da construção de uma escola diferente da tradicional. Percebe-se que a pedagogia da alternância das MFRs não nasceu pronta” (SILVA, 2000, p. 70); como se pode verificar, é um longo caminho que vai se ajustando até chegar a organização de uma pedagogia com o modelo conhecido atualmente, resultante de um grande esforço. Entretanto, muitos contribuíram, dentre eles destacam-se os trabalhos do engenheiro agrônomo, André Duffaure e do professor universitário, Jean Robert, que foram decisivos para o nascimento da verdadeira pedagogia da alternância (MFR, 2001a).

A proposta educativa das *Maisons* continha em sua ação a preparação do jovem rural que ia muito além das responsabilidades da propriedade. Segundo Silva (2000), a idéia de uma formação geral e técnica com o objetivo de transformar o jovem em um animador, em um militante capaz de se engajar, com objetivo de transformar a sua realidade e melhorar o seu meio de vida, ainda deveria passar por uma grande trajetória até atingir estes objetivos. O método de ensino estava pautado na ênfase de uma formação global para o jovem. Assim, desta forma, é que estava organizada a proposta¹².

No entanto, apesar de estarem bem definidos os objetivos, de acordo com a autora, o mesmo não acontecia com os aspectos pedagógicos. Nesta fase inicial a proposta encontrava resistência entre os monitores. É que os monitores ainda ensinavam de acordo com uma concepção tradicional, daí os objetivos pedagógico não concordavam com a prática. Havia a idéia de que o conhecimento pertencia aos professores e eles deveriam ser os transmissores para os alunos. Isto era fruto de uma formação pedagógica tradicional do monitor que o impedia de compreender que a resistência dos agricultores ia além do fator da forte tradição, como resultado de uma experiência de vida. Portanto, tinha a sua razão de ser e não seriam eles (monitores) que mudariam a opinião dos pais (SILVA, 2000).

12 “Um jovem estagiário de pesquisa vegetal, o engenheiro agrônomo de Purpan, de nome André Duffaure e o jovem professor universitário Jean Robert, que também era apaixonado e aficionado pelo sistema de formação da Casa Familiar, contribuíram ativamente para dar luz a uma real pedagogia da alternância. Entre 1946 e 1950, os seus ensaios e experimentos foram a base de uma nova concepção educativa. Graças a seus espíritos não conformistas, André Duffaure inverteu o programa tradicional de ensino agrícola tal como ele mesmo o estudou e instituiu o estudo de produções animais e vegetais desde o primeiro ano. Realizaram mais tarde o estudo do meio, terra e clima” (MFR, 2001, p. 03).

Nesta fase inicial de implantação da proposta da pedagogia da alternância, o tempo foi o encarregado da mudança de concepção e da postura tradicional do monitor, de querer ensinar pais e filhos em um só momento. Isto, ao longo do tempo, começou a ser questionado pelos pais e a mudança viria com o maior engajamento das próprias famílias. Entretanto, esta mentalidade dos monitores aos poucos foi cedendo lugar ao vai e vem da alternância que permite esta viagem do jovem entre a propriedade e a *Maison*. O conteúdo neste sentido vai se ajustando às necessidades dos jovens e respondendo aos questionamentos e as interrogações do seu dia a dia provocando uma mudança na opinião de seus pais (SILVA, 2000).

Com o passar do tempo foi aumentando a conscientização dos monitores de que para o sucesso do empreendimento era necessário utilizar o máximo de situações reais, vividas no dia a dia pelos jovens, no processo do ensino/aprendizagem. Conforme Silva (2000), apesar da forte presença de uma prática do ensino tradicional, aos poucos começam a ser lapidados os traços de uma nova pedagogia adaptada à alternância e o comprometimento dos pais a esta concepção de ensino vai se tornando natural.

Em 1943, um documento publicado pela UNMFRs continha uma tentativa de caracterizar os primeiros traços da pedagogia da alternância numa perspectiva de integração entre o mundo escolar e o vivido pelos jovens, dividido em três fases: a primeira, a partir da experiência vivida; a segunda, com o auxílio do monitor, possibilitar aos jovens condições para julgar, compreender e melhorar a sua experiência e por fim, terceiro provar aos mais velhos que é possível fazer ainda melhor. Estes princípios significaram um grande avanço rumo a consolidação da pedagogia da alternância, tendo como ponto de partida de toda a formação a experiência vivida pelo jovem em seu ambiente profissional, onde cabe ao monitor conhecer a realidade do jovem e a partir dela ajudá-lo a compreendê-la melhor, intervindo para melhorá-la (SILVA 2000).

Os anos de 1945 a 1950 foram um período de grande expansão das MFRs, surgindo a necessidade da generalização e implementação dos princípios da pedagogia da alternância. Obviamente, nesta fase de grande expansão não houve consenso, principalmente entre os monitores. Certamente por ser ainda uma experiência nova para muitos deles que eram atrelados a uma formação pedagógica tradicional. Segundo Silva (2000), houve neste período uma divisão dos monitores: de um lado o grupo mais antigo, ligado a pedagogia da alternância e do outro, a segunda tendência, um grupo de monitores mais novos convencidos de que a alternância significava um entrave para à verdadeira

educação. Para estes, a aplicação se restringia a um objetivo específico, ou seja, a transformação da realidade deveria partir dos conhecimentos repassados pelos monitores chegando ao meio de vida sócio/profissional (NOGUEIRA, 1999). Apesar da coexistência desta dualidade, ela só foi solucionada em 1946, num grande encontro de monitores marcado pelo confronto entre as duas tendências saindo vencedora a da alternância.

Outro passo decisivo rumo a consolidação da pedagogia da alternância foi a consciência de que a formação do jovem deve iniciar a partir da “realidade vivida” (SILVA, 2000). Esta decisão de que o conhecimento deveria vir a partir da realidade do jovem e não do saber do monitor, reforçou a crença de que a realidade familiar é capaz de educar e instruir o jovem enquanto que o ambiente escolar é um complemento ao meio de vida e vice-versa¹³. A opção de educar a partir do concreto possibilitou o início de inúmeras experiências pedagógicas. A concepção educativa adotada nas *Maisons* foi inspirada em vários pedagogos. Segundo Gilly (s/d), “Se fala muito dos ‘Métodos Ativos’, com Decroly, Montessori, Frenet Dewey...” (p. 08 - grifos do autor). No entanto, todos os anos os monitores são convocados pela UNMFRs para sessões de trabalhos e aprofundamentos nas discussões, com o objetivo de reformular as propostas e atualizá-las. Para o autor a pedagogia da alternância está sempre se inovando e se atualizando:

Nós podemos dizer que a Pedagogia da Alternância está sempre se organizando pedagogicamente utilizando as diversas correntes da pedagogia ativa ou métodos ativos. Exemplo concreto são as fichas Pedagógicas que utilizam o constructivismo de Piaget e para fazer a interdisciplinaridade nos utilizamos as fichas Freinet etc. (Assessor Pedagógico).

O método de ensino utilizado nas *Maisons* tem evoluído e se adaptado ao longo do tempo para acompanhar as transformações ocorridas na sociedade. Os itens a seguir evidenciam como os instrumentos da pedagogia da alternância foram criados e adaptados com o passar dos anos.

2.4 Os instrumentos da Pedagogia da Alternância

O método da pedagogia da alternância, parte do pressuposto de que a formação dos jovens deve iniciar a partir de sua experiência vivida. Para isso elaboram-se toda uma

13 “Outra revolução, menos visível mas talvez mais importante: a partir de agora é o aluno que tem que fazer as perguntas para a família, para os professores de prática, para os amigos e seus monitores. É o inverso do ensino tradicional onde é o professor que formula as perguntas” (MFR, 2001a, p. 03 - 04).

proposta pedagógica, que servirá de instrumento para os jovens questionarem seus pais e monitores a partir de suas experiências cotidianas remetendo-os às causas e os porquês e assim, construir o futuro a partir da utilização da realidade presente.

Dentre os instrumentos utilizados no processo educativo pela pedagogia da alternância cabe destacar o *caheirs de l'exploitation familiale*, traduzido como o caderno da exploração familiar ou da propriedade¹⁴. Os outros instrumentos mais importantes são: *Le Plan de formation* (o plano de formação) e *Le plan d'étude* (o plano de estudo). No Caderno da Alternância estão agrupados os Planos de Estudos, as observações, as análises, as reflexões e as comparações e a partir daí são organizadas as fichas pedagógicas. O plano de formação pode ser definido como a maneira pela qual está organizada a alternância. Os próximos itens estão subdivididos em vários outros, que são os instrumentos utilizados pela pedagogia da alternância nas MFRs e que serão abordados a seguir.

2.4.1 O Caderno da Alternância

O Caderno da Alternância é sem dúvida um dos principais pilares da pedagogia das Casas Familiares. Ele é o resultado de uma longa caminhada do movimento das *Maisons* até chegar a forma definitiva conhecida atualmente. De acordo com Silva (2000), tudo começou com *La monographie de village* (Monografia da comunidade), que era um relatório detalhado, composto de dados coletados pelos jovens referente a propriedade e a história da comunidade em que estavam inseridos. O abandono da monografia da comunidade ocorreu pela falta de motivação do jovem em coletar este tipo de informação considerada abrangente e genérica demais.

Da falta de interesse do jovem, surgiu a necessidade de avançar rumo a uma proposta de formação, de cunho mais profissional. Todo o esforço foi sempre no sentido de despertar no jovem o interesse em assumir a responsabilidade profissional em seu meio produtivo. Desta forma vai surgir a monografia da propriedade.

¹⁴ Também é conhecido nas Casas Familiares do Estado como o Caderno da Empresa. Entretanto, se utilizara a tradução de "Caderno da Alternância" nomenclatura adotada pela CFR de Quilombo.

A monografia da propriedade consiste em propor à cada jovem o estudo progressivo, detalhado e preciso da unidade profissional que lhe é familiar, no qual e pela qual ele age e teoriza: a propriedade agrícola familiar¹⁵ (CHARTIER, 1986 apud SILVA, 2000, p. 75).

O seu surgimento teve por objetivo substituir a da comunidade, agora transformada numa proposta totalmente voltada para a propriedade, com pesquisa direcionada para a produção, envolvendo toda a família no processo de formação. Assim, durante três anos, o jovem deveria compreender todo o processo produtivo agrícola desenvolvido na sua propriedade. De acordo com Silva (2000), partindo de uma descrição da origem da estrutura, da administração e dos meios de produção disponíveis na propriedade, no final dos três anos, o jovem deveria ter a capacidade de fazer uma avaliação do funcionamento da propriedade e propor melhorias e alternativas adequadas ou adaptáveis àquela realidade.

Apesar dos avanços apresentados pela monografia da propriedade em relação a da comunidade, ainda era considerado um projeto ambicioso e difícil de ser exigido de um adolescente (SILVA, 2000). Nesta etapa, persistiu uma grande dificuldade na aplicação da proposta aliada a uma desmotivação dos jovens em relação a abordagem considerada muito geral e abstrata.

Somente no final da década de 40, devido as limitações da monografia da propriedade, é que vai surgir o *caheirs de l'exploitation familiale* (caderno da exploração familiar ou da propriedade). O Caderno da Alternância utiliza como ponto de partida para os questionamentos, as dificuldades enfrentadas pelo jovem no cotidiano vivido na propriedade. Em suma, expressa as interrogações do educando a partir de uma realidade vivida, ou seja, é [...] “o resultado das observações que ele realiza ao participar ativamente dos trabalhos com sua família” (GILLY, s/d, p. 26).

A partir das anotações feitas pelo jovem em seu caderno, durante a permanência na propriedade, é que se vai elaborar o conteúdo geral para a sua formação. Desta forma, há uma inversão na ordem tradicional do ensino, na qual se privilegia a área de interesse do jovem para depois partir para a teoria. Considerando o caderno como fonte de diálogo entre pais e filhos, serve de direção para as suas observações, interrogações e questionamentos. Dessas anotações são gerados questionamentos visando facilitar a interlocução entre jovens,

¹⁵ Do original em francês: “La monographie de l'exploitation consiste à proposer à chaque jeune l'étude progressive, détaillée et précise de la cellule professionnelle qui lui est familière, dans laquelle et pour laquelle il agit et recherche: exploitation familiale agricole” (CHARTIER, 1986 apud SILVA, 2000, p. 75).

pais e pessoas próximas. Dando assim origem ao *Le plan d'étude*¹⁶ (plano de estudo). Em consequência disso, os vários planos de estudo juntos formarão o Caderno da Alternância, agrupando todas as observações, análises, reflexões, comparações e respostas, possibilitando uma formação contínua, na qual o jovem estará comprometido com o processo. O Plano de Estudo é resumido por Gilly como sendo:

O instrumento de trabalho que o jovem leva da CFR para sua residência durante a alternância, para se aprofundar e trabalhar. Sempre são TEMAS que têm relação com sua vida profissional, familiar e social. O Plano de Estudo permite a cada jovem: Informar-se, pesquisar, olhar, observar, perguntar e discutir. Analisar, refletir: por que, como, onde, quando e consequências. Expressar suas descobertas e reflexões (s/d, p. 30 - Grifos do autor).

Do conhecimento adquirido em sua experiência profissional, o jovem vai aos poucos descobrindo o conhecimento científico. E para chegar a esta descoberta, os monitores utilizam um outro instrumento pedagógico conhecido como: *visites d'études* (visitas de estudo) ou de propriedade, cuja meta é responder as dúvidas e atender as expectativas dos mesmos. Das observações surgirão as questões que vão sendo anotadas no Caderno da Alternância. Este instrumento é considerado um recurso pedagógico muito importante para o desenvolvimento do aprendizado do jovem. Esta etapa acontece durante a permanência dele na *Maison*. Sempre antes da visita a uma propriedade, empresa, cooperativa, entre outros, o procedimento é o mesmo, ou seja, os jovens são orientados pelos monitores afim de obter o máximo de informações para suas indagações. Segundo Silva (2000), este método acompanha as *Maisons* desde a sua fundação e ao longo do tempo foi sendo aperfeiçoado. A importância deste instrumento está em permitir ao jovem confrontar a sua experiência pessoal com a de outras pessoas e objetiva:

- Provocar uma tomada de consciência de sua própria vivência;
- melhorar a interpretação da realidade e do meio que o cerca;
- aumentar e revitalizar seus conhecimentos;
- favorecer o raciocínio, julgamento, engajamento e afirmação pessoal;
- desenvolver os meios de expressão escritos e orais;
- traduzir em seu próprio linguajar as novas descobertas resultantes da aprendizagem (GILLY, s/d, p. 31).

16 "É graças a estes cadernos, aos planos de estudo, a todo o trabalho de observação, de análise, de reflexão, de comparação... pergunta aos alunos sobre os seus pais que a alternância vai deixar de ser uma fórmula de ensino parcial para tornar-se realmente 'se tornar uma formação continuada em atividades um descontinuas' de acordo com as proposições de Edgar Pisani" (MFR, 2001a, p. 04).

Em cada retorno da Visitas de Estudo e também a cada início de alternância, o jovem faz *La mise en commun*¹⁷ (a colocação em comum) para seus colegas, reunidos na MFR juntamente com os monitores, onde cada um faz as suas colocações ao grupo, apresentando as suas dúvidas, fazendo por fim, comentários e questionamentos. Esta atividade é considerada de extrema importância para a formação do educando e o resultado deste trabalho é a elaboração de uma síntese afim de dar suporte aos estudos realizados, conforme o tema escolhido para aquela semana. Esse confronto entre diferentes realidades permite a troca de experiências e de idéias que ajudarão na construção de um conhecimento coletivo: além de estimulá-los a melhorar sua expressão oral, personalizar as suas descobertas e possibilitar a aquisição de uma expressão mais especializada (NOGUEIRA, 1999).

Além destes instrumentos pedagógicos outros foram introduzidos com o tempo, sempre na perspectiva de fazer a ponte entre o conhecimento prático e o teórico. Um outro instrumento são *Les fiches pédagogiques*¹⁸ (as Fichas Pedagógicas). Na verdade, são documentos normalmente elaborados pelos próprios monitores. A sua utilização visa dar seqüência e aprofundamento na colocação em comum. Esta fase ocorre nos períodos em que os jovens estão na *Maison* e possibilita aprofundar o conhecimento elaborado a partir do plano de estudo. Desta forma, as fichas permitem estabelecer a ligação entre os conteúdos disciplinares do programa e a produção dos conhecimentos do Plano de Estudo com a colocação em comum; oferecendo um aprofundamento do conhecimento da realidade com os conteúdos específicos (saúde, biologia, física, química, etc.). De posse das fichas, os jovens fazem anotações e destacam os pontos fundamentais, possibilitando uma série de atividades: dialogar com os monitores, pesquisar, realizar trabalhos em grupo, entre outros. Com as fichas pedagógicas é possível, a partir de um detalhe, chegar ao global e do global voltar ao detalhe. Elas possibilitam a cada jovem fazer esta viagem dentro do seu objeto de estudo (CHAMBRES, 1997).

17 "De retorno do Estágio, uma primeira etapa vai motivar a equipe de formadores e realizar uma conversação com cada aluno que apresentam seus documentos de trabalho: correção da forma, correção de problemas ligados a expressão escrita, discussão da convivência no meio da presença do sujeito, etc." (CHAMBRES, 1997, p. 25).

18 "Estes são vários instrumentos complementares que permitem estabelecer desde linhas entre os conteúdos disciplinares do programa oficial e a produção do conhecimento do plano de estudo e a missão em comum. Ele se movimenta de uma discussão de trabalho que combina desde os aporte disciplinares, dos escritos de aluno e informações, passando dos estudos de estágio, das visitas, das intervenções, das reflexões coletivas, etc." (CHAMBRES, 1997, p. 25).

Uma outra atividade desenvolvida na MFR são *Le cours* (os cursos). Com a função de auxiliar na formação são considerados um recurso de grande valor pedagógico. A meta dos cursos é dar conta das explicações científicas e técnicas. Normalmente são elaborados por monitores e/ou pessoas externas as MFRs. Para Gilly (s/d), o bom desempenho dessa atividade depende da vinculação de atividades que ajudem os jovens a despertar o interesse, permitindo a concretização ou assimilação das visitas de estudo, e experiências. O curso¹⁹, enfim, é um momento de responder, de explicar, de compreender e de adquirir os conhecimentos teóricos do programa, oportunizam ao jovem reagrupar e ordenar o que sabe; descobrir novas idéias e durante o processo, assimilar outras, desenvolvendo assim, o seu raciocínio.

O processo de avaliação na MFR, no início, não tinha somente a preocupação em avaliar o conhecimento adquirido, a competência e a capacidade mas, sobretudo, o comportamento do jovem nas mais diversas e variadas situações reais a partir do Plano de Formação. Neste caso, portanto, permitia ao monitor analisar a capacidade de raciocínio e de decisão de cada jovem. Segundo Nogueira (1999), havia um processo que podia ser dividido da seguinte forma: no primeiro ano avaliavam-se as atividades realizadas no seu meio de vida; no segundo ano, o senso de responsabilidade do jovem em seu meio profissional; e no terceiro ano era exigida a apresentação de um projeto escrito acompanhado posteriormente de sua execução, tendo por finalidade a melhoria da propriedade. As avaliações eram complementares e a finalidade da primeira era verificar o conhecimento prévio e a segunda, com vista a potencialidade e o êxito do jovem. Com o tempo, o método sofreu algumas modificações e atualmente, permite-se a troca de idéias entre jovens e adultos (pais, profissionais e monitores). As discussões partem das ações dos jovens em suas residências e a relação com o seu trabalho na CFR. Os objetivos das avaliações são resumidos por Gilly, da seguinte forma:

- Controlar a formação recebida;
- Verificar a aquisição das novas maneiras de trabalhar;
- Verificar se os jovens sabem utilizar durante a alternância, o método e os novos conhecimentos adquiridos (s/d, p. 32).

¹⁹ "É um momento de responder, de explicar, de compreender e de adquirir os saberes teóricos do programa.

- Um tempo de cursos, para elevar, é portanto um tempo que permite a ele:

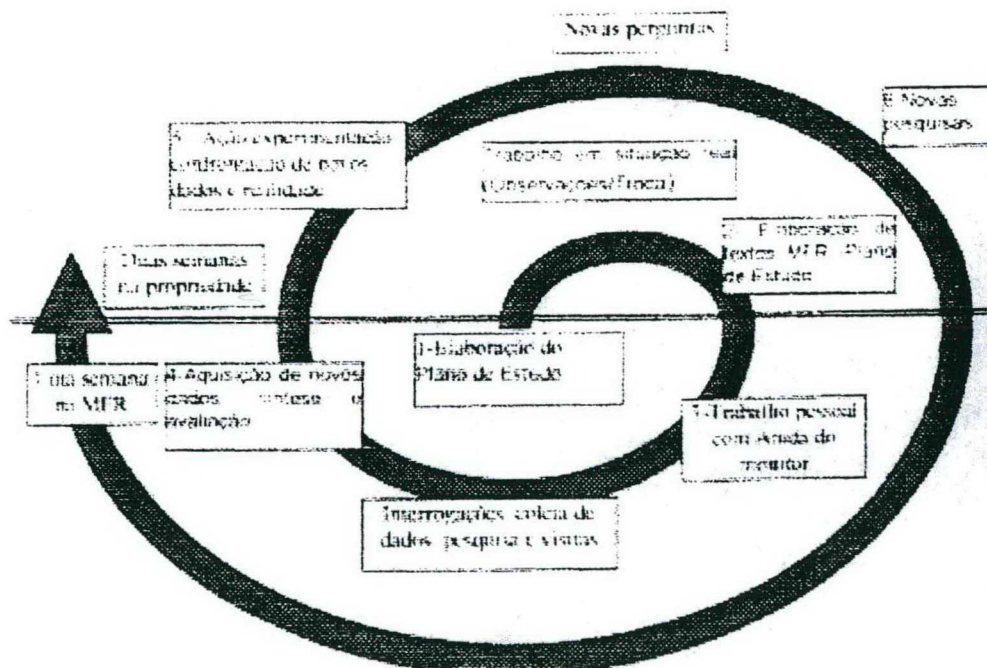
- reagrupar e ordenar o que já sabe; - descobrir várias idéias novas, durante um processo ou durante outro as compreendê-las e assimilar de fato rapidamente; - desenvolver seu raciocínio" (CHAMBRES, 1997, p. 26).

O estágio (*Le stage*) é outro instrumento importante da pedagogia da alternância. Segundo Nogueira (1999), é o período em que o jovem permanece numa experiência diferente do local em que ocorre a alternância e tem como objetivo fornecer elementos ao jovem para poder traçar paralelos oportunizando a obtenção de novos conhecimentos, tornando-os “questionadores” dentro de sua prática profissional, além de despertá-los para outras formações. Em suma, o estágio representa a maneira pela qual o jovem tem a oportunidade de confrontar a sua realidade com outra.

Os exercícios (*Les exercices*) são atividades pessoais que permitem ao jovem, após cada avaliação, a fixação e a aquisição que possibilitem assimilar melhor os novos conhecimentos. Através do exercício pode:

- descobrir sua capacidade de esforço, sua velocidade no trabalho;
- desenvolver suas funções intelectuais (inteligência, memória, atenção, imaginação, capacidade de aprendizagem);
- desenvolver os meios de expressão escritas e orais;
- traduzir em sua própria linguagem as novas descobertas, resultantes da aprendizagem;
- realizar-se no meio profissional (GILLY, s/d, p. 32).

FIGURA 2: A progressão dos jovens nos estudos – Esquema ilustrativo



Fonte: Chartier - Adaptado.

- A seqüência apresentada nesta figura é de natureza cronológica e pedagógica.

A figura 2 mostra de maneira resumida a forma como é adquirido o conhecimento, através dos instrumentos da pedagogia da alternância, levando em

consideração o período em que o educando passa em internato na MFR e no seu meio sócio-profissional. A parte de cima da linha representa as duas semanas na propriedade e a parte de baixo da linha representa a semana em internato na *Maison*. Este esquema demonstra o movimento em progressão na forma de espiral, em que o jovem, através dos questionamentos, adquire novos conhecimentos e faz adaptações ao seu meio de vida, num processo contínuo de aprendizado.

A partir de 1968 foram introduzidos nas MFRs os termos *L'éducation et l'orientation* (educação e orientação). Estes princípios foram incorporados a partir da reorganização das MFRs acontecida no final da década de 60. Com a nova organização estes termos passaram a ser o centro dos princípios metodológicos desenvolvidos nas *Maisons*. Entretanto, os instrumentos anteriormente descritos continuam sendo utilizados da mesma forma, o que houve foi somente uma reorganização dos métodos. As *Maisons* continuam com os mesmos objetivos, não apenas o de formar, como também o de educar. Mesmo contando com o efetivo aumento do número de MFRs ao longo dos anos, elas se mantêm centradas na qualidade, na acolhida e no acompanhamento dos jovens. Esta é a razão de ser das MFRs (CHAMBRES, 1997).

Em relação ao primeiro termo, educação, está relacionada a escolha racional feita pelo jovem entre uma série de possibilidades. Externamente são os estágios, na qual o jovem confronta-se com determinada realidade, fazendo uma escolha pessoal; internamente, é a convivência em pequenos grupos, a realização de atividades em que aprende conhecer a si mesmo e a seus limites, ajustando as suas aspirações à realidade (NOGUEIRA, 1999). Quanto ao termo orientação é um procedimento progressivo que se encaminha nos diferentes níveis de formação proposto pelas MFRs. É uma escolha discutida, feita a partir de vários elementos vivenciados verificados no curso da prática. Os períodos de alternância oportunizam ao jovem a confrontação com o trabalho, permitindo aprender da melhor maneira em situação real, refletindo de forma mais profunda sobre o seu projeto. As MFRs, em suas diferentes práticas, permitem aos jovens pensarem em diversas profissões e os orientam a planejar melhor seu futuro (CHAMBRES, 1997).

As mudanças ocorridas a partir de 1968, no ensino francês tornou obrigatório a educação até os 16 anos, trazendo grandes transformações para o movimento. Entre elas destaca-se a criação dos IREOs (Institut Rural d'Éducation et d'Orientation) agrupando um conjunto de 4 a 5 *Maisons*. Essa nova forma de organização denominou-se de *Ensembles pédagogiques*, apesar de conduzirem conjuntamente a formação dos jovens, respeitava a

autonomia de cada MFR. Nesse mesmo período as *Maisons* passaram a se chamar de *Maison Familiale Rural Rural d'Éducation et d'Orientation* (MFREO) oferecendo cursos em outras áreas além do agrícola, como: comércio, artesanato e para pequenas empresas.

Com a constituição dos IREOs a formação passou a ocorrer em duas etapas: a primeira o jovem frequentava a MFR durante três anos; e a segunda a partir dos 16 anos de idade, o aluno fazia um prolongamento dos estudos nos IREOs pelo período de um ano. Além desta mudança foram criadas as MFRs de profissões como: mecânica, edificações, marcenaria, carpintaria e outras. E, ainda a inclusão da formação em alternância no ensino superior (NOGUEIRA, 1999).

No entanto, apesar da melhora em termos financeiros, com a introdução das MFRs no sistema de ensino oficial francês, o que por um lado possibilitou a rápida expansão do projeto, mas por outro houve a descaracterização da proposta. Este fato foi ocasionado em virtude do seu crescimento o que posteriormente houve a necessidade de fechamento de inúmeros estabelecimentos. Esta situação só foi amenizada com a aprovação da Lei Guermeur no final dos anos setenta em que devolveu a autonomia as *Maisons*.

A década de oitenta foi marcada pela luta para resgatar os princípios da pedagogia da alternância e manter o ensino sob domínio privado, mas condicionada ao financiamento e ao reconhecimento do Estado. A partir desta discussão iniciou-se um outro tipo de relação com o Estado, mediante a criação de um modelo contratual, amparado em uma Lei aprovada no final de 1984. Este novo modelo respeitou as características de cada *Maison*, mas a questão orçamentária, ainda não foi resolvida. Atualmente o orçamento das MFRs é constituído da seguinte forma: 20% taxa de aprendizagem; 36% da famílias; e 44% de subvenções do Governo.

2.4.2 O Plano de Formação

Os métodos expostos anteriormente são utilizados de acordo com o plano de formação ou *Le Plan de Formation*²⁰ que é a estruturação, *a priori*, dos fins de formação dos jovens que pode ser definido como está organizada a proposta da alternância. Integra, por um lado, as finalidades que residem na missão educativa das MFRs (autonomia das

20 "O plano de formação pode ser definido como a missão da organização do trabalho da alternância: ele integra, de uma parte, as finalidades que presidirão a missão educativa da Casa Familiar Rural (autonomia das pessoas, desenvolvimento do meio...) e, de outra parte, os objetivos concretos que desejam alcançar os jovens e suas famílias (sair-se bem na investigação, inserção profissional...)" (CHAMBRES, 1997, p. 24).

peessoas, desenvolvimento dos meios) e, por outro, os objetivos concretos que norteiam os jovens e suas famílias. O Plano de Formação integra diferentes sujeitos: estudantes, instrutores, parceiros, entre outros. Visa conciliar as lógicas externas, como obrigações de ensino do programa oficial e lógicas mais internas, projeto do estabelecimento, dos alunos, do mundo sócio-profissional (CHAMBRES, 1997). É necessário levar em conta também o programa e seus conteúdos, associando à necessidade do jovem. A proposta parte do real, indo de forma progressiva para o abstrato, ou seja, o ensino está organizado de maneira que o jovem aprende ao perceber a relação entre o que ele faz na propriedade e suas preocupações surgidas com as atividades que lhe são propostas. Desta forma, conforme a figura 3, o Plano de Formação deve seguir a lógica do jovem, através de Temas de Estudo e não a lógica do programa. De acordo com Nogueira (1999), a lógica desse Plano é dada por Temas de Estudo. Sendo que a lógica vertical é a do Programa, sua execução acontece a partir das etapas horizontais, como observa-se no quadro abaixo.

FIGURA 3: Representação esquemática da lógica da Proposta com a Lógica do Plano de Formação de uma Casa Familiar.

Programa Tema	Plano de Estudo	Colocação em Comum	Estudos Técnicos (cursos)	Biologia	Química e Física	Matemática	Francês	Etc.	
1º Tema	Lógica horizontal do Plano de Formação Programa								P L A N O D E F O R M A Ç Ã O
2º Tema									
3º Tema									
4º Tema									
Etc...									

Fonte: Chartier - Adaptado

Em suma, o Plano de Formação representa o conteúdo no qual jovens e monitores irão atuar durante o período dos três anos de permanência na MFR. Para sua

elaboração é realizada uma pesquisa participativa²¹ envolvendo pais, monitores, jovens e a comunidade onde a *Maison* está instalada. Os dados são coletados pelos monitores e classificados por Temas de Estudos (Gilly, s/d). Estas informações são analisadas e o resultado é um inventário completo sobre as principais questões que envolvem o meio rural local, sob todos os aspectos. A partir deste trabalho inicia-se a elaboração dos Planos de Estudos para cada alternância. Nesta fase os monitores contam com a colaboração de técnicos das mais diversas áreas do conhecimento. Assim, o jovem terá a oportunidade de perceber que quanto maior o aprofundamento de sua realidade, mais descobertas poderá fazer.

O Plano de Formação conta, em cada alternância, com uma ficha pedagógica que permite ao jovem partir de seu conhecimento profissional e chegar ao conhecimento técnico e científico para compreender melhor a realidade que o cerca. Desta forma, o jovem partindo do conhecimento da realidade chega aos conceitos mais abstratos aprendidos durante a permanência na MFR. Assim, o jovem aprende através da aproximação da prática com a teoria, que se unificam em cada alternância.

Todo o conhecimento científico e técnico de base é preparado em FICHAS PEDAGÓGICAS, que facilitam a integração dos diferentes TEMAS DE ESTUDO no **Plano de Formação**, em coerência com a vivência pessoal, que o aluno expressa no Caderno de Empresa (Gilly, s/d, p. 27 - grifos do autor).

2.5 A internacionalização das MFRs

Depois da consolidação do projeto em território Francês, iniciou-se o trabalho de internacionalização do movimento. Isto ocorreu no final dos anos 50, e a primeira *Maison* implantada fora a da França e em 1958 a da Itália. O surgimento foi ocasionado depois de uma visita realizada na França, por um grupo de autoridades que tiveram a oportunidade de conhecer o projeto. Demonstrando interesse, vieram posteriormente inaugurar na região de Verona a primeira *Maison* italiana. A partir desta experiência inúmeras outras surgiram.

Na Itália o projeto passou por uma adaptação. Segundo Nogueira (1999), foi modificado o nome, passando a chamar-se de “Escola Família Rural” ou simplesmente

21 De acordo com Gilly (s/d), O objetivo é obter informações precisas para serem discutidas, analisadas e permanentemente revisadas e complementadas. Serve, ainda, para definir o calendário escolar, sempre respeitando o calendário agrícola, com isso definir os melhores períodos do ano para a formação dos jovens.

“Escola Família”. Além da modificação na nomenclatura, outras adaptações foram executadas, como é o caso da alternância, em que o jovem passa 15 dias em internato e 15 na propriedade. Ainda na Europa, outras experiências surgiram. Na Espanha em 1966 e em Portugal no ano de 1984.

No continente Africano os contatos iniciaram a partir de 1962, possibilitando o surgimento do projeto em diferentes países. A UNMFRs colocou a disposição dos países africanos interessados pelo projeto diversos assessores e monitores experientes, para auxiliar na implantação. Dentre eles cabe destacar a presença de André Duffaure - um dos organizadores da Pedagogia da Alternância. Com esta assessoria especializada, o projeto expandiu-se rapidamente pela África. De acordo com Forgeard (2001), em 1962 foram implantadas no Congo, depois no Togo e Senegal. No final da década de 60, haviam *Maisons* em funcionamento em sete países africanos. Atualmente são 116 instaladas e mais sete sendo implantadas.

Nos países da América Latina, a primeira experiência surgiu no Brasil. Mais precisamente no Estado do Espírito Santo, em 1968, sob inspiração italiana. No ano seguinte foram criadas na Argentina e sucessivamente em outros países da América do Sul. Na América Central, o resultado de um intercâmbio com a França permitiu a implantação em vários países. A primeira surgiu em 1973, na Nicarágua, seguindo posteriormente para outros países da região. E na América do Norte existe uma *Maison* em funcionamento na região de Quebec, Canadá. No continente Asiático, a primeira experiência surgiu nas Filipinas, sob influência e apoio das *Maisons* Espanholas, a partir do ano de 1988, depois foram implantadas no Vietnã. Na Oceania, foram criadas em 1977. Na Nova Caledônia, existem oito em funcionamento e no Taiti (Polinésia Francesa) outras quatro, todas surgiram a partir de 1980.

A tabela 1 dá uma panorâmica geral da distribuição das *Maisons* no mundo. Elas estão presente nos mais diversos países do mundo, num total de 907 *Maisons*, com 24 em processo de implantação, e a maioria concentrada no continente Europeu, seguindo pelos países da América Latina. O Brasil é o segundo país em número de MFRs.

Na França, as MFRs encontram-se reunidas em torno da UNMFREO (*Union Nationale des Maison Familiale Rurale Éducation et Orientation*). Atualmente, são 450 associações, institutos rurais e centros de adultos que trabalham para a formação e desenvolvimento do meio rural contando com 50 Federações.

TABELA 1: As *Maisons Familiales Rurales* no Mundo

Continente/País	Implantadas	Em Criação	Total
Europa	526	-	526
Espanha	65	-	65
França	450	-	450
Itália	6	-	6
Portugal	5	-	5
África	116	7	123
Benin	2	1	3
República do Congo	11	-	11
Rep. centro-africana	14	3	17
Mali	1	-	1
Marrocos	-	2	2
Madagascar	-	1	1
Ilhas Maurício	1	-	1
Ruanda	31	-	31
Senegal	28	-	28
Chade	10	-	10
Togo	17	-	17
RDC (ex. Zaire)	1	-	1
América	224	16	240
Argentina	35	-	35
Brasil	150	-	150
Chile	1	4	5
Equador	-	1	1
Uruguai	1	-	1
Venezuela	1	-	1
Guatemala	12	2	14
Honduras	6	2	8
México	-	2	2
Nicarágua	9	-	9
Panamá	5	-	5
Rep. Dominicana	-	1	1
El Salvador	3	4	7
Canadá (Quebec)	1	-	1
Ásia	05	1	06
Vietnã	-	1	1
Filipinas	5	-	5
Oceania	12		12
Nova Caledônia (Fr.)	8	-	8
Polinésia-Taiti (Fr.)	4	-	4
Total	873	24	907

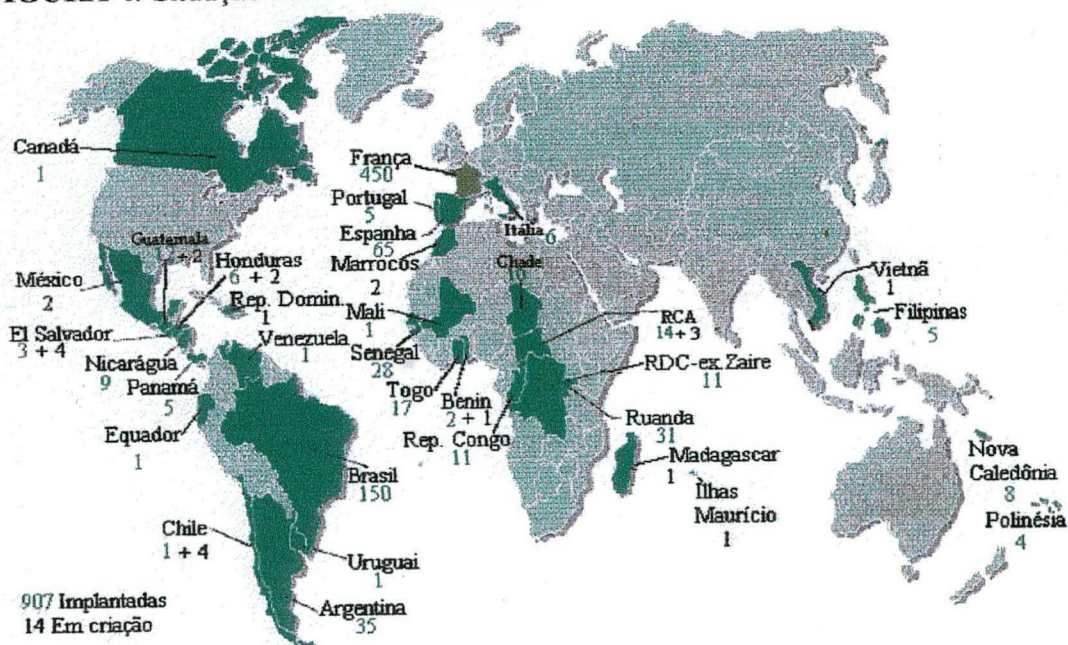
Fonte: UNMFREO - 2001, adaptado.

A UNMFREO, diretamente ou através do Centro Nacional Pedagógico em Chaingy, mantém estreita relação de cooperação com vários países, especialmente da África

e América Latina, encarregada na formação de formadores e na produção de materiais pedagógicos. Os países Africanos contam com a ajuda do Ministério da Cooperação e do Desenvolvimento. Nos países Latino-americanos, a ajuda vem do Ministério dos Negócios Estrangeiros e da Comissão da Comunidade Européia. O apoio acontece da seguinte forma: missões de assistência técnica, envio de monitores por cooperação ou voluntários, organização de seminários, formação de formadores busca de recursos financeiros, entre outros. Os convênios e parcerias também são realizados de forma descentralizada, diretamente com as federações regionais e com os departamentos locais, como é o caso do Brasil, que recebe o apoio do departamento de Mayenne (FORGEARD, 2001).

A expansão do movimento para os cinco continentes resultou na criação, em 1975 da *Association Internationale des Mouvements Familiaux de Formation Rurale* (AIMFR). A criação se deu durante um Seminário realizado em Dakar, no Senegal, que contou com a participação de representantes de vinte países e vinte e uma organizações envolvidas com a formação por alternância, da Europa, África e América Latina (NOGUEIRA, 1999). A Associação determinou como objetivos principais: promover a difusão, a representação, a integração e o desenvolvimento das MFRs em todos os países, através de contatos e trocas de experiências entre as diversas iniciativas; transmitir os princípios e métodos das MFRs, assim como auxiliar na sua aplicação e a criação de serviços necessários ao bom funcionamento da AIMFR (MFR, 2001b).

FIGURA 4: Situação das MFRs no Mundo



Fonte: UNMFREO - 2001 - Adaptada pelo autor.

No ano de 1987, a AIMFR teve por iniciativa a criação de uma Fundação com o objetivo de desenvolver ações voltadas para a captação de recursos financeiros para novos projetos, bem como a criação do Centro Europeu para Promoção e Formação no Meio Agrícola e Rural, e ainda a criação do Comitê de Administração das MFRs da América Central e da Associação pan-africana de MFRs. O objetivo era organizar o movimento nestas macrorregiões. A Fundação foi reconhecida de utilidade pública em 1996, sendo uma entidade administrada por um conselho composto por doze membros, distribuídos da seguinte forma: quatro representantes de MFRs, onde um é membro da AIMFR; quatro membros de direito (três representantes dos ministérios e mais o presidente fundador) e quatro membros qualificados (CHAMBRES, 1997).

2.6 A formação em alternância no Brasil

No Brasil, o modelo de formação em alternância, encontra-se presente em dois movimentos distintos. O movimento das EFAs (Escolas Família Agrícola) influenciado pelas experiências italianas, que tiveram o seu início a partir da vinda do padre Humberto Pietrogrande do norte da Itália, cujo objetivo era o de realizar um trabalho pastoral e social no Estado do Espírito Santo, na década de 60. O pároco tinha conhecimento das EFAs italianas, veio atuar em uma região agrícola, oriunda de descendentes de imigrantes italianos, no sudoeste Capixaba, que passava por uma grave crise econômica e social. O sacerdote, vendo a possibilidade de adaptação do projeto, iniciou uma discussão, juntamente com os agricultores e a comunidade em geral, para criação de uma Escola para seus filhos. A partir desta discussão surgiu a primeira Escola Família Agrícola (EFA), no ano de 1968. Recebeu esse nome devido a influência italiana.

Para dar suporte a criação da primeira EFA e de outras que seguiram, foi criado no mesmo ano o MEPES (Movimento Educacional e Promocional do Espírito Santo), com poderes para representar e defender os interesses e aspirações dos agricultores da região. Sendo uma entidade de promoção social, voltada para ações na área da educação, saúde e ação comunitária do meio rural daquele Estado (NOGUEIRA, 1999).

Desta forma, sob as ações do MEPES, em 1969, tiveram início as atividades educacionais das primeiras experiências de EFAs do Brasil, nos municípios de Alfredo Chaves e Anchieta, no Espírito Santo. Nesta fase inicial, em virtude da proximidade de seus

fundadores com a igreja católica e sindicatos de trabalhadores rurais, o movimento, a partir de 1973, se expandiu intensivamente não só dentro do Estado capixaba, como também na Bahia, Minas Gerais e outros. Em razão do crescimento do projeto, surgiu a necessidade da existência de uma maior articulação e união entre os mesmos, com vistas a superar não somente o isolamento, mas também garantir a aplicação e a homogeneização de seus princípios. No ano de 1982, por ocasião da realização da primeira assembleia geral de todas as EFAs do país, foi criada a União Nacional das Escolas Família Agrícola do Brasil (UNEFAB), cujo objetivo principal era o de coordenar as atividades e defender os interesses das entidades vinculadas, bem como assessorar a implantação de novas iniciativas, entre outros (SILVA, 2000).

A UNEFAB aos poucos foi assumindo o papel antes desempenhado pelo MEPES e conquistando a sua independência em relação ao mesmo. Na busca cada vez maior da desvinculação, foi criada uma equipe pedagógica nacional, responsável pela elaboração de planos de formação regionalizado em cada estado. A partir da conquista desta autonomia foi possível à aproximação do movimento das EFAs com as experiências francesas de MFRs, resgatando desta forma, os princípios originais da proposta de formação. Atualmente, com o fortalecimento da UNEFAB, o MEPES é no momento apenas uma regional da UNEFAB²².

O sistema de alternância adotado pelas EFAs é diferente do das CFRs. Em seus cursos regulares de primeiro grau o ritmo da alternância é de uma semana na EFA e uma semana na propriedade, mantendo como critério de ingresso os jovens de ambos os sexos com a idade mínima de quatorze anos. Em relação ao ensino médio (2º grau) há também uma mudança no ritmo da alternância em que o jovem passa 15 dias na EFA e 15 na propriedade. Atualmente, as EFAs atendem aproximadamente 13.000 jovens, envolvendo em média 8.000 famílias, integrando em torno de 3.000 comunidades rurais. Para atender a toda esta demanda, trabalham no projeto mais ou menos 550 monitores.

Como se observa na tabela 2, o trabalho desenvolvido pelas EFAs no Brasil está distribuído em quatro regiões, abrangendo 15 estados. O movimento conta com 96 unidades implantadas, sendo 88 em nível de ensino fundamental e 11 de ensino médio e existem mais 32 projetos em discussão. O estado com maior número de EFAs é a Bahia, com 32 entidades, onde está localizada a sede da UNEFAB.

22 Para saber mais sobre a UNEFAB, MEPES e o movimento das EFAs no Brasil, ver Silva (2000).

TABELA 2: Distribuição das Escolas Família Agrícola no Brasil

Região Sudeste				Região Nordeste				Região Norte				Região Centro-Oeste		
ES	MG	SP	RJ	BA	MA	PI	SE	RO	AP	PA	AM	TO	GO	MS
24	08	01	01	32	09	05	01	05	03	02	01	01	02	01
Total de EFAs implantadas: 96, sendo 88 de 1º grau e 11 de 2º grau														
Em implantação: 32 EFAs														

Fonte: Silva. 2000.

O segundo movimento de formação por alternância iniciou-se na década de oitenta, quando ocorreu a implantação das primeiras experiências de Casas Familiares Rurais (CFRs) no Brasil. No entanto, foram experiências que nasceram e se desenvolveram totalmente desvinculadas das EFAs, constituindo desta forma um outro movimento, vinculado diretamente ao movimento internacional das MFRs e sob orientação direta da UNMFRs da França, através da atuação de um assessor pedagógico na implantação e no desenvolvimento da proposta.

O interesse pela implantação do projeto, no território brasileiro, segundo Silva (2000), aconteceu por ocasião de uma viagem de técnicos brasileiros ligados ao Ministério da Educação e Secretarias Estaduais de Educação, à França em 1979. Na oportunidade, tiveram os primeiros contatos com as experiências de *Maisons Familiales Rurales* francesas, despertando muito o interesse do grupo. Daqueles contatos iniciais, ocorreu a vinda pela primeira vez, do assessor técnico da UNMFRs²³ ao Brasil, em 1980, tendo por objetivo divulgar melhor a proposta e incentivar a criação de MFRs no País. Estas investidas aconteceram na região Nordeste, devido aos primeiros contatos terem sido feitos com pessoas ligadas à SUDENE (Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste), que na década de 80 desenvolviam inúmeros programas voltados para a educação, principalmente o programa do polo nordeste.

Cabe destacar que esta fase inicial de atuação da UNMFRs na região nordeste, que contou com o apoio do programa polo nordeste, possibilitou o surgimento das primeiras experiências de Casas Familiares Rurais no Brasil. A primeira foi no município de Arapiraca, no Estado de Alagoas em 1981 e posteriormente no município de Riacho das Almas, Estado do Pernambuco, em 1984. Estas experiências tiveram curta duração em

²³ Segundo Gilly, sobre os primeiros contatos com autoridades do brasileiras: "A demanda do Brasil foi em resposta aos contatos de diversas pessoas, através do governo depois uma viagem de 17 pessoas do Brasil à França em 1980 que eu acompanhei".

virtude de uma série de problemas, conforme relato do assessor pedagógico da UNMFRs no Brasil, o professor Pierre Gilly:

A primeira Experiência de CFR no Brasil foi em Alagoas em 1981, na cidade de Arapiraca. Esta experiência recebeu apoio da França através de minha assessoria para formar os monitores, fazer a pesquisa Participativa, para criar uma associação e fazer o Plano de Formação. A Associação trabalhou muito ligada na Cooperativa CAPIAL. Como a única produção era o fumo de corda, nós fizemos um trabalho junto com a equipe da Cooperativa e da EMATER com apoio da SUDENE projeto POLONORDESTE. A Equipe da Cooperativa e da Associação da CFR era a mesma. Mas como todos os jovens e as famílias envolvidas na CFR eram convencidos de comercializar o fumo com a cooperativa e não com os comerciantes locais, o quarto ano eles, os comerciantes, mataram o Presidente da Cooperativa e o Secretario da Associação. Parece que o matador recebeu um carro para fazer o trabalho. A CFR fechou. Essa é a realidade de Alagoas. Durante anos eu foi proibido, pela SUDENE, de ir nessa capital. No momento nos estamos retomando contato na demanda da Prefeita reeleita para reiniciar a CFR em Arapiraca e na região, com apoio do PRONAF. No Pernambuco nos iniciamos uma CFR em Riacho das Almas em 84. Sempre estava acompanhando o trabalho de longe cada um ano e meio mas ao lugar de fazer o que era previsto os monitores orientados pelas EFAs, fizeram pouco a pouco uma escola quase tradicional, então o prefeito diz: eu não vou ajudar uma organização que está fazendo um trabalho que não é o papel dela e a CFR acabou em 90 (Assessor Pedagógico).

Mesmo assim, estas experiências acabaram se constituindo como base de referência para o surgimento de outras CFRs no país. Notoriamente, o caso da CFR de Riacho das Almas serviu como inspiração para o desenvolvimento das Casas Familiares do Sul do País, mais especificamente, as CFRs do estado do Paraná. De acordo com Nogueira (1999), conforme segue:

As primeiras interações com pessoas na região Sul do Brasil foram iniciadas em 1985, especialmente por meio do Seminário Franco-Brasileiro, em Curitiba, no Paraná. Após o evento, Pierre Gilly contactou Euclides Scalco, chefe da Casa Civil do Governador, na época. Esse contato o levou a realizar palestras sobre as CFRs, nessa região: primeiramente no município de Santo Antônio do Sudoeste, em 1986, e, no ano seguinte, em Barracão, ambos os municípios localizados no sudoeste do Paraná.

No ano de 1986, o prefeito de Barracão, Antônio Leonel Poloni, que, no período, exercia o seu primeiro mandato, recebeu de Euclides Scalco a documentação que continha informações sobre as CFRs francesas. Interessado na proposta do projeto, no ano de 1987, após contato com Pierre Gilly, viajou a Riacho das Almas para conhecer a experiência lá desenvolvida. Após o seu retorno, novos simpatizantes se agregaram à proposta, sendo instituídas as duas primeiras Casas Familiares no sudoeste do Paraná, a do município de Barracão e a de Santo Antônio do Sudoeste, iniciativa que levou à formação da equipe que, posteriormente, originou a ARCAFAR. Outro evento importante que aconteceu, segundo Pierre Gilly, em 1988, foi a realização de uma palestra, também identificada por ele como sessão pedagógica, em Barracão, com a participação de Daniel Chartier, na época diretor do centro pedagógico de Chaingy na França (NOGUEIRA, 1999, p. 44-45).

A implantação das Casas no estado do Paraná não ocorreu por acaso, como verifica-se, pois o ex-chefe da Casa Civil do Governo,²⁴ possuía conhecimento prévio do projeto, o que possibilitou a intensificação da discussão e das ações com intuito de implantá-lo. Outro ponto que mereceu destaque foi a presença de Pierre Gilly. Já a partir dos primeiros contatos, ele permanecia várias semanas, anualmente, no Brasil para formar os primeiros monitores. Após muitas idas e vindas, Gilly, a partir de 1993, passou a residir definitivamente no país, com o objetivo de assessorar e colaborar diretamente na implantação do projeto no Sul do Brasil, posteriormente seguindo para outras regiões. Desta forma surgiram e se expandiram as CFRs Paranaenses e nos demais estados do Sul.

A partir das experiências de Barracão e Santo Antônio do Sudoeste, municípios do Estado do Paraná, o governo paranaense passou a apoiar institucionalmente o projeto das CFRs, no ano de 1991, através do setor de Ensino Técnico Agrícola, vinculado a Secretaria Estadual da Educação (SEED), conjuntamente com as prefeituras e a Fundação para o Desenvolvimento do Estado do Paraná (FUNDEPAR) (NOGUEIRA, 1999). Através da formalização das CFRs no Paraná, houve um crescimento muito grande do projeto no Estado. As duas experiências do início da década de 90 saltaram para 37 no ano 2000.

Com a institucionalização do projeto no Paraná e a sua rápida expansão atingindo os demais estados do Sul, houve a necessidade de criar uma entidade a fim de coordenar os trabalhos de implantação e manutenção, bem como o acompanhamento dos projetos das CFRs. Esta idéia foi concretizada em 1991, com a criação da Associação Regional das Casas Familiares Rurais do Sul do Brasil (ARCAFAR/Sul). Esta instituição foi fundada com objetivos de difundir e padronizar a proposta de formação de jovens através da pedagogia da alternância, organizar o funcionamento das CFRs e realizar cursos de formação para monitores e responsáveis pelas associações envolvidas no processo de formação.

Entre outras funções, a ARCAFAR/Sul, também tem por missão a realização de convênios com outras associações, instituições públicas (nacionais e internacionais) e privadas. Em 1994, o governo do Paraná aprovou o "Programa da Casa Familiar Rural",

²⁴ De acordo com Nogueira (1999), "Euclides Scalco conhecia as CFRs francesas desde 1970, período em que visitou a França e participou de um treinamento com um grupo de pessoas que tinham interesse em desenvolver ou apoiar o desenvolvimento deste tipo de projeto, no Sul do Brasil. Ele expôs que tomou conhecimento que havia estado no Brasil, no município de Francisco Beltrão, no mesmo período, um casal de franceses que fez palestras sobre as CFRs francesas, a pedido de Euclides Scalco, na época presidente de uma associação de camponeses do mesmo município, no sudoeste do Paraná, embora não tenha tido êxito, retornando ao país de origem" (p. 44).

autorizando as Secretarias de Estado da Educação, da Agricultura e Fazenda, além de outros órgãos vinculados ao Governo, viabilizar todos os meios necessários para estender a implantação do projeto em todo o Estado. Em 1995, o programa foi modificado pelo governo passando a chamar-se “A Escola do Campo - Casa Familiar Rural”. Entretanto, a mudança ocorreu apenas no nome, pois os apoios recebidos pelo projeto no Estado foram mantidos, bem como o programa de formação profissional de jovens filhos de agricultores em nível de ensino fundamental de 5ª a 8ª séries que teve continuidade. As Casas Familiares Rurais do Paraná, além do apoio governamental, recebem também outros incentivos de organismos internacionais, como é o caso de uma ONG Belga que apoia projetos baseados na pedagogia da alternância. Esta parceria garantiu a articulação com as experiências francesas de CFRs.

O desenvolvimento das CFRs no Sul do país recebeu o apoio da UNMFRs, através de convênio, disponibilizando um assessor técnico para acompanhar as atividades de implantação e desenvolvimento do projeto, contribuindo também na realização de cursos técnicos para monitores e na elaboração de materiais pedagógicos, fruto desta parceria entre UNMFRs e a ARCAFAR/Sul.

A partir de 1992, a ARCAFAR/Sul estabeleceu um convênio com o Governo Francês e ONGs européias, lideradas pela UNMFRs, que possibilitou o desenvolvimento do programa das CFRs brasileiras. O objetivo principal deste convênio era implantar a médio e longo prazo, mudanças no meio agrícola brasileiro, principalmente nas regiões de maior concentração de agricultura familiar. Neste sentido, a proposta tinha objetivos assim definidos:

Multiplicar as informações sobre os fundamentos das Casas Familiares Rurais (estrutura associativa e pedagogia da alternância):- favorecer a criação de equipes de responsáveis, ajudando-as a assumir suas diversas funções associativas; - capacitar os monitores [...]; elaborar os documentos : - favorecer e procurar o engajamento de diferentes setores do meio rural nas ações de formação da CFR: - sustentar as novas associações de CFR dentro de todos os Estados e ajudar a criar um sistema associativo de CFR, nos diferentes Estados: - encorajar as negociações necessárias ao reconhecimento oficial das associações [...]; engajar diferentes responsáveis locais na formação dos jovens e dos adultos para o suporte de seus projetos de instalação, em particular na escolha de produções para uma suficiência alimentar (UNMFREO, apud NOGUEIRA, 1999, p. 22).

Fazia parte das atividades a serem desenvolvidas a capacitação pedagógica de monitores, treinamento de agricultores, tudo isto previsto nos anos de 1992 a 1995. Para

isso a ARCAFAR/Sul²⁵ e a UNMFREO, com o apoio do governo francês e de ONGs européias, realizaram um convênio que deu origem ao Programa de Desenvolvimento “Casas Familiares no Brasil”²⁶, cujas ações seriam voltadas para o treinamento e divulgação. Segundo Nogueira (1999), as atividades foram realizadas por meio de sessões de formação. Para isso, o convênio garantiu a viabilização da permanência no Brasil de Pierre Gilly, como assessor técnico para acompanhar a implantação do projeto, além de recursos necessários para o desempenho das funções estabelecidas. Nestas ações estavam previstas a implantação de 67 CFRs no Brasil, cinco na região Amazônica, oito na região Nordeste, uma em Goiás e cinquenta e três na região Sul do país, sendo trinta delas no Estado do Paraná. Fica evidenciado a forte expansão dessas alternativas no meio rural do Estado do Paraná.

Com a forte expansão do projeto no Paraná, o mesmo foi oficializado em 1994, através do Decreto nº 3.106 de 14 de março de 1994. O apoio foi estabelecido na forma de subvenções, tendo por metas: auxiliar na difusão do programa; assessoria técnica e acompanhamento às comunidades que desejassem participar do programa; encaminhamentos burocráticos; implantação, construção, equipagem e manutenção das unidades; obtenção de material permanente, equipamento, veículos e material de consumo; impressão do material didático; a contratação de pessoal (monitores, secretária, governanta); capacitação de recursos humanos; a realização de cursos e palestras para jovens matriculados nas CFRs; e a elaboração de currículo mínimo, juntamente com associações, para oficialização junto ao Conselho Estadual de Educação. Com o processo de formalização do projeto, em abril de 1995, o número de CFRs em funcionamento elevou-se para dezesseis e haviam quinze em processo de implantação (SILVA, 2000).

25 Segundo o Eng. Agrônomo, José Milani Filho, atual Presidente da ARCAFAR/SUL: “O Pierre chegou aqui no Brasil em 1987, ano que começou a se discutir as casas no sudoeste do Paraná. O Pierre chegou neste momento, fazem de treze a quatorze anos que o Pierre está dando assessoria. Depois a ARCAFAR fez um convênio com a União Nacional das CFRs francesas, colocando oficialmente o Pierre por aqui por um período para ser o dinamizador, o motivador, o ponto de partida do projeto aqui no Sul. Ele entrou motivando as comunidades que tinham um certo interesse pelo projeto e principalmente na questão da formação dos monitores, formação de associação, ele trabalhou muito em cima disso. Até que este convênio se esgotou. Ai ele foi para o Norte. Hoje a missão dele é uma missão assim mais de apoio, para nós é um ponto de referência de um apoio efetivo. Hoje ele está apoiando efetivamente o Norte, o Nordeste e o Centro-Oeste. Ele está no Ministério do Desenvolvimento Agrário, hoje ele está lá dentro. Ele é um dos responsáveis pela profissionalização de agricultores, só que ele como conhece bem o projeto das casas, mexe mais um pouquinho com o projeto das casas. Então hoje, por exemplo, ele fica uma semana lá no Ministério e três semanas girando no interior, mais especificamente naquelas Regiões (Norte, Nordeste e Centro-Oeste), fazendo o trabalho que ele fazia aqui no Sul. Hoje o trabalho aqui em Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Paraná, está andando e continuará andando” (Pres. da ARCAFAR/Sul).

26 O Programa de Desenvolvimento das C.F., no Brasil, previu recursos em torno de 43.155.000 F, sendo 94,5% a cargo do governo brasileiro, e 5,5 %, financiamento de organizações internacionais. O período da missão internacional estava previsto para ser efetivado no período de junho de 1993 a junho de 1995 (NOGUEIRA, 1999, p. 22).

No ano de 1995, findou o convênio entre a ARCAFAR/Sul e a UNMFRs, no qual disponibilizou a permanência do assessor técnico no Brasil. No entanto, um novo acordo foi firmado, desta vez com a Embaixada da França, garantindo a presença dele por mais um ano, agora como funcionário da ARCAFAR/Sul. Esta permanência foi muito importante para as atividades de formação de monitores e responsáveis pelas associações das CFRs. Desta forma foi possível dar continuidade ao projeto e ao mesmo tempo formar uma equipe de formadores. Cessado o convênio com a Embaixada, um novo foi feito, com a SUDENE, transferindo o assessor da ARCAFAR/Sul para atuar nas regiões Norte e Nordeste do país, através do PNUD/PRONAF²⁷, com o objetivo de implantar a ARCAFAR/Norte.²⁸

Em relação as Associações Regionais, que têm por meta a organização e a padronização no processo de formação por alternância das CFRs, estão em funcionamento no Brasil, a ARCAFAR-Sul, com sede no município de Barracão -PR e a ARCAFAR-Norte, com sede no município de Altamira, estado do Pará. Entretanto, já está em processo de discussão a implantação de outras como são os casos das: ARCAFAR em Minas Gerais, ARCAFAR do Nordeste e a ARCAFAR Centro Oeste. Da mesma forma, também está sendo discutido na Região Sul a possibilidade da transformação da ARCAFAR-Sul em três, uma para cada estado²⁹, no momento somente a ARCAFAR/Rio Grande do Sul está funcionando. No entanto, as ARCAFARES de cada estado tratarão apenas das discussões internas e a ARCAFAR-Sul continuará existindo e tratará das questões comuns aos três estados. Uma outra proposta que está sendo discutida conjuntamente entre a ARCAFAR e

27 De acordo com Gilly a sua chegada oficial ao Brasil aconteceu em 1993: "Nós chegamos no Brasil em novembro de 1993, com um contrato da Comunidade Europeia e Itamaraty e com participação de diversas ONGs e a Fundação Mundial das Maisons Familiares Rurales. Contrato para três anos. Por isso, depois eu trabalhei com a UFPE e a SUDENE 1 ano e Pouco no Récifé. Agora estou desde Fevereiro 99 no Ministério da Agricultura e no Desenvolvimento Agrário, sempre com PRONAF" (GILLY, 2001).

28 Conforme Milani, Pierre Gilly está trabalhando atualmente: "No Norte e Nordeste foi criada recentemente a ARCAFAR-Norte, existem lá várias Casas Familiares e a mais antiga é a de Medicelândia-PA. O Pierre foi para lá (Norte e Nordeste) e está implantando o projeto com o apoio dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais, prefeituras e órgãos do governo federal, como a SUDENE" (Pres. da ARCAFAR/Sul).

29 De acordo com o depoimento contido na entrevista do Presidente da ARCAFAR/Sul: "A ARCAFAR-Sul foi criada em 1991. É uma instituição não governamental e tem abrangência nos três Estados do Sul. Então não existe uma ARCAFAR em Santa Catarina, outra no Rio Grande do Sul, não existe outra no Paraná. Agora, atualmente, nós estamos num processo de rediscussão dos estatutos da ARCAFAR, inclusive já foi constituído um grupo de pessoas dos três estados, já temos uma proposta. Então a ARCAFAR vai funcionar da seguinte forma: vai continuar existindo a ARCAFAR/Sul (Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul) com seus estatutos, sua diretoria, tudo direitinho e logo em seguida vão se constituir as ARCAFARES estaduais. Terá ARCAFAR/Paraná, ARCAFAR/Santa Catarina e ARCAFAR/Rio Grande do Sul, em função das peculiaridades de cada Estado. Porque hoje nós estamos observando que a ARCAFAR/SUL só não contempla as peculiaridades de cada Estado. No Paraná hoje, por exemplo, o Estado banca o salário dos monitores. Em Santa Catarina é um processo totalmente diferente, no Rio Grande do Sul, também é diferente. Então vai haver uma ARCAFAR/SUL que vai se preocupar com as coisas maiores, com alguns projetos e envolvimento maiores e as ARCAFARES estaduais vão se preocupar com a especificidade de cada um dos Estados. Com abrangência nos três estados e vai haver a partir de agora uma reformulação" (Pres. da ARCAFAR/Sul).

a UNEFAB é a possibilidade da criação de uma Confederação das Associações em nível de País. Constituída por uma Assembleia Geral e uma equipe técnica que teria por objetivo coordenar e auxiliar as Associações Regionais, bem como capacitar os monitores das CFs e das EFAs.

Atualmente, vem ocorrendo um aumento acentuado de CFRs nas regiões norte e nordeste do Brasil. Está previsto para os próximos anos a implantação de aproximadamente cinquenta Casas Familiares Rurais. A exemplo do que ocorreu no Sul, a expansão está ligada à participação de órgãos públicos em todas as esferas (federal, estadual e municipal) e entidades locais, bem como a presença de ONGs internacionais que colaboram na manutenção e apoio nas experiências. No momento, conforme a tabela 3, estão em funcionamento no país 97 experiências e inúmeras outras estão sendo implantadas. O Estado com maior número de CFRs é o Paraná, com 38, e o segundo é Santa Catarina, com 22, conforme dados da tabela 3 a seguir.

TABELA 3: Distribuição das Casas Familiares no Brasil.

Região Sul			Região Norte			Região Nordeste						Região Sudeste	
RS	SC	PR	PA	AM	RR	PE	MA	PB	RN	PI	BA	SP*	MG
07	22	38	07	01	01	02	03	01	01	01	01	10	01
Total de CFRs implantadas: 97													
Em implantação: 28													

Fonte: ARCAFAR - 2001.

* No estado de São Paulo, surgiu nos últimos anos o PROJOVEM (Programa de Formação de Jovens Empresários Rurais), um projeto de formação que utiliza métodos de ensino muito próximos ao da Pedagogia da Alternância das CFRs³⁰.

2.7 As CFs em Santa Catarina

Na busca do resgate histórico do projeto das Casas Familiares Rurais (CFRs) em Santa Catarina pôde-se, a grosso modo, dividir em três fases que caracterizaram sua trajetória por terras catarinenses: a primeira fase foi o processo de divulgação e implantação das primeiras experiências que contou com apoio intensivo do Centro de Estudos e Promoção de Agricultura de Grupo (CEPAGRO); a segunda fase foi caracterizada pela criação da ARCAFAR, possibilitando assim a expansão e o desenvolvimento do projeto em todo o Estado e a terceira fase foi a luta do movimento pela oficialização do processo, ou

30 Para saber mais sobre este projeto de São Paulo, ver PERES et al. (1998).

seja, pelo reconhecimento do projeto junto ao Conselho Estadual de Educação (CEE/SC). E ainda, poderia ser incluído um quarto momento neste processo, a busca da consolidação.

A primeira fase das experiências de CFRs em Santa Catarina pôde ser demarcada no período compreendido entre meados da década de 80 até o início dos anos 90. Anos em que ocorreram grandes transformações na agricultura Catarinense, ocasionadas principalmente, pela incerteza no preço de venda dos produtos agrícolas, corroidos pelo processo inflacionário, pela alta dos insumos agrícolas e pelos financiamentos corrigidos monetariamente, acompanhando a variação da inflação. Este quadro gerou para os agricultores uma situação insustentável, não restando outra saída senão o de partir para a luta, a fim de reverter o quadro. Desta insatisfação, inúmeros movimentos surgiram pelo estado afora. Em todos os cantos haviam lutas por melhores condições de vida no campo: no sul era a luta por melhores preços na comercialização do fumo, culminando em inúmeras greves; no Oeste era o pouco preço do milho e a defasagem muito grande no preço dos suínos e aves dos produtos agrícolas, tudo isso sem contar com o Movimento dos Sem Terra.

Dentre estes movimentos, estava a Federação dos Trabalhadores da Agricultura de Santa Catarina (FETAESC), que representava os Sindicatos de Trabalhadores Rurais. Neste período histórico inúmeras lideranças que integravam o movimento sindical não estavam somente envolvidos com sindicatos, como também participavam ativamente de outros movimentos sociais. A FETAESC, de certa forma, acabou contribuindo para a articulação destas lideranças pois de dentro da Federação esses líderes puderam tomar a iniciativa de criar diversas entidades de apoio às pequenas propriedades, também uma entidade na qual fosse possível agrupar os diversos movimentos emergentes no Estado, ligados à agricultura familiar daquele momento.

Desta forma, foi criado no dia 20 de abril de 1990, o Centro de Estudos e Promoção da Agricultura de Grupo (CEPAGRO), embora os trabalhos de articulação para a sua criação iniciassem bem antes de seus registros oficiais. O CEPAGRO se define como uma Organização Não Governamental (ONG), de orientação e assessoria que se articula com entidades dos diversos segmentos do meio rural e por técnicos das diversas áreas do conhecimento. E seu objetivo é “estudar e promover a agricultura de grupo em Santa Catarina” (CEPAGRO, s/d, p. 02); além de assessorar os agricultores, mantém desde a sua fundação, convênios com diversas entidades nacionais e internacionais.

As entidades que compõem o CEPAGRO, desde a sua origem, são as seguintes: FETAESC (Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado de Santa Catarina), APACO (Associação dos Pequenos Agricultores do Oeste Catarinense), ACAVA (Associação dos Condomínios de Armazenagem do Vale do Araranguá), AECOS (Associação Estadual de Condomínios de Suinocultores) e CCA/SC (Cooperativas Central dos Assentados de Santa Catarina) formando assim, a junta administrativa. A administração é feita pela Secretaria Executiva e Conselho Técnico. Os responsáveis pelos trabalhos são técnicos assalariados do próprio CEPAGRO e de parcerias desenvolvidas com órgãos governamentais e não governamentais.

O CEPAGRO busca junto aos agricultores uma melhor estruturação para responder aos desafios impostos pelas dificuldades enfrentadas na agricultura familiar. Enfim, o CEPAGRO é a união de agricultores e técnicos interessados no progresso da pequena propriedade, através do trabalho solidário, "apoando ativamente as diversas formas associativas e/ou coletivas de compra, produção, transformação e vendas empreendidas pelos pequenos agricultores, assim como suas iniciativas de organização financeira e de formação" (CEPAGRO, 1994, p.02). Sua ação é suprapartidária, portanto, desvinculada de qualquer partido político, sendo vedado o uso da entidade para fins políticos partidários. Entretanto, aos seus membros na sua individualidade é respeitada a filiação a qualquer partido político. Uma das metas do CEPAGRO é facilitar aos pequenos agricultores o acesso às inovações. "[...] de forma que possam atuar como unidades econômicas, sem contudo, perder o caráter de meio e modo de vida de seus ocupantes" (CEPAGRO, 1991, p.02)

A questão da formação profissional do pequeno agricultor foi, desde o início, uma das principais preocupações do CEPAGRO. Para enfrentar este problema, o esforço foi dirigido no sentido de implantar as CFRs, cujo objetivo era corrigir a falta de formação de pequenos agricultores. Para isso, o CEPAGRO e a UNMFREO (União Nacional das Casas Familiares Rurais da França), fizeram um convênio, através do departamento regional de Mayenne da França, a mesma entidade que apoia as CFRs no Brasil. Em parceria, desenvolveram no estado, em conjunto com as prefeituras, os sindicatos rurais e o apoio de outras organizações, um trabalho no sentido de divulgar o projeto, para que o mesmo viesse

a ser implantado por estas entidades nos municípios (ESTEVAM, 1994). Estas iniciativas possibilitaram o surgimento das CFRs catarinenses, entre elas a de Quilombo.³¹

Um outro aspecto importante a ser observado em relação ao CEPAGRO é o que o define como: "uma entidade de assessoria e não de representação. Por isso, não representa, salvo demanda específica, qualquer entidade membro da Junta Administrativa" (CEPAGRO, 1994, p.02). Este fato justifica os motivos que fizeram a entidade se afastar do movimento das CFRs no Estado, após a criação da ARCAFAR/Sul. Pois a partir deste momento, o projeto passou a ter uma entidade de representação oficial, e a retirada do CEPAGRO frente ao movimento foi considerado um acontecimento natural.

O trabalho de divulgação das CFRs, desenvolvido pelo CEPAGRO, possibilitou a implantação e a expansão do projeto. Primeiramente no Oeste e posteriormente em outras regiões do estado. A implantação das primeiras experiências de CFRs, possibilitou a criação da ARCAFAR/Sul marca desta forma a segunda fase do movimento das CFRs no estado, que foi criada com objetivo de apoiar e coordenar o funcionamento das CFRs, disciplinar o processo de implantação, direcionar o movimento, capacitar os monitores e realizar parcerias necessárias com entidades (ARCAFAR, 1995).

Pode-se afirmar que o processo que culminou com a criação da ARCAFAR/Sul tenha ocorrido a partir de um Seminário realizado na cidade de São Miguel d'Oeste-SC, onde contou com o apoio da antiga ACARESC (Associação de Crédito Assistência Técnica e Extensão Rural de Santa Catarina), hoje EPAGRI. O atual presidente da ARCAFAR/Sul, o Engenheiro Agrônomo José Milani Filho, organizador do seminário, é funcionário desta empresa desde meados da década de 70. Um fator importante a ser destacado é a localização deste município do extremo oeste catarinense, distante somente 65 quilômetros de Barracão-PR, local em que foi implantado a primeira CFR do Sul do país. Esta proximidade entre os dois municípios contribuiu para que agricultores e lideranças como o Presidente da ARCAFAR/Sul, que reside e trabalha em São Miguel do Oeste, tivessem conhecimento do projeto. Na realização do seminário, seus organizadores jamais poderiam

31 No desenvolvimento das atividades mencionadas, o CEPAGRO conta com a cooperação da ALDIS (Associação Local por um Desenvolvimento Internacional Solidário), entidade não governamental voltada ao intercâmbio técnico na área agrícola, com ação no Departamento de Maytue - França, tendo em comum com o CEPAGRO o interesse na promoção da agricultura familiar solidária. É um acordo que traduz-se "essencialmente pelo intercâmbio de idéias, documentos e pessoas em termos de interesses de agricultores brasileiros e franceses" (CEPAGRO, 1994, p. 06). No ano de 1993, um total de 19 pessoas participaram deste intercâmbio. Os termos acordados foram: "agricultura e meio ambiente, política agrícola, agricultura de grupo, política fundiária, turismo rural" (ibid., p.08). No ano de 1993 houve um seminário sobre agricultura de grupo em Chapecó - SC, coordenado pela APACO e com participação expressiva de agricultores franceses e catarinenses. Atualmente, o CEPAGRO é uma entidade que tem seus trabalhos reconhecidos pela serviços desenvolvidos no apoio a agricultura de grupo (ESTEVAM, 1994).

imaginar que aquele acontecimento serviria para desencadear todo um processo de articulação na criação da ARCAFAR/Sul³².

Em função de que nós tínhamos um conhecimento de que no Sudoeste do Paraná estava iniciando este projeto. Tinham implantado já a primeira CF e aí nós levamos um grupo de agricultores e de lideranças em 1990 até o sudoeste do Paraná e lá ficamos um dia conhecendo o projeto, ouvindo entidades e lideranças. Depois voltamos de lá e no mesmo ano de 1990 a gente fez um grande seminário regional em São Miguel do Oeste. Eu me lembro que teve em torno de 200 pessoas participando, de 30 e poucos municípios da região. Onde trouxemos pessoas do Paraná, depois de posta a idéia foram dados depoimentos, foram feitos questionamentos e a partir daí então se iniciou este processo (Pres. da ARCAFAR/Sul).

Neste mesmo ano, sem conhecer a experiência de Barracão e os acontecimentos ocorridos no Extremo Oeste do estado, também tiveram início as discussões do projeto em Quilombo. Este fato ocorreu a partir de uma viagem realizada à França por um grupo de agricultores do município, organizada por intermédio da APACO e do CEPAGRO, a fim de conhecer o cooperativismo daquele país, além de outras experiências de organização dos agricultores franceses. Foi nesta ocasião que as lideranças de Quilombo mantiveram os primeiros contatos com o projeto das CFRs:

A idéia de implantar a CFR foi de uma viagem nossa a França em 1990. Em 90 a nossa viagem foi específica sobre cooperativismo, conhecer o cooperativismo. Mas, estando na lá passamos vinte um dias dentro da França, vendo uma coisa, vendo outra, e aí a gente chegou a conhecer o projeto da CFR. Passando por perto o pessoal disseram: "olha é uma *Maison Familiale Rurale*". Então, passou o interesse em conhecer, pedimos para visitar. Aí tivemos o interesse em conhecer, fomos visitar, visitamos e fizeram uma explanação. Aí pedimos novamente, mais uma vez para se aprofundar sobre o assunto e aí nós se aprofundamos e aí voltamos. Voltando conversando com o prefeito de nossa cidade. Aí fizemos com que acontecesse a implantação da primeira CFR de Santa Catarina que é esta aqui de Quilombo (Pres. da Assoc. da CFRQ).

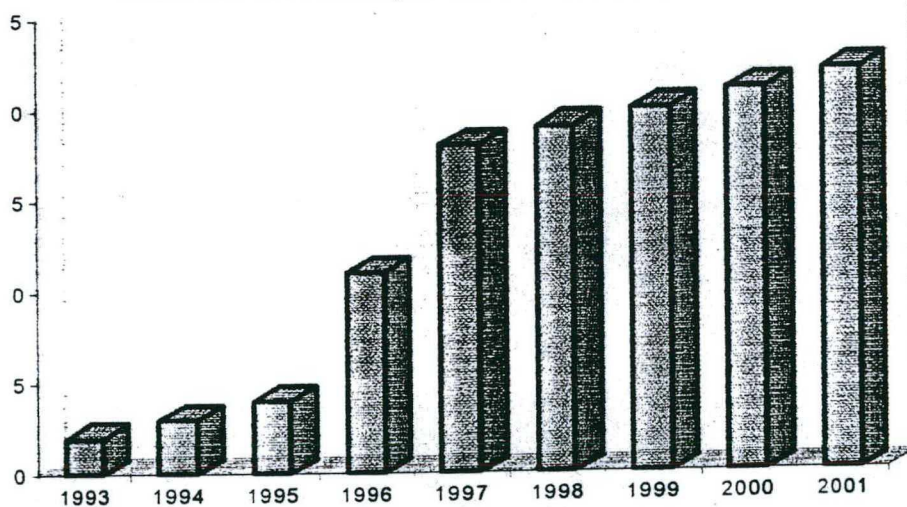
Estas coincidências históricas marcaram o surgimento das CFRs no Estado e contribuíram para o surgimento da ARCAFAR/Sul, que deu ao projeto um grande impulso para a sua rápida expansão por todo o território Catarinense. Para se ter uma idéia como o projeto se expandiu rapidamente, basta verificar que em 1993 haviam somente duas em funcionamento: Quilombo e Caíbi e mais quatro em processo de discussão. No ano de 1995 foram inauguradas mais duas nos municípios de Saudades e Modelo, num total de quatro

32 De acordo com Milani: "a ARCAFAR/Sul foi criada, em 1991, em função do crescimento do projeto no Paraná e já vários municípios e várias regiões de Santa Catarina passaram a se interessar pelo projeto. Em 1991 foi constituída a ARCAFAR com abrangência nos três Estados do Sul" (Pres. da ARCAFAR/Sul).

em funcionamento, todas no Oeste. Neste mesmo ano, haviam no entanto, mais dez projetos em fase de discussão.

O grande *boom* no processo de implantação ocorreu entre os anos de 1996 a 1998. Antes deste período, haviam apenas quatro experiências em funcionamento, saltando para 19 em 1998 e chegando a 21 no final do ano 2000; todas implantadas, conforme a figura 5. Atualmente, existem 22 CFs em funcionamento e nove projetos em fase de discussão. Destes, cinco, são CFRs que contam com o apoio financeiro do Programa Nacional de Agricultura Familiar (PRONAF), são os seguintes: Armazém, Ituporanga, Major Vieira, São José do Cedro e Seara. Os outros dois sem apoio são: Cerro Negro e Governador Celso Ramos, sendo esta mais uma experiência de CF do mar. Também em fase de discussão, há a criação de duas CF Moveleiras, nos municípios de Coronel Freitas e Pinhalzinho, são experiências inéditas no país, tendo o apoio financeiro para a instalação do governo do estado.

FIGURA 5: A evolução das CFs em SC de 1993 - 2001



Fonte: ARCAFAR/Sul - 2001.

Destes projetos em fase de discussão cabe destacar aqui o de Ituporanga, que após sua desativação em 1998, iniciou-se uma nova fase de discussão no sentido de resgatar novamente a experiência. Nos 22 municípios em que estão instaladas as CFs, o projeto atende 55 municípios. No processo de ensino estão envolvidos diretamente 45 monitores em tempo integral e 80 professores que trabalham com ensino supletivo, cedidos pela Secretaria Estadual de Educação (SED) através de convênio com a ARCAFAR/Sul. Conforme a tabela 4, estão freqüentando atualmente as CFs um total de 756 jovens e já estão formados 192.

TABELA 4: Localização das CFs, número de jovens, monitores e professores em SC

CF MUNICÍPIO (SEDE)	Nº DE MUNIC. ATENDIDOS	NÚMERO DE JOVENS	NÚMERO MONITORES		NÚMERO DE PROFESSOR
			MÉDIO	SUPERIOR	
Águas de Chapecó	1	31	1	1	4
Águas frias	3	32	1	1	3
Angelina	1	19	1	-	4
Caibi	2	35	2	-	4
Erval Velho	2	30	2	-	2
Galvão	3	29	2	-	4
Guaraciaba	2	33	2	-	4
Iporã do Oeste	4	35	3	-	3
Iraceminha	2	41	2	-	4
Irineópolis	1	37	1	-	4
Laguna	1	20	1	1	4
Maravilha	3	22	1	-	3
Modelo	3	42	-	1	4
Orleans	1	31	2	-	4
Quilombo	2	55	-	3	4
Rio do Sul	12	43	2	1	4
Riqueza	1	52	3	-	4
São Francisco Sul	5	40	-	4	4
São J. do Cerrito	1	32	1	1	3
Saudades	2	40	2	-	2
Sombrio	4	32	-	1	4
Xaxim	1	25	1	1	4
Total: 22 Casas	57	756	30	15	80

Fonte: ARCAFAR/Sul - 2001

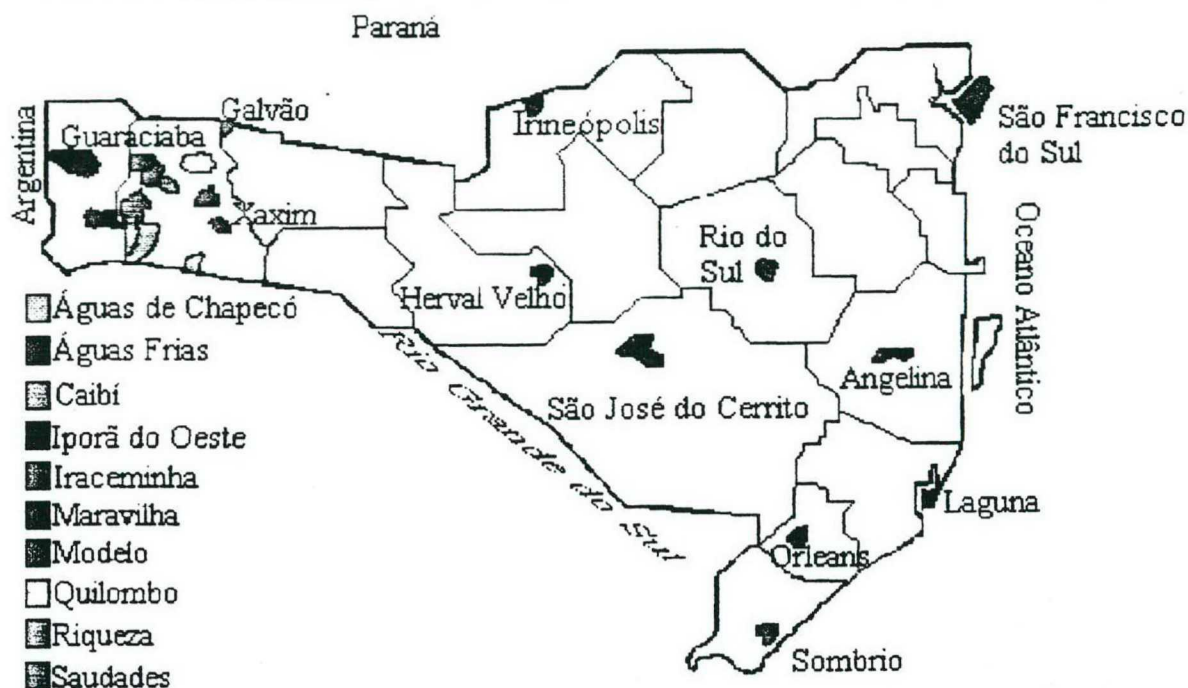
Observações Monitores - tempo integral na Casa.

Professores - tempo parcial na Casa cedidos pelo Estado.

Jovens formados: 192.

Na figura 6 é possível visualizar melhor a distribuição da localização das CFs no Estado. Hoje, as Casas estão instaladas na maioria das regiões, cabendo destacar a região Oeste com a maior concentração. Este fato justifica-se por ter a região como base econômica, a agricultura. O Oeste é uma região reconhecida nacionalmente por concentrar o maior complexo agro-industrial do país, na produção de aves e suínos; sendo o mesmo sustentado por uma base produtiva de agricultura familiar. Foi a partir destas características que o projeto encontrou as condições ideais para a sua expansão.

FIGURA 6: LOCALIZAÇÃO DAS CASAS FAMILIARES EM SANTA CATARINA



Fonte: SDM/SC, 2001 - Adaptado.

Cabe ressaltar que de todas as iniciativas de implantação ocorridas no Estado, somente dois projetos foram desativados, até o presente momento. A CFR de Campos Novos, devido a falta de apoio do poder público local; tendo em vista a troca de prefeito, em 2001 e o que assumiu, não deu continuidade ao projeto. Da mesma forma a CFR de Ituporanga, inaugurada no ano de 1995, acabou sendo desativada em 1998, porém nova discussão está sendo realizada no sentido da reabertura. Faz-se necessário buscar as razões que culminaram para o fim desta experiência. Uma delas está vinculada com falta de apoio da administração pública local da época. Observa-se presente o componente político como uma variável importante, interferindo no processo. Segundo o Presidente da ARCAFAR/Sul:

Foi implantada em uma administração, após seguir todos os passos com a comunidade (discussão, etc...). Na gestão seguinte, o novo prefeito resolveu retirar os monitores, não recontratou, não repassou os recursos. Os pais se mobilizaram, porém, não resolveu. Acabou fechando. Faltou vontade política (Pres. da ARCAFAR/Sul).

Na mesma direção aponta o ex-prefeito de Ituporanga, ex-presidente da EPAGRI e atual Deputado Estadual, o engenheiro agrônomo, Rogério Mendonça³³, cujo projeto foi criado em seu mandato. O ex-prefeito comunga com a mesma opinião do presidente da ARCAFAR/Sul em relação a falta de apoio do poder público local. Este fato seria, sem dúvida, um dos que contribuíram, de forma decisiva, para o fim do projeto.

No entanto, existem outras razões para responder a questão, além da falta de apoio financeiro que levou a desativação da experiência da CFR de Ituporanga. De acordo com Milani, o projeto das CFRs se adapta, em determinadas características, ao meio rural:

Ninguém vai querer implantar uma CF na região de campanha. E aí o médio e o grande produtor vai querer comprar tecnologia. ele busca, ele contrata o técnico, ele dá um jeito. Porque este projeto está dando certo? Você vai analisar no Paraná. é na regiões minifundiárias e no sudoeste e no centro do Paraná. Santa Catarina é o primeiro Estado minifundiário do país. não resta dúvida (Pres. da ARCAFAR/Sul).

Buscando encontrar outras soluções para a questão, agora sob um outro enfoque, as explicações acabam convergindo na mesma direção. O ex-prefeito também já havia percebido, desde o início do processo de implantação, algumas dificuldades na aceitação do projeto, por parte dos agricultores. Segundo ele, em razão das características do próprio município de Ituporanga:

É. no início nós percebemos uma dificuldade. [...] eles tiveram um pouco de dificuldade em função do município de Ituporanga. um município relativamente. com uma agricultura forte. uma agricultura rica. Talvez em função disso eles não sentiram devidamente motivados. Mas de qualquer maneira a gente sentiu que realmente não estava havendo assim uma certa motivação (Ex-presidente da EPAGRI).³⁴

Outro aspecto a ser destacado em relação as CFs de Santa Catarina é o fato inédito em nível de Brasil e América Latina que são as experiências em alternância para jovens filhos de pescadores. A primeira Casa Familiar do Mar foi inaugurada no dia 15 de abril de 1998, na cidade de São Francisco do Sul, litoral norte do Estado. Além de atender

33 O ex-prefeito Rogério Mendonça, também foi presidente da EPAGRI no período de 1996 a 1998, contribuindo muito para o projeto durante sua gestão na EPAGRI. Atualmente exercer o mandato de Deputado Estadual. Outro dado: Ituporanga fica cerca de 100 quilômetros de Florianópolis. Cabe ressaltar que Rogério Mendonça foi funcionário da antiga ACARESC e começou a trabalhar na Empresa na mesma época do atual presidente a ARCAFAR/Sul.

34 Segundo o Presidente da ARCAFAR/Sul, o projeto das Casas Familiares se adapta, praticamente em qualquer município, independe do nível dos agricultores. Se adapta as necessidades locais, pois o conteúdo quem define é os monitores com os pais e a comunidade envolvida no projeto.

o município sede; mais quatro também foram incluídos no projeto: Araquari, Barra do Sul, Barra Velha e Itapoá. A outra experiência está localizada no município de Laguna, na região sul do Estado. O objetivo destas experiências inovadoras é atender a demanda de pescadores artesanais que sofrem basicamente os mesmos problemas dos agricultores, ou seja, uma educação pouco atraente, oferecida no ensino fundamental, para seus filhos. Além da falta de incentivos dos órgãos públicos de uma maneira geral e uma concorrência desleal dos grandes empreendimentos da área da pesca, que além de explorarem os mesmos, causam enormes problemas ao meio ambiente, devido aos mecanismos utilizados na captura do pescado.³⁵

Apesar do pouco tempo de implantação do projeto, o presidente da ARCAFAR/Sul, destaca com entusiasmo a experiência da CF do Mar:

A CF do Mar, vou falar sobre a de São Francisco do Sul que é a mais antiga. Criou-se agora uma em Laguna, que está com a primeira turma. Sempre eu ouvia dizer de que o pescador é isolado, o pescador não quer nada com nada, o pescador não se reúne e a gente viu o contrário em São Francisco do Sul, a Casa mais antiga. Lá foi criado uma comissão municipal e discutiram em São Francisco do Sul e mais três municípios: Araquari, Barra do Sul, Itapoá e Barra Velha. Foram discutidos com os pescadores e nas Colônias, foi constituído a CF. Hoje a CF de São Francisco do Sul tem três turmas, 45 jovens e a primeira turma está se formando agora e com excelentes resultados. Inclusive com alguns projetos já em andamento, fizeram convênio com a Universidade. Já tem projeto de artesanato, o jovem aprende a fazer artesanato, porque é uma região de turismo. O jovem aprende a confeccionar um barco, quer dizer, são projetos voltados para o mar. Então entra a questão do turismo, a questão da gastronomia, quer dizer coisas deste tipo, não necessariamente só a vida do pescador. A partir da pesca o que deve ser feito. Então é muito interessante a idéia, está tendo um bom apoio (Pres. da ARCAFAR/Sul).

Em relação as especificidades de outros projetos em Santa Catarina, um que cabe destaque é o de São José do Cerrito, na região serrana, próximo a Lages. Esta CFR iniciou suas atividades em 1997 e conta com o apoio de várias entidades, como o Centro Vianeí de Educação Popular, conhecido no Estado por “Vianeí”, trata-se de uma Organização Não Governamental, sediada no município de Lages-SC, ligada ao CEPAGRO. Esta entidade tem prestado apoio e incentivo à educação de forma alternativa, bem como trabalha com cooperativas de créditos para a agricultura familiar da região. Devido a influência do “Vianeí”, a CFR do Cerrito atua com uma proposta de agricultura

³⁵ De acordo com o que foi noticiado na época pela imprensa: “A Casa Familiar do Mar incentiva a profissão pesqueira com a profissionalização dos jovens pescadores. Os alunos, todos filhos de pescadores, irão estudar em regime de semi-internato, permanecendo uma semana na escola e duas em casa, sucessivamente, até o final do curso. A duração é de três anos” (Jornal A Notícia, 1998, p.06).

voltada para a agroecologia,³⁶ onde os temas são elaborados a partir desta perspectiva, uma idéia considerada de vanguarda para o meio rural.

Assim como aconteceu na França, a tendência do movimento é a especialização por setor da produção. Além da experiência da CF do Mar, uma outra experiência está sendo discutida no estado, trata-se da criação da primeira CF Moveleira do país.

O projeto CF Moveleira, está sendo discutido no município de Pinhalzinho e no município de Coronel Freitas, dois municípios do Oeste de Santa Catarina. Porque são dois pólos moveleiros, são dois pólos que se desenvolvem e buscam se firmar na produção de móveis na exportação e na produção interna no país. Porém, não tem matéria prima, as pequenas propriedades e nos municípios circunvizinhos tem uma vasta possibilidade de desenvolver e resgatar o meio ambiente. Por isso o projeto CF Moveleira deseja resgatar o meio ambiente através do plantio, tanto de árvores exóticas e nós temos na cabeça sempre, plantar aquilo que produz logo, o imediatismo. Mas ele também deseja fomentar ou resgatar o ambiente das árvores nativas, da flora nativa da região e que também poderá demorar um pouquinho mais, mas que ela produz. Se nós demoramos cinquenta, sessenta anos destruindo ou um século destruindo. Vamos gastar, agora meio século para resgatar ou repor aquilo que destruímos (Coordenador das CFs da SED).

Discutido o processo de criação e expansão das experiências de CFs no Estado, cabe ressaltar agora, como foi a luta empreendida no sentido da obtenção do reconhecimento do projeto junto ao Conselho Estadual de Educação de Santa Catarina (CEE/SC). Esta fase, dentro do estudo, é considerada a terceira etapa em que foi dividido o movimento das CFs em Santa Catarina.

Para compreender melhor toda esta etapa que culminou com a oficialização das CFRs no Estado, é necessário, antes de mais nada, resgatar o procedimento de implantação da CFR de Quilombo. A CFR deste município foi a primeira experiência catarinense em alternância implantada, mas talvez esse não seja o seu o único pioneirismo; também pela primeira vez uma CFR inicia suas atividades tendo sua proposta de ensino reconhecida, mesmo antes de começar seus trabalhos, ou seja, depois de um intenso processo de mobilização e organização; envolvendo agricultores, lideranças, entidades e instituições públicas e privadas locais e estaduais, culminou, enfim, com a autorização do CEE/SC, através do Parecer nº 349/92 de 15 de dezembro de 1992, para o funcionamento do Ensino Fundamental de 5ª a 8ª série, como “experiência pedagógica”, conforme consta o processo

36 O termo agroecologia pode significar muitas coisas e a grosso modo pode ser definido como: “la agroecología a menudo incorpora ideas sobre un enfoque de la agricultura más ligada al medio ambiente y más sensible socialmente, cerrado no sólo en la producción sino también en la sustentabilidad ecológica del sistema de producción” (Revista Agroecología y Desarrollo, 1991, p. 04).

PSEE 22547/916. O parecer do Relator considerava “louvável o objetivo da experiência”, sendo o mesmo aprovado por unanimidade.

Este trabalho de mobilização e articulação para obtenção da aprovação, também contou com o apoio intensivo do CEPAGRO, principalmente no tocante a parte pedagógica e burocrática de todo o processo: para tanto, foi elaborada uma justificativa muito rica em detalhes, contendo mais de quinze laudas, destacando temas que abordavam desde as dificuldades enfrentadas pela agricultura catarinense e local, até a crise do sistema educacional estadual. Tudo isto fundamentado em pareceres do próprio CEE/SC. Havia neste período um intenso debate travado dentro do Conselho, sobre a crise do sistema educacional. O CEPAGRO aproveitou-se da discussão para elaborar a justificativa da proposta de Quilombo. Com relação as discussões realizadas pelo CEE/SC, cabe destaque um documento citado no processo que demonstra a insatisfação de toda a comunidade escolar em relação ao currículo de primeiro grau do estado na época e pedia mudanças substanciais e urgentes para o mesmo:

As experiências pedagógicas e iniciativas inovadoras, não encontram campo propício e não conseguem frutos, porque são atropeladas pela máquina administrativa e pelos horizontes limitados de tecnocratas de gabinete. Pouca ou nenhuma renovação substancial tem ocorrido no processo escolar que está a reclamar por modificações didático-pedagógicas e de conteúdos amplas e profundas. Para que possa cumprir razoavelmente suas funções básicas na sociedade abalada por mudanças brutais como aquela em que vivemos (Parecer nº 317/88, apud SCHMIDT, 1992, p.02-03).

Além de todo o debate em torno da questão, houve o empenho de agricultores, de lideranças e do próprio CEPAGRO para que acontecesse de fato, o reconhecimento em tempo recorde. Todos os esforços, neste sentido, foram sem dúvida decisivos; porém, existe um outro fator relevante a ser considerado que contribuiu para a rapidez na agilização do processo: o componente político, inclusive o partidário que tem se mostrado decisivo para o bom desempenho do projeto das CFs. A exemplo disso pode-se constatar nos depoimentos abaixo, em que fica evidente a presença da variável político partidária se constituindo em certos momentos centrais; contando com a amizade do prefeito da época, com o Governador, ambos pertenciam ao mesmo segmento político que administravam o Estado. Este fato foi importante não somente para a construção do prédio e das instalações necessárias para formalização do processo, como também acabou influenciando na

aprovação, conforme a declaração do atual presidente da associação da CFR de Quilombo, que na época, exercia o seu primeiro mandato:

Então nós tivemos bastante êxito - muito êxito - porque na época era governo o Kleinubing e nós conseguimos sensibilizar ele fácil sobre a questão e o prefeito era o Toaza conseguimos fazer com eles entendessem bem o projeto. É lógico e aí conseguimos o recurso via Estado para construção do prédio em convênio com a prefeitura. Aí aconteceu a parte básica da Casa, aconteceu a construção e assim por diante. Aí em 1992, início de 1993, precisamente em 10-04-93 iniciamos com a primeira turma, um pouco grande no começo e aí fomos adaptando de acordo com a realidade da CFR (Pres. da Assoc. da CFRQ).

Isto fica confirmado na declaração do prefeito da época, muito embora não considere o reconhecimento antecipado, pois a aprovação significou apenas uma adequação do projeto à legislação para obtenção de recursos através de convênios, sem o qual possivelmente não haveria a implantação do projeto.

Que se não tivesse aprovação não podia fazer convênio com o governo e nem receber dinheiro para colocar lá. Porque o Tribunal de Contas do Estado nos incriminaria, como gestor público. [...] Foi embutido no seu documento "Escola Santo Agostinho", para que o Conselho pudesse aprovar. E daí de posse desta aprovação o governo do Estado, na época o falecido Kleinubing, conseguiu uma verba e o poder público municipal também investiu. Daí conseguimos a aprovação das contas no Tribunal de Contas do Estado. Era apenas uma necessidade da legislação brasileira e na época Catarinense para se poder dar seqüência ao projeto e construir o patrimônio (Coordenador das CFs da SED).

Dando seqüência a discussão a respeito da legalização do projeto de Quilombo, este fato acabou, de certa forma, constituindo um problema sério para uma ARCAFAR/Sul que estava em fase de fundação e dava os seus primeiros passos. O parecer do CEE/SC era bem claro em seu objeto: "Autorização para o funcionamento do ensino fundamental - 5ª a 8ª série na Escola Familiar Rural - Santo Agostinho (Experiência pedagógica)" (PARECER n.º 349, 1992, p. 01). Na realidade, o Conselho estava autorizando o funcionamento da CFR Santo Agostinho de Quilombo, ou seja, uma aprovação exclusiva, somente para aquele projeto. Em relação a outras possíveis experiências vindouras, o CEE/SC não fazia nenhuma menção e também não havia esta preocupação na época, pois a intenção principal no período era com o convênio para construir as instalações.

No entanto, ao longo do tempo, a CFR de Quilombo passou a servir de referência para a implantação de outros projetos no estado. As informações sobre o processo de legalização acabavam sempre entrando nas discussões e despertando interesse

dos outros projetos para a obtenção de reconhecimento. Outra questão é necessário colocar, que sem aprovação do CEE/SC, não era possível a realização de convênios com as instituições públicas para obter recursos. A partir destes fatos a ARCAFAR/Sul certamente estava sendo pressionada pelos novos projetos que foram se instalando, iniciando, em certo sentido, um desvio nos objetivos da proposta. De uma questão secundária foi aos poucos ganhando espaço e direcionando todo o movimento rumo a obtenção de reconhecimento do conjunto dos projetos, inclusive os vindouros. Neste fato, é relevante considerar que o processo de implantação na França levou em torno de 40 anos para ser reconhecido. No estado, conforme entrevista do atual Presidente da ARCAFAR/Sul, na época vice presidente, feita a um jornal de circulação estadual, era bem otimista: “Na Europa levou 40 anos. Se conseguirmos o reconhecimento em seis ou sete anos já estaria bom” (DC, 1994, p. 26).

O otimismo do presidente se traduzia num grande movimento que contava com apoio de agricultores, lideranças e entidades ligadas à agricultura, na busca da formalização do ensino. Cabe destacar que a partir do reconhecimento do CEE/SC, as CFs poderiam firmar convênios com a SED, além de outros órgãos e receber recursos financeiros apoiados pelo Estado. Desta forma, poderiam se beneficiar dos programas governamentais. No entanto, o caminho para tornar este objetivo realidade foi encurtado com a posse do novo governo do estado em primeiro de janeiro de 1995. Desta data em diante, CFR transformou-se em questão de estado, e o movimento passou a contar com este grande reforço na luta pelo reconhecimento. O projeto enfim estava referendado no plano de governo 1995-98, e o reconhecimento agora era apenas uma questão de tempo.

Cabe salientar que nos dois primeiros anos do governo (1995-96), o processo de oficialização passou por uma trégua, mesmo sendo dado entrada no CEE/SC em 1996. Neste período havia dificuldades de adequar a proposta à legislação vigente, uma vez que a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) não havia sido aprovada, pois era a que facilitaria o enquadramento das CFs. Além disso, a SED queria transformar o projeto em Ensino Fundamental, no entanto o CEE/SC não via com bons olhos o método de ensino das CFs preferindo arquivar o processo. Então a ênfase maior foi dada no sentido da ampliação do projeto para todo o estado, para que o mesmo ganhasse força e consistência até adaptação à legislação. E isso pode ser verificado, conforme o relatório das realizações dos dois primeiros anos de governo em que consta a “Implantação, em parceria com os municípios, de 19 casas familiares rurais - 8 em 1995 e 11 em 1996, com 719 jovens matriculados”

(SDA, 1996, p.14). Havia ainda a previsão, neste mesmo relatório, de chegar ao final de 1996 a 20 em funcionamento e para o ano de 1997 mais 10 implantadas. No entanto, esta meta não foi atingida, mas foi sem dúvida, o período de maior expansão do projeto até o presente momento no Estado.

Nos dois últimos anos de governo, houve uma reforma no colegiado e alguns cargos foram trocados, no primeiro e segundo escalões. O projeto acabou se beneficiando com estas mudanças, e deste momento em diante todo o movimento é redirecionado numa luta intensa pelo reconhecimento junto ao CEE/SC. Para tanto, duas secretarias de estado foram mobilizadas: a Secretaria Estadual de Educação e Desporto (SED), cujo Secretário demonstrava simpatia pelo projeto das CFs, além de contar com apoio de diretores que também eram membros do CEE/SC³⁷. A outra Secretaria colaboradora era a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Rural e da Agricultura (SDA). Liderando o movimento junto a mesma estavam o secretário adjunto da SDA³⁸ e o presidente da EPAGRI. Além disso o projeto contava com a colaboração e apoio de duas professoras designadas exclusivamente pela SED para agilizar o processo junto ao CEE/SC e atender todas as exigências legais do mesmo. Ambas possuíam mestrado em educação e tinham o objetivo de coordenar todo o trabalho pedagógico, como capacitação de monitores, assessoramento na montagem dos processos junto as CFs, a produção de fichas pedagógicas, entre outras³⁹. Além de contar com estes reforços, neste período a LDB também já havia sido sancionada, o que pôde facilitar o caminho de certa forma rumo a aprovação.

Todo este esforço empenhado conjuntamente entre a ARCAFAR/Sul, mais os órgãos governamentais, contou também com a participação de entidades não governamentais e ainda com a participação não menos decisiva do assessor técnico e pedagógico das CFRs no Brasil, o professor francês, Pierre Gilly. Mesmo assim, o CEE/SC não aprovou a proposta original da SED, muito embora houvesse todo um esforço neste sentido como foi a capacitação dos monitores e toda a infraestrutura montada para atender

³⁷ Os membros da SED que faziam parte do CEE/SC eram: O Secretário-adjunto da SED o Sr. Pedro Ludgero Averbeck, O Diretor de Ensino Médio, o Prof. Paulo Hentz, a Gerente de Ensino Fundamental, a Prof. Iole Rossato. Além de contar com o apoio e dedicação do conselheiro Mário Cesar Brinhosa, um grande defensor do projeto.

³⁸ Em janeiro do ano de 1997, a ARCAFAR/Sul ganhou dois grandes reforços com as posses na SDA de dois ex-prefeitos - que haviam implantados CFs em seus respectivos municípios e cujos mandatos acabara de terminar. O ex-prefeito de Sombrio, Aldair Kozuchovski (Polaco), na Secretaria-adjunta da SDA e o ex-prefeito de Ituporanga, Rogério Mendonça, na Presidência da EPAGRI, portanto eram conhecedores e defensores do projeto.

³⁹ As responsáveis pela coordenação do projeto foram as professoras: Juçara Terezinha Cabral e Maria Auxiliadora Maroneze de Abreu. A meta era adequar os projetos as exigências legais estaduais e a LDB, para que o mesmo fosse reconhecido pelo CEE/SC.

a legislação. O Conselho Estadual não considerava o período na propriedade como carga horária.

Depois de muitas tentativas e insistências frustradas no sentido de obter o reconhecimento na forma original em que foi encaminhado, os processos permaneceram parados na Comissão do Ensino Fundamental, no período compreendido entre 1996 a 1998. Numa Sessão Plenária do dia 18 de agosto de 1998, o Conselheiro Mário César Brinhosa solicitou à Presidência do CEE/SC, explicações pelas quais os processos permanecerem por todo este tempo sustados. O pedido de revisão foi acatado e finalmente em 25 de agosto do mesmo ano, foram prestadas as devidas providências. Depois dos esclarecimentos em relação a solicitação na mesma data, a Comissão de Educação Básica convocou o Conselheiro para ser o relator dos processos. E no dia 1º de setembro de 1998 foi solicitado pelo CEE/SC, a SED, um relatório minucioso das ações desenvolvidas em parceria com a ARCAFAR/Sul de 1996 até aquele período. Feitas algumas adaptações, como o enquadramento ao ensino supletivo, o mesmo foi devolvido em seguida ao Conselho.

Após esta data, num período aproximadamente de um mês, o processo teve seu encaminhamento agilizado, sendo aprovado em sessão plenária no dia 27 de outubro de 1998. O voto dado pelo relator e pela maioria dos conselheiros do CEE/SC, foi para aprovação, através do parecer nº 354/98. O objeto do processo é a “autorização para o funcionamento da 5ª a 8ª série do Ensino Fundamental, na modalidade supletiva, semi-presencial, com a avaliação no processo, nas Casas Familiares Rurais” (PARECER nº 354, 1998, p. 01). Neste parecer foram aprovados os seguintes processos: Águas de Chapecó, Caibi, Erval Velho, Galvão, Guaraciaba, Iporã do Oeste, Iraceminha, Maravilha, Modelo, Quilombo, Rio do Sul, Riqueza, Saudades e Sombrio. Na verdade o que emperrava o processo, como foi visto, era que o CEE/SC não reconhecia as semanas na propriedade como período letivo.

Esta decisão do CEE/SC foi recebida com grande entusiasmo pela ARCAFAR/Sul:

A autorização do Conselho representa uma conquista significativa no processo de formação através da pedagogia da alternância, onde os jovens na conclusão do curso, receberão o certificado de qualificação em agricultura, e a certificação da conclusão do 1º grau. A ARCAFAR e a Secretaria de Educação de Santa Catarina estão trabalhando conjuntamente neste momento no sentido de viabilizar de forma a colocar em prática o processo respeitando-se um ensino de qualidade sem descaracterizar a pedagogia da alternância (ARCAFAR, 1998, p. 02).

Um outro grande obstáculo enfrentado na aprovação dos processos estava relacionado à capacitação técnica dos monitores, pois os mesmos, em sua grande maioria, eram técnicos agrícolas ou agrônomos. Portanto, não se enquadravam nas exigências legais da própria SED. Para isso, foi firmado um convênio entre a ARCAFAR/Sul e a SED, no intuito de superar este problema. No convênio, ficou estabelecido um programa de formação pedagógica para os monitores denominado de “Esquema I”, para aqueles que possuísem o 3º grau completo e o “Programa Magister”, para os monitores com formação de nível médio. Mesmo antes da aprovação, foram iniciados os cursos de capacitação dos monitores para cumprir as exigências legais da SED e da LDB (Lei nº 9396/96), conforme a exigência do seu art. 87, que passou a contar após um ano da sua publicação como a “Década da Educação” e, em seu parágrafo 4º aborda, que “Até o fim da Década da Educação somente serão admitidos professores habilitados em nível superior ou formado por treinamento em serviço”. O início da capacitação dos monitores foi registrado pela ARCAFAR/Sul em seu informativo da seguinte forma:

Iniciou em Agosto/98 o 1º Curso de Licenciatura Plena em Ciências Naturais de 1º grau e Ciências Agrícolas de 2º grau para um grupo de 150 professores que atuam essencialmente nas Escolas Agrícolas de Santa Catarina. Do total de participantes 25 são monitores que atuam nas Casas Familiares Rurais de Santa Catarina. A participação dos monitores foi possível graças ao apoio e o empenho da Secretaria Estadual de Educação de SC. para com o projeto das CFR. O curso terá duração de oito semestres e está sendo ministrado pela Universidade Federal de Santa Catarina. Cabe aos monitores cobrirem os custos de deslocamento, hospedagem e alimentação, a mensalidade do curso é paga pela Secretaria Estadual de Educação de SC. Ao término do curso os monitores estarão habilitados pelo MEC a lecionarem disciplinas de Ciências do 1º grau e disciplinas na área de Ciências agrícolas para o 2º grau (ARCAFAR. 1998, p. 02).

A aprovação do reconhecimento do projeto das CFs pelo CEE/SC, coincidiu com o término do mandato do governo. O movimento no Estado, a partir deste período, teve um outro momento, no qual pôde-se chamar de fase da consolidação. Depois da euforia da implantação, expansão e passando pelo processo de reconhecimento, a proposta passou por uma outra etapa. A partir do reconhecimento, o projeto enfrentou algumas modificações: a primeira foi a inclusão de professores para ministrar os conteúdos curriculares do ensino supletivo; a segunda é que com o início do novo governo, em janeiro de 1999, a equipe que trabalhou na elaboração do projeto para a obtenção do reconhecimento foi substituída por uma outra. Diante disto, a nova equipe que assumiu este

trabalho não tinha todo o conhecimento de como estava o andamento do projeto no estado; assim, o projeto passou por adaptações para receber os conteúdos das disciplinas do Ensino Fundamental e atender as exigências legais da SED com o acompanhamento da ARCAFAR/Sul, no que tange os conteúdos da pedagogia da alternância.

No entanto, a partir do reconhecimento o projeto foi enquadrado na coordenadoria de Ensino Supletivo da SED/SC. Com a posse do novo governo, assumiu esta função uma professora de São Francisco do Sul, conhecedora da experiência o que possibilitou a continuidade do apoio as CFs e houve também a disponibilização de professores da SED para atuarem nas mesmas; como também de recursos financeiros designados no orçamento, como materiais didáticos para as Casas.

Depois de todas as adaptações sofridas nesta etapa, o coordenador e motivador das CFs junto a SED, comenta a situação atual do projeto, bem como a posição do governo em relação ao mesmo:

O governo do Estado tem visto com bons olhos este projeto. As Secretarias da Agricultura e da Educação, estão mais envolvidas e estão apoiando o projeto. Ainda que poderiam apoiar mais. Mas a gente não quer cometer equívoco e não se quer levar os governos municipais, estaduais ou as respectivas Secretarias para dentro do projeto CF. Porque o dono do projeto são os agricultores. E se são eles, os governos das esferas têm que participar com uma certa reserva. Então nós não queremos cometer o risco de levar o governo para dentro, o governo se adonar do projeto e o projeto sofrer percalços depois ou sofrer alguns constrangimento ou algum desvio, é dos seus objetivos pelos quais ele foi criado. Mas também não podemos ter um governo muito longe que daí trunque verbas. Então nós estamos mediando esta situação. O governo precisa entender esta situação e as suas respectivas Secretarias. E também os governos municipais precisam entender isso. E nós estamos mediando isso (Coordenador das CFs da SED).

A avaliação dos resultados em nível de Estado nesta etapa é considerada positiva, como se observa no relato acima. Entretanto, existe um pouco de cautela para que a experiência não caia na tutela do governo, porque certamente haveria uma descaracterização da proposta. Em relação ao crescimento do projeto, o presidente da ARCAFAR/Sul, avalia como positivo, o seu desenvolvimento no Estado. Nota-se na declaração a seguir uma preocupação para que o mesmo cresça de forma consciente e com qualidade, sendo discutido na comunidade e que tenha a participação das pessoas envolvidas.

O balanço que se faz é muito positivo. Quer dizer, hoje nós estamos com sete para oito anos com o projeto no Estado. São 22 CFs no Estado, para alguns pode ser considerado um número baixo. Para nós, você sair da estaca zero e fazer com que praticamente todas as regiões do Estado tenham uma ou mais unidades implantadas, já é um grande avanço. Até porque, este é um trabalho que muitas vezes o resultado não surge a curto prazo, talvez o resultado surja no curto prazo para aquela família, para aquele jovem. Agora para a comunidade dele, para o município, enfim para as lideranças, para o público que mantém, muitas vezes o resultado não vem a tona muito rapidamente. Então na nossa avaliação é um projeto que nasceu e é um projeto que está crescendo lentamente. Uma preocupação que ARCAFAR tem é que ele cresça a partir de uma qualidade e que seja um projeto bem enraizado, bem discutido. Então não é interesse da ARCAFAR que esse projeto cresça rapidamente deixando a desejar. A questão é uma boa discussão na base, a avaliação que se faz é positiva, hoje basicamente 80% das CFs já formaram jovens e esses jovens estão trabalhando na atividade rural ou na atividade pesqueira com excelentes resultados. Excelentes resultados já participando ativamente da vida da propriedade, ajudando a decidir na família que é um fator fundamental (Pres. da ARCAFAR/Sul).

Depois de um período de adaptação dos novos integrantes da equipe de governo, aos poucos as atividades entraram em seu curso normal. Exemplo disto são os seminários estaduais e interestaduais das CFs e os cursos de aperfeiçoamento para os monitores que novamente estão sendo realizados. Os monitores e professores estão participando de cursos ministrados pela SED/SC sobre os conteúdos da grade curricular do Estado. Também vem acontecendo os cursos promovidos pela ARCAFAR/Sul sobre a pedagogia da alternância para os monitores no qual foram realizados cinco cursos somente neste ano de 2001.

3 METODOLOGIA DA PESQUISA

A operacionalização da pesquisa foi desenvolvida a partir da coleta de dados junto ao ARCAFAR/Sul, CEPAGRO, SED, CEE/SC e a da CFR de Quilombo-SC. Optou-se realizar a pesquisa deste projeto por se tratar do mais antigo do Estado e por ser apontado como modelo para instalação dos demais projetos que foram surgindo ao longo do tempo em Santa Catarina. Sendo este considerado a referência, optou-se por estudar o caso no sentido de obter uma compreensão melhor de sua dinâmica e da realidade das CFs Catarinenses. Este projeto surgiu a partir do contato direto feito dos agricultores de Quilombo pelos agricultores Franceses, o que diferencia a experiência das demais em termos de Estado.

A pesquisa tem uma abordagem qualitativa. A escolha desta abordagem ocorreu por entender que se estuda os fenômenos do qual envolvem os seres humanos e suas relações sociais de maneira mais abrangente. De acordo com Godoy (1995), os fenômenos são melhor entendidos quando o pesquisador vai a campo e busca captar a percepção das pessoas, considerando todos os pontos de vista marcantes para a pesquisa.

A opção na escolha desta abordagem torna-se essencial para este estudo, principalmente porque a pesquisa qualitativa parte do pressuposto de que as pessoas agem em função de suas crenças, percepções, sentimentos e valores, e seu comportamento sempre tem um sentido, um significado que não se pode conhecer de modo imediato, precisando ser “desvelado” (ALVES, 1991).

3.1 Delimitação da pesquisa

Kerlinger (1980), define a delimitação da pesquisa como sendo o plano e a estrutura da investigação, concebidos de forma a permitir a obtenção de respostas para as perguntas de pesquisa. Desta forma, a delimitação focaliza a maneira pela qual um problema de pesquisa é conceituado e colocado em uma estrutura, de modo a se tornar um guia para a exploração, coleta e análise dos dados.

Para Sellitz et al. (1987), o método a ser utilizado na condução da pesquisa se relaciona com os objetivos da mesma. Para esses autores, uma pesquisa pode objetivar: 1 - adquirir familiaridade com um fenômeno ou compreendê-lo de modo diferente, para formular os problemas de uma forma mais precisa ou, ainda, criar novas hipóteses; 2 - apresentar as características de uma situação, de um grupo ou de um indivíduo.

A opção pelo estudo de um caso para responder o problema proposto surgiu do entendimento de que para retratar uma configuração que “[...] embora particular, funcione apenas como ponto de partida para uma análise que busque o estabelecimento de relações sociais mais amplas de um determinado objeto de estudo” (FRANCO, 1986, p. 37). No presente estudo, a relevância do caso deve-se ainda ao fato de permitir um maior aprofundamento na pesquisa e uma melhor compreensão do processo.

A escolha do projeto da Casa Familiar Rural do município de Quilombo-SC se deu por considerar que a região Oeste de Santa Catarina concentra a maioria das experiências do Estado. Outro fator determinante da escolha foi por considerar que a experiência é a mais antiga do Estado e esta é uma variável importante na relação objetivos-resultados.

3.2 População e amostra

A população que integra a amostra constitui-se de um conjunto de sujeitos que compõem o projeto, sendo os mesmos selecionados para efetivar a investigação de campo a partir de informações capazes de dar subsídios para avaliação do projeto. Para obter a

fidedignidade dos resultados da amostra em relação ao conjunto de variáveis a serem estudadas, criou-se o plano de amostragem.

Este plano foi elaborado de forma intencional com ênfase no projeto de Quilombo, e também com especialistas em CFR do estado. Na delimitação da amostra considera-se o seguinte critério: 1 - Especialistas são sujeitos envolvidos no projeto do Estado e estudiosos na área em que foram entrevistados. A forma de escolha foi definida de acordo com os objetivos do estudo e o grau de envolvimento dos mesmos com o projeto e o tema; 2 - No projeto de Quilombo, foram entrevistados os monitores, a governanta, o presidente da associação da CFR, o ex-prefeito responsável pela implantação do projeto e atual coordenador das CFs da SED. E ainda foi aplicado um questionário aos alunos matriculados regularmente na CFR.

3.3 Coleta e análise dos conteúdos

A coleta de dados foi feita da seguinte forma e fontes: Os dados primários para análise foram obtidos através de entrevistas semi-estruturadas, que seguiram um roteiro com objetivo de orientar o pesquisador. O roteiro foi individual (conforme o anexo 7), aplicado a cada um dos membros da equipe da CFR de Quilombo: os monitores, a governanta e o presidente da CFR. E os especialistas do projeto no Estado (conforme o anexo 8), foram: o presidente da ARCAFAR/Sul, o ex-prefeito de Ituporanga, o ex-prefeito de Quilombo e atual coordenador das Casas pela SED, o assessor pedagógico francês para as CFRs no Brasil e a professora Dra. Lourdes Helena da Silva, pesquisadora do tema no Estado e no País. O critério utilizado para realizar as entrevistas foi intencional, procurando as pessoas mais envolvidas em relação aos fatos analisados. E ainda um questionário (conforme o anexo 6), foi aplicado aos jovens matriculados na CFR, por tratar-se de uma demanda maior, ficando difícil o uso da entrevista.

As informações obtidas através das entrevistas foram registradas em gravações, transcritas de maneira integral e submetidas a análise de conteúdo. Os questionários foram agrupados de acordo com as respostas obtidas. No caso dos jovens, a opção pelo questionário surgiu da necessidade de abranger um público maior. Segundo Selltiz et al. (1987) a vantagem

do questionário em relação a entrevista é a possibilidade de atingir um número mais elevado de pessoas e obter maiores informações, além do seu caráter anônimo, em que as pessoas se sintam mais a vontade para expressar seus pontos de vista.

Como dados secundários foram utilizados basicamente: a) documentos internos da CFR de Quilombo; b) documentos internos da ARCAFAR/Sul; c) jornais com circulação em nível estadual sobre as experiências no Estado; d) boletins de circulação da ARCAFAR/Sul, folders, informativos, estatutos, regimento interno, leis, pareceres e convênios; e) Internet, livros, artigos e trabalhos acadêmicos produzidos sobre o tema.

A sistematização e análise dos conteúdos foi feita através da triangulação dos conteúdos que, segundo Triviños (1987), tem por objetivo abranger a máxima amplitude na descrição, explicação e compreensão do foco de estudo. Parte do princípio que sustenta ser impossível conceber a existência isolada de um fenômeno social, sem raízes históricas, sem significados culturais e sem vinculações estreitas e essenciais com uma realidade social. Tais suportes técnicos, complexos e amplos, tornam difíceis os estudos qualitativos.

A partir da técnica de triangulação de dados, os estudos dos sujeitos permite três processos ou ângulos de análise e possibilita a utilização de várias fontes de informações: 1 - Os processos e produtos centrados no sujeito que foram obtidos através de entrevistas e questionários; 2 - Os elementos produzidos pelo meio do sujeito, as fontes documentais; 3 - a perspectiva de análise, os processos e produtos originados pela estrutura sócio-econômica, cultural e social no qual estão inseridos os sujeitos, extraídos de produções acadêmicas e os históricos envolvendo as MFRs na França, Brasil, Santa Catarina e Quilombo. Além dos aspectos gerais que envolvam a educação no meio rural e suas transformações sócio-econômicas.

4. ANÁLISE DE CONTEÚDOS

Este capítulo tem por objetivo analisar os conteúdos gerais da CFR de Quilombo em sua proposta de formação para jovens agricultores através da Pedagogia da Alternância; bem como informações obtidas através de questionários aplicados aos jovens da Casa Familiar Rural Santo Agostinho de Quilombo e das entrevistas realizadas com os monitores, governanta e o presidente da Associação da Casa Familiar local, além de especialistas na área de formação por alternância em Quilombo e no Estado. O capítulo encontra-se dividido em seis partes: a primeira analisará resumidamente os aspectos gerais da região Oeste, principalmente os relacionados ao município de Quilombo, sobretudo os aspectos históricos em relação a implantação da CFR; na segunda, será analisada a proposta pedagógica adotada pela Casa Familiar de Quilombo; na terceira parte será avaliado o projeto a partir da visão dos jovens em relação a coerência da proposta pedagógica praticado na CFR de Quilombo; a quarta, será a opinião dos monitores e governanta sobre o projeto em Quilombo; a quinta parte tratará da opinião dos especialistas a respeito da alternância no Estado e finalmente a última parte fará as considerações finais do capítulo.

4.1 Os aspectos gerais da região Oeste e Quilombo.

A Região Oeste Catarinense tem sua base de crescimento econômico marcada pela força da agricultura familiar, com uma produção diversificada, voltada para o mercado. Sua produção está intimamente ligada aos recursos naturais disponíveis e associada à agroindústria, apesar de ter sido recente sua colonização, comparando com outras regiões,

a região detém o maior complexo agro-industrial de suínos e aves do país e tem conquistado o mercado interno e externo. Sua agricultura é considerada diversificada por obter renda de várias explorações com fins comerciais (TESTA et al., 1996).

Uma outra característica que diferencia a região Oeste Catarinense, comparando com outras regiões do Sul do País, é a sua colonização por descendentes europeus que já haviam passado pela revolução agrícola na qual, segundo Testa et al., (1996) resultou a policultura com criações e a agricultura familiar diversificada para fins comerciais. O desenvolvimento econômico do Oeste teve como principais produtos: milho/suíno e mais tarde a inclusão das aves no processo produtivo. Embora o solo tenha uma topografia acidentada é detentor de uma grande fertilidade o que possibilitou condições competitivas para o cultivo do milho e de outras culturas como: o feijão, o trigo, a soja, entre outros (HILLESHEIM, 1999).

Ainda a respeito da colonização da região¹, cabe ressaltar que até o início do século XX era ocupada por caboclos e índios que não possuíam posse legal da terra e praticavam uma agricultura de subsistência, com pouca ligação com o mercado nacional. No entanto, a integração agrícola com outras regiões do estado e do país aconteceu a partir da colonização no início da década de 20 até os anos 60, quando se esgotou a fronteira agrícola do Oeste. A região foi a grande receptora do excedente populacional oriundos da chamada “colônia velha” do Estado do Rio Grande do Sul. Estes colonos eram descendentes de italianos e alemães, com forte tradição na policultura e criação de animais domésticos (suíno, aves e bovinos), vindo a se constituir posteriormente no pólo agro-industrial de produção e industrialização de carnes, suínos e aves (TESTA et al., 1996).

A região também teve os seus ciclos econômicos. De acordo com o autor, primeiramente foi o ciclo extrativista da exploração da madeira e da erva-mate e posteriormente, em menor grau, a criação extensiva de gado bovino. Estes ciclos, apesar de tardiamente, possibilitaram a inserção da região no mercado nacional. A produção da região se caracterizou pela predominância da agricultura de base familiar, onde o processo de produção era familiar, mas o produto gerado não era somente para a subsistência e sim voltado para o mercado.

1A ocupação desta região pelo colonizador não se deu de forma pacífica. Esta região foi palco de grandes conflitos dentre os quais está a Guerra do Contestado. Outros conflitos se manifestam até hoje, como o Movimento dos Sem-Terra. A Guerra do Contestado foi marcada por interesses contraditórios entre os moradores da região (índios e caboclos) e os colonizadores (madeireiros e donos de ferrovias) (TESTA et al., 1996).

A emergência do Oeste como grande pólo agro-industrial nacional aconteceu a partir do final da década de 50. A região encontrou um terreno propício para o seu desenvolvimento, pois a economia brasileira iniciou, neste período, uma fase de grande expansão, conhecido por “milagre” econômico. Nesta etapa a agricultura também passou por um processo de modernização, no qual a região foi submetida a uma grande transformação que teve as seguintes características: uma produção familiar dinâmica e articulada com o processo agro-industrial nascente; um parque industrial em expansão; um serviço de extensão rural realizado pela ACARESC, que dava suporte na geração e adaptação de tecnologia agropecuária e uma política pública de créditos para financiar a modernização do setor. Estas condições se constituíram no grande suporte para o desenvolvimento do setor agro-industrial da região (TESTA et al., 1996).

A distribuição do resultado do processo de desenvolvimento e modernização, assim como ocorreu com outras regiões, não aconteceu de forma homogênea. Como se pode verificar, atualmente pela grande diferença socioeconômica, existente entre os produtores rurais. Nos anos 80, com a redução do crédito e dos subsídios para agricultura devido a crise econômica enfrentada pelo país, a região sofreu enormemente as conseqüências, tendo sido ainda agravada pelo esgotamento da fertilidade natural do solo de grande parte das pequenas propriedades, aumentando ainda mais a crise regional.

Embora este processo tenha excluído inúmeros agricultores, levando muitos a abandonarem suas propriedades, a produção agro-industrial teve crescimento significativo neste período. Isto ocorreu mesmo havendo queda do consumo nacional. Para compensar as perdas, as agroindústrias diminuiriam às margens de lucro dos produtores rurais, cujo resultado foi um processo de exclusão sem precedentes para a região. Segundo Testa et al., (1996), este foi um dos componentes básicos da crise da agricultura familiar da região. Os números demonstram a gravidade da situação: em 1980 haviam 67.000 produtores familiares ligados a suinocultura, tendo na atividade a sua principal fonte de renda. Os mesmos foram reduzidos para 30.000 em 1990 e sobraram apenas 20.000 em 1995. Desta forma fica evidente a crise dos pequenos produtores rurais.

A partir deste contexto de crise regional, somado com o esgotamento da fertilidade natural do solo e o fim da fronteira agrícola, associado à uma crise econômica mais ampla do País; é que surgem, no final dos anos 80, inúmeras iniciativas de organizações de agricultores com vistas a enfrentarem estes problemas. Dentro desses movimentos nasce a proposta para a criação da Casa Familiar Rural de Quilombo. Antes,

porém, cabe ressaltar que o município de Quilombo integra a região da AMOSC (Associação dos Municípios do Oeste de Santa Catarina), a qual faz parte da Messorregião Oeste catarinense². O município de Quilombo está localizado à 45 quilômetros de Chapecó e à 680 km da capital do estado (Florianópolis). Teve seu povoamento iniciado em 1931 por agricultores gaúchos.

FIGURA 7: Representação parcial da América do Sul, destaque para a região Oeste de SC



Fonte: Testa et al., 1996 - Adaptado.

Posteriormente em 1946, chegaram novas famílias provenientes da Região de Erechim, Rio Grande do Sul, principalmente descendentes de italianos e alemães. No ano de 1957, o pequeno lugarejo foi elevado a categoria de distrito, pertencendo ao município de Chapecó. A sua emancipação aconteceu em 06 de outubro de 1961, através da Lei Estadual

²Esta região abrange 101 municípios e possui uma área territorial de 27,12 mil km², com uma população de 1,1 milhão de habitantes, sendo que 46,6% residem no meio rural (Hillesheim, 1999). A Região Oeste é constituída pelas regiões Colonial do Oeste Catarinense e Colonial do Vale do Rio do Peixe. Estão organizadas em seis associações de municípios que são as seguintes: "AMEOSC (Sede em São Miguel do Oeste), AMOSC (Sede em Chapecó), AMAI (Sede em Xanxerê), AMAUC (Sede em Concórdia), AMMOC (Sede em Joaçaba) e AMARP (Sede em Videira)" (TESTA et al., 1996, p.39).

nº 763 e a sua instalação ocorreu oficialmente em 29/12/61. Em 10 maio de 1986, o município conquistou sua independência judiciária com a instalação da Comarca³.

FIGURA 8: Mapa de Sta. Catarina, destaque para a localização do município de Quilombo



Fonte: SDM, 2001 - Adaptado

A população residente no município, segundo o Censo do IBGE de 2000, era de 10.714 pessoas, numa extensão territorial de 283 km². Conforme dados da tabela 5 a população do município tem diminuído de forma considerada, assim como o seu território. Porém, em parte pode ser explicado pela emancipação de três de seus distritos, mas somente este fato não explica uma queda brutal de sua população, ocorrida no período de 1980 a 2000, em que o município perdeu mais da metade de sua população. No entanto, pode-se verificar que a população urbana também diminuiu, apesar de ter avançado em termos de representação em relação a população rural. Este é o resultado da crise

³A origem do nome do município aconteceu de forma peculiar: "Há muitos anos foi encontrado às margens do Rio Chapecó, no lugar hoje denominado de Mandaçaia, um reduto de famílias iludidas por um homem que se tinha em conta como profeta e pregava que o fim do mundo estaria próximo, e só eles sobreviveriam e voltariam a povoar aquela localidade. Um soldado chamado ao local para verificação do fato, exclamou: Isto parece um 'Quilombo dos Palmares'. O nome se propagou entre a pequena população e acabou se efetivando como Quilombo" (PIDSE, 1991, p. 07). De acordo com o ex-prefeito, Toaza: "Naquela seqüência veio o exército de Palmas e a gente não sabe o extermínio que aconteceu. A gente até tentou resgatar esta história daquelas populações, daquele grupo, com aquele seguidor. Mas, talvez por uma posição extra-oficial, que não se tem dados históricos, eles tenham sido exterminados ou tivessem debandados" (Coordenador das CFs).

enfrentada não só por este município, mas também pela grande maioria dos pequenos municípios do Oeste.

TABELA 5 Área em km², população (urbana, rural e total) e percentual de Quilombo

Ano	Área km ²	População	Urbano	%	Rural	%	Homens	Mulheres
1980	623	21.458	3.106	14,50	18.352	85,50	11.079	10.379
1991	367	19.362	4.642	24,00	14.720	76,00	9.947	9.415
2000	283	10.714	3.719	34,70	6.995	65,30	5.516	5.198

Fonte: Censo do IBGE - 1980, 1991 e 2000.

Em relação a estrutura fundiária, de acordo com o Censo Agropecuário de 1995-96, verificou-se um predomínio de pequenas propriedades, havendo 538 estabelecimentos com área de até 10 hectares; e entre 10 a 100 hectares, o número de estabelecimentos era de 1.733, encontradas apenas 14 propriedades, mas que não chegavam a 200 hectares e somente uma propriedade com mais de 200 hectares. Isto significa dizer que 99% dos estabelecimentos tinham menos de 100 hectares. Portanto, o município é caracterizado por possuir uma estrutura minifundiária. Quanto a posse da terra pelo produtor, os dados do Censo apresentaram estes números: dos estabelecimentos, 1.557 eram proprietários, 62 arrendatários, 98 parceiros e 30 ocupantes. Os números revelam que a grande maioria detinham a escritura de posse da terra, ou seja, eram os donos das propriedades.

Assim como acontece em toda a região Oeste, o setor primário também é a base da economia do município de Quilombo, com destaque para as culturas do milho, soja e feijão. Além destas culturas, existem outras de subsistência, o que caracteriza uma agricultura bem diversificada no município. A avicultura e a suinocultura, juntamente com a produção leiteira, se constituem potencial expressivo para o setor primário da economia, e o setor secundário é pouco representativo, constituído pelos gêneros de madeira, mobiliários, confecções, equipamentos agrícolas, alimentação, entre outros. O setor terciário possui uma estrutura modesta, dependente do setor primário, principalmente na venda de produtos e equipamentos agrícolas, pois os agricultores, na maioria das vezes, preferem adquirir em centros maiores, devido a melhores preços, qualidade superior e maior variedade (PBDR, 1996).

O município tem o seu território bastante acidentado e as classes de solo são do tipo 3 e 4 em 80% de sua área territorial, pois os mesmos são rasos e declivosos, com baixa capacidade de armazenamento de água, propício para as culturas permanentes, como é o

caso da fruticultura e do reflorestamento. A pequena propriedade com até 20 hectares é predominante no município e representa 78,5% dos estabelecimentos. Sendo a maioria das famílias empobrecidas e com poucas condições de permanecerem na agricultura (PBDR, 1996).

Outro problema sério no município é a poluição do Rio Quilombo, ocasionado pela falta de esgoto sanitário na área urbana e rural por dejetos da criação de animais e utilização de agrotóxicos. Esses problemas comprometem sensivelmente o abastecimento de água no município. Na área rural devido a poluição dos lençóis freático, e na área urbana porque a água é captada no Rio Chapecó que recebe as águas do Rio Quilombo.

A educação no município enfrenta algumas dificuldades, entre elas: “O déficit de atendimento na educação infantil e a falta de materiais e equipamentos adequados. Além da falta de professores habilitados na educação infantil e de 5ª a 8ª série. [...] Faltam materiais básicos aos alunos de 1º Grau” (PBDR, 1996, p. 486).

A ocupação da mão de obra em atividades do comércio e prestação de serviços é pouco expressiva, representa apenas 9% dos empregos, com renda salarial na faixa de 1 a 3 salários mínimos. Na área rural, além da falta de profissionalização do agricultor, a mão de obra ocupada é sem renda fixa, provocando pessimismo e desânimo ao pequeno produtor. Isso ocasiona no município, por um lado a evasão da mão de obra qualificada devido aos baixos salários na cidade e, por outro lado, a migração da área rural para centros maiores, que ocorre pela falta de oportunidade de empregos na área urbana para aqueles que abandonam suas atividades no campo.

É neste contexto de dificuldades no setor rural que vai emergir o movimento para implantação da Casa Familiar Rural de Quilombo. Diante dos problemas enfrentados pelos suinocultores, no final da década de 80, é criada a AECOS (Associação Estadual de Condomínios de Suinocultores), desempenhando um papel importante na criação da CFR de Quilombo, principalmente no que se refere a viabilização de uma viagem à França para conhecer os condomínios de lá. Nesta viagem os agricultores tiveram a oportunidade de conhecer o projeto das CFRs francesas. Cabe destacar que esta viagem foi resultado de um intercâmbio existente entre agricultores franceses e catarinenses intermediado pelo CEPAGRO (Centro de Estudos e Promoção de Agricultura de Grupo), no qual a AECOS é integrante.

Esta viagem realizada por agricultores e lideranças locais resultou no conhecimento da proposta, despertando assim o interesse de implantar o projeto no

município. A viagem aconteceu no início dos anos 90 e deste primeiro contato municiaram-se de todas as informações possíveis e necessárias para iniciar um processo de discussão com os demais agricultores, com vistas à implantação de uma CFR com as mesmas características no município. Depois da discussão, uma segunda viagem foi realizada à França, agora com a presença do prefeito municipal, um profissional ligado a área da educação, os quais demonstraram todo apoio e interesse pelo projeto (VICENZI, 1998).

Após o retorno da comitiva, o primeiro passo foi a instalação em maio de 1991 da comissão Pró-implantação da CFR de Quilombo. Depois de uma exaustiva discussão com os agricultores, lideranças e autoridades, no dia 02 de janeiro de 1992, foi criada a CFR de Quilombo, através da Lei Municipal nº 957. Diante disso, iniciou-se todo um trabalho com o objetivo de obter o reconhecimento junto ao Conselho Estadual de Educação, envolvendo inúmeras entidades locais, estaduais e lideranças de todos os níveis. O reconhecimento foi conseguido em 15 de dezembro de 1992, no ano seguinte foram iniciados os trabalhos na CFR. No dia 12 de fevereiro de 1993, através da Portaria nº 059/93, houve a autorização para o funcionamento do ensino de 1º grau de 5ª a 8ª série do Ensino Fundamental, como “experiência pedagógica”. Então no dia 10 de maio de 1993 entrou definitivamente em funcionamento a CFR de Quilombo, com 41 jovens divididos em duas turmas.

Todavia, cabe destacar o momento histórico vivido pelo município de Quilombo e toda a região do Oeste. Naquele período estava se vivenciando na prática, os reflexos da crise oriunda do processo de modernização da agricultura. Entre tantas consequências estava o êxodo de uma grande parte da população jovem do município e da região, com idades entre 10 a 20 anos. Isto ocorreu em grande número, no período compreendido entre os anos de 1980 a 1991. Portanto, não havia momento mais propício para o movimento, encontrando desta forma um terreno preparado visando a implantação do projeto da CFR no município.

Além dos problemas ocasionados pela modernização da agricultura, outro problema não menos grave estava ligado à educação formal para o meio rural oferecida na época. A mesma, além de ser considerada inadequada era pouco atrativa. Ainda desestimulava o jovem e não o preparava para exercer a profissão de agricultor. Tudo isso, aliado ao empobrecimento das famílias rurais que era cada vez maior, ocasionado também pelo mau uso dos fatores de produção, fazia a situação piorar cada vez mais, fruto do

despreparo do agricultor. E ainda havia a dificuldade de relacionamento entre pais e filhos, provocando o distanciamento das relações familiares e da comunidade; visto que não havia uma educação agrícola voltada para a formação integral do jovem em conjunto com a sua família e que envolvesse no processo educacional a comunidade. Um outro problema estava relacionado com o ensino praticado nas Escolas Agrotécnicas, por ser considerado muito distante da realidade da pequena produção. Os jovens formados nestes estabelecimentos agrícolas, em sua grande maioria, raramente retornavam à sua propriedade de origem e quando faziam, a sua formação estava muito distante da realidade. O ensino praticado nestes colégios, além de não ter envolvido a família no processo, era voltado para os grandes estabelecimentos e com uso intensivo de tecnologia incompatíveis com as pequenas propriedades, o que acabava gerando um choque de idéias no regresso do jovem à sua família (CFRQ, s/d).

Diante de todas estas dificuldades as lideranças locais, juntamente com a prefeitura municipal, solicitaram ao CEPAGRO a elaboração de um pré-projeto para implantar a CFR em Quilombo. Neste documento estão contidos todas as etapas e ações, bem como as diretrizes que norteiam o projeto. Além de conter um diagnóstico minucioso da situação precária da agricultura local com ênfase ao êxodo e na deficiência do ensino de 1º grau, em relação a evasão, o documento aborda dados da própria Secretaria Estadual da Educação que “[...] na zona rural, metade das crianças que iniciaram o 1º grau terminaram a 4ª série, apenas 9% terminaram a 5ª. Ou seja, ao final da ‘escola isolada’, 41 de cada 50 crianças param de estudar” (SCHMIDT, 1992, p. 01). Realmente, os números eram assustadores e revelavam a precariedade da situação vivida pelas famílias em relação a educação do meio rural.

A proposta tem como objetivo a formação profissional e pessoal do jovem agricultor, conforme a justificativa dos monitores de Quilombo a respeito das funções da CFR, além disso despertar o jovem para:

- 1 – Ser um ente coordenador do meio – não protagonista.
- 2 – Fomentar no jovem o sentido de comunidade, vivência grupal, desenvolvendo o espírito associativista.
- 3 – Despertar nos jovens e nas famílias a tomada de consciência de suas necessidades e busca de soluções.
- 4 – Estimular as pessoas a descobrirem as potencialidades existentes na comunidade e canalizá-las para a solução de seus problemas.
- 5 – Formar os jovens no sentido integral e amplo em todos os sentidos de suas necessidades, tornando-os dinâmicos e questionadores.
- 6 – Oferecer possibilidades de desenvolvimento e crescimento econômico familiar e social.
- 7 – Orientar o jovem quanto a possibilidade de trabalhar no meio rural, com condições de vida normal, evitando com isso o êxodo rural.
- 8 –

Objetivar a elevação do nível de vida das famílias por meio de melhores conhecimentos de administração e capacitação do processo produtivo. 9 – Desenvolver práticas capazes de melhorar as ações de saúde, higiene, nutrição e lazer na comunidade (CFRQ, s/d, 02-3).

Como pode ser verificado o projeto era ousado, indo muito além de uma simples profissionalização de agricultores. Uma proposta voltada para a defesa de uma formação escolar ligada à realidade local, com o envolvimento das famílias e da comunidade, no qual o aprendizado seria baseado nas atividades desenvolvidas nas próprias propriedades dos jovens, além de se comprometer em fixá-lo no campo proporcionando melhoria na qualidade de vida. Outra proposição contida na proposta era oferecer uma educação atrativa e que preparasse o jovem para ser agricultor e para a vida em comunidade sem afastá-lo de seu meio: “o conteúdo teórico será nela ministrado (Escola Familiar Rural - EFR) - em regime de semi-internato - e a parte prática do conteúdo, no estabelecimento rural onde o aluno vive e trabalha” (SCHMIDT, 1992, p. 01).

Com base em documentos relacionados com a implantação do projeto, verifica-se que as estratégias para criação da CFR foram inúmeras: no município de Quilombo iniciaram com a viagem à França,⁴ depois foram as reuniões nas comunidades interioranas para conhecimento da proposta, seguida por reuniões com autoridades locais das Secretarias Municipais de Educação e Agricultura, entre outros. Enfim todo o município foi envolvido na discussão da proposta. Após estas ações, iniciou-se uma discussão para a escolha do melhor local para sediar as instalações da CFR. Todo este trabalho foi coordenado por uma Comissão Provisória, vindo posteriormente a fundar a associação da CFR de Quilombo, em 26 de janeiro de 1992. Nestas reuniões participaram diversas lideranças locais, entre elas: o prefeito municipal, os secretários municipais, o presidente da AECOS, os vereadores, representantes da COOPERALFA, e outros.

A partir da fundação da associação e com a aprovação do reconhecimento da criação da CFR junto a Câmara Municipal de Vereadores e a sanção do Prefeito Municipal, foi dado um passo decisivo rumo a implantação da CFR. Legalmente as famílias puderam

⁴Conforme a declaração do ex-prefeito tudo se iniciou após uma viagem a França: “[...] fui a França e fiquei 18 dias na França, todos eles nas MFRs. A gente conheceu a sistemática, veio de volta, suscitou a discussão e foram longos anos que a gente passou a discutir a implantação da primeira CFR de Santa Catarina. Houve a aceitação de uns no início e questionamento por parte de outros. Mas a idéia foi tomando corpo e tomando fôlego, a partir das lideranças. A gente começou comentando a idéia com um grupo pequeno, com educadores[...]. Depois dos professores a gente foi a Câmara de Vereadores. Depois da Câmara de Vereadores, chamamos os sindicatos, as cooperativas, as empresas e doravante. A idéia foi tomando corpo, fomos para as comunidades, em todas as comunidades houve assim, não uma aceitação de imediato, mas se percebia que a comunidade deseja participar e desejava alguma inovação” (Coordenador das CFs da SED).

definitivamente assumir de fato e de direito toda a condução do processo, inclusive os aspectos legais e financeiros. Desta forma, a associação assumiu também o compromisso de buscar recursos financeiros necessários para a construção da sede, bem como, o processo de contratação dos monitores, governanta, escolha do local⁵ e ainda o processo de seleção dos alunos, contando também na elaboração do estatuto, regimento interno e da pesquisa participativa para elaboração do plano de formação.

Um outro acontecimento marcante e decisivo no processo de fundação da CFR de Quilombo foi a realização do I Seminário Interestadual de Casa Familiar Rural, no município, durante o mês de fevereiro de 1992. Este evento contribuiu em muito para a divulgação da proposta em nível local e regional, além de possibilitar o intercâmbio com outras experiências já existentes, na obtenção de documentos e informações a respeito da proposta, servindo de estímulo e aprofundamento para os agricultores posteriormente implantar o projeto no município.

No entanto, é bom lembrar que o processo de mobilização com vistas a implantação foi realizado em duas frentes, com objetivos bem definidos e bem articulados. Enquanto era feito todo um trabalho de conscientização e divulgação em nível local, um outro foi articulado paralelamente em nível de Estado no sentido de sensibilizar as autoridades estaduais, principalmente às ligadas a educação, no intuito de, primeiramente, conseguir o reconhecimento da proposta no Conselho Estadual de Educação, e a partir da oficialização, possibilitar a viabilização dos recursos financeiros junto a SED para a construção das instalações da CFR. De todo este esforço, no final do ano de 1992, o CEE/SC emitiu um parecer favorável ao processo. De posse desta aprovação os recursos puderam ser viabilizados, e em apenas cinco meses após aprovação, do reconhecimento tiveram início as atividades da CFR de Quilombo a primeira de Santa Catarina.

⁵Conforme a opinião do ex-prefeito, a escolha do local se deu da seguinte forma: "Primeiro a CFR, precisa estar situada no interior. Segundo, várias comunidades se somaram na discussão da escolha da Casa. A comunidade na época que mais assumiu, que houve maior uniformidade de idéias em torno do projeto, que assimilou o projeto da Pedagogia da Alternância, então em discussão. E que acima de tudo abraçou a causa e colocou a sua comunidade a disposição, como a venda de um terreno que o poder público municipal adquiriu. A facilidade das instalações da comunidade para poder utilizá-la, quando anexa a CFR e desde até hoje isso acontece. E o assumir da comunidade e, também uma comunidade, por exceiência de agricultores e não tão distante da cidade para facilitar, não na cidade, mas também não tão distante para criar dificuldades em virtude de ser a primeira"

4.2 O modelo pedagógico da CFR de Quilombo

A CFR do município de Quilombo se apresenta como “um ambiente educativo dentro do meio rural, para a formação dos jovens rurais, visando uma educação personalizada e uma formação integral, a partir da realidade” (CFRQ, 2000, p. 01). Além disso, a CFR é administrada por uma Associação das famílias dos agricultores, cujo objetivo principal é a formação geral e profissional de jovens filhos de agricultores. Os princípios que norteiam as atividades do processo de formação da CFR de Quilombo são os seguintes: plano geral de formação, utiliza como método de ensino a pedagogia da alternância e seus instrumentos pedagógicos, tem uma associação participativa e atuante, e ainda utiliza a experiência vivida pelos jovens e suas famílias no processo de aprendizado. O processo de formação geral e profissional do jovem vem, nos últimos anos em Quilombo, sendo considerado bem aceito, haja visto o grande número de jovens formados e de Casas Familiares implantadas na região.

A experiência por alternância da CFR de Quilombo, foi reconhecida pelo Conselho Estadual de Educação mesmo antes de iniciar suas atividades. Entretanto, a experiência educativa teve sua aprovação como escola regular, com a denominação de “Escola Familiar Rural” (EFR) e tinha a seguinte justificativa:

O que buscamos é a formalização de nossa proposta de ensino. Por isso procuramos enquadrá-la na Resolução nº 021/1987/CEE/SC, considerando ainda, os pareceres 374/87 e 317/88 (ambos aprovados pelo CEE/SC). Desta forma, consideramos a proposta da EFR como um ensino de 5ª a 8ª séries que tem ênfase na preparação para o trabalho. O currículo é adaptado à realidade do município e adequado aos interesses do aluno (SCHMIDT, 1992, p. 02).

No entanto, a partir do terceiro ano de funcionamento da CFR de Quilombo, houve um grande esforço entre todas as CFRs de Santa Catarina, sob a liderança da ARCAFAR/Sul, no sentido da aprovação de um reconhecimento coletivo para todas as CFRs em funcionamento no Estado. Um outro fato importante era que a ARCAFAR/Sul não via com bons olhos a denominação de “Escola”, buscava a padronização e a unificação do movimento. Diante desta solicitação os monitores de Quilombo elaboraram uma justificativa para acompanhar os demais processos junto ao CEE/SC:

Propomos (sic) alteração do nome de ESCOLA FAMILIAR RURAL para CASA FAMILIAR RURAL devido ao avanço do projeto de CASA FAMILIAR RURAL em andamento no Estado de SANTA CATARINA, consolidando-se assim a necessidade de modificações no sistema de educação do homem do campo. Com estas alterações todas as CASAS FAMILIARES RURAIS do Estado estarão amparadas legalmente pelo mesmo projeto, já que todas observam o mesmo princípio de funcionamento, orientadas pela ARCAFAR (CFRQ, s/d. p. 08).

A cooperação com as demais CFRs do Estado e o apoio a proposta da ARCAFAR/Sul com vistas a um reconhecimento único para todos os projetos, acabou se concretizando através do Parecer nº 354/98 do CEE/SC. Embora o reconhecimento anterior, além de dar um bom andamento aos trabalhos em Quilombo, tenha de certa forma contribuído para aprovação deste novo Parecer dado pelo Conselho. Por conseguinte, em 1999, foi firmado um convênio entre a ARCAFAR/Sul e a Secretaria de Estado da Educação de Santa Catarina com intuito de regulamentar e adaptar a nova proposta de ensino as exigências da LDB (Leis de Diretrizes de Base) e ao mesmo tempo enquadrá-la à proposta da pedagogia da alternância.

Quanto ao documento encaminhado ao CEE/SC (Conselho Estadual de Educação do Estado de Santa Catarina) pelos monitores de Quilombo em janeiro de 1996, solicitando a oficialização das experiências, havia em certo sentido algumas queixas em relação ao projeto como um todo, propondo algumas mudanças:

Com três anos de funcionamento, a equipe técnica de trabalho na Escola Familiar Rural, constata que o cumprimento integral do projeto original ESCOLA FAMILIAR RURAL, com sua grade curricular e respectiva carga horária, provoca no jovem certa desmotivação, já que o mesmo procurou na ESCOLA FAMILIAR RURAL, o ensino que nas escolas tradicionais não satisfaziam as suas aspirações e lhe tirava 50% de seu tempo do contato familiar e a família perdia assim boa parte da mão de obra deste jovem. Em detrimento aos fatos acima relacionados a equipe técnica sugere alterações que doravante serão apontadas. Propomos as alterações fundamentados na PEDAGOGIA DA ALTERNÂNCIA, que prevê DUAS SEMANAS do jovem na sua propriedade, onde o mesmo resgata a sua realidade sobre determinado assunto amparado por um PLANO DE FORMAÇÃO e UMA SEMANA na Casa Familiar Rural, onde o jovem faz sua COLOCAÇÃO EM COMUM e recebe novos conhecimentos nas áreas técnica, científica e de formação geral dentro do plano previsto (CFRQ, s/d. p. 08).

Uma das principais reclamações dos monitores apresentada no documento refere-se a grade curricular que provoca no jovem a desmotivação para o estudo, a exemplo do que ocorre no Ensino Fundamental. A constatação da equipe de monitores é que o modelo pedagógico adotado na EFR estava reproduzindo praticamente o mesmo modelo de

ensino tradicional, o que acabava desestimulando o jovem a desenvolver suas atividades contidas na proposta da pedagogia da alternância. Este fato ocorreu porque a preocupação inicial com o reconhecimento anterior estava muito mais relacionada ao interesse da obtenção de recursos financeiros⁶ do que a uma proposta pedagógica.

Desta forma, o documento propunha, além da mudança do nome, outras alterações em relação ao funcionamento e uma adequação da pedagogia da alternância praticada na CFR de Quilombo. Este período serviu também para refletir e ao mesmo tempo resgatar os objetivos centrais no qual está centrada a proposta das CFRs, conforme segue:

A Casa Familiar Rural tem por objetivo o ensino via Pedagogia da Alternância, aliando teoria e prática, formando duas gerações, ou seja, pais e filhos agricultores do município ao mesmo tempo. A profissionalização e formação geral do homem do campo surge dentro deste projeto. Tem como objetivo proporcionar ao jovem, condições, instruções e formação para o exercício da agricultura, fixando ao meio onde vive e melhorando o nível de produção e de vida. Sendo assim, é uma das formas para manter o jovem no campo sem que ele perca o vínculo com a sua realidade (propriedade e família) e tenha consciência do exercício da cidadania plena (CFRQ. s/d. p. 08).

Como se observa, a profissionalização aliada a formação geral do homem do campo passou a ser os eixos centrais que direcionaram o projeto em Quilombo. O projeto agora tem por objetivo proporcionar ao jovem as condições necessárias para o exercício da agricultura, com o objetivo de fixá-lo no campo e melhorar sua condição de vida e de sua família. É interessante destacar a responsabilidade da CFR em assumir este compromisso tão ousado com o jovem e sua família, criando uma expectativa de melhorar as condições de vida, garantindo a permanência em seu meio.

Para atender a estes objetivos propostos, a CFR de Quilombo tem o compromisso de aliar a formação técnica com a formação geral. Para tanto, a proposta se efetiva através do instrumento pedagógico denominado de "Plano Geral de Formação" (ver anexo 1), composto por Planos de Estudo que são elaborados conjuntamente com a participação dos jovens e de suas famílias, através da Pesquisa Participativa (ver anexo 2). Na elaboração dos Temas de Estudo, os monitores contam com a participação de

⁶Conforme declaração do ex-prefeito, a aprovação se deu da seguinte forma: "Para bem da verdade, a CFR de Quilombo não teve o seu reconhecimento antecipado. O que aconteceu foi o seguinte: primeiro nós discutimos a CFR de Quilombo por um longo período de tempo, antes deste reconhecimento em caráter experimental do Conselho Estadual Educação. Que teve que se acoplar, que teve que se enjambrar, que teve que dar um jeito de colocar 'Escola Santo Agostinho', embutido nos seus documentos para que o do Conselho Estadual Educação aprovasse. E esta aprovação se deveu apenas a legislação da época" (Coordenador das CFs da SED).

profissionais ligados à área da educação, agricultura, saúde e outras. A partir do planejamento dos temas é feita a ligação dos diferentes conteúdos científicos com as disciplinas de formação geral. Desta forma, o plano tem como temas principais assuntos que dizem respeito a agricultura, pecuária, saneamento, meio ambiente, saúde e outros. Além de temas secundários, julgados importantes pelas famílias e monitores. Assim, o jovem terá sua formação geral e técnica sem que se trabalhe duas pedagogias diferentes (CFRQ, s/d).

FIGURA 9: Representação do Plano de Formação e as Matérias Básicas do currículo

MATÉRIAS BÁSICAS PLANOS DE ESTUDO	TEC.	BIOL.	PORT.	MAT.	QUL	FIS.	C. GER.
- Cultura do milho	X	X	X	X	X	X	X
- Criação de suínos	X	X	X	X	X	X	X
- Indust. Caseira	X	X	X	X	X	X	X
- Medicina popular	X	X	X	X	X	X	X
- Nossa comunidade	X	X	X	X	X	X	X
- Formação religiosa	X	X	X	X	X	X	X
- Associativismo	X	X	X	X	X	X	X
- Administr. Rural.	X	X	X	X	X	X	X
- Etc.	X	X	X	X	X	X	X

Fonte: CFRQ, s/d

Em relação ao funcionamento, o regime é de semi-internato, através da pedagogia da alternância em que prevê um ritmo de uma semana na CFR e duas semanas na propriedade junto à família. Desta forma o jovem desenvolve as atividades teóricas no meio escolar e a prática no meio familiar. Totalizando, durante o ano, 13 semanas de atividades letivas na Casa Familiar e 39 semanas de atividades práticas na propriedade, no qual está previsto a visita periódica dos monitores a propriedade do jovem, para acompanhamento durante a quinzena em que permanece no meio produtivo-familiar.

Durante a permanência do jovem junto à família está previsto, de acordo com o instrumento pedagógico conhecido por Plano de Estudo, a realização de trabalhos de pesquisa e implementação de projetos práticos, conforme a natureza da atividade agrícola desenvolvidos na propriedade pela família do jovem. No período de permanência no meio familiar, o jovem faz o levantamento dos problemas e dificuldades da propriedade, onde há uma discussão envolvendo a família, sempre no sentido de buscarem soluções a partir da realidade vivida e do Plano de Estudo. Na permanência em sua propriedade, o jovem e sua família recebem a visita dos monitores, que têm por objetivo acompanhar e orientar nas eventuais dificuldades encontradas no desenvolvimento de suas atividades práticas e

teóricas. As visitas também têm a finalidade de promover uma maior aproximação das famílias com a CFR e ao mesmo tempo fortalecer o vínculo dos monitores com a realidade dos jovens e suas famílias, além de favorecer o diálogo entre os jovens e seus pais.

Ao retornar a semana na CFR, o jovem busca, conjuntamente com seus colegas e monitores, a compreensão técnica e científica das questões aprendidas através das atividades realizadas em seu cotidiano na propriedade, com o auxílio de seu Plano de Estudo. As dúvidas, no entanto, aos poucos vão sendo sanadas na medida em que os jovens vão encontrando as respostas contidas nos conteúdos da biologia, da química, da física, da matemática, da história, da geografia e das demais áreas do conhecimentos que deverão ser relacionadas a realidade vivida de cada um. Desta maneira, as disciplinas que compõem a grade curricular do ensino fundamental são incorporadas aos temas de estudo e distribuídas conforme o Plano de Formação. As mesmas são ministradas pelos monitores que recebem o assessoramento de profissionais da área de educação na montagem e elaboração do material didático, com suportes teóricos para a exposição dos conteúdos.

Na semana de sua permanência na CFR (ver anexo 3), além do Plano de Estudo, relacionado com as questões do período em que esteve na propriedade, o jovem recebe o complemento de outros cursos e ainda é realizada a visita de estudo, conjuntamente com os monitores e demais colegas. Durante esta semana é preparado um questionário para o próximo Plano de Estudo que servirá para orientar as discussões e atividades durante as duas semanas na propriedade. O tema escolhido está relacionado com a atividade agrícola desenvolvida pela família. O questionário é montado a partir de temas técnicos que envolvem a participação dos pais e demais familiares que trabalham juntamente com o jovem.

Dos instrumentos pedagógicos dos quais fazem parte o *Plano de Estudo*, outros encontram-se presentes na formação por alternância, utilizados na CFR de Quilombo. Entre eles destaca-se o *Caderno de Exploração Agrícola*, ou simplesmente Caderno de Alternância (ver anexo 4), sendo este um instrumento de base, onde o jovem descreve a realidade atual das atividades realizadas na propriedade, lista as dúvidas surgidas durante a permanência com sua família e propõe os ajustamentos para serem debatidos na semana de internato na Casa. As *Fichas Pedagógicas* são um complemento ao uso dos livros didáticos, trazem sugestões objetivas para os trabalhos dos jovens relacionados com os conteúdos de ciências, matemática, português, preparação para o trabalho, tecnologias, etc. As *Visitas de estudos*, por sua vez, acontecem quando os jovens, em grupos, realizam as

visitas a uma determinada propriedade e/ou empresas, em que são coletados dados e informações para, posteriormente, se constituir nos temas e orientar os debates na Casa Familiar Rural. Os *Estágios Supervisionados*, acontecem quando em determinados momentos são organizados estágios em propriedades diferentes daquela onde o jovem realiza alternância, possibilitando uma análise comparativa das técnicas, procedimentos e conhecimentos. No entanto, outros suportes pedagógicos são utilizados, além dos descritos, como: as *Reuniões com os pais*, com o objetivo de discutir os problemas, as soluções e os aspectos gerais da formação, inclusive o planejamento do Plano de Formação, realizado na CFR. Os pais discutem também o andamento da própria Casa Familiar. Um outro instrumento da CFR de Quilombo é a *Avaliação* feita conforme os planos de estudo e a evolução dos programas que compreende desde a análise das atividades realizadas pelos jovens na propriedade, a apresentação dos cadernos de exploração agrícola, os melhoramentos introduzidos (7ª série), até uma análise global da propriedade (8ª série) apresentado por escrito, sob forma de projeto, para ser executado na unidade familiar, pelo jovem.

Todas as atividades desenvolvidas na CFR de Quilombo são amparadas por uma Associação de Famílias de agricultores, que tem como representante legal um conselho de administração, formado por 18 membros: um presidente, um vice-presidente, um secretário, um tesoureiro, três membros do conselho fiscal, três suplentes do conselho fiscal e oito conselheiros gerais. A associação possui estatuto próprio, assumindo a responsabilidade da Casa no que se refere aos aspectos morais, administrativos e financeiros, exercendo um papel importantíssimo nas decisões gerais da Casa Familiar Rural, inclusive na avaliação, na formação dos jovens, nos conteúdos dos planos de estudos, na condução da alternância, enfim, na relação da Casa com os pais, a comunidade e o futuro da profissionalização dos jovens. Além da associação participar ativamente do processo de formação, também auxilia na organização interna da Casa Familiar Rural, envolvendo a participação dos monitores, dos jovens e da governanta. Uma outra atividade desenvolvida pela associação é a realização de convênios com outras entidades de recursos financeiros e humanos necessários para a manutenção das atividades da CFR para promoção da qualidade do ensino (CFRQ, s/d).

A CFR de Quilombo atualmente é mantida pelo poder público municipal, que conta ainda com a parceria do governo do Estado e das famílias dos agricultores, responsáveis pelo fornecimento da alimentação durante o período em que os jovens estão

na CFR. É uma parceria entre o poder público municipal e o Frigorífico⁷ Aurora responsável pelo pagamento dos monitores; o governo do estado contrata os professores, e os convênios estabelecidos pela associação com algumas empresas ajudam indiretamente a manter o projeto.

4.3 A CFR de Quilombo: segundo os jovens.

Nesta parte do capítulo serão apresentadas as características pessoais dos jovens envolvidos no processo de formação da CFR de Quilombo, e suas opiniões a respeito das atividades desenvolvidas de modo geral na CFR. As fontes de informações foram obtidas através de questionários aplicados nas três turmas do 1º grau que freqüentam a Casa Familiar Rural. Os mesmos foram aplicados aos jovens que se encontravam naquelas semanas em alternância na Casa Familiar. O número de questionários devolvidos, nas três turmas, foram de treze cada uma, totalizando 39. Cabe ressaltar que o número de jovens por turma está assim dividido: 15 jovens do primeiro ano, 13 do segundo ano e 23 do terceiro ano, totalizando 51 jovens nas três turmas. Atualmente, estudam na CFR de Quilombo 98 jovens, 67 do 1º grau e 37 do 2º grau com 72 já formados. Os dados da tabela 6, foram agrupados por sexo, idade, município de origem e nível de escolaridade antes de freqüentar a CFR.

De acordo com os dados da tabela 6, abaixo 87,20% dos jovens que freqüentam a CFR de Quilombo são do sexo masculino e 12,80% do sexo feminino. Esta tendência reflete o peso do sexo masculino na composição dos alunos que historicamente tem marcado a distribuição dos jovens que freqüentam as Casas Familiares no Estado. Isto pode ser considerado fruto de uma formação machista no meio rural. Mastrelli (1999), em uma pesquisa realizada com técnicos da EPAGRI, sobre a baixa participação de mulheres nos programas de capacitação de Extensão Rural, aponta os seguintes motivos: pouca participação das mulheres nas decisões na propriedade, questões culturais, dupla jornada de trabalho, a falta de convite e outros.

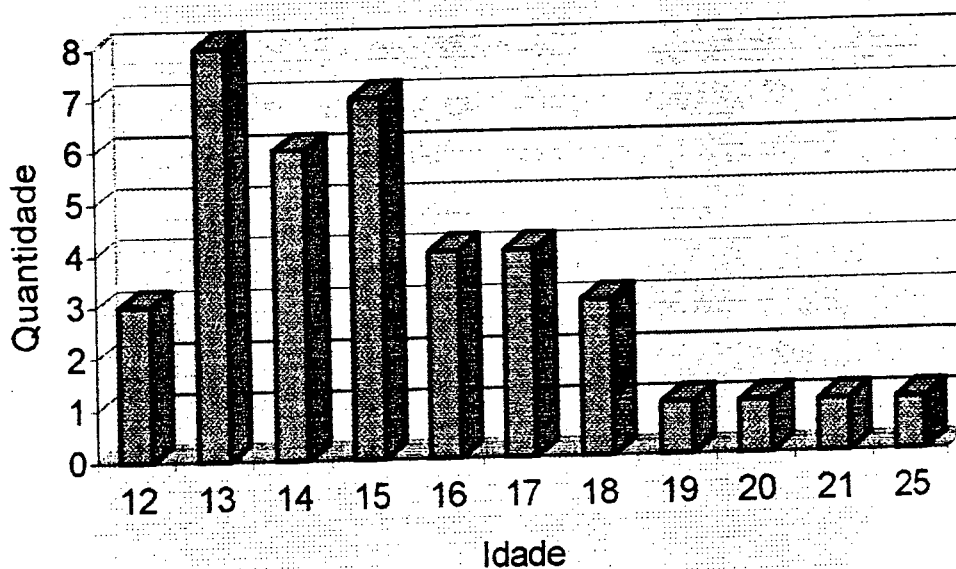
⁷De acordo com as informações do Presidente da ARCAFAR/Sul: “[...] em Quilombo o salário dos monitores é mantido com o apoio da prefeitura que repassou um veterinário para o Frigorífico Aurora. E aí o Frigorífico, em contrapartida, repassa mais de R\$ 3.000,00 para a prefeitura só que a prefeitura autorizou que o frigorífico a repassar o recurso para a Casa. Então eles recebem de R\$ 3.200,00 a R\$ 3.500,00 por mês em dinheiro vivo fruto desta parceria da prefeitura com o frigorífico e o frigorífico com a Casa” (Pres. da ARCAFAR/Sul).

TABELA 6: Características Pessoais dos Jovens da CFR de Quilombo

Categories	Nº de entrevistados	% dos entrevistados
Sexo		
Masculino	34	87,20
Feminino	05	12,80
Idade		
12 a 13 anos	11	28,20
14 a 15 anos	13	33,30
16 a 17 anos	08	20,50
18 a 19 anos	04	10,30
20 a 21 anos	02	05,10
Acima de 22 anos	01	02,60
Município de Origem		
Quilombo	32	82,10
Outros	07	17,90
Nível de Escolaridade Antes da CFR		
4ª Série do 1º Grau	20	51,30
5ª Série do 1º Grau	03	07,70
6ª Série do 1º Grau	08	20,50
7ª Série do 1º Grau	05	12,80
8ª Série do 1º Grau	03	07,70

Fonte: Dados da pesquisa

FIGURA 10: A idade dos jovens antes de frequentarem a CFR de Quilombo



Fonte: Dados da pesquisa

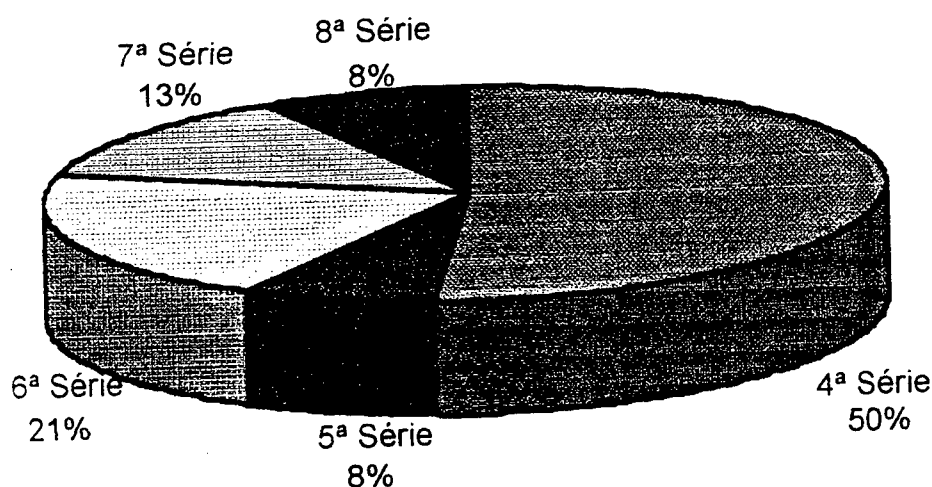
Em relação a média de idade dos jovens que frequentam a CFR de Quilombo, conforme a figura 10, abrange uma faixa etária que varia dos 12 aos 25 anos. Sendo que do total de jovens entrevistados, 28,20% tinham a idade inferior a 14 anos, que é a idade mínima escolar exigida para frequentar uma Casa Familiar. De acordo o Parecer nº 354/98

do CEE/SC, "a clientela, de jovens com idade igual ou superior a 14 (quatorze) anos. os CEAs (Centros de Educação de Adultos) da região em que a CFR está inserida, farão a avaliação final e o certificado dos alunos aprovados" (p.14). Portanto, a legislação estadual que rege o ensino das CFs não está sendo observada. A justificativa para o não cumprimento da legislação é explicada pelo coordenador do projeto da SED no Estado:

Existe uma idade mínima de catorze anos completos. O que precisa saber é o jovem e o grau de amadurecimento e do querer, da evolução e do resgate do conhecimento da propriedade. Esta é a idade, se respeita a cronológica, mas se deseja dizer que o amadurecimento está acima de qualquer lei. Nem tudo que é moral é legal. Agora, tudo que é moral, sem dúvida nenhuma, em algumas circunstâncias, poderá ser legal (Coordenador das CFs da SED).

Com a legislação vigente no País, tornou-se obrigatoriedade a todas as crianças a conclusão do ensino fundamental. Na prática, isto significa que num futuro bem próximo todos os jovens com 14 anos já estarão com o 1º grau concluído. Cabe aqui complementar que o Estatuto da Criança e do Adolescente proíbe o trabalho de menores de 14 anos, então como a proposta pedagógica das CFRs parte do princípio de que o aprendizado acontece a partir da experiência vivida do jovem, os Conselhos Tutelares podem interpretar isso como trabalho infantil e criar de certa forma alguns constrangimentos para o projeto.

FIGURA 11: O nível de escolaridade dos jovens antes da CFR de Quilombo



Fonte: Dados da pesquisa

Todos os jovens entrevistados eram solteiros. Dos 39 jovens entrevistados, 82,10% eram natural do município de Quilombo. Quanto a moradia, todos residiam com

seus pais. Em relação ao nível de escolaridade cursado antes de entrar para a CFR, conforme dados da figura 11, mais da metade dos jovens haviam evadido a escola após a conclusão da 4ª série do primeiro grau. Os que prosseguiram os estudos, 8% tinham a 5ª série, 21% a 6ª série, 13% a 7ª série e 8% a 8ª série.

Em relação a participação em outros cursos, além de freqüentar a CFR, 29 responderam não, ou seja, 74,40% a grande maioria. Apenas dez responderam sim. Das respostas positivas a maioria havia feito cursos de suinocultura, piscicultura e apicultura.

No sentido de detectar o envolvimento dos jovens em atividades comunitárias, das respostas obtidas houveram 21 não e 18 sim, ou seja 46,20%. O número maior de não pode ser justificado porque dos 13 jovens entrevistados da turma do 1º ano, 9 responderam que não participavam de nenhuma atividade na comunidade. Entre as respostas positivas, havia a participação deles nos seguintes trabalhos: Pastoral da Juventude, grupos de jovens, time de futebol, cultos, catequese, associação comunitária, festas comunitárias e limpeza da comunidade. O grande envolvimento em atividades religiosas se explica pela forte tradição cultural das famílias onde os jovens iniciam suas participações nestas atividades antes de freqüentar a escola. Observa-se pelos resultados da pesquisa que a medida que a idade avança há a troca por outros movimentos.

Com referência a aplicação prática do conhecimento adquirido na CFR, os questionários foram respondidos a partir de uma escala com cinco opções na qual: o 1 representava totalmente, o 2 a maior parte, o 3 a metade, o 4 uma pequena parte e o 5 nada. O quadro a seguir representa as respostas dos entrevistados:

TABELA 7: Os jovens em relação a aplicação do conhecimento na prática

Opções	ALTERNATIVAS	Nº de Entrevistados	% Entrevistados
1	Totalmente	14	35,90
2	Maior parte	17	43,60
3	Metade	05	12,80
4	Pequena parte	01	02,60
5	Nada	02	05,10
	TOTAL	39	100,00

Fonte: Dados da pesquisa

Como se observa na tabela 11, 79,50% das respostas obtidas mostram que são aplicados na prática a maior parte dos conhecimentos adquiridos na CFR, que os principais obstáculos enfrentados pelos jovens, estão na falta de recursos financeiros, apoio dos pais e na falta de adaptação a propriedade, por ser considerada pequena demais. Também

confirma-se a aplicação do conhecimento na prática, como o uso da adubação verde, mudança na forma de plantar o milho e técnicas de conservas de produtos, principalmente o pepino.

Os comentários, entre os que responderam a maior parte e nada, foram os seguintes:

Falta incentivos dos pais; Por falta de recursos financeiros: Porque não dá de por tudo o que a CFR faz. a propriedade é pequena a estrutura: Porque nem sempre temos condições financeiras e lugares: Falta estrutura na propriedade: Devido o tamanho da propriedade ser de menor porte. mas pretendemos melhorar completamente; Não, por causa da terra.

Com relação as dificuldades enfrentadas para aplicar os novos conhecimentos, foram propostas quatro alternativas e quem optasse pela última deveria comentá-la.

TABELA 8: As dificuldades dos jovens na aplicação do conhecimento na propriedade

Opções	CATEGORIAS	Nº Entrevistados	% Entrevistados
1	Os pais não aceitam	08	20,50
2	Não se adapta a realidade da propriedade	16	41,00
3	Culturas ensinadas diferem da propriedade	10	25,70
4	Outras, Comente?	05	12,80
-	TOTAL	39	100,00

Fonte: Dados da pesquisa

Os comentários feitos pelos jovens sobre as dificuldades na aplicação do conhecimento praticamente foram os mesmos do item anterior, não houveram grandes mudanças. Cabe ressaltar o grande número de opção um: “Os pais não aceitam”. A explicação é que das oito respostas, sete foram da turma do primeiro ano, certamente porque são iniciantes nas atividades de formação na CFR. Outro fato surpreendente é o grande número de jovens optantes pela alternativa dois: “não se adapta a realidade da propriedade”. Neste caso, quase a metade das respostas é devido ao fato já visto nas respostas das questões anteriores. Quanto a opção 3 “as culturas cultivadas na propriedade são diferentes das ensinadas”, este item obteve um quarto das respostas e pode ser explicado a partir do fato dos Temas de Estudo, não conseguirem abranger a totalidade das propriedades. Se forem somadas as opções 2 e 3, correspondem a mais de 65% das respostas, no entanto, o item 4 deveria receber mais respostas em relação aos demais fatos o que não ocorreu, porque muitos comentários da opção 2 coincidiram com os do item 4, ou seja “a falta de recursos financeiros e pouca terra”.

Na questão se indagava o que o jovem gostaria de mudar alguma coisa em sua propriedade e quais eram os fatores mais relevantes que impediam esta vontade. As respostas mais freqüentes foram a construção de açudes em suas propriedades, mas dependiam da ação do poder público local para efetivá-los. O grande número de respostas, quase 30%, se explica pelo fato da CFR de Quilombo ter criado uma Cooperativa das famílias dos jovens matriculados e formados na CFR (COOPERCASA)⁸, que está implantando um núcleo, na própria COOPERCASA para o processamento de peixes, incentivando a criação de peixes para abastecimento do núcleo.

Outra observação importante a ser considerada, conforme a tabela 9 é relativa ao aspecto econômico. A maioria gostaria de modificar alguma coisa em sua propriedade mas não pode por este fator. No entanto, existe a consciência dos jovens de que o grande obstáculo para implementar os seus projetos são as questões de ordem financeira.

TABELA 9: Os principais obstáculos para realizarem as mudanças na propriedade

CATEGORIAS	Nº Entrevistados	% Entrevistados
Construção de açudes mas dependem da prefeitura	10	25,60
Mudar várias atividades, mas falta recursos	8	20,50
Deixar de usar agrotóxicos, falta recursos	5	12,80
Propriedade pequena p/ aplicar novos conhecimentos	9	23,10
Propriedade inadequada para apicultura	1	02,60
Gado leiteiro, mas falta dinheiro	2	05,10
Tá bom assim, nada para mudar	4	10,30
TOTAL	39	100,00

Fonte: Dados da pesquisa

No aspecto relacionado ao preparo do jovem para enfrentar os desafios das atividades em seu meio profissional depois que começou a freqüentar a CFR. As respostas a esta questão foram unânimes. Todos os entrevistados responderam positivamente a esta questão. Sendo que a resposta mais freqüente foi de agora em diante já sabe o que vai fazer em sua propriedade. Pode-se verificar na tabela 10 que os jovens sentem-se mais estimulados para a execução das suas atividades, pois o conhecimento adquirido tem

⁸Conforme informação obtida junto ao monitor, a idéia de criar a cooperativa foi: "Com o intuito de tornar a CFR sustentável surgiu quando formou-se a primeira turma da CFR de Quilombo em 1996 um Cooperativa de segmento Agropecuario denominada Cooperativa de Agronegócios Quilombo - COOPERCASA dando suporte para surgimento de associações de agricultores com o objetivo de novas iniciativas de renda e emprego no meio rural. Atualmente surgiram núcleos da cooperativa COOPERCASA: Núcleo de doces e conservas; Núcleo de imbutidos de suínos; Núcleo de produtores de hortaliças; Núcleo de industrialização de peixes. Em discussão núcleo de produtos do mel. Esta é uma grande idéia criar marcas regionais fortes nos produtos e agregar valor a produção em função das dificuldades em produzir commodities (milho, feijão, soja...). Inumeros são os resultados, principalmente de ordem cultural, além da melhoria nas atividades normais das propriedades da região em geral" (Monitor 2).

despertado o desejo de exercer sua profissão com mais vontade e dado firmeza para realização de suas atividades em seu meio sócio-profissional.

TABELA 10: Em relação a motivação do jovem para trabalhar na propriedade

Categorias	Nº Entrevistados	% Entrevistados
Sim, porque sei o que vou fazer na roça	10	25,60
Sim, porque me sinto mais firme para trabalhar	7	17,90
Sim, porque aprendi novos conhecimentos	7	17,90
Sim, porque tem mais conhecimento sobre agricultura	6	15,40
Sim, porque os estudos são voltados para agricultura	5	12,80
Sim, porque o que se aprende, se coloca na prática	4	10,40
TOTAL	39	100,00

Fonte: Dados da pesquisa

Foi perguntado se durante as duas semanas de permanência na propriedade, o jovem lembrava do conhecimento adquirido na semana de alternância na CFR. Foram sugeridos cinco opções e ao somar a 1 e a 2, o resultado é 84,60%, ou seja, os jovens lembram praticamente de tudo. As respostas coincidem com os resultados da tabela anterior em que 100% das respostas foram positivas em relação a preparação para as atividades do meio rural. Algumas das respostas foram comentadas e escolheu-se as seguintes observações:

Nós lembramos porque levamos apostila e lemos a apostila e fizemos na prática: pois, eu presto atenção e depois eu lembro do que foi aprendido; eu lembro a metade, porque nem tudo a gente lembra: sim, porque quando estou trabalhando numa atividade que nós estudamos eu lembro do que nós comentamos: sim, porque quando estou trabalhando numa atividade ponho em prática o que aprendi: porque é debatido várias vezes na escola, fizemos trabalho em grupo.

Dos comentário feitos pelos jovens, cabe ressaltar a importância para o Caderno da Alternância, em que na maioria dos casos é lembrado por “apostila”, servindo como elo de ligação entre as atividades práticas na propriedade e os trabalhos teóricos realizados no período de internato na Casa Familiar. Praticamente em todos os comentários existe uma referência, mesmo que indireta.

TABELA 11: Com referência as duas semanas na propriedade

Opções	ALTERNATIVAS	Nº Entrevistados	% Entrevistados
1	Totalmente	17	43,60
2	Maior parte	16	41,00
3	Metade	06	15,40
4	Pequena parte	-	-
5	Nada	-	-
-	TOTAL	39	100,00

Fonte: Dados da pesquisa

A expectativa do jovem em relação ao seu futuro profissional, após o término do curso. A grande maioria dos jovens pretendem continuar na atividade, ou seja, 87,20% dos entrevistados aspiram continuar na profissão de agricultor e os outros 12,80% pretendem continuar os estudos, mas com profissões associadas ao meio rural, como é o caso do técnico agrícola e do engenheiro agrônomo, conforme a tabela 12.

TABELA 12: As aspirações profissionais dos jovens

Profissões	Entrevistados	% Entrevistados
Agricultor	34	87,20
Técnico Agrícola	3	07,70
Agrônomo	2	05,10
Total	39	100,00

Fonte: Dados da pesquisa

A maioria das respostas comentadas coincidem com os comentários das questões anteriores sobre a permanência no meio rural. Algumas das respostas se referem-se ao medo de abandonar a agricultura, ir para a cidade e lá passar fome. Entre os que pretendem permanecer na agricultura, a maioria se refere ao conhecimento adquirido para seguir a profissão:

Por que eu tenho estudo e conhecimento para aplicar: o estudo é voltado a agricultura: por que eu estudo na CFR e gente que não quer ficar na roça não pode estudar na CFR: porque na agricultura é mais fácil e dá mais dinheiro dependendo da atividade: por que você vai ter alimentos mais saudáveis e continuar o projeto feito na CFR e por vontade minha: para ajudar meus pais e cuidar da lavoura: porque eu tenho estudo para trabalhar na roça e conhecimento para melhor desenvolvimento: porque acho que é viável ficar na roça: porque quem vem estudar na Casa Familiar é poucos que sai da agricultura.

Com relação ao trabalho desenvolvido pelos monitores, houve praticamente unanimidade nas respostas. A grande maioria, de acordo com a tabela 13, acha, ótimo e bom. Apenas uma das respostas considerou o trabalho dos monitores satisfatório.

TABELA 13: Sobre o trabalho desenvolvido pelos monitores

Opções	ALTERNATIVAS	Nº Entrevistados	% Entrevistados
1	Otimo	33	84,60
2	Bom	05	12,80
3	Satisfatório	01	02,60
4	Regular	-	-
5	Ruim	-	-
-	TOTAL	39	100,00

Fonte: Dados da pesquisa

Como verifica-se na tabela 13, o relacionamento entre jovens e monitores pode ser considerado excelente, pois 84,60% acham ótimo o trabalho. No entanto, cabe destacar os comentários feitos pelos alunos em relação a questão em que as justificativas foram as seguintes, de acordo com a tabela 14, abaixo: 43,60% é porque explicam bem a matéria; 23,10% é porque fazem o possível para ajudar na propriedade; 20,50% acham que estão trabalhando no caminho certo e 12,80% os estudos são planejados tecnicamente. Na visão dos alunos, os conteúdos recebidos na CFR têm por função prepará-los para exercer atividade de agricultor, através de uma formação técnica, voltada para o desenvolvimento econômico da propriedade. Destaca-se alguns dos relatos, com ênfase relacionada ao conhecimento técnico:

Porque os estudos são bem planejados, os estudos são na técnica. Porque eles sabem explicar muito bem as matérias e fazem o possível para nos ajudar na propriedade. Por que os monitores repassam todos seus conhecimentos e explicam até nós entendermos os conteúdos.

TABELA 14: Os comentários sobre o trabalho dos monitores

Categorias	Nº Entrevistados	% Entrevistados
Explicam bem as matérias	17	43,60
Fazem o possível para ajudar na propriedade	9	23,10
Estão trabalhando certo	8	20,50
Estudos planejados e na técnica	5	12,80
TOTAL	39	100,00

Fonte: Dados da pesquisa

Em relação as atividades desenvolvida na Casa Familiar Rural pela governanta, a maioria dos entrevistados acha ótimo, 76,90%; e 17,90% considera o trabalho bom, conforme tabela 15 a seguir:

TABELA 15: Sobre o trabalho da governanta

Opções	ALTERNATIVAS	Nº Entrevistados	% Entrevistados
1	Ótimo	30	76,90
2	Bom	07	17,90
3	Satisfatório	02	05,20
4	Regular	-	-
5	Ruim	-	-
-	TOTAL	39	100,00

Fonte: Dados da pesquisa

Em seus relatos sobre o desempenho das atividades desenvolvidas pela governanta, os jovens enfatizam com maior ênfase o cardápio preparado durante a semana

de alternância na CFR, sendo que 33,30% dos jovens consideram a comida boa e variada. Em relação a programação do cardápio, 23,10% acham bom, como pode ser observado conforme dados da tabela 16. Outro ponto destacado nas atividades da governanta se refere a ser uma pessoa amiga para 23,10%. Também 20,50% dos jovens consideram que ela ensina técnicas de preparo de alimento e limpeza. É interessante notar que quase a metade dos jovens vêem na governanta uma pessoa amiga e que ensina. Neste sentido, percebe-se duas referências dos jovens com relação a governanta que não acontece com os monitores. Nos monitores a ênfase está voltada para os aspectos técnicos, já em relação a governanta a referência é feita na questão da amizade. Fica demonstrado assim uma relação de mais intimidade com os jovens.

TABELA 16: Os comentários sobre o trabalho da governanta

Categorias	Nº Entrevistados	% Entrevistados
Comida boa e variada	13	33,30
Boa programação da comida	9	23,10
Pessoa "legal" e amiga	9	23,10
Ensina e organizada na limpeza	8	20,50
TOTAL	39	100,00

Fonte: Dados da pesquisa

Na questão sobre o que despertou o interesse do jovem em procurar a CFR, foram sugeridas quatro alternativas, conforme a ordem da tabela 17 a seguir. As opções foram sugeridas nesta ordem e tiveram as seguintes respostas: incentivo dos pais e de amigos empataram com 33,30% cada; vontade própria recebeu 28,20% das respostas e a alternativa outros recebeu 5,20% das respostas com os seguintes comentários: "incentivo dos monitores e "incentivo do tio". Isto demonstra que os pais estão incentivando seus filhos, bem como, a comunidade também tem dado apoio aos jovens no intuito de buscarem a formação na Casa Familiar.

TABELA 17: Os motivos que levaram a frequentar a CFR

Opções	ALTERNATIVAS	Nº Entrevistados	% Entrevistados
1	Incentivo dos pais	13	33,30
2	Vontade própria	11	28,20
3	Incentivo de amigos	13	33,30
4	Outros	02	05,20
-	TOTAL	39	100,00

Fonte: Dados da pesquisa

Um dos pontos fortes da proposta da pedagogia da alternância é o calendário escolar adaptado a cada região em que é instalada a CFR sendo o mesmo discutido com os pais e jovens no sentido de não atrapalhar as atividades na propriedade. Com referência ao calendário, foi elaborada, uma questão na qual continha cinco alternativas de respostas e era solicitado aos jovens comentarem sobre as mesmas. De acordo com a tabela 18, 74,30% responderam que o calendário escolar não atrapalha as atividades na propriedade. Evidenciando desta forma que o mesmo está bem adaptado à realidade dos agricultores. Apenas 15,40% responderam que atrapalha muito os trabalhos na roça.

TABELA 18: Calendário escolar *versus* trabalho na propriedade

Opções	ALTERNATIVAS	Nº Entrevistados	% Entrevistados
1	Não atrapalha	29	74,30
2	Indiferente	03	07,70
3	Atrapalha pouco	01	02,60
4	Atrapalha	-	-
5	Atrapalha muito	06	15,40
-	TOTAL	39	100,00

Fonte: Dados da pesquisa

Além dos jovens optarem pelas alternativas foi sugerido que comentassem suas escolhas. Do total, 24 jovens complementaram as respostas. Conforme a tabela 19 abaixo, em relação a opção 5 (atrapalha muito) os comentários se referiam a pouca mão de obra na propriedade e que ao se ausentarem das atividades prejudicavam os trabalhos na propriedade. Foram selecionados os seguintes comentários:

a) atrapalha:

Porque somos só eu, meus avós e meu tio. Eu e meu tio estudamos na mesma alternância e meus avós não podem fazer todo o serviço. Tem eu, meu pai e a minha mãe. Pouco tempo para colocar em prática o que aprendeu na escola. Porque somos só eu e os pais e minha irmã e meus pais não vencem fazer os serviços na propriedade. Por que na semana que estamos na escola não é uma semana perdida, sempre estamos aprendendo assuntos novos.

b) não atrapalha:

Não atrapalha pois, nós viemos na aula para aprender, para depois aplicar na propriedade. Não atrapalha por que os meus pais ficam na roça. Porque nós adaptamos o trabalho na propriedade. Acho que está bem elaborado. Porque e com calendário é que desenvolvemos a propriedade. Porque já estamos acostumados. Pois, o que eu aprendo é bem aproveitado. Em casa você trabalha o que aprendeu e vir para a casa você aprende algo novo.

TABELA 19: Comentários sobre o calendário escolar *versus* trabalho na propriedade

Temas	Categorias	Jovens	%
Atrapalha	Pouca mão de obra na propriedade	5	20,80
	Bom aproveitamento do tempo	1	04,20
Não atrapalha	A família fica trabalhando	6	25,00
	Porque aprende algo novo	8	33,30
	Porque estão acostumados	1	04,20
	Adaptação do calendário ao trabalho	2	08,30
	O calendário é bem elaborado	1	04,20
Total		24	100,00

Fonte: Dados da pesquisa

Nesta questão foi sugerido aos jovens seis opções em que solicitou-se a enumeração em ordem crescente sobre o que, na sua opinião, deveria ser melhorado. O item citado em primeiro lugar foi a alternativa visita nas propriedades com 11 indicações, seguidos do apoio dos pais e da comunidades com seis cada. Nesta questão buscou-se avaliar os aspectos externos da CFR.

TABELA 20: Os aspectos externos a CFR que precisam ser melhorados

Ordem*	Calendário		Visitas		Currículo		Partic. pais		Apoio com.		Outros	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
1	05	17,20	11	33,30	06	16,20	04	13,80	06	20,90	01	04,80
2	03	10,30	06	18,20	08	21,60	04	13,80	03	10,30	02	09,50
3	02	06,90	05	15,20	16	43,20	09	31,00	03	10,30	02	09,50
4	10	34,50	04	12,10	02	05,40	07	24,10	04	13,80	-	-
5	04	13,80	06	18,20	04	10,80	05	17,20	12	41,40	02	09,50
6	05	17,20	01	03,00	01	02,70	-	-	01	03,40	14	66,70
Total	29	100,00	33	100,00	37	100,00	29	100,00	29	100,00	21	100,00

Fonte: Dados da pesquisa

*Foi sugerido aos jovens a numeração de 1 a 6 de forma crescente os aspectos que precisam ser melhorados. Sendo que quanto mais próximo do um mais atenção deve receber.

Nesta questão foi sugerida aos jovens quatro opções pela qual eles deveriam dar nota de 0 a 10 aos participantes internos da CFR. De acordo com a tabela 21, percebe-se uma boa relação dos participantes da CFR de Quilombo, pois as notas atribuídas foram as seguintes: a maioria optou pelo dez e a menor nota atribuída pelos jovens foi sete, os monitores obtiveram mais notas 10, 84,60%. Conforme as respostas atribuídas nota-se uma boa relação entre a casa/família/associação, no entanto, os comentários feitos em alguns dos questionários têm a exigência de mais visitas às propriedades. A presença do monitor na propriedade é vista pelo jovem como um incentivo, um apoio e acima de tudo como um fator de integração, de harmonia e diálogo entre a família e a CFR. A ida dos monitores na

propriedade é vista pelo jovem como uma alternativa de melhoria para a propriedade, de esperança e acesso a novos conhecimentos. Neste caso, o monitor é visto como um técnico, conforme os comentários a seguir:

Porque ajuda a botar em ordem a propriedade: Porque ensina a levar a propriedade para frente: Sem a presença dele, com o tempo ficaria sem solo, por que a chuva ia levar e por isso aprendemos a adubação verde: Aprendemos na prática como fazer os trabalhos: Porque ele ajuda a levar a propriedade para frente: Ele está ajudando na propriedade.

O monitor, de acordo com os comentários dos jovens a esta questão, também está associado a figura do professor:

Porque ensina bem: Se você não entende ele explica de novo: ensina bem: Porque ele sabem explicar bem a matéria.

Se por um lado o monitor é identificado como técnico e professor, por outro fica mais do que evidente que a presença do monitor na propriedade serve para estimular a família e também romper barreiras no relacionamento entre pai e filho.

TABELA 21: Nota atribuída pelos jovens aos participantes da CFR

Nota	Associação	%	Pais	%	Monitores	%	Governanta	%
10	32	82,10	23	59,10	33	84,60	28	71,80
9	05	12,80	07	17,90	05	12,80	05	12,80
8	02	05,10	07	17,90	01	02,60	04	10,30
7	-	-	02	05,10	-	-	02	05,10
Total	39	100,00	39	100,00	39	100,00	39	100,00

Fonte: Dados da pesquisa

Cabe destacar que os aspectos educacionais da CFR em análise estão centrados na figura pessoal do monitor. Na visão dos jovens, a Casa Familiar é o local em que se adquire uma formação técnica, a fim de prepará-los para desempenhar a profissão de agricultor, além de desenvolver economicamente a propriedade e estimular para a permanência em seu espaço produtivo.

O conhecimento técnico adquirido na CFR é concretizado em alternativas para a propriedade, possibilitando desta forma a melhoria na qualidade de vida da família. O período de internato, do ponto de vista dos jovens, serve para adquirir conhecimentos teóricos e buscar novas técnicas de produção, e o período na propriedade serve para repassar para a família e aplicar na prática o conhecimento adquirido na Casa Familiar.

Um outro aspecto que diferencia o ensino da CFR de Quilombo em relação ao ensino tradicional é a questão da avaliação. Enquanto numa escola regular o bom desempenho de um aluno é atribuído pela melhor nota tirada, na Casa Familiar o bom desempenho é visto no sucesso da aplicação técnica do conhecimento, ou seja, na implantação de inovações na propriedade.

Em relação a aplicação dos novos conhecimentos adquiridos na CFR, os jovens apontam como maiores obstáculos a questão financeira e a resistência dos pais como fatores limitantes à implantação das inovações na propriedade. No que diz respeito a participação dos pais e da família de um modo geral é vista pelo jovem como sendo a função de apoiar e participar das discussões dos temas e implantar os conhecimentos adquiridos; pois para os jovens o sucesso na sua formação não depende somente deles e sim do incentivo da família na execução dos projetos.

4.4 A CFR de Quilombo segundo os monitores e a governanta

4.4.1 Introdução

Nesta parte do capítulo serão apresentados os aspectos internos da CFR de Quilombo a partir da perspectiva dos monitores e da governanta. Eles estão envolvidos diretamente no processo de formação dos jovens. Os dados foram obtidos através de entrevistas semi-estruturadas realizadas no município de Quilombo.

A função do monitor em uma CFR é o de conduzir o processo educativo nas experiências em alternância. Esta função, bem como a denominação, surgiram no movimento das MFRs Francesas com o objetivo de diferenciá-lo da figura do professor.

A palavra "monitor" é proveniente do latim "Monere" que significa: fazer recordar, fazer observar, advertir, dar avisos, dar inspiração, esclarecer, instruir. Ela indica, portanto, aquele que conduz, mais que isto, indica quais devem ser os conhecimentos⁹ (CHAMBRES, 1997, p. 30).

No projeto da CFR de Quilombo, o monitor cumpre a função de mediador do processo de transmissão do saber científico, a partir do conhecimento prévio do jovem. O

⁹Do original em francês: "La mot 'moniteur' vient du latin 'Monere' qui signifie: 'faire souvenir, faire observer, avertir, engager, exhorter, donner des avertissements, des inspirations, éclairer, instruire'. Il désigne donc celui qui accompagne, plus que celui qui déverse un savoir" (CHAMBRES, 1997, p. 30).

monitor é o intermediador que favorece a apropriação de um novo conhecimento dando condições de produzir novos saberes¹⁰.

Em relação a função que deve desempenhar uma governanta¹¹ em uma CF, além de auxiliar no preparo das refeições, ainda é a responsável pela organização do cardápio e planejamento da quantidade de alimento que cada jovem deverá trazer na semana de alternância na Casa (ver anexo 5). A limpeza e a manutenção da CFR é realizada pelos alunos, com a supervisão da governanta. De acordo com a proposta da Pedagogia da Alternância e do Regimento Interno das CFs, estas atividades têm uma função educativa de extrema importância para o aprendizado dos jovens.

4.4.2 As características pessoais da equipe

Atualmente o quadro funcional da CFR de Quilombo é composto por três monitores, profissionais com formação vinculada as ciências agrárias e uma governanta com uma formação obtida a partir da ARCAFAR/Sul. A tabela a seguir demonstra as características profissionais dos monitores e da governanta, bem como as características pessoais e profissionais que foram agrupadas segundo idade, sexo e formação.

TABELA 22: Características pessoais dos monitores e da governanta

Categorias	Nº Entrevistados	% Entrevistados
Sexo		
Feminino	01	25
Masculino*	03	75
Idade		
30 a 35	04	100
Formação		
2º grau	01	25
3º grau	02	50
Pós-graduação	01	25

Fonte: Dados coletados

*No período da pesquisa haviam apenas dois monitores trabalhando na CFR, porque um estava licenciado exercendo uma função pública na administração local.

¹⁰ A função do monitor da CFR de Quilombo é a seguinte: "O monitor deve ser educador, bom animador e ser bom técnico, saber transmitir conhecimentos através desta pedagogia, saber preparar o jovem a ter capacidade de aprender e mudar quando necessário, acompanhar a evolução e conhecer muito bem a realidade do produtor (para isso o ideal seria que ele fosse da região). A formação desta Casa atenta para a maior diversificação possível dentro das possibilidades e necessidades do produtor (agricultura, pecuária, social, construções, mecânica, etc.)" (CFRQ, s/d, p.05).

¹¹ Na CFR de Quilombo é a "governanta que coordena e auxilia o preparo da alimentação e instrui e supervisiona a parte de limpeza. Os jovens são divididos em grupos que possuem encargos de limpeza, cozinha, biblioteca, organização, etc." (CFRQ, s/d, p.05).

De acordo com a tabela 22, atualmente o quadro de funcionários da CFR de Quilombo está assim distribuído: os monitores são todos do sexo masculino, com exceção da governanta. A idade média situa-se na faixa etária dos 32 anos. A formação dos monitores está ligada à área da agronomia e todos têm formação superior, sendo um com licenciatura em Ciências Agrárias e dois formados em Administração Rural. Um ponto interessante dos entrevistados é a preocupação com a capacitação permanente. Atualmente um concluiu o Mestrado em Ciências Sociais e o outro cursa especialização em Administração Rural e Marketing. Em relação a formação pedagógica, todos realizaram cursos de capacitação em pedagogia da alternância oferecidos pela ARCAFAR/Sul com uma carga horária de 240 horas, durante um período de dois anos, divididos em seis módulos de uma semana intensiva cada. Os monitores de Quilombo também participaram de um curso de capacitação promovido pela SED, através do Setor de Ensino Fundamental, distribuídos em quatro módulos contemplando as seguintes disciplinas do ensino fundamental: História, Geografia, Matemática e Português. Os temas abordados estavam centrados numa visão pedagógica da interdisciplinariedade ligados à pedagogia da alternância. O curso teve uma carga horária de 280 horas, fazendo este parte dos requisitos básicos exigidos para aprovação da SED e para obtenção do reconhecimento da pedagogia da alternância junto ao CEE/SC.

4.4.3 A trajetória profissional da equipe

Uma outra discussão importante diz respeito a trajetória profissional dos monitores em suas experiências no magistério, o tempo de experiência de formação por alternância e as atividades desempenhadas na CFR. Cabe ressaltar que todos são oriundos do meio rural, com conhecimento de causa.

TABELA 23: Características profissionais dos monitores e da governanta

Categorias	Nº Entrevistados	% Entrevistados
Idade 30 a 35	04	100
Tempo de Experiência 10 a 05 anos	02	50
06 a 10 anos	02	50

Fonte: Dados coletados.

Em relação ao tempo de experiência no quadro do magistério, os monitores da CFR de Quilombo tinham entre quatro a oito anos, com uma média de oito anos de atividade. Quanto a experiência profissional relacionada à área de ensino, nenhum dos monitores haviam trabalhado na área do magistério antes de entrar na CFR. A governanta¹² está a seis anos trabalhando na função, também sem experiência anterior. Com referência à função exercida dentro da CFR, todos hierarquicamente assumem de forma conjunta todas as funções e responsabilidades. Não existe o cargo específico de coordenador de curso ou de diretor da Casa, todos têm o mesmo *status*. Os monitores possuem dedicação exclusiva na CFR e a remuneração recebida é igual para todos, oscilando em torno de sete salários mínimos. A única exceção é a governanta que recebe uma remuneração inferior.

O trabalho realizado pelos monitores na CFR de Quilombo vai muito além da atividade de ministrar aulas. Eles são os responsáveis pela administração interna e externa da Casa e fazem o acompanhamento dos jovens e suas famílias nas propriedades. Entre outras funções, o monitor ainda tem uma participação ativa em eventos municipais e regionais. No município, cabe destacar a participação em programas de rádio, duas vezes na semana, na qual são divulgadas as atividades realizadas na CFR, bem como informações e avisos de interesse dos agricultores ligados à Casa Familiar.

Como verifica-se a seguir o trabalho desenvolvido pelos monitores e governanta é bem intenso. No entanto, ressalta-se o bom relacionamento existente entre os membros da equipe da Casa Familiar, onde as atividades são realizadas e discutidas conjuntamente.

Existe um espírito de grupo muito grande, o grupo é muito unido. Não existe problemas de ciúmes. O relacionamento é de igualdade, um defende o outro, o trabalho é realizado em equipe (Governanta).

Aqui todo mundo é igual. [...] É a equipe que faz, a equipe para tomar uma decisão, sempre a equipe senta, discute e troca idéia. Então por isso não aparece aquele que tá lá na frente e não aparece nem aquele que está lá atrás. Aparece todo mundo no mesmo nível (Pres. da Assoc. CFRQ).

Para executar todas as atividades, considerando o pequeno quadro de funcionários, a equipe da CFR de Quilombo trabalha muito além das oito horas diárias recomendadas pela legislação vigente. Conforme o relato da governanta, pode-se verificar

¹² Conforme a governanta, ela começou a trabalhar desde a fundação da CFR: "Há seis anos comecei a trabalhar na CFR por acaso e sem experiência. Achava no início que era o serviço de merendeira. Mas depois vi que não era, o trabalho é bem mais completo. Porque a gente tem que organizar, ensinar, atender os pais e vistoriar todo o trabalho de manutenção feito pelos alunos" (Governanta).

que o seu trabalho supera em muito aqueles desempenhados por uma auxiliar de serviços gerais de uma escola tradicional:

O meu trabalho aqui na Casa é muito grande. Na hora que não tem monitor na Casa os alunos ficam na minha responsabilidade. Eu também vou para a sala de aula ensinar alimentação. Ensino receitas, cardápios, discuto a divisão dos grupos. Na realização das tarefas eu não mando ninguém, ninguém é superior aqui, não se manda em ninguém, se conversa(Governanta).

4.4.4 O relacionamento da equipe com as famílias

Quanto ao relacionamento entre a equipe da CFR e as famílias, não existem problemas, pois na opinião dos monitores é considerada boa a receptividade. Há aceitação, pelos pais, dos conhecimentos difundidos a partir da CFR. Isto visto a partir de uma perspectiva dos trabalhos da Casa Familiar para com as famílias. No entanto, isso não se pode afirmar quando o sentido é inverso. A participação das famílias nas atividades desenvolvidas pela CFR, ainda é um pouco restrita, segundo os monitores. A presença dos pais têm se limitado a participação em reuniões e eventos organizados pela Casa, todavia, este fato, em parte, pode ser explicado pela questão geográfica, pois a grande maioria dos pais residem distante da CFR e os meios de transporte são precários.

Além da distância entre as propriedades e a Casa Familiar, há as dificuldades de locomoção dos agricultores, pois muitos não possuem veículos próprios. Os monitores apontam também a questão da pouca escolaridade dos pais como um dos fatores limitantes a participação, no entanto, para minimizar estes problemas e motivá-los, os monitores e a associação da CFR de Quilombo têm realizado seminários no sentido de sensibilizá-los a participarem mais do processo de discussão interna da Casa Familiar.

Os pais eles não tiveram a oportunidade de estudar, então a gente muitas vezes, a gente busca exigir até algumas coisas dos pais que de repente eles não tiveram. Por isso que é difícil você conseguir trazer os pais. A gente tem feito seminários, tem feito palestras para os pais, reuniões com eles, mas a gente tem que admitir que não é uma tarefa fácil (Monitor 2).

4.4.5 As dificuldades da aplicação do conhecimento na prática

Em relação as dificuldades de aplicação dos conhecimentos técnicos na propriedade difundidos pela CFR, três são apontadas pelos monitores como principais obstáculos: a primeira está relacionada com a baixa escolaridade dos pais; a segunda com o

conflito de gerações (pais e filhos); e a terceira diz respeito ao trabalho desenvolvido pela extensão rural no estado, antes da implantação da CFR.

Então hoje a gente tem que dizer assim que não é cem por cento essa participação dos pais. Porque é realmente uma tarefa difícil você conquistar muitos pais que não tiveram oportunidade de estudar. Eles têm dificuldade de entender, então é um processo que a gente tá em construção e a gente procura envolver eles, mais muitas vezes é difícil. Mas você tem conseguido assim evoluir bastante neste sentido (Monitor 2).

A dificuldade maior é a aceitação pelos pais das inovações. O conflito entre pais e filhos é grande - muitos filhos consideram os pais atrasados. Um outro problema foi a extensão rural que jogou muitas inovações na propriedade. Sendo que muitas das quais eram inadequadas e deram erradas, daí a resistência a certas inovações. A dificuldade é quando se trata de uma inovação, mas quanto as melhorias, elas têm sido bem aceitas, ou seja, melhorar aquela atividade já existente na propriedade, aí não tem problema (Monitor 1).

Como observa-se, a Casa Familiar é pensada sempre pelos monitores como um espaço de formação voltada para a realidade do jovem, com um conteúdo prático que deve ser útil para melhorar as condições de vida na propriedade, visando acima de tudo, o desenvolvimento social e profissional do jovem. No entanto, no relato a seguir, novamente se ressalta a pouca escolaridade dos pais como o entrave principal na implantação de inovações técnicas, visando a melhoria da qualidade de vida na propriedade:

[...] a baixa escolaridade dos pais contribui na falta de diálogo, resistem mais as mudanças de tecnologias e pior, pensam que sabem e que as coisas não mudam ou mudam somente porque alguém quer e não possuem o contexto de mundo. Gerenciam suas atividades de maneira ruim, sem planejamento e organização, com isso possuem péssimos resultados e culpam o sistema, omitindo-se sempre dos erros, transmitindo isto aos jovens futuros agricultores que crescem acreditando que as mudanças não dependem deles e sim dos outros (governos). Percebe-se nas propriedades que os pais que possuem um maior nível de escolaridade uma facilidade na busca de soluções principalmente de ordem econômica-financeira (Monitor 2).

Como foi visto na citação anterior, a baixa escolaridade dos pais é apontada como o grande problema, conseqüentemente gerando inúmeras dificuldades de relacionamento entre os membros da família, contribuindo para a resistência às inovações e gerando um pessimismo que leva a acreditar que as mudanças não dependem de si, mas dos outros, somente - fatores externos. Ainda sobre as dificuldades enfrentadas pelos monitores na aplicação dos conhecimentos na prática, o relacionamento familiar é apontado como o

principal. Ou seja, o relacionamento familiar acaba sendo o grande obstáculo, inclusive aparecendo acima da questão financeira.

Eu acho que tem duas dificuldades que daria para citar com maior evidência: a primeira é a família. Hoje o desenvolvimento da sociedade, das famílias, é uma dificuldade muito grande dos pais e dos filhos entrarem em consenso, então o jovem tem dificuldade de implantar uma técnica nova que ele aprende aqui. Então este acho que é um problema. O segundo problema, não seria um problema, seria uma dificuldade, ponto restritivo, a gente poderia dizer, é a questão econômica da agricultura familiar. Muitas técnicas deixam de serem aplicadas por dificuldades financeiras. Então são duas vertentes: aquelas dificuldades do diálogo da família - o entendimento do pai e do filho e a segunda seria a questão econômica (Monitor 2).

4.4.6 A CFR e os Colégios Agrícolas

Em relação a Pedagogia da Alternância, ela possibilita a viagem entre a realidade vivida do jovem no meio familiar e a teoria na Casa Familiar. Ou seja, uma relação íntima entre a formação escolar e a realidade da propriedade. Desta intimidade nascem os conteúdos que estimulam os jovens para o processo de aprendizado. A idéia de trabalhar na Casa com a realidade, possibilita uma formação dos jovens, partindo dos problemas cotidianos da propriedade, avançando na direção da construção do conhecimento de forma coletiva a fim de contribuir para melhor qualidade de vida. Este método de ensino facilita ao aluno a assimilação dos conteúdos, pois os mesmos são vivos, reais. Esta estratégia pedagógica de trabalhar o real é considerada pelos monitores como um meio eficiente de motivá-los na execução de seus projetos. Para que um projeto seja bem sucedido, na visão da equipe, é necessário ser um fator de desenvolvimento econômico na propriedade. E com isto provocar no jovem a motivação para continuar em seu meio produtivo. Neste sentido, a valorização da realidade do jovem como princípio norteador da Pedagogia da Alternância e dos temas abordados na CFR tem por objetivo a melhoria da realidade do jovem e de sua família. Desta forma, as características da CFR são definidas pelos membros da equipe em comparação oposta aos métodos de ensino utilizados nos Colégios Agrícolas.

Os altos investimentos na infra-estrutura do ensino tradicional agrícola. Os jovens que estudam em colégios agrícolas, na sua maioria não retornam à sua propriedade rural devido principalmente a: a) Grande distanciamento da realidade do jovem com a realidade da família, propriedade e comunidade. b) Os estudos são feitos em ambientes seletivos, fora de sua realidade (máquinas, tecnologia, solo, relevo...). c) Educação individualizada sem participação familiar, gerando choque de idéias no regresso do jovem à sua propriedade. d) Experiências fora da propriedade geram uma imposição de conhecimento e depois não os repetem a nível de domicílio. e) As escolas técnicas (necessárias ao processo educativo), possuem custo de implantação e manutenção elevados e passam a ser vivenciadas pela maioria dos jovens como nova profissão (CFRQ, s/d, p. 02).

Para a família a CFR é um meio de formação de uma família e não é só de um jovem. Porque da maneira que ela chega nas famílias faz com que se preparem realmente uma família e não somente o jovem. Que é diferente do que acontece nas escolas tradicionais que educa somente o jovem. Por exemplo, uma simples comparação entre um Colégio Agrícola e uma CFR: o Colégio Agrícola, o jovem vai lá para o Colégio Agrícola e fica três anos lá, volta para casa acha a propriedade totalmente diferente do que ele tá vendo e até conhecia e sabia e o que ele passou a imaginar o que podia ser. E chegando na propriedade: "eu preciso fazer isto", "preciso fazer aquilo", uma grande modificação. E aí os pais não estão preparados e dá um choque e daí o filho pega e vai embora. E na CFR não, ela vai lá desde o início do primeiro ano e discute com o pai, com a mãe, com as irmãs e com as irmãs. Com cada área e a família como um todo. E depois os próprios pais têm aquela reunião de formação periódica de uma, duas, três vezes por ano. Conforme as turmas estão aqui dentro, se as turmas estão mais fracas aqui se leva os pais mais vezes, se as turmas estão mais fortes, daí se leva os pais talvez um pouco menos vezes. Mas não menos que duas vezes por ano aqui, eles ficam o dia todo e recebem uma 'formaçozinha', eu diria não tanto uma formação, mais como um ânimo. Como é que eu diria assim uma força para eles acreditarem no que os jovens levam para a propriedade (Pres. Assoc. da CFRQ).

Como se observa na citação e no relato acima, a formação e os conteúdos técnicos ministrados nos Colégios Agrícolas, são vistos como inadequados à realidade da agricultura familiar. Eles afastam os jovens de suas realidades e os conhecimentos adquiridos nestas escolas são difíceis de aplicação e adaptação à pequena produção, provocando um conflito de idéias entre pais e filhos que leva o jovem, na maioria das vezes, a abandonar a propriedade e a agricultura. A proposta pedagógica da CFR é vista como o diferencial para a pequena propriedade. A alternância é a grande facilitadora do processo de formação já que o jovem faz a ligação entre o conhecimento empírico da propriedade com o conhecimento científico na CFR. A ida e a vinda da alternância permite o contato entre a realidade vivida e o conhecimento científico adquirido na CFR, despertando o interesse no jovem pelo aprendizado e conseqüentemente o da família e da comunidade.

Permite uma formação integral e permanente, e consiste em “aprender e aprender”. É o saber fazer. Esta formação consiste no desenvolvimento pessoal e social, da imaginação, criatividade e da cooperação dentro de sua realidade. Para todas as pessoas, a realidade é o que vivem a cada dia, seu trabalho, suas atividades, suas diversões, etc., a realidade da vida provoca interesse. Esta pedagogia permite que os jovens do campo recebam uma educação adaptada ao seu meio. Fomenta a iniciativa, o sentido de responsabilidade e a cooperação. Transforma a exploração rural de seus pais e vizinhos num valioso campo de aprendizagem e experiências, dispensando esta infra-estrutura na Casa Familiar Rural. Permite a aplicação imediata de tudo que ele for aprendendo paralelamente à capacitação de sua família. Permite ao jovem prosseguir ajudando seus pais nas tarefas de exploração da propriedade, não gerando a perda da mão-de-obra. Educa duas gerações simultaneamente. A alternância desperta muito interesse da família na ida e vinda do jovem, alcançando resultados rápidos. Ensina o jovem a viver em grupos na família e fora dela. Alternância é um processo pedagógico que exige muita responsabilidade de todos (agricultores, jovens, monitores, autoridades...) (CFRQ, s/d, p. 03).

4.4.7 As dificuldades internas da CFR

Em relação as dificuldades em trabalhar internamente a pedagogia da alternância, os monitores apontam como principal obstáculo o entrosamento com os professores do Ensino Supletivo devido a rotatividade dos mesmos. E, ainda, porque o projeto é considerado novo e existem poucas referências a ser trabalhados pedagogicamente.

As dificuldades de entrosamento da área técnica com o CEJA (Centro de Educação de Jovens e Adultos). Mas de certa forma tem evoluído na parte multidisciplinar (as disciplinas do núcleo, com as disciplinas técnicas). A dificuldade é fazer com que os professores juntem os currículos. Pois os professores ACTs (Admitidos em Caráter Temporário) e quem contrata é a Secretaria Estadual de Educação e coloca a disposição da CFR e a Casa não tem nenhuma influência sobre quem vai ser contratado ou dispensado. E por isso a rotatividade de professores é grande. Porque quando eles começam a entender a pedagogia da alternância são dispensados, pois termina o contrato e muitas vezes não pode ser renovado. Uma outra dificuldade também, é que o projeto é novo e não se tem às vezes muita referência. Então tudo tem que ser criado muitas vezes quase que a partir do nada (Monitor 1).

É isso que a associação da CFR aqui e a equipe de monitores de Quilombo têm procurado manter. De não todo ano modificar e fazer uma nova seleção. E sim fazer com a equipe seja sempre assim, que não mude muito. Claro que não significa que sempre tem que ser esta equipe que tem aqui, mas que não mude muito esta equipe que tem aqui. Então que se mude que tenha mudança lenta ou alguma coisa parecida. Porque aí você vai conseguindo manter a característica, vai estudar não vai ter problemas. Então não é a intenção da associação da CF nunca modificar todo ano, digamos trocar os funcionários aqui. Então estas questões dos professores também está se brigando para que se consiga manter os mesmos (Monitor 2).

4.4.8 As dificuldades externas da CFR

A respeito das dificuldades externas no trabalho desenvolvido pelos monitores, são levantados pelo presidente da Associação da CFR os aspectos relacionados à infraestrutura. Como por exemplo a falta de veículos para realizar as visitas, sendo que os monitores se sacrificam e trabalham em condições difíceis, se obrigando a fazer adaptações.

Uma das maiores dificuldades, por exemplo, nossa daqui de Quilombo é veículos para fazer esse trabalho na propriedade. Porque hoje, acho que todo o pessoal que tem aí, todo mundo são credenciados a fazer visitas na propriedade, por uma razão ou por outra. Mas com dois veículos é pouco, isso é pouco. É lógico que a gente se organizou de uma forma que a gente pega um caminho e deixa um monitor aqui, outro ali e vai seguindo, o último lá da frente depois volta e recebe os outros. Mas é sempre uma dificuldade e aí eleva o custo da Casa, aí eleva o custo porque é combustível, é conserto do carro é um monte de coisa (Pres. da Assoc. CFRQ).

4.4.9 O relacionamento entre pais e filhos

Na opinião dos monitores, com referência ao relacionamento entre pais, filhos e monitores, a maior dificuldade está na convivência entre pais e filhos. Existe um certo autoritarismo de parte do pai sobre os filhos e esposa. Quanto a relação entre os monitores e as famílias de um modo geral, é vista sem maiores problemas, mas os monitores gostariam de ter mais tempo para visitar as propriedades. Eles acreditam que estes problemas poderiam ser amenizados com as visitas. Portanto, o relacionamento familiar poderia ser melhorado com a presença mais freqüente dos monitores nas propriedades, proporcionando maior diálogo, estimulando a participação conjunta nas atividades práticas de formação, condições propiciadas pelo processo de alternância. Estes fatores são considerados pelos monitores e pelo presidente da Associação da CFR de Quilombo essenciais para melhorar o relacionamento entre os jovens e seus pais.

Entre pais e filhos no meu ponto de vista é o diálogo que deixou de existir na família, além de existir a superioridade dos pais como chefes de famílias e isto é pior ainda em relação as mulheres.

Em relação aos monitores penso que não são grandes as dificuldades, desde que este demonstre interesse em ajudar as famílias e realize atos de melhora na propriedade. Talvez o curto espaço de tempo do monitor junto com os pais e filhos dificulte uma melhor realização de atos propulsores (Monitor 2).

Porque quanto mais se liga a família com a escola mais se consegue resultado. Quanto mais se liga a própria família com a escola e com o jovem passa se ter um resultado melhor (Pres. Assoc. CFRQ).

4.4.10 A participação dos jovens na comunitária

Outro aspecto importante observado pelos monitores é quanto a questão da vivência social do jovem pós-CFR. Nos relatos abaixo é possível observar que depois de formados, os jovens têm buscado a continuidade da formação e também participado de movimentos sociais. No entanto, existe a preocupação dos monitores quanto a continuidade do ensino da CFR, pois temem que muitos se acomodem. Para evitar isto, sugerem a continuidade no mesmo estilo para o 2º grau e curso superior, como ocorre atualmente na França.

A grande maioria participa ativamente de diversas atividades da sociedade, entre elas eu destaco: sócios da cooperativa, de associações, diretoria de igreja, do sindicato, entre outras (Monitor 1).

Observamos que os jovens realmente têm demonstrado um crescimento contínuo, porém vale salientar que sempre procuramos envolver os jovens em atividades mesmo formados e dizer que os projetos que não fizeram isto não estão completos porque o cidadão volta a ser moldado pela sociedade na qual vive. Acredito que as CFRs que não proporcionem uma continuidade aos jovens empreendedores rurais com o tempo poderão encontrar dificuldade. É necessário continuar com ensino médio e superior como na França (Monitor 2).

A participação dos jovens em atividades comunitárias, no decorrer do curso e pós-CFR, é percebida pelo Presidente da Associação a partir do segundo ano de curso. Aos poucos, o espírito comunitário dos jovens vai despertando e assumindo lideranças na comunidade.

No jovem sim aparece a liderança, o jovem que se forma aqui, lá na comunidade dele, ele aparece como líder. Na comunidade onde ele mora, já no segundo ou terceiro ano, aí ele já começa a se despontar. Hoje nós, por exemplo, nós temos jovens aqui em que a família dele nunca tinha exercido nenhum cargo dentro da comunidade. E hoje temos jovens aí com resultado muito grande, temos jovens aí como secretário da associação municipal de suinocultura. Temos alguns que estão na diretoria da associação de apicultores. Tem alguns que são lideranças na comunidade, lá na comunidade. E tem um monte de jovens que são lideranças, por exemplo: na indústria (cooperativa da Casa). Lá é totalmente administrada pelos jovens que se formaram aqui dentro da CFR. Este trabalho é eles que fazem, é eles que administram (Pres. da Assoc. CFRQ).

Outro ponto destacado diz respeito ao jovem assumir os desafios cotidianos. No próximo relato é mencionado a questão do jovem se impor diante dos problemas, não aceitando pacificamente as coisas sem reflexão e questionamento, demonstrando com isto o senso crítico.

Sem dúvida nenhuma, o jovem que participou da CFR, ele traz consigo um diferencial que não é aquele que pacificamente vai ao banco e o banco estipula. estou citando um exemplo, sem desmerecer as instituições bancárias ou quem quer que seja. É que vai ao banco e pega um contrato e o gerente do banco ou quem de direito, diz para ele oh: "aqui você vai pagar de juro isso e isso, aqui estão as cláusulas, você busque testemunhas e os avalistas e assine". O jovem da CFR é orientado a ir ao banco buscar o conhecimento de tudo aquilo que pode acontecer nas pequeninas letras que estão escritas aí. Então, tanto no banco, como na cooperativa, como em outras instituições, ele tem que ter conhecimento de causa. Ele tem que ser um jovem questionador, que tenha senso crítico, que tenha participação na comunidade, que vá as assembleias, que questione, que participe de uma forma ordenada, consciente, na busca do conhecimento e da solidificação da busca permanente e incansável da cidadania. Conhecendo os seus deveres, mas querendo resgatar todos os seus direitos que lhe foram ocultados ao longo do tempo (Coordenador das CFs da SED).

4.4.11 Os resultados práticos da CFR de Quilombo

Aos poucos os trabalhos desenvolvidos pela CFR de Quilombo começam a aparecer e produzir resultados na prática, como pode ser visto no depoimento a seguir, no exemplo da Associação de Aquicultores e na cooperativa da Casa, que surgiram a partir da CFR.

A associação dos aquicultores, a Coopercasa (cooperativa dos jovens e pais da CFR). A cooperativa está dividida, atualmente, em três núcleos: indústria de Hortifrutigranjeiros, indústria produtores de leite e a indústria de peixe (Monitor 1).

Estas organizações surgidas a partir da Casa Familiar têm possibilitado aos agricultores, além da diminuição dos custos na compra de insumos, a venda de produtos industrializados e com isso possibilitando um ganho maior no preço de venda do produto.

De dentro da CF surgiram diversas atividades fora da Casa: como a entrega hortifrutigranjeiros na Aurora - frigorífico Aurora. Aqui foi formado esse grupo e o grupo faz a produção lá na propriedade e faz a venda lá na Aurora, faz a entrega todo o grupo faz todo o trabalho lá dentro da aurora. Outro ponto fundamental é a diminuição do custo no meio rural, no insumo. Então se criou uma cooperativa e esta cooperativa criou um núcleo de compras de insumos. Então esse núcleo faz a compra do insumo, ele faz toda negociação lá para baratear o custo. E aí repassa para o agricultor e funciona as mil maravilha. A própria cooperativa esta inserida na industrialização de conserva. Já tem a indústria de conserva funcionando, faz com que esta indústria de conserva agregue mais valor ao produto produzido pelo jovem que passou na CF e que está passando aqui dentro e das próprias famílias. Isto faz com que este pessoal tenha uma renda a mais e ele mesmo faz a produção lá na propriedade, passa para a cooperativa e ele mesmo faz a venda depois do produto dele. É associado a cooperativa e é associado no núcleo de industrialização de hortifrutigranjeiro. Tá surgindo agora um outro núcleo de industrialização de peixe que deverá em seis meses por aí, em seis meses tá funcionando o abatedouro de peixe com

capacidade de 100 toneladas ao ano e fazendo todo o processo de peixe: fazendo filetagem, fazendo peixe-burg, fazendo patê, fazendo linguicinha, fazendo a própria farinha de peixe para a fábrica de ração. Então tudo isso são idéias que surgem dentro da CF e nós como conselheiros temos também um papel fundamental. Só que nós acompanhamos o processo até que o grupo anda, quando o grupo anda o Conselho se afasta um pouquinho, mas ele sempre fica de olho para ver se está dando certo ou não tá, para saber se amanhã nós passamos para outra atividade. Mas iniciamos com a entrega de hortifrutigranjeiros na Aurora, hoje, agora estamos com esta da industrialização e já estamos passando para o peixe, estamos passando. E, certamente iremos passar para outras atividades aí que não exista, assim maiores concorrentes na nossa região, então aí devagar estamos chegando a uma coisa um pouco mais profunda (Pres. da Assoc. CFRQ).

No relato abaixo fica evidente o trabalho desenvolvido pela CFR. Os conhecimentos estimulados possibilitaram a organização dos agricultores em associações e o envolvimento em diversas entidades.

A CF teve um trabalho de pregar e apregoar o associativismo. Dentro do associativismo a CFR propalou para criar, fomentar e estimular, além do cooperativismo, associações, grupos, formações de grupos, etc. Mas criou fundamentalmente cooperativas e hoje tem uma pequena cooperativa, por excelência que é oriunda da CFR e essa cooperativa de pequenos produtores rurais, hoje são 32, salvo melhor juízo, 30 a 32 pequenos produtores rurais que fazem parte desta cooperativa. Ela começou comprar insumos diretos de fábrica ao consumidor, conseguindo preços bem mais baixo que o mercado. Buscando uma concorrência e uma competição salutar no mercado e criou-se dentro da cooperativa núcleos: tem criado o núcleo de doces e conservas que tem hoje um grupo que trabalha com fábrica, com a industrialização de pepinos, de geleias derivadas de frutas. Então este núcleo de doces e conservas, ele segue uma instrução que partiu de apoio e socorro do município de Quilombo, do Foro de Desenvolvimento Regional Integrado que abrange toda a região do Oeste de Santa Catarina de Chapecó e de outras instituições tipo: CIDASC, EPAGRI, Associação Comercial e Industrial de Quilombo. Esses órgãos todos associados fizeram com que se desse suporte a este núcleo de doces e conservas. Por exemplo: a marca CASTÁLIA que eles usam é uma marca que tem direito de patente conseguida pelo foro de desenvolvimento regional integrado. A CIDASC tem dado suporte, o foro de desenvolvimento regional integrado escreveu uma disciplinar para plantar o pepino coadunado, aquela região. A análise do solo a EPAGRI, o escritório local de Quilombo também contribuiu e todos os órgãos contribuíram. Então esses agricultores, hoje eles plantam o pepino, colhem, um deles recolhe, leva para uma pequena indústria que é uma escola que fora fechada, num bairro de Quilombo e lá eles trabalham, industrializam. Os seus filhos industrializam. Na última safra eles industrializaram em torno de 40.000 unidades de pepinos e venderam. Estão em fase experimental de geleia de morango e de outros derivados de citros da nossa região (Coordenador das CFs da SED).

4.4.12 A questão da idade mínima

Como já foi discutido anteriormente, um outro problema enfrentado pela CFR de Quilombo está relacionado à idade mínima dos jovens. Se por um lado a ARCAFAR/Sul

recomenda a idade de 14 anos como mais adequada para os jovens iniciarem seus estudos, assim como o Ensino Supletivo também estipula esta idade, juntamente com o parecer do CEE/SC que regulamenta o ensino das CFs no estado. Por outro, existe a exigência da LDB para que toda criança ao terminar a 4ª série do Ensino Fundamental continue seus estudos. Normalmente a conclusão acontece aos 10 anos, ou seja, com quatorze estaria terminando o Ensino Fundamental. Apesar de não ser regularizado, a CFR de Quilombo tem recebido alunos com menos de 14 anos e para amenizar a questão criou o 2º grau.

Se houvesse continuidade do trabalho, poderia se iniciar com 12 anos. Ou seja se fosse possível o jovem continuar com o segundo nível (2º grau) aí se poderia começar com essa idade. O jovem tem mais facilidade em aprender. Mas, se não a idade correta é 14 anos. A preocupação recente foi a mudança nas leis que obriga o jovem, após a formação na 4ª série continuar seus estudos. Agora a Casa esta enfrentando um outro problema, ou reduz a idade para 12 anos e até menos para atender a demanda ou corre o risco de ficar sem jovem. Por isso se criou o segundo nível, com a proposta de reduzir um pouco o conteúdo técnico no primeiro nível e aprofundar mais no segundo, quando o jovem tiver mais idade (Monitor 1).

A idade nós já tivemos aqui jovens que tinham menos de 14 anos e eram mais maduros do que o jovem com mais de 14 anos. Agora não necessariamente por causa desta tese aí tem que se dizer, que tem que se pegar jovem com menos de 14 anos. Eu acho que se deveria abrir porque hoje com a nucleação das escolas, o jovem no meio rural ele com 11 anos ele está terminando o primário, ele vai para o Ensino Fundamental a nível de 5ª a 8ª série e aí ele não deixa de participar, vai ficar sem estudo até nem pode porque até os 14 anos é obrigado estudar, aí ele acaba indo noutra escola. Com a nucleação das escolas ele acaba saindo do meio rural e vai para cidade porque o ônibus passa e leva ele e aí ele pode desviar, já começa a ver o mundo de uma maneira diferente e ele pode assim não se sentir motivado para permanecer no meio rural (Monitor 2).

Seria de 13 anos acima, não pode ser menos de treze anos. Quatorze anos eu acho que é o limite fundamental porque conseguem transmitir pros pais. Eles conseguem transmitir pros pais se tiver menos que isto eles já não conseguem ter uma ligação na família. Porque nós já temos experiência, ele não consegue ter uma ligação na família, jovem-família e escola-jovem-família. Então ele não consegue, nós já tivemos alguns exemplos aqui e o resultado é um pouco mais delicado. não é dizer que não dá para trabalhar, só que requer uma dedicação bem maior da associação e da própria equipe de trabalho que tem que visitar mais vezes a família (Pres. da Assoc. da CFRQ).

A preocupação com a idade mínima está relacionada, como já foi discutido anteriormente, com o estatuto da criança, que não permite o trabalho de jovens com menos de 14 anos e também com a LDB, que obriga toda criança com esta idade freqüentar a escola. A preocupação faz sentido; ou a Casa Familiar se adapta às leis ou poderá ficar sem jovens, num futuro bem próximo; até porque, atualmente com o processo de nucleação do Ensino Fundamental, tornou-se mais fácil os jovens freqüentarem a escola, visto que existe

o transporte gratuito para todas no meio rural, com um ônibus passando nas residências, pegando os alunos e levando às escolas situadas na área urbana da cidade. Para minimizar o problema, a sugestão dos monitores é no sentido de que as CFs deveriam iniciarem o processo de formação mais cedo, com uma carga horária menos prática, até a conclusão do Ensino Fundamental e com maior aprofundamento técnico no 2º grau. Uma outra preocupação é que o ensino na área urbana pode representar um convite para o jovem posteriormente abandonar suas atividades, pois não existe a preocupação com um ensino voltado para o meio rural.

Então, talvez seja interessante se estudar uma maneira de que estes jovens passem a estudar no projeto das CFRs, mas com o ensino mais básico e que se implante mais a parte técnica no ensino médio dentro das CFRs. Então, eu acho que tem se evoluir nesta questão da idade, porque hoje não irão mais muitos anos com certeza que os jovens com a idade mais avançada eles vão ter a tendência, quer dizer com todos os modelos de ensino que se tem hoje, não existe aquele que não tem mais escolaridade praticamente. Hoje todo mundo tá indo na escola de uma maneira ou de outra e aquele jovem que não vai na escola o ônibus passa na frente de casa e leva com a nucleação, praticamente todo mundo está indo para aula. Isto significa que a amanhã ou depois não terá mais jovens com 14 anos sem formação, já vai tá com a formação. Aí ele pode não se sentir motivado para estudar num projeto de agricultura e acaba indo para cidade. Então, eu acho que o grande lance seria criar um método que esse jovem pudesse sair do ensino fundamental, primário, e com 11 ou 12 anos tivesse a possibilidade de entrar nos projetos das Casas. Que tivesse uma escolaridade talvez mais baixa, numa carga horária mais cheia como realmente é necessário. E de repente se implantasse aí um projeto mais técnico das CFRs a nível de Ensino Médio. Hoje nós estamos trabalhando aqui com o Ensino Supletivo que tem o limite de 14 anos para o Ensino Fundamental e o Ensino Médio é de 18 anos. Só que não vai mais muito tempo, isto então, deverá existir com certeza um reestudo porque esta questão que nós estamos conversando aqui ela é, ela tem que ser respeitada com certeza porque se não as CFRs vão deixar de existir e vão deixar de existir pelo fato de não se adequar, talvez a uma questão quantos jovens de repente nós poderemos manter no meio rural se nós motivarmos desde pequenos para agricultura, com ensino para tornar um empreendedor rural, não necessariamente um agricultor que não deixe de ser um agricultor, um agricultor empreendedor (Monitor 2).

Na opinião dos monitores, é necessário adequar o Ensino Fundamental ao meio rural, caso contrário corre-se o risco de fecharem as CFs pela falta de demanda. Então vê-se que é necessário o engajamento dos agricultores, da ARCAFAR, das lideranças, num esforço conjunto com outras entidades a fim de buscarem alternativas para sanarem este problema da idade junto a SED e o CEE/SC.

Agora isto pode ser motivado desde os 11 anos dentro de uma CF, mas que também não deixa de repassar o conhecimento necessário básico das disciplinas. De repente há necessidade de fazer uma readequação, eu acho que isso deve ser, eu acredito que já tem sido uma preocupação da ARCAFAR que é a associação das CFRs. É uma preocupação da CFRQ. Acredito eu que é uma preocupação do governo do estado. É uma preocupação também dos próprios agricultores, das prefeituras e das entidades que fazem parte. E deverá existir a partir de já e vem existindo, mais ainda eu acho que deve existir uma forma de poder encontrar um mecanismo que ajude a solucionar esta questão da idade que para um futuro bem próximo, com certeza vai ser uma dificuldade (Monitor 2).

Ainda sobre a questão da idade dos jovens; para os monitores não fossem os aspectos legais não haveria dificuldade em trabalhar com jovens de idade e escolaridade tão heterogêneas como acontece atualmente. Esta diferença existente, segundo eles, representada pelo fator sucesso das CFRs.

Essa é uma das características do projeto das CFRs. Tem jovem de 25 anos que tem um determinado nível de conhecimento e tem jovem com 14 anos que tem outro nível determinado de conhecimento. O grande sucesso das CFRs, eu acho que está justamente ali, aonde aquele que sabe mais ajuda aquele que sabe menos. Então é a grande característica do projeto das CFRs, você ter uma turma totalmente heterogênea em termos de conhecimento. E outras características, aonde que esse grupo de jovens se senta e discute o conhecimento e um acaba fazendo com que o outro cresça. Então aquilo que eu sei, eu vou passar para o outro, aquilo que outro sabe vai passar para mim e vai haver uma tendência muito grande de uniformizar esse conhecimento, haver um crescimento daquele que tem mais dificuldade e um crescimento daquele que tem menos dificuldade. Então aproveitar aquele que sabe mais para ajudar aquele que sabe menos e evoluir junto, esta é a grande característica das CFRs (Monitor 2).

4.4.13 A evasão escolar e o êxodo rural

A evasão escolar na CFR de Quilombo é praticamente inexistente. Segundo os monitores, o que tem ocorrido são transferências, ou seja, nem todas as famílias envolvidas no projeto são proprietárias de suas terras, normalmente são arrendatários que mudam de propriedade, muitas vezes para outro município, não restando para o jovem outra alternativa senão abandonar a CFR e frequentar uma escola regular do Ensino Fundamental.

Não existe evasão. O que ocorre é apenas transferência, ou seja quando os pais deixam o município e vão morar em outro. Isto acontecesse normalmente com os filhos dos arrendatários (Monitor 1).

A informação referente ao êxodo rural dos jovens já formados na CFR de Quilombo é inexistente. Os jovens que deixaram o meio rural, saíram pela necessidade de dar continuidade aos estudos, uma vez que a CF não atendia esta expectativa. Para suprir

esta necessidade, a Casa Familiar de Quilombo implantou o 2º grau com intuito de amenizar o problema.

Oitenta e cinco por cento dos jovens continuam em suas propriedades com ligação direta na agricultura. Sendo que alguns continuam estudando e outros fizeram o 2º grau em Colégios Agrícolas e retornaram para suas propriedades (Monitor 1).

Os jovens que têm saído daqui e ido fazer concurso no Colégio Federal para entrar a nível de segundo grau, colégio estadual todos eles se deram bem. Nós temos agora este ano um jovem que terminou aqui a CF e ele fez vestibular e passou, ele passou no vestibular. [...] Nós não temos hoje nenhum jovem aqui que dá para dizer que tá numa situação pior. Teve alguns que saíram, teve alguns que saíram uns 20 a 25%, saíram do meio rural, fizeram a CFR mas saíram do meio rural. Só que eles saíram com situações melhores do que estavam, se a Casa ajudou a descobrir uma atividade melhor do que aquela que ele tinha, parabéns! [...] E o jovem quer isto, ele tá vindo aqui na CF por que é uma escola diferenciada. Então nós sempre pensamos se a CF é para funcionar como funcionam as escolas, deixa funcionar nas escolas, não precisa a CF (Monitor, 2).

Mas é preciso que se diga, também que alguns alunos que completaram o 1º grau na CFR de Quilombo, hoje estão estudando em outras escolas: tipo escola agrotécnica federal e tão indo muito bem. [...] Estão sendo muito bem sucedido no 2º grau de uma Escola Agrotécnica Federal, como a de Concórdia que é uma escola conceituada em Santa Catarina e no país. E também dizer que hoje já tem o 2º grau na CFR de Quilombo. E o nosso desejo é almejar, uma extensão universitária tão logo se reúna condições de ter alunos que concluem o 1º grau, o Ensino Fundamental, o 2º grau, o Ensino Médio e posteriormente, a isto o desejo é o Ensino Superior (Coordenador das CFs da SED).

4.4.14 A Associação da CFR de Quilombo

A participação da associação da CFR de Quilombo tem sido considerada pelos monitores como um dos pontos fortes nas atividades desenvolvidas pela Casa. Além de ser a grande responsável pelo bom desempenho da Casa Familiar, ela é quem busca as parcerias com outras entidades, participa das avaliações e é a responsável pela aplicação da pedagogia da alternância, juntamente com os monitores e governanta. Isto é justificado na participação maciça dos membros do Conselho de Administração.

É difícil uma reunião em que todos os membros não participam em 100%(cem por cento). Os que não vem justificam. (Monitor, 1).

A associação é a peça fundamental, a associação é que coordena o projeto, a associação que é mantenedora, é a associação que vai buscar as parcerias com prefeitura, com o Estado, com Secretaria de Agricultura, com CIDASC, com EPAGRI. No final de contas é a associação da CF a grande responsável, porque

estes agricultores, eles têm que sentir responsabilidade e que a CFR é deles, nossa para eles terem benefícios. Mas eles têm também que ter a contrapartida deles, para mim ter um benefício, o agricultor para ele ter um benefício ele também tem que contribuir com alguma coisa. Então a associação é a peça fundamental, ela sempre é ouvida, ela é a número um, ela é responsável, se tem que conversar. Inclusive se tem que dispensar um monitor ou tem que contratar um professor ou monitor ou alguma coisa a associação é a grande responsável da pedagogia em si também. O que tem que ser melhorado, são as metas, o que vai ser planejado para o ano seguinte. As avaliações, a associação tem que ser a grande responsável. Aqui no projeto de Quilombo a associação é nota dez. Aqui você faz uma reunião de dezoito, tem dezoito membros na associação, aqui se faz uma reunião dificilmente falta alguém. Então funciona (Monitor, 2).

Na avaliação do Presidente da associação da CFR de Quilombo, o bom desempenho da Casa Familiar está no sincronismo existente entre a equipe de trabalho e a Associação. Esta harmonia é fruto de um conjunto de esforços de todos em trabalhar num grande espírito de equipe.

A associação funciona da seguinte forma: a associação trabalha sempre ouvindo o conselho, trabalha sempre ouvindo toda a associação que tem uma assembléia por ano e ela tem uma reunião do conselho a cada sessenta dias ou quando se faz necessário. Então sempre se senta e se discute e se chega a um denominador comum. Aí se faz que seja sempre voltado ao trabalho da equipe: todo o funcionário da CFR, da diretoria e todo pessoal trabalha em equipe, todos trabalham num sincronismo bastante grande. Este sincronismo, se não tiver este sincronismo não anda, a coisa não funciona. E aí, nós temos isto, perfeitamente, nós temos esta própria idéia: com os monitores, com os professores, com a governanta, com o próprio jovem e assim por diante. [...] O que sabe um aqui dentro da CFR, todo mundo sabe, o conselho de administração, todos os monitores e todos os professores. Não tem ninguém que tenha um assunto ligado a escola que ele saiba alguma coisa que ele deixe de informar ao outro. É um trabalho em equipe com bastante harmonia, ninguém esconde nada de ninguém, é um jogo aberto isto faz com que o funcionamento da Casa seja bom. Este é o ponto fundamental da Casa. [...] É a harmonia da equipe de trabalho com a associação e uma associação ativa. Nós por exemplo, temos dezoito membros do Conselho de Administração e seis membros do Conselho Diretor. Quando convocado uma reunião, o mínimo que dá é dezesseis. Todo mundo participa mesmo, mas considero cem por cento a participação porque, por exemplo, se for marcada um reunião para amanhã às duas horas da tarde e o fulano de tal não pode vir ele já nos comunica e diz: eu não posso ir por isso, isso. Então se considera 100% a participação do pessoal. Isto é um fator muito importante (Pres. da Ass. da CFRQ).

4.4.15 O trabalho da governanta

Em relação as atividades internas desenvolvidas pelos jovens referente as tarefas consideradas domésticas, a governanta tem enfrentado algumas dificuldades nas primeiras

semanas com as turmas iniciantes. O trabalho entre os jovens é dividido em equipes, em forma de rodízio, onde todos são obrigados a realizar todas as atividades.

Numa turma nova que está começando, os meninos ficam com um pouco de receio nas primeiras semanas. Depois da terceira semana de alternância o trabalho para eles passa a ser considerado normal. O receio é em pegar uma vassoura pela primeira vez, lavar a louça no início sendo que alguns já faziam estas tarefas em suas casas. No início eu tenho que fazer o trabalho, mas com o correr do tempo o pessoal realiza o trabalho sem o meu auxílio (sem precisar mandar). Eles pegam o jeito da coisa. São muito responsáveis, se eu chego tarde de manhã aqui na Casa, o café já está pronto. Todo dia de manhã eles colhem os legumes lá na horta e deixam pronto e temperado e vão para aula. Eles realizam quatro refeições por dia. [...] O trabalho é dividido em quatro equipes as tarefas são feitas por todos. Em uma semana na Casa, por exemplo: uma equipe para cuidar da sala de aula, a segunda da horta, a terceira da cozinha e a quarta do pátio e calçada. Elas (equipes) trabalham em forma de rodízio se sucedendo durante todo o ano (Governanta).

Uma outra tarefa de responsabilidade da governanta numa Casa Familiar está relacionada com a divisão da comida entre as famílias. Partindo do princípio de que a alimentação consumida pelo jovem na propriedade deverá ser a mesma em uma CF, desta forma é realizado o rateio da comida. A tarefa de dividir a quantidade de alimento a ser trazido para a Casa Familiar pelo jovem é feita pela governanta a partir de um levantamento minucioso do que é produzido e consumido nas propriedades. As famílias mais carentes têm dificuldades em colaborar com certos produtos, como é o caso da carne e do queijo. As famílias com melhores condições financeiras colaboram com estes produtos, principalmente pelo custo ser mais alto.

A comida é feita de acordo com o que os alunos trazem de suas casas. Mas antes é combinado com os jovens e elaborado um cardápio de acordo com o que é produzido em suas propriedades e dividido entre eles e cada um fica responsável de trazer uma quantidade combinada. As famílias mais carentes têm mais dificuldade, fica um pouco mais difícil trazer carne e queijo, por exemplo. Aí é trocado, é feita uma colaboração entre as famílias. Mas no final do ano tem que fechar em quilo e preço para todos. O cardápio é discutido com os alunos e em cima do cardápio é dividido a comida para trazer de casa. Cada um traz os ingredientes que foi determinado, o jovem tem 15 dias para preparar e quando chega na CFR é conferido, se ele não trouxer o que foi combinado vai faltar (Governanta).

As tarefas da governanta em uma CF são consideradas instrumentos pedagógicos de grande valor para o aprendizado dos jovens. Em relação a aplicação desses conhecimentos adquirido na CFR, os mesmos são aplicados nas propriedades, segundo a governanta, em sua maioria. No entanto, nas residências onde os jovens têm irmãos, em

alguns casos acabam deixando de realizar as tarefas. Quanto a fórmula utilizada para quebrar a resistência dos jovens e sensibilizá-los a executar tarefas consideradas femininas, a tática adotada foi a de elogiar os trabalhos feitos pelos meninos.

Alguns achavam que lavar a louça era o fim mundo, mas fui elogiando o trabalho deles, eles foram resistindo mas depois se acostumaram. Tem que elogiar, cada jovem tem um jeito, tem que conhecer cada família, cada família tem um sistema. Isto até na alimentação, os gostos são diferentes, uns comem mais outros comem menos. [...] Setenta por cento para mais praticam em casa o que aprendem aqui. Alguns reclamam porque têm irmãs e querem que elas façam as tarefas. Mas as mães estão contentes porque os filhos estão ajudando na casa. Elas dizem: o meu filho aprendeu a fazer isto e aquilo, elas vem me agradecer porque agora o filho está ajudando elas na cozinha (Governanta).

Com referência as dificuldades no relacionamento entre os jovens durante a semana na Casa Familiar, principalmente fora da sala de aula, a governanta tem utilizado o diálogo como meio para amenizar a situação. Entretanto, depois de um certo tempo, muitos jovens preferem a estadia na Casa Familiar as suas próprias residências. Outra questão levantada pela governanta é a dificuldade dos monitores em lidar com os jovens nas questões de relacionamento afetivo.

Eu converso e ensino algumas coisas para as meninas. Muitas vezes o jovem está aborrecido e com problemas na família. Já houve caso de meninas que preferiam abandonar a família e ficar na CFR de tanto que gosta da Casa. Com adolescente tem que ter calma, porque ele acha que é abandonado e ninguém gosta dele. Os problemas das meninas é conversado com elas individualmente, porque esta tarefa acaba sobrando para mim porque os monitores têm dificuldades de conversar com as meninas. Quando o jovem chega na Casa, no início é empolgação, depois que viram colegas começam aparecer alguns problemas. O tratamento das meninas é mais delicado que o dos meninos. Mas aqui é uma família. A idéia é instruir as meninas e os problemas são resolvidos através do diálogo. [...] Mas os meninos também procuram se aconselhar comigo. Muitos gostam mais da CFR do que de suas próprias casas, porque as vezes não tem o apoio dos pais (governanta).

Quanto a visita dos pais para acompanhar o desempenho do filho durante a semana em que ele se encontra na Casa Familiar, como foi verificado, isto acontece raramente. Para a governanta é porque os pais têm total confiança em seu trabalho e consideram seguro os filhos ficarem aos seus cuidados. Em contrapartida, também existe a cobrança por parte dos pais e jovens para que ela visite as propriedades, assim como fazem os monitores, principalmente para experimentar a comida feita por eles, elaboradas a partir das receitas aprendidas na CFR. No entanto, isso não é possível devido a intensidade das atividades na Casa Familiar e por ela ser sozinha.

Os pais trazem os jovens na segunda de manhã e já aproveitam para saber se eles estão realizando o trabalho direitinho ou não. Os pais ao entregarem o filho dizem: ele está na tua mão. Entregam como se fosse um filho e pedem para cuidar bem. As mães são mais preocupadas, principalmente nas primeiras semanas. As vezes os pais visitam o jovem na CFR durante a semana, mas é muito difícil. Normalmente eles agradecem porque ele está bem cuidado. [...] muitos pais e alunos gostariam que eu também fosse visitar as propriedades, mas é difícil porque eu trabalho sozinha. Trabalho em média 14 horas por dia e não dá mais tempo para nada. As receitas que eles aprendem, eles fazem em casa e pedem para que eu vá até a propriedade para experimentar, mas não dá tempo (governanta).

4.5 As CFs: segundo os especialistas

4.5.1 Introdução

Nesta seção do capítulo serão apresentados os aspectos gerais do projeto CF em Santa Catarina, segundo a opinião dos Especialistas. Na verdade, tratam-se de pessoas envolvidas diretamente na experiência de formação em alternância e com profundo conhecimento do projeto no estado. As informações foram obtidas através de entrevistas.

4.5.2 A Alternância

A alternância é um dos pilares da proposta educativa das Casas Familiares. Desta forma torna-se necessário a noção dos participantes a respeito do tema. A pedagogia da alternância é vista como um instrumento utilizado para a formação dos jovens e suas famílias.

Na verdade a pedagogia da alternância é todo um processo que visa a formação. É uma forma que você usa, que o projeto utiliza para a formação dos jovens em conjunto com suas famílias (Pres. da ARCAFAR/Sul).

4.5.3 As dificuldades em trabalhar a Alternância

Quanto as dificuldades de operacionalização da proposta pedagógica das CFs em Santa Catarina, são destacadas como as principais obstáculos em sua aplicação: a pouca participação da Associação, a rotatividade de monitores, a forte dependência do poder público local, o problema da rotatividade dos monitores; a falta de conhecimento do

projeto; a carência de recursos financeiros; a morosidade dos resultados práticos da experiência e outros.

Uma das dificuldades que se observa na aplicação da pedagogia da alternância, uma delas é: como a pedagogia da alternância está alicerçada em cima de associação, a grande dificuldade que se tem é a falta de conhecimento dos próprios pais assumirem verdadeiramente esse trabalho. Aquelas Casas que trabalham profundamente na questão da formação, não só dos jovens mas também dos pais e das famílias desses jovens é uma Casa mais organizada, é uma Casa mais alicerçada, é uma Casa mais forte. Aquelas que trabalham mais os jovens e deixam de lado as famílias, então é uma Casa mais fraca. Observo o seguinte: a própria formação dos monitores. O monitor, ele tende a trabalhar mais com os jovens e deixando de lado a família. Isso é uma das dificuldades. A dificuldade da aplicação da pedagogia da alternância é a associação assumir verdadeiramente o seu papel. Um outro aspecto que eu vejo na aplicação da pedagogia da alternância é questão da qualificação dos monitores. Hoje para você aplicar a pedagogia da alternância, você tem que ter monitores qualificados e que goste e que sejam permanentes. No caso, aqui em Santa Catarina, como basicamente as Casas são mantidas pelos municípios, aí entra: a prefeitura municipal, a cooperativa e outros órgãos. Normalmente há uma rotatividade muito grande de monitores, que é uma dificuldade na aplicação da pedagogia da alternância também. Quando o monitor está inserido no processo, por um motivo ou por outro ele acaba saindo do projeto e você tem que buscar um novo profissional e dar todo este conhecimento para ele, também é uma questão que eu colocaria. Uma outra dificuldade é a carência financeira, como o projeto está alicerçado em cima do município e quando se fala em município a prefeitura é uma sócia muito importante desse projeto, normalmente se tem período de altos e baixos da questão recursos financeiros deixa muito a desejar na questão operacionalidade do projeto. Hoje enfrentamos uma dificuldade, por exemplo, para que o jovem possa fazer sua visita de estudo semanal. Haveria a necessidade de se ter uma infra-estrutura mínima, um ônibus, microônibus ou uma kombi, enfim. E normalmente as Casas enfrentam estas dificuldades. Então são alguns pontos que eu vejo da aplicação da pedagogia da alternância. Um outro ponto fundamental é que é um projeto que você está repassando conhecimento para um grupo de pessoas e os resultados não aparecem a curto prazo, então normalmente as lideranças municipais elas iniciam com um apoio forte e a medida que o tempo passa esse apoio vai diminuindo fruto que a educação, a formação das pessoas, se dá a médio e longo prazo. Infelizmente estes são alguns pontos que a gente colocaria como estrangulamento da pedagogia da alternância (Pres. da ARCAFAR/Sul).

4.5.3.1 A pouca participação da Associação

Como verificou-se no relato acima, a falta de conhecimento dos instrumentos pedagógicos e da sistemática de funcionamento da alternância em uma CF por parte dos pais e da própria associação, compromete o projeto. Isto ocorre devido a proposta de formação estar alicerçada na participação ativa e efetiva das famílias. Nos locais em que isto não acontece o projeto fica comprometido e as conseqüências está relacionadas a falta de

apoio das autoridades locais, devido o desconhecimento da proposta, causando inúmeras outras dificuldades:

[...] A solidez do projeto está na solidificação da associação da CF. O gestor público passa, o mandato passa, a CF precisa permanecer. Ela permanecerá e se fortalecerá a medida que a associação cria consciência do fortalecimento deste projeto (Coordenador das CFs da SED).

4.5.3.2 A rotatividade de monitores

Nos relatos anteriores, a rotatividade dos monitores aparece como uma das principais dificuldades na aplicabilidade da proposta, comprometendo o trabalho devido a descontinuidade. Este fato está associado, na maioria dos casos, ao pouco envolvimento da associação ao projeto e a dependência do mesmo ao poder público local. Como a prefeitura é uma das principais parceiras mantenedoras das Casas Familiares, a troca de governante a cada quatro anos é uma preocupação, pois nem sempre há continuidade do mesmo segmento político. Normalmente, nos locais em que não existe uma associação da CF atuante e comprometida com o projeto, os monitores ficam a mercê da vontade política do prefeito e correm o risco de serem substituídos.

Eu falei da questão da rotatividade do monitor, mas a rotatividade do monitor está muito ligada a rotatividade do poder. A medida que troca o prefeito, aquele monitor é colocado em segundo plano e é contratado outro monitor, estão interligadas estas questões (Pres. da ARCAFAR/Sul).

No entanto, numa perspectiva de contornar esta dificuldade não existe a intenção de efetivar os monitores nas CFs. O objetivo é procurar superar este obstáculo sem recorrer a esta decisão. A intenção é buscar uma alternativa intermediária, em que os monitores não fiquem a mercê da vontade política dos prefeitos e nem se tornem efetivos. Conforme o relato a seguir, a proposta exige profissionais comprometidos e sem a exigência da cobrança de horários. O projeto requer pessoas engajadas com o processo de formação com a busca do resgate da cidadania dos jovens e de suas famílias.

[...] porque nós corremos ainda um outro perigo. De efetivar o monitor na CF e daí ele se acomodar. Então são os dois extremos, e é uma questão complexa que precisa ser estudada. A pedagogia da alternância, ela requer profissionais desprendidos de ponto, desprendido de assinatura de um ponto. de bater um relógio ponto, ela requer profissionais qualificados a disposição. Primeiro da

busca de melhoria do conhecimento próprio. Segundo do despojamento deste conhecimento em favor de uma causa que é nobre. É o resgate da cidadania daqueles que ficou relegado para o segundo plano, esta cidadania ao longo da história deste país (Coordenador do projeto das CFs da SED).

4.5.3.3 A forte dependência do poder público local

A forte dependência das CFs ao poder público local aliada ao desconhecimento da proposta por parte dos agentes políticos, somando ainda, em muitos casos, a perseguição política partidária, são fatores que têm representado um retrocesso para o projeto. Entretanto, aos poucos estes problemas vão sendo superados em muitos locais, pelo amadurecimento da proposta.

Então nós entendemos, a Casa que agora tem os problemas de rotatividade, por exemplo, a troca de prefeito em janeiro de 2000. Mais de seis Casas trocaram os monitores. O prefeito que ganhou era do outro lado, é um problema político. Mas é daí que entra a questão: associação, por exemplo: em Quilombo a associação agüenta a barra. A associação é forte e organizada, os caras (monitores) trabalharam com os pais, ai né, importante isto, trabalhar com os pais. Mas nesses momentos os pais dariam sustentação porque se não os pais acabam entendendo que isto aqui é uma escola normal, o governo mantém, o governo manda merenda. O meu filho tá indo lá, tô gostando, mas ele não participa da atividade. Em Quilombo é diferente, a associação se reúne, uma duas vezes por mês, se reúnem e discutem (Pres. da ARCAFAR/Sul).

Uma das dificuldades é por exemplo quando há uma mudança do governo, assim local. Quando dá uma mudança de governo, dá assim uma expectativa: será que ele vai dar um atendimento igual ao outro? Será que vai melhorar? Será que vai piorar? Mas é só uma expectativa, não chega a ser uma preocupação. Mas até hoje tivemos diversas mudanças já, três mudanças e agora estamos na quarta mudança. Eu acredito e até inclusive de partidos diferentes. Mas eu acho que a associação tem um papel fundamental nisso aí em não brigar com a administração, em buscar o diálogo. Nisso acho, isto um papel muito importante para a própria associação e para o próprio andamento da CFR (Pres. da Assoc. da CFRQ).

É isto que não pode acontecer. Por isso que as CFs sofrem determinados reveses, em determinadas circunstâncias. O gestor público assume de um outro partido e não conhece o projeto, tem alguma visão alheia ao projeto e fundamentalmente passa a tomar outras decisões que acaba assim criando problemas, comprometendo na verdade o andamento da própria CF. [...] Nós estamos fazendo um levantamento de quantos monitores, quanto tempo trabalham nas CFs. Porque tem prefeito que assumem as prefeituras, que mudaram de gestores de outros partidos políticos, vão lá e trocam os monitores e isto não pode acontecer. A CF, ela tem uma outra sistemática. Então o prefeito, o governo, ele precisa. a gente precisa saber e nós precisamos nos organizar e cobrar de que o prefeito, ele precisa ser um gestor para todos e a CF, ela não pode sofrer alterações quando muda de prefeito e o prefeito é de outro partido político e não o do anterior. De sorte que a CF, ela tem já superado estas barreiras na maioria dos locais (Coordenador das CFs da SED).

4.5.3.4 A falta de conhecimento do projeto

Sequenciando a discussão a respeito dos fatores que comprometem o bom desempenho de uma Casa Familiar, além dos já citados, outros são: a pouca participação da associação; a troca de prefeito e a rotatividade do monitor. Outros fatores são relacionados e apontados como comprometedores do projeto. Dentre os quais cabe destacar: a burocracia no serviço público; a pouca discussão e envolvimento dos interessados e a falta de incentivo dos órgãos públicos. Estes fatores são atribuídos a falta de conhecimento dos envolvidos no projeto.

Os fatores que contribuem ao fracasso é a falta de conhecimento da essência do projeto da CF. É a falta ou a morosidade do poder público, o desconhecimento do poder público, a falta de interesse dos órgãos públicos. E quase sempre esse desinteresse é permeado pelo desconhecimento. E interesse alheio ao próprio produtor rural, porque se a gente quer uma profissionalização, uma profissionalização, deveras do produtor, a gente vai buscar mecanismo para que ele estude (Coordenador das CFs da SED).

Ainda em relação aos fatores de insucesso de uma CF, dentre os citados está relacionado, em muitos casos, a escolha de profissionais despreparados para a função. As conseqüências desta atitude são: o desinteresse, a falta de entrosamento da equipe de trabalho e a falta de apoio das instituições públicas.

[...] é a não seleção correta dos monitores, é a não participação e motivação dos técnicos da EPAGRI, das autoridades municipais, das pessoas do sindicato, dos líderes ligados a agricultura. Se não houver um envolvimento também o programa cai, é mais ou menos por aí (Ex-presidente da EPAGRI).

Os fatores que levam ao fracasso: falta de incentivos das três instâncias de poder (prefeitura, estado e federal); falta de incentivos da associação; falta de incentivos e dedicação dos monitores (muitas vezes por falta de conhecimento do mesmo) (Monitor 1).

Em continuidade aos motivos que fazem uma experiência ser mal sucedida, um deles está relacionado a forma de como é implantado o projeto. Se desde o início não houver uma preocupação em envolver lideranças, comunidade, instituições de um modo geral, de acordo com as opiniões a seguir, a experiência certamente tenderá ao fracasso. Um projeto de CF não deve ser implantado de cima para baixo, sem uma discussão prévia dos envolvidos.

O Fracasso de um projeto está ligado com a forma em que é implantado, ou melhor, não deve ser implantado, deve ser discutido e construído junto a comunidade dos agricultores. Outro fator de fracasso é de não existir um trabalho de equipe na CFR entre monitores, professores e associação. [...] Como as CFRs são mantidas por diversas entidades, parcerias e pelos próprios agricultores, eu acho que o maior fracasso é quando os agricultores não sabem disso. Os agricultores têm que saber que a CFR foi criada porque eles existem e para o bem deles e que eles têm que participar. Se isto for desenvolvido já é o primeiro ponto de um grande sucesso, não de um fracasso. Então hoje muitas Casas estão com dificuldade porque a associação não tem atuação, porque muitas vezes nem é formada por agricultores. Então o fracasso, no meu ponto de vista, estaria exatamente ligado com a discussão do projeto. O projeto de uma CF não pode ser implantado politicamente, ele tem que ser discutido com a comunidade (Monitor 2).

[...] E o fator de insucesso, eu colocaria, é você implantar uma Casa, assim de cima para baixo, sem uma boa discussão com a base. Então vai ser uma Casa que não vai ter muito alicerce. Não vai ter respaldo, das instituições públicas e privadas queira ou não queira são os que vão dar apoio financeiro, o apoio de conhecimento, de cada infra-estrutura e assim por diante (Pres. da ARCAFAR/Sul).

4.5.4 Os fatores de sucesso de uma CF

Para uma experiência ser bem sucedida são apontados fatores praticamente inversos aos descritos anteriormente. Na visão dos monitores de Quilombo, depende também dos resultados práticos obtidos junto aos agricultores, aliado ao apoio financeiro das instituições públicas, sem intervenção política partidária no projeto.

Os fatores de sucesso seria o inverso. A participação financeira do agente público e a sua não interferência no trabalho da CFR (Monitor 1).

O sucesso é a motivação contínua do projeto e busca de resultados. Se a CFR de Quilombo não tivesse resultados de melhoria na qualidade de vida dos agricultores com certeza estaria sem crédito, então o atendimento das necessidades junto aos agricultores é fundamental, é necessário resultado sem isso, não existe convênio, verbas do Estado, município, entidades privadas. Costumo dizer que os projetos são tão bons quanto as pessoas que trabalham nele (Monitor 2).

A harmonia entre os membros da equipe de trabalho e a associação são apontadas como um dos segredos do sucesso de uma CF. Além deste, um outro está relacionado com um certo distanciamento da discussão religiosa e política partidária, para evitar a discriminação.

É a harmonia da equipe de trabalho com a associação e uma associação ativa. [...] O nosso objetivo, nós que trabalhamos na implantação de diversas Casas aí ajudando as outras comunidades, como é que surgiu esta aqui. Até ajudando as outras comunidades. Mas sempre nós colocamos a eles que quem trabalha com um determinado partido político, ou religião, ou classe social, tem vida curta, tem vida curta. Porque aí não se mistura todos os interessados e aí aquele que não é beneficiado, certamente procura obstruir aquilo que está sendo feito, quando se junta tudo aí sim. [...] Eu acho que educação não tem classe social privilegiada. Eu acho que todo mundo deve ter acesso (Pres. da Assoc. CFRQ).

Além dos fatores citados anteriormente, para uma experiência ser bem sucedida é necessário uma boa discussão e envolvimento da comunidade interessada, somada às instituições e lideranças, tendo objetivos claros sobre o projeto.

A Casa vai ter sucesso se houver um bom trabalho de discussão da proposta com a comunidade. Esse é o principal fator de sucesso. Ela vai ter sucesso, se ela for bem discutida com os agricultores, não só com os agricultores mas com a família dele, com os jovens rurais, com as instituições públicas e privadas. Essas instâncias, elas têm que compreender claramente o que é este projeto, qual é a proposta, a quem se destina? Qual é o resultado? Qual é o benefício que teria para o município e para a comunidade. Estes são os principais fatores de sucesso (Pres. da ARCAFAR/Sul).

Aqui novamente aparece a questão político partidária como um dos elementos que atrapalham o bom andamento de uma CF. Dissociar partido político da Casa Familiar parece ser um ponto consensual dos participantes em relação ao sucesso do projeto. A autonomia político partidária da proposta é um dos grandes segredos do sucesso.

Os fatores fundamentais que levam ao sucesso da CFR, são alguns e são extremamente importantes. Primeiro, precisa dissociar a CFR de partidos políticos. A CFR tem uma política que é a pedagogia da alternância, na sua origem, na sua essência e no seu conteúdo. Segundo, a CFR tem que ter uma associação extremamente forte. Dentro da associação tem que ter um conselho que tenha autonomia, que gere independentemente de partidos e de qualquer gestor público. A CFR tem que ser norteadada pelos seus objetivos, pelos quais ela fora criada e acima de tudo tem que estar longe de facções, mas permeadas de idéias, de facilidades de participação, de acesso de todos os produtores. [...] A CFR deve ter a participação efetiva dos agricultores, não se exclui o poder público, nem os gestores públicos. A gente os deseja como parceiros, como contribuintes [...] Quando tem a participação da comunidade nas ações, sem dúvida nenhuma, a racionalidade, o aproveitamento é melhor e a instituição tem uma longevidade muito maior. Por isso, a CF não é de instituição nenhuma, a CFR é do produtor rural (Coordenador das CFs da SED).

A motivação é um outro elemento essencial para o projeto, principalmente os envolvidos diretamente, ou seja, os jovens e seus pais. Sem o entusiasmo destes certamente a proposta não terá bons resultados. Para o bom desempenho da proposta, também deverá

haver o acompanhamento e apoio das autoridades locais, pois é de suma importância as famílias sentirem que o projeto conta com o engajamento das lideranças.

O sucesso é a boa motivação, me parece, do jovem e uma seleção realmente das pessoas interessadas e se eles estão devidamente interessados, se os pais não estão forçando os filhos e se eles também estão motivados a achar que é bom o projeto. Se isto não acontecer, realmente eles não participam. Independente disto também, lideranças, autoridades tem que estar junto, tem que dar apoio. Para eles(pais) perceberem que as pessoas estão juntas e tem valorizado este programa. Eu acredito que seja um dos fatores de sucesso (Ex-presidente da EPAGRI).

Conforme os relatos acima, os pontos levantados a respeito de uma experiência de Casa Familiar bem sucedida estão relacionados com uma grande discussão e envolvimento dos interessados no projeto. Sem este envolvimento a tendência é o fracasso, no entanto como verificou-se nos relatos, o projeto deve manter um certo distanciamento do agente político partidário. O projeto das CFs é caracterizado pela parceria entre os diversos segmentos organizados da sociedade, seja ele governamental ou não. Quanto mais instituições envolvidas, mais sólida será a experiência.

Como foi observado anteriormente, a associação exerce um papel fundamental na condução do projeto. Dela depende o trabalho de motivação dos monitores e o engajamento dos pais e comunidade. A associação, portanto, é o ponto central para o bom desempenho da experiência. Nos locais onde isto não acontece o projeto fica comprometido. Novamente é destacado o papel dos monitores como figura central no processo de motivação da associação.

O projeto tem uma excelente receptividade. A gente observa o seguinte: além dos pontos de estrangulamento a gente tem observado que naqueles municípios, naquela região onde a associação é ativa e quando o monitor é dinâmico, existe uma participação efetiva da comunidade, o projeto vai bem. Quando há um encolhimento do monitor e conseqüentemente a associação não assume o seu papel em função dos monitores não trabalharem a associação, a Casa enfrenta problemas (Pres. da ARCAFAR/Sul).

A motivação da associação possibilita uma participação efetiva dos pais e seu engajamento no projeto, fator considerado decisivo para o processo de formação dos jovens. Nas Casas em que os monitores trabalham apenas com os jovens, deixando os pais e a comunidade de lado, são encontradas dificuldades para acontecer a verdadeira alternância.

Esta questão é fundamental, esta interligação da família com o jovem e com o monitor. Porque a Casa Familiar pressupõem um desenvolvimento local, um desenvolvimento regional a partir do desenvolvimento das famílias e não a partir somente do desenvolvimento dos jovens. É óbvio que através do desenvolvimento do jovem a sua família vai se desenvolver. Agora, se periodicamente a Casa não tiver um programa de envolvimento dos pais, das famílias, somente o jovem, ele muitas vezes não encontra aquele respaldo, aquela força necessária para colocar em prática os seus conhecimentos e fazer alguma alteração na propriedade e na comunidade. Então a gente costuma levar nos nossos encontros, nas nossas conversas com os monitores: se a CF lá tem três turmas e forma, por exemplo, com 45 jovens, então na verdade não são só quarenta e cinco jovens, atrás desses quarenta e cinco jovens a CF tem que ter um programa de formação para as famílias desses 45 jovens. Isto é fundamental e as vezes em função, talvez do projeto ser novo e estar amadurecendo e estar se alicerçando. Agora, existe uma dificuldade, muitas vezes de entendimento dos próprios monitores e da própria associação que você deve trabalhar o jovem em conjunto com a sua família. Quer seja o monitor visitando o jovem lá na propriedade, quer seja a família participando na CF, agora como eu coloquei anteriormente, tem casa que compreenderam e compreendem e colocam isto na prática, fazem a interligação jovem/família, família/jovem e CF. Tem CF que pela própria formação dos monitores, eles se encolhem um pouco mais e acaba trabalhando um pouco mais com o jovem e deixando de lado a família e realmente dá problema. Agora a pedagogia da alternância prevê que você tem (que o monitor) trabalhar conjuntamente o jovem com sua família, inclusive com a própria comunidade. Esse jovem que represente aquela comunidade ele deveria ter um trabalho, uma missão, um projeto, uma experiência a desenvolver não só na propriedade, mas também na comunidade. Onde esse jovem pudesse mostrar o conhecimento que ele está recebendo na CF. E ao mesmo tempo prestar, ele pudesse prestar, um trabalho na própria comunidade em função daqueles períodos que ele sai de sua propriedade e vem para a CF. [...] Onde as Casas são mais antigas esse trabalho tem acontecido, nas Casas mais recentes e nas Casas que enfrentam os problemas de rotatividade dos monitores isto deixa a desejar. Então não dá para você dizer que cem por cento das Casas fazem o elo de ligação. Umaz fazem outras não, isto tá muito no dinamismo, no desprendimento e na vontade dos próprios monitores. É ele a mola mestre porque se o monitor for eficiente, a associação vai ser eficiente, a Casa vai ter jovens. A Casa vai ser valorizada pela comunidade (Pres. da ARCAFAR/Sul).

4.5.5 A extensão rural: monitor/extensionista

Um outro ponto apontado como uma das dificuldades enfrentadas pelo projeto é o trabalho realizado pela extensão rural. A presença do monitor na propriedade é confundida, muitas vezes com a imagem do extensionista. A esse respeito, os comentários a seguir são no sentido de se tratar, o monitor, de um profissional com uma tarefa muito mais abrangente do que aquela exercida pelo extensionista.

Ele poderá fazer uma espécie de extensão, mas é uma extensão baseada num projeto. Não é no todo: primeiro ele visita o jovem que estuda, que busca, que deseja o acompanhamento. O monitor deseja romper a barreira entre duas gerações ou três gerações. O monitor deseja acompanhar, o monitor deseja

despertar uma consciência mais crítica. O monitor deseja desalienar o jovem, o pai, as gerações que estão ali envolvidas, daquilo que poderia haver um atrelamento. O monitor tem um papel fundamental é a busca de despertar para uma nova realidade que é o conhecimento. De sorte que a pedagogia da alternância, ele fica uma semana na Casa, ele busca o polimento, o aprimoramento, o estudo, o conhecimento e depois de um ano, dois anos, ele vai montar o projeto da sua propriedade. E ele vai despertar e resgatar a vocação da sua propriedade. E de uma certa forma, uma crítica até construtiva os 4S, havia uma espécie de massificação. Se trazia o jovem, se definia um projeto e se buscava a sua padronização. Hoje é o jovem dentro da propriedade que vai montar o seu projeto e vai buscar a parceria do pai, do avô e de quem convive naquela casa. E ele tem estudo na retaguarda, ele estuda todo o contexto: teórico, histórico, geográfico e associa interdisciplinariedade a matemática, a física, a química e o seu desenvolvimento. Por isso, existe um diferencial e uma modernização muito maior do trabalho do monitor em relação ao extensionista [...] alguém poderá dizer que ele é um extensionista moderno, como alguém disse. Mas eu vejo monitor com um papel fundamental. De ter o crédito do proprietário, mas de não influir na sua decisão, de mostrar os caminhos, criar uma consciência crítica. Em torno do associativismo, da família e da comunidade em busca fundamentalmente daquilo que é a decisão tomada não deve ser de uma única cabeça e muito menos influenciada pelo monitor é na última instância da família (Coordenador das CFs da SED).

Se por um lado a visita do monitor, em muitos casos, é confundida pelos pais com a figura do extensionista, isto se deve aos inúmeros anos de extensão rural em que o processo de transmissão do conhecimento acontecia sem nenhuma discussão. Autoritariamente; ou seja, o técnico era aquele que detinha um determinado conhecimento e levava-o até aqueles que não o possuíam. Outro elemento importante é a formação tradicional de muitos monitores, que em certos casos têm ainda um vínculo ainda muito forte com a extensão que acaba falando mais alto e ainda a pela falta de um referencial para o monitor. Outro aspecto está ligado ao fetiche da tecnologia, como se ela fosse neutra e por si capaz de resolver os problemas, melhorando a qualidade de vida dos agricultores.

[...] existem alguns momentos quando você fala do extensionista, mesmo que não seja aquele extensionista da agroindústria, mas dos órgãos oficiais de extensão, ainda nossa extensão ela vem pautada num modelo pedagógico bem vertical descendente. Ou seja, o saber ainda é propriedade do técnico, ainda é uma visão de que a tecnologia, o fetiche da tecnologia, porque a tecnologia por ela mesma fosse capaz de melhorar as condições de vida. Então, eu acho que hoje precisaria, porque um dos limites que a gente identifica [...] é uma alternância de mão única. A presença dos monitores representa muitas coisas. Apesar de um modelo nas concepções filosóficas ter claro esta questão na relação com a família, da participação. [...] Os próprios monitores, eles tiveram uma formação dentro de prática pedagógica tradicional. O vínculo com a extensão rural é muito forte. Então o modelo que se tem, ainda é este modelo tradicional. E aí o processo de conhecimento, como se fosse esta troca de duas questões, este ato de estação bancária. Sendo que hoje a própria ciência está se preocupando com um processo de construção do conhecimento coletivo. Porque existe um saber historicamente acumulado por esses agricultores (Profª. Lourdes Helena).

Mesmo com as semelhanças entre o monitor e o extensionista relatadas acima, o monitor dentro do projeto é visto como a mola mestra, visto que além de realizar as atividades pedagógicas inerentes a experiência, tem ainda que desempenhar a função de animador, entre outras tantas atribuições. Tudo isso com objetivo do projeto não correr o risco de repetir a experiência de uma escola tradicional. No entanto, os monitores enfrentam dificuldades na parte pedagógica devido a sua formação ser voltada mais para os aspectos técnicos.

Sem dúvida, o monitor é a mola mestra, é o cara que está aqui. Se o monitor acha que ele de segunda a sexta feira, ele tem que ficar aqui enclausurado aqui dentro da CF e não visitar entidades, lideranças, não ter parcerias que é uma visão, tem aquele outro que acha que vou dar minha aulinha e vou também buscar apoio por fora é outra visão. tem Casa que tem um monitor, você diz: puxa é pouco! Mas se este monitor, ele tiver parceria das entidades, ele vai superar as dificuldades, mas se ele achar que deve fazer tudo sozinho aí ele está frito. Porque a casa vai começar se fechar dentro de si. Que para a comunidade existe uma CF dentro do município. Agora, a CF vai produzir mais ou menos resultado dependendo do time de monitores que você tiver, com certeza. Atrás do monitor tem que ter uma associação forte, para ter uma associação forte você tem que trabalhar esta associação, não vai ter uma associação própria jamais para assumir o monitor. O monitor tem que trabalhar a associação: o senhor é o presidente, temos que organizar um evento aí. Tem que dar atribuições para ele é isso aí. A gente passou por isto, todos nós passamos a gente, mas nas nossas escolas nós não fomos capacitados para isso. Como a gente trabalha com os monitores que são profissionais formados na área de ciências agrárias. a gente sabe que as escolas de ciências agrárias ensinaram como a gente planta milho, feijão. Como é que poda e pronto. Agora, você trabalhar com grupo, você trabalhar com pessoas, você trabalhar como é que se monta uma associação, como trabalhar com ela, escola não te deu então. Você acaba muitas vezes e a maioria não faz isto não porque não queira, porque tem medo de fazer. porque não recebeu e isto é uma missão da associação é levar também. reunir periodicamente a associação, discutir com ela. Ela tem o seu papel (Pres. da ARCAFAR/Sul).

4.5.6 O processo de reconhecimento

Com relação as dificuldades surgidas com o processo de reconhecimento da proposta pedagógica atual, segundo a Professora Lourdes Helena, comparado com o anterior, no caso de Quilombo, representou um retrocesso para a experiência. O anterior era considerado mais interessante e se assemelhava com a proposta pedagógica das Casas, portanto aceitou-se a aprovação do modelo atual com a preocupação de garantir recursos financeiros para as CFs junto a SED e outras instituições governamentais.

Os agricultores põem os filhos, eles querem um certificado, eles querem um diploma. Então começa um movimento para o reconhecimento. A CFR de Quilombo tinha um reconhecimento, inclusive com um caráter muito interessante que era a de “experiência pedagógica”. Ai nisso a ARCAFAR começa a fazer um movimento em bloco. E tenta várias formas de reconhecimento, a única que o estado oferece era através da suplência. Então era um pouco assim, não muito claro e precisava só do reconhecimento para viabilizar convênio, para receber recursos, para garantir esta parte mais material. Então o que se faz: aceita-se. Então todas as escolas passam a ser reconhecidas como supletivo/suplência. É o caso aqui de Quilombo, que foi um retrocesso, porque o caráter de reconhecimento deles era muito mais interessante, era ensino regular que não é hoje, tem toda uma discussão em cima da suplência. Mas mostra o quê? Toda uma fragilidade do movimento em si, inclusive de está articulando. Eu acho que faz falta hoje uma visão mais pedagógica do movimento, ela fica centrado mais no aspecto técnico. Mas a dimensão do pedagógico aí presente, porque se tivesse isto seria uma questão minimamente, teria sido discutido com as CFs para elas estarem se posicionando, avaliando para qual era interessante, para qual que não era. O pessoal de Quilombo está com um movimento de tentar mudar esta forma de reconhecimento que foi um retrocesso para eles. Além de mostrar como é que estes processos se dão sem uma consulta, sem uma participação deste coletivo que são os representantes das Casas (Prof^a. Lourdes Helena).

Na seqüência da discussão a respeito do reconhecimento, o ex-prefeito de Quilombo e atual Coordenador do projeto das CFs da SED, Julsemar Toaza, explica como foi o processo de oficialização da CFR de Quilombo. Para ele, o reconhecimento de Quilombo representou uma forma de enquadrar o projeto à legislação, com objetivo de obter recursos financeiros na implantação da Casa Familiar no município, sem os quais não seria possível, e ao mesmo tempo não correr o risco de ter as contas da prefeitura rejeitadas pelo Tribunal de Contas do Estado.

Como gestor público, na época me senti na obrigação de salvo melhor juízo de ser mal interpretado, investir dinheiro público naquilo que era inovação. [...] E na época nós ousamos, montamos um projeto e fomos ao CEE. Depois de um ano e meio, quase dois anos de discussão no município. Se salvo melhor juízo, no dia 15 de dezembro de 1992, o CEE reconheceu em caráter experimental, não foi um reconhecimento definitivo. E ainda embutido no seu documento “Escola Santo Agostinho”, para que o Conselho pudesse aprovar. Daí conseguimos a aprovação das contas no TCE. Era apenas uma necessidade da legislação brasileira e na época Catarinense para poder dar seqüência ao projeto e construir o patrimônio. [...] Aquilo foi apenas um documento que o Conselho aprovou em caráter experimental, para que tivéssemos a legalidade da aplicabilidade do dinheiro público (Coordenador das CFs da SED).

Para o presidente da ARCAFAR/Sul, o reconhecimento da proposta teve por objetivo trazer para as Casas a escolarização, pois a maioria dos jovens tinham dificuldades de aprendizagem, em virtude do longo período em que haviam parado de estudar. No momento atual a ARCAFAR/Sul vem tentando superar as dificuldades advindas do ensino

supletivo, conjuntamente com a SED, através de cursos de capacitação dos professores para compreenderem melhor a pedagogia da alternância.

Através dos anos se percebeu que o jovem que freqüentava a CF havia parado de estudar. E continuava na agricultura. Como havia parado de estudar a algum tempo (2, 3, 5, 8, 10 anos) tinha dificuldade de leitura, escrita, cálculos, interpretação, expressão. Como fazer um profissional da agricultura/pesca sem um grau mínimo de escolarização? Foi aí que entrou a escolarização (1º grau) via supletivo (ensino de jovens e adultos) - 14 anos acima. Em cima disto nós fomos buscar o apoio do Estado, da Secretaria Estadual da Educação, como viabilizar que o jovem tivesse uma formação profissional e ao mesmo tempo, tivesse um mínimo de escolarização.

O importante que o grupo de professores que atuam nas Casas estão recebendo capacitação (2 por ano) para compreenderem a pedagogia da alternância e os conteúdos do ensino fundamental sejam ministrados e adequados aos conteúdos técnicos (interdisciplinariedade) (Pres. da ARCAFAR/Sul).

4.5.7 A questão da idade mínima

Das dificuldades oriundas do reconhecimento, uma diz respeito a idade mínima para o jovem freqüentar a CF. Em Quilombo, por exemplo, antes não havia este tipo de problema. Se por um lado o reconhecimento trouxe benefícios em termos financeiros e deu um caráter legal para o projeto, por outro passou a enfrentar o problema da idade mínima de 14 anos, pois a legislação atual obriga toda criança com menos idade a estudar no ensino fundamental. Diante disto, as CFs correm o risco, num futuro próximo, de ficarem sem jovens. Isto se o projeto não tiver o reconhecimento alterado.

Na nossa avaliação, a gente recomenda 14 anos acima. Agora, temos CFs que têm jovens com menos idade. E como a CF é uma instituição dos agricultores e pescadores, não cabe a Casa, as associações da Casa, não cabe a ARCAFAR, não cabe a ninguém limitar a participação desses jovens que tenha menos de 14 anos. Quer dizer, se o jovem vem para CF, vem de livre e espontânea vontade e se a sua família entende que a CF é uma boa forma de dar uma formação, uma qualificação para esse jovem rural nós não nos opomos a isso. Agora para você, para efeito de conversa efetiva 14 anos acima, até porque a própria legislação brasileira diz que todo o jovem deve estudar até os 14 anos de idade ou ter o 1º grau completo. Agora, infelizmente a maioria dos filhos dos agricultores não tem nem o 1º grau e pararam, de estudar então ele vem para CFR para receber esta formação e também uma escolarização. Até 14 anos acima poderia colocar (Pres. da ARCAFAR/Sul).

Do funcionamento, assim deveria de ter por exemplo alguma coisa da lei da própria idade do jovem. Deveria ser reduzido um pouquinho e ter o reconhecimento a nível federal, essa é fundamental eu acho que toda a CF do Brasil, todas elas deveriam ter reconhecimento pelo MEC. Elas não são reconhecidas como CF, deveria de ser reconhecida como CF (Pres. da Assoc. CFR de Quilombo).

Na verdade, há um consenso da insatisfação com o reconhecimento atual, no entanto a justificativa é de que foi a única forma encontrada naquele momento para oficializar a proposta. E existe o entendimento de que é possível conseguir bons resultados desde que haja o entrosamento entre monitores e professores para acontecer a verdadeira alternância, todavia também se tem a consciência de que é necessário o reconhecimento da proposta em sua plenitude, porém existe o convencimento de que pouco se tem avançado neste sentido.

Nós precisamos partir do pressuposto que a educação neste país tem capengado, tem tido dificuldades, se eu posso usar este termo, em todas as etapas do desenvolvimento. Eu falo em etapas ensino fundamental, ensino médio, superior e sucessivamente. Por conseguinte, a forma que se encontrou de regularizar, de oficializar o ensino da CF foi esta alternativa do supletivo, foi uma fórmula. Se este currículo está pesado demais ou de menos, é preciso que a gente sente com os monitores e os jovens. Agora, o jovem da Casa Familiar precisa ter o diferencial. Então não é o currículo mais leve ou mais pesado que vai fazer a diferença. É o acompanhamento entre a interdisciplinariedade do monitor com o professor que não pode ter disciplinas estanques, não pode ter conhecimento definidos. Os objetivos são definidos, mais o conhecimento é uma seqüência, uma continuidade, é a interdisciplinariedade que precisa ser melhor estudada e melhor assimilada, este é o miolo da questão. [...] Na verdade, o que nós precisamos é do reconhecimento da CF como instituição educativa, não somente do agricultor, mas do profissional que deseja se profissionalizar, nos mais variados segmentos da produção deste país. Tem avançado muito pouco, mas desejamos fazer com que isto avance. Agora, a sociedade e as instituições precisam abraçar esta causa, conhecer a pedagogia da alternância e acima de tudo contribuir para que a gente possa aos poucos buscar deveras o reconhecimento de direito e de fato (Coordenador das CFs da SED).

De acordo com o relato a seguir, é preciso ter cuidado na discussão da idade mínima, pois ela poderá ficar muito centralizada neste ponto e desviar a discussão da proposta para um outro rumo. A pedagogia da alternância deve estar sempre em primeiro plano, abrindo discussões, inovações, enfim, se atualizando constantemente. A partir das mudanças no mundo do trabalho a escolarização passou a ser uma exigência, por isso, daqui para frente, não haverá mais jovens sem formação. A alternância tem que ser o grande diferencial e se não for corre o risco de ficar para trás transformando-se em mais uma experiência convencional entre tantas.

Eu acho que esta visão, inclusive ela tende a desqualificar muito a pedagogia da alternância. Como se ela fosse uma pedagogia própria para aquele jovem que tem fracasso escolar, sabe ou que não tiveram acesso a escola em um determinado tempo. Eu vejo que em termo de nossa sociedade, também houve um momento, havia um grande número de jovens que haviam passado a idade escolar e que não tinham. Só que hoje, a despeito da própria nucleação, a despeito daí das questões precárias, mas não é tão complicado quanto era. Mas

hoje até porque você não consegue essa população que está aí, esse jovem, seja com essa política de nucleação, seja outra, eles estão escolarizando. A escolarização passou a ser um valor também que não era antes. Antes as pessoas não tinham o desejo, esta expectativa. A partir do momento, com as transformações que vão acontecendo no mundo do trabalho, nas relações, nos meios de comunicação, a gente tem uma outra realidade. Esse jovem hoje do meio rural não aquele jovem que era de quinze anos atrás, ele tá mais informado, sabe. O jeito de ele vestir também tá muito próximo. Claro que tem valores de uma cultura rural que deve ser preservado. Mas não dá mais para pensar que aquele jovem é o mesmo perfil que você tava encontrando. Eu vejo que não dá para associar, ao meu ver, o desafio da alternância, ela é justamente tá aberto pros ventos novos, para as transformações. Se ela não estiver aberta para as transformações que vem ocorrendo na nossa sociedade, ela caduca também. Nenhuma escola que se propõe a tá fazendo articulação teoria/prática, com o mundo vivido, com o mundo escolar, ela não pode se fechar para isso. Ela não pode ser uma fórmula permanente também, não. Ela tem o desafio de estar se reciclando, ela tá respondendo as necessidades que são colocadas no momento histórico. Não é fechar naquele padrão e vai ser isso toda a vida. Então esta questão hoje da idade é o de menos porque é possível pensar a questão da alternância dentro de um processo de escolarização normal, porque a diferença seria qualificação, o cunho, a filosofia desse processo, esse tem que ser o diferencial. A alternância ela tende a existir justamente para favorecer essa articulação, sobrepor esse esboço histórico que existe entre o mundo escolar e o mundo da vida (Profª. Lourdes Helena).

4.5.8 A importância do projeto para o Estado

Apesar das dificuldades enfrentadas pelo projeto no estado, conforme os relatos, existe unanimidade em relação a importância do mesmo para o meio rural catarinense. Novamente para avaliar o projeto são mencionados os Colégios Agrícolas traçando um paralelo entre as Casas. Nelas o jovem recebe uma formação voltada para o seu meio sem afastá-lo, como acontece nessas Escolas Agrotécnicas.

Eu acho muito importante, porque é uma forma de preparar bem o jovem rural. Porque nós sempre pensamos, por exemplo: o Colégio Agrícola, muitas vezes o filho do agricultor vai fazer o técnico agrícola, normalmente, ele muitas vezes termina o técnico agrícola, ele quer arrumar um emprego fora, ele já não quer mais ficar na propriedade. É a maioria dos casos. Enquanto que a CFR não, o próprio agricultor, independe até se ele tenha uma formação até a 8ª série ou 2º grau. Mas é uma escola que ensina o agricultor a ser agricultor. Então é uma modalidade muito interessante porque prepara o jovem realmente para ele poder ser um agricultor mais competitivo e com melhores condição de sobreviver da agricultura (Ex-presidente da EPAGRI).

Na explicação sobre a importância das CFs para o estado, existe a consciência de que somente a formação dos jovens não será suficiente para acabar com o êxodo rural.

Um jovem que abandona a propriedade e migra para a cidade com conhecimento, pela lógica tem muito mais sucesso do que o que abandona a propriedade sem conhecimento.

Eu acho que a profissionalização do agricultor, do jovem hoje, temos a consciência de que não vai se acabar com o êxodo rural. O êxodo rural é um processo que acontece no mundo. Porém, entre o êxodo acontecer e uma pessoa que tenha um grau de cultura, de conhecimento agregado e aquele que não tem nada e abandonar a sua propriedade, vai uma diferença muito longe. Aquele que abandona a propriedade e tem conhecimento de causa porque que abandona é uma situação. Aquele que abandona a propriedade, apenas impulsionado pelos meios de comunicação, pela mídia ou por aquilo que aparentemente a cidade oferece. Vai uma longa distância dentre um e dentre outro. E também quero dizer que a CFR deseja realmente suscitar e dizer que: quem produz alimento neste país, um dia deverá ter valor. Quem produz alimento neste país um dia terá valor e será reconhecido um pouco mais. Quando eu não sei. E também dizer aqui, que o pequeno produtor rural desprovido do conhecimento, enquanto ele permanecer na terra com todas as dificuldades, ele é um cidadão que vai passar fome um pouco mais tarde. Quanto antes ele abandonar a propriedade, desprovido do conhecimento, antes ele vai passar fome na cidade ou na periferia ou nos cinturões de favelas que nós vemos por aí. É duro dizer isso, mas me parece uma realidade eminente (Coordenador das CFs da SED).

Para o presidente da ARCAFAR/Sul, o projeto já trouxe bons resultados para a Região Sul do País. Este fato justifica o grande número de jovens envolvidos no processo de formação. Outro aspecto levantado é que num mundo globalizado não dá mais para pensar em alguém sem um mínimo de formação, visto que até pouco tempo se imaginava que para ser agricultor bastaria alguns cursos esporádicos ou algum treinamento e já se estaria apto para enfrentar as dificuldades; portanto, a profissionalização contínua do agricultor tornou-se obrigatória para a sua continuidade no meio produtivo

Sem dúvida, se não fosse por isto nós não estaríamos envolvidos, não teria se criado hoje 73 Casas nos três estados do Sul, mais de 3.000 jovens rurais participando, mais de 1.200 já formados. Por que não acreditarmos nisto? Porque não acreditarmos que a CF traz uma formação para o agricultor, principalmente para o jovem filho do agricultor, aquele rapaz que está afim de ficar lá no meio rural e ser um empreendedor, ser um empresário da atividade. Nós não conseguimos imaginar, até como profissional, que um agricultor possa hoje, neste momento de transformação da agricultura não só no Sul, no Brasil, mas mundialmente que ele possa competir em quantidade em qualidade com o seu próprio vizinho dentro da sua comunidade, de seu município, de sua região se ele não tiver um conhecimento, não tiver uma formação. Então nós entendemos que hoje a formação, nós já talvez evoluímos muito neste aspecto, a formação até pouco tempo atrás se entendia que o agricultor participando de uma reunião, de um treinamento, de um curso esporadicamente ele poderia superar as dificuldades. Hoje se observa que isto não é fundamental, que o agricultor tem que ter toda uma base de conhecimento para que ele possa superar todas as dificuldades e administrar bem o seu empreendimento. Então é por isso que nós estamos envolvidos neste projeto, porque nós acreditamos que o jovem passando por um período mínimo de três anos de formação, vai adquirir um conhecimento mínimo necessário. O que não quer dizer que estes três anos

são o suficiente, em qualquer carreira, em qualquer profissão, você não pode parar no tempo. Então terá que ter o 4º ano na CF, o 5º ano, o 6º ano e assim por diante. Então, basicamente a CF, eu não vou dizer que é a única instituição, mas é uma das formas que vai dar condições sem sombra de dúvidas para aquele jovem, aquela família rural envolvida com a CF possa ter um sucesso melhor em seu empreendimento, na sua atividade (Pres. da ARCAFAR/Sul).

4.5.9 A profissionalização como a saída para agricultura

A profissionalização dos jovens agricultores é vista como a saída para a pequena produção. Se isto não acontecer, correm o risco de ficarem para trás. Se todas as profissões exigem uma formação específica e contínua, por que somente a agricultura tem ficado de fora deste processo? Sendo assim, vê-se que é fundamental a profissionalização dos jovens, que o conhecimento precisa chegar até o meio rural. Muitas vezes isto não acontece devido a inoperância do poder público.

[...]Quando o lojista vai buscar alguém para trabalhar no balcão, ele vai pedir se este alguém tem curso de balconista. Quando você vai buscar um motorista, ele tem que saber dirigir. Agora, quando você quer um agricultor, precisa profissionalizá-lo? Afinal de contas, o conhecimento anda a passos tão largos que nós nunca chegamos perto dele. Agora, o conhecimento armazenado no computador, em todos os sistemas eletrônicos, o conhecimento na biblioteca, o conhecimento no museu, o conhecimento nos livros, o conhecimento isolado na cabeça não têm valor, o conhecimento precisa ser compartilhado, disseminado e passado para as pessoas. E mais do que nunca o agricultor precisa de conhecimento, como todos os cidadãos. Se resgatará a cidadania, através da educação e do conhecimento. Quem não tem conhecimento vai ficar a margem do processo. É o fracasso de determinadas CFs e que nós queremos resgatá-las, é em virtude do descaso da falta de conhecimento, do desconhecimento e muitas vezes da inércia e do marasmo do poder público (Coordenador das CFs da SED).

4.5.10 O crescimento do projeto no Estado

Para o coordenador das CFs junto a SED, o projeto em nível de Estado tem crescido rapidamente. E por isso, muitas vezes aumenta a quantidade, porém se perde a qualidade. Existe a necessidade de um certo controle para evitar o uso do projeto para fins políticos eleitorais. As Casas Familiares precisam de pessoas conscientes e comprometidas com a proposta.

O projeto em nível de estado, CF tem avançado muito. E isso é que nos preocupa. O projeto avança rapidamente na sua quantidade e muitas vezes se perde a qualidade. O projeto precisa avançar com conhecimento de causa, com pessoas imbuídas do espírito do projeto CFR. Que conheçam os seus objetivos e as suas finalidades. Eu tenho repetido isso várias vezes, mas não tem outra forma, precisa pessoas comprometidas com a realidade e não com propósitos passageiros e não com intenções politiquieras. Precisa pessoas comprometidas com a realidade da produção primária deste país e da situação destas pessoas. E não pessoas comprometidas com promoção pessoal ou de qualquer outro gênero (Coordenador das CFs da SED).

4.5.11 A participação da EPAGRI

Com referência a EPAGRI, o ex-presidente comenta que a Empresa não considera o projeto como seu, por que as Casas não são administradas pelos funcionários da Empresa. Este fato ocorre por que os técnicos da EPAGRI não gostam de trabalhar com os jovens, preferem trabalhar com as pessoas mais velhas, logo consideram os resultados melhores. Mas opinam que a Empresa deveria investir mais nos jovens, por serem mais receptivos as mudanças.

Me parece que a EPAGRI vê a CF, talvez não como um projeto seu. Ela acha normalmente, na maioria das vezes não é o técnico da EPAGRI quem toca. Eles contratam um técnico, contratam as pessoas e de repente, talvez, ela acha que não é um projeto dela. E os técnicos da EPAGRI muitas vezes se preocupam mais na assistência daquele agricultor já estabelecido. E a questão é que os técnicos não gostam muito de trabalhar com esse jovem e com esse sistema, eles preferem mais trabalhar com o agricultor já estabelecido lá na propriedade, já produzindo, acham que dá melhores os resultados para o seu trabalho. Mas independente, eu lembro que no meu tempo como presidente, também estimei bastante, com comodatos, estava junto. Tudo o que pediam a gente procurava atender e achava que a EPAGRI deveria partir para este tipo de programa, preparar o jovem. Porque muitas vezes a gente vê o técnico da EPAGRI trabalhando com aqueles líderes mais velhos, ficam a vida toda trabalhando com as mesmas pessoas. E as pessoas às vezes não são muito receptíveis as mudanças. E já esse jovem é no momento certo de repente, nós temos que pensar em mudar. Pensar é mais fácil ter um resultado. Pensar na próxima geração do que nessa pouco receptível a mudança. Eu vejo que é um programa muito bom e que a EPAGRI deveria dar toda a atenção e se dedicar, realmente a um trabalho para o jovem rural (Ex-presidente da EPAGRI).

Para o coordenador das Casas, o trabalho desenvolvido pela EPAGRI é mais centralizado na produção. Enquanto que as Casas trabalham envolvendo todas as questões: produção, industrialização, comercialização trabalhando ao mesmo tempo com duas gerações e a comunidade.

Eu tenho uma opinião bem objetiva e respeito a opinião de todos. Porém, a CFR nasceu na sua íntegra como projeto próprio, único e específico. Objetivos definidos e metas propostas. A EPAGRI teve uma história, eu só gostaria citar da EPAGRI, ela teve uma contribuição inequívoca no desenvolvimento de Santa Catarina e a EMATER e no país, no campo da pesquisa. Porém, eles contribuíram muito como dizer ao produtor na política da produção e da produtividade. Agora, eles nunca falaram da cadeia como um todo do produzir, do buscar a produtividade, da qualificação permanente, da industrialização e da comercialização. Isto não aconteceu e a CFR, ela visa este complemento. Por isso a CFR nasceu de um projeto, de um grupo, de uma origem que são os próprios agricultores e as deficiências do EPAGRI, são inerentes ao um sistema de governo que não me compete aqui definir atribuições. Porém a CF tem as suas atribuições definidas, de sorte que o projeto cresce quando tem um acompanhamento, em virtude até porque o projeto CF ele atinge a duas e não raras vezes três gerações: o filho, o pai e muitas vezes até o avô e toda a comunidade que ele está envolvido, porque este jovem precisa ser um referencial. E o pai precisa buscar a modernidade do jovem e adaptá-la na sua propriedade. Por isso precisa distinguir muito claramente, o sucesso e o insucesso do EPAGRI e a CFR (Coordenador das CFs da SED).

O presidente da ARCAFAR/Sul caracteriza a EPAGRI como uma parceira do projeto. O grau de participação da empresa depende de cada Casa Familiar. Nos locais em que os trabalhos são solicitados existe a participação, todavia a grande contribuição da EPAGRI tem sido na viabilização de recursos financeiros via PRONAF (Programa Nacional de Fomento a Agricultura Familiar), onde a Empresa tem emprestado o seu nome, com o qual várias Casas foram beneficiadas.

Com relação a EPAGRI, na verdade o projeto das CFRs é uma discussão forte que se tem com as comunidades, com os municípios. As CFRs elas não podem ser criadas pensando que elas devam ser tutoradas por A ou B. Elas devem ser criadas a partir das necessidades dos agricultores e a importância que o município vai dar não é em função dos frutos que esse projeto daria como retorno ao município. Especificamente com relação a EPAGRI, nós temos nela uma instituição apoiadora. Então a EPAGRI tem apoiado muito o projeto, principalmente na questão de cursos, treinamentos. Nós não temos tido problemas com relação a EPAGRI neste aspecto. E fica muito na questão das associações locais e das próprias CFRs e dos próprios monitores em buscar o apoio das entidades no caso específico da EPAGRI, no momento que as CFRs vão buscar, através dos monitores, através da associação, vão buscar algum apoio da EPAGRI, a EPAGRI tem apoiado. Agora, aquelas Casas que têm muitas vezes se encolhido por algum motivo e não buscam esse conhecimento, esse apoio, basicamente a EPAGRI fica então, um pouco de fora. Agora o que se dá para se colocar hoje, eu estenderia a questão não só da EPAGRI, mas principalmente a Secretaria da Agricultura que é uma instituição maior que a EPAGRI está dentro dela, a Secretaria da Agricultura, através dos anos tem apoiado, tem apoiado as CFs, dentro das propostas dos programas da Secretaria, uma das propostas de apoio é o programa das CFs. Então só hoje no estado de Santa Catarina só duas secretarias que apoiam: a Agricultura apoiando com o conhecimento, com material, com infraestrutura. Inclusive a própria EPAGRI tem emprestado o seu nome para que as Casas, a ARCAFAR elaborem alguns projetos a nível federal para captar recursos via PRONAF, por exemplo. Então várias Casas foram beneficiadas com o apoio financeiro federal, onde a

EPAGRI emprestou o seu nome, para que isto acontecesse. E uma outra Secretaria que está dando o seu apoio, também é a Secretaria Estadual de Educação, através, hoje da Diretoria de Ensino Supletivo que paralelamente na questão da formação técnica, a formação pessoal o jovem está recebendo uma escolarização de 1º grau. Nesse primeiro momento, no caso da Casa de Quilombo, já tem o 2º grau é uma experiência nova que vai servir para o Estado. Mas é então fundamental, são as duas Secretarias: a Agricultura e a Educação estão dando o seu apoio (Pres. da ARCAFAR/Sul).

Com referência ao trabalho da EPAGRI, o Presidente da ARCAFAR/Sul, analisa que atualmente está muito centrado nos programas de governo. O grande problema da Empresa está relacionado à falta de pessoal para desenvolver os trabalhos. Além dos problemas apontados, a burocracia da Empresa tem absorvido boa parte do tempo dos técnicos.

Na verdade, o que eu vejo hoje nos programas da EPAGRI, ela está centrado basicamente nos programas do governo. Hoje eu vejo isto na nossa região. O que o extensionismo está fazendo hoje o programa banco da terra que é programa de governo, está fazendo a renda mínima, está fazendo o programa de sementes, está fazendo o programa do calcário. Agora se este programa de governo atende as necessidades dos agricultores, eu entendo que o extensionismo, além de fazer isto aí, ele também deveria retornar e fazer um trabalho lá na comunidade, com a família, com o agricultor nas reuniões, nos treinamentos como se fazia antigamente. Mas hoje porque não acontece isto? Porque hoje no meu entendimento, você pega na região do extremo Oeste a EPAGRI, dos 21 municípios que compreende a região em 13 municípios, você tem EPAGRI e nos outros você não tem. Em oito você não tem. E aí você tem que atender também aqueles oito, porque lá também tem que acontecer o programa de governo. Então você tira o extensionista daqui e joga para lá um dia ou dois por semana para ele poder atender aquele município, para não ficar descoberto. Então acaba não fazendo aquele extensionismo que se fazia alguns anos atrás. Onde o extensionista sentava com o agricultor, programava com ele, ouvia dele qual eram as dificuldades e assim por diante. Então eu não vejo tanto como um problema da extensão é mais um problema da estrutura como um todo. Hoje que não tem uma renovação de quadros, injeção de pessoas e assim por diante. Isso, hoje os programas de governo absorvem boa parte do tempo do extensionista (Pres. da ARCAFAR/Sul).

4.5.12 A especialização é a tendência das Casas

Uma das características do projeto das Casas é a especialização. A medida em que a proposta avança, vai se adaptando e se especializando a cultura local da região. Este é um processo natural das CFs. Na França existem mais de 52 modalidades de formação diferentes. A formação baseado no generalismo é no início, a medida em que avança, vai havendo a especialização. Para o presidente da ARCAFAR/Sul, a medida que a proposta

avança, cada Casa irá se especializar em alguma coisa característica da região em que está instalada.

A tendência é com o tempo as CFs se tornem especialistas em alguma atividade. A Casa de Quilombo, por exemplo, pode se especializar em gado leiteiro e de repente vai ter jovens de outras regiões passando um tempo aqui em Quilombo se especializando em gado de leite. Jovens de Quilombo vão para outras CFs de outros pontos do Estado se especializar em fruticultura, se especializar em mecânica, em construção e assim por diante. É isso que a gente viu na França, principalmente na França, hoje tem 52 modalidades de formação nas CFs, desde a aviação agrícola, criação de cavalos de raça, floricultura, não existe o generalismo. O generalismo é só no início, a medida que avança o projeto ele vai se tornando e caminhando para a especialização. O objetivo é a especialização até porque esses jovens vem para essas CFs a idéia é que eles, claro que eles vão tocar a propriedade deles, a idéia que eles passem um período na CFs recebendo a especialização e façam estágios em outras regiões, na própria indústria, em outras propriedades mais avançadas, em centros de pesquisas. Quer dizer se o jovem vem para Quilombo se especializar em gado de leite, ele em vez de voltar 15 dias para a propriedade dele ele vai 15 dias para uma propriedade especializada em gado de leite ou centro de pesquisa que trabalha com leite para adquirir um conhecimento maior do que ele já tem. Neste momento, claro, o jovem fica aqui na Casa uma semana e duas na propriedade dele porque ainda estamos no início do projeto, onde em três anos de Casa o jovem está aprendendo o "generalismo". Quando o jovem define o projeto e quer implantar, precisa se especializar e para tanto é necessário ter outras propriedades, empresas, centros de treinamentos onde ele possa estagiar e aprofundar seus conhecimentos (Pres. da ARCAFAR/Sul).

4.5.13 O trabalho da ARCAFAR/Sul

Para o coordenador das CFs no estado, a ARCAFAR/Sul tem exercido um papel fundamental na organização do projeto nos três estados. Na sua opinião, há a necessidade de uma modernização e dissociá-la de instituições ou governos.

A ARCAFAR/Sul tem um papel fundamental na organização dos três estados do sul, na busca do reconhecimento na Casa, na busca do reordenamento jurídico, na difusão e divulgação do projeto. Na busca do associativismo, na pedagogia da alternância e na sua discussão. Enfim, tem um longo caminho a ser percorrido. E a ARCAFAR tem que se modernizar, tem que se dissociar de instituições, tem que buscar - eu uso o termo, deveria buscar com urgência pessoas desprendidas de qualquer instituições ligadas a segmento ou a governo ou a entidades públicas ou privadas. Mas que tem um propósito, defender a pedagogia da alternância, o projeto CF pelo qual ele foi criado, estabelecer as suas metas e estes objetivos serem, assim divulgados na sua essência (Coordenador das CFs da SED).

Na avaliação da professora Lourdes Helena, as Casas Familiares em Santa Catarina estão ainda muito vinculadas a EPAGRI, embora no início do movimento Ter

havido uma maior independência, a forma de como foi conduzido o processo seguiu por um outro caminho, tornando-se cada vez mais dependente da EPAGRI.

Porque eu acho o que a gente vai percebendo, talvez que teve tido um primeiro momento que a gente, esse projeto ele tinha um cunho, até um pouco mais progressista, revolucionário. Depois que fatores que vão realinhando esse projeto e deixando, por exemplo, hoje a gente encontra, a situação desse vínculo maior, dessa cara da EPAGRI, a cara da CFR a gente fica sem saber direito o que é uma o que é outra. Então o que mostra que de certa forma a condução foi por um outro caminho. No qual uma única instituição, possivelmente, com seus valores, com sua ideologia acaba dando a direção deste movimento (Profª. Lourdes Helena).

No sentido de desvincular o movimento e buscar cada vez mais a sua independência, está surgindo a partir de Quilombo, segundo o coordenador das Casas da SED, um movimento para a criação de uma Fundação das Casas Familiares no Estado. Esta iniciativa poderá representar uma saída para as CFs, principalmente na busca da autonomia financeira.

Nós estamos discutindo na CFR de Quilombo, a possibilidade de fundar ou de criar uma Fundação com abrangência de todas as CFs de Santa Catarina. O objetivo do projeto visa criar comitês com o objetivos específicos e finalidades. Além de angariar recursos, seria divulgar a idéia de CFR, com maior divulgabilidade, com maior divulgação para facilitar, o seu reconhecimento é preciso que a CFR, como projeto na sua essência, pelo o qual ele foi criado, seja reconhecida. E também, a falta de recursos, a Fundação, depois do seu reconhecimento de utilidade pública, teria maior facilidade de angariar recursos. E também a gente buscaria a isenção dos órgãos públicos, seria bem mais fácil, este é o nosso desejo. E nós já estamos discutindo isso em Quilombo e sem dúvida nenhuma, temos esta possibilidade, vamos arrumar parceiros e desejamos transformar esta fundação num órgão facilitador das CFs de Santa Catarina (Coordenador das CFs da SED).

4.6 Considerações finais da análise

A pedagogia da alternância utilizada na CFR de Quilombo possui os mesmos princípios das MFRs francesas, muito embora algumas adaptações tenham sido feitas na prática. Este fato pode ser explicado porque a realidade da agricultura no estado é diferente do país que originou as CFRs. Isto pode ser comprovado a partir da leitura do capítulo II em que trata da revisão da literatura sobre o tema, comparado com o presente capítulo.

Através de pesquisa realizada onde foram feitos a revisão bibliográfica, a coleta de informações, através da aplicação de questionários aos jovens matriculados na CFR, as

entrevistas com profissionais que trabalham na área, bem como as lideranças e autoridades envolvidas com o projeto, pôde-se constatar a existência de vários graus de coerência da proposta com a prática.

A CFR de Quilombo tem proporcionado aos seus participantes um ambiente favorável de integração e discussão, além de proporcionar aos educandos e seus familiares a aplicação dos conhecimentos adquiridos na prática. Dos jovens entrevistados, 80% responderam que utilizam a maior parte dos novos conhecimentos. Outro fato que reforça esta tendência é a motivação dos jovens em permanecerem na atividade depois de formados. Dos entrevistados, cem por cento desejam continuar ligado a atividade.

Somente o fato do jovem sentir-se estimulado para continuar na atividade demonstra que a proposta tem atingido os seu principal objetivo que é: “Orientar o jovem quanto a possibilidade de trabalhar no meio rural, com condições de vida normal, evitando com isso o êxodo rural” (CFRQ, s/d, 03). Despertar no jovem a motivação para continuar em seu meio já seria, sem dúvida nenhuma, uma grande conquista que justificaria o projeto; porém o projeto tem feito muito mais. A criação da COOPERCASA, que tem o objetivo de despertar no jovem a consciência da necessidade da organização como forma de resistência, além de possibilitar uma renda extra para sua família, também serve para conhecer o processo como um todo. Ou seja, como se produz, como se industrializa e como é feita a comercialização dos produtos, fazendo com que o jovem compreenda melhor como funcionam as regras do mercado. Este entendimento tem um caráter fundamental, uma vez que o trabalho desenvolvido na agricultura até hoje não permite a compreensão em sua totalidade.

No entanto, este trabalho é necessário ser desenvolvido também com os pais, pois como foi visto no decorrer da pesquisa, existe uma grande dificuldade em trabalhar com os mesmos. De acordo com os monitores, muitos resistem às mudanças. Este fato pode ser explicado pelo longo período de trabalho realizado pela extensão e também pela integração. Tanto um como o outro realizavam o trabalho junto aos agricultores de maneira muito verticalizada em termos de difusão das técnicas, ou seja, era trabalhado somente os aspectos técnicos, e os agricultores eram obrigados a adotarem tecnologias que na maioria das vezes não se adaptavam à realidade da propriedade, trazendo com isso inúmeras conseqüências negativas para eles e para o meio ambiente.

A resistência dos agricultores às inovações precisam ser entendidas. Considerar que eles não têm conhecimento e que devem aceitar as técnicas sem ao menos ter a

oportunidade de compreendê-las, seria repetir os erros do passado. Para Serres (1994), todos os saberes (práticos ou teóricos) se equivalem, nenhum tem primazia sobre os outros, inclusive aqueles que a arrogância não quer reconhecer, devido a condição humilde e baixa. Portanto, respeitar e reconhecer estes conhecimentos é o primeiro passo, visto que “Sem partilha não há formação” (id, p. 175). Ou seja, é preciso partilhar o conhecimento, se isto não ocorrer, o saber continuará concentrado e hierarquizado, porque não existe a ignorância absoluta e nem tão pouco o saber absoluto.

Vê-se que é necessário compreender as resistências, pois elas têm suas razões de ser. De acordo com Boff (1999), para realizar as verdadeiras mudanças, antes de tudo, é necessário trabalhar a mente, depois a organização e por último a prática. Sem esta seqüência, certamente o trabalho não estará completo. Compreendê-las para saber trabalhar com elas, este é o grande desafio para os monitores e a associação. A partir disso, iniciar uma discussão com os jovens para o entendimento de que seus pais também têm suas razões de resistirem a certas mudanças.

Para trazer os pais para a CFR envolvendo-os em atividades, além das formais, é necessário criar um ambiente propício; neste caso seria interessante organizar nas dependências da Casa espaços para o lazer; ou seja, transformar a CF, num lugar de encontros, de atividades festivas e de confraternização das famílias. Muitas vezes são nestes espaços que nascem as grandes idéias, as mudanças. A criação de locais menos formais e mais atrativos poderiam amenizar muitos problemas. O convívio das pessoas em um espaço descontraído, diferente daquele ambiente escolar sério e pesado, que gera no agricultor um sentimento de impotência e incapacidade, seria o mais recomendável.

Como colocou a professora Lourdes Helena, a Pedagogia da Alternância precisa estar aberta às mudanças porque ela também “caduca”. Estar Sempre se inovando e se atualizando são os princípios norteadores da verdadeira alternância. Neste caso, é preciso acompanhar as transformações e ao mesmo tempo aprender com os erros do passado para não repeti-los no presente e futuro.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Retornando à problemática de estudo foram apresentados os aspectos teóricos nos quais estão fundamentados a proposta de formação das CFs. Em seguida foram feitas as considerações mais importantes do estudo. Ao término, tentar-se-á relacionar algumas sugestões e propor temas que devem ser aprofundados em outras pesquisas.

Como foi visto no decorrer do trabalho a alternância tem conquistado inúmeros países o Brasil é o segundo em número de CFRs, apesar de recente a implantação do projeto, as experiências têm se multiplicado e conquistado a maioria dos estados. Em Santa Catarina não é diferente, a formação em alternância tem sido utilizada com dupla finalidade: a escolarização e a profissionalização de jovens. Esta situação evidencia de alguma maneira o grau de dificuldade e marginalização enfrentada pela agricultura familiar, fruto do descaso com os problemas da pequena produção que tem gerado grandes seqüelas para o setor no estado e no país.

O processo de exclusão e desigualdade, não somente para com o meio rural, é expresso na pouca atenção com o ensino público no país. Este fato é expressado sob a forma de condições precárias das escolas, dos salários, da pouca qualificação dos professores, dos currículos distantes da realidade e um processo de difusão de valores que predominam e privilegiam a valorização dos saberes da cidade em detrimento aos do campo.

Como foi visto, cada vez mais os problemas têm aumentado. Atualmente, com a alegação de que as escolas do meio rural são dispendiosas para o poder público, iniciou-se o processo de nucleação, apontado como o melhor e mais eficiente caminho para diminuir os gastos com a educação. Com a nucleação os jovens são deslocados para os centros urbanos, muitas vezes fazendo longo percurso até a escola, transportados de forma

precária. Ao chegarem nas escolas não existe a preocupação em colocá-los nas mesmas turmas. Em salas diferentes, aos poucos vão assimilando outros valores considerados mais “modernos” que os seus.

Além destes problemas enfatizados anteriormente a agricultura, sobretudo a familiar, tem enfrentado grandes crises, em particular o Oeste do Estado. Isto acontece porque a região tem a sua economia baseada no meio rural. Nos momentos de crises é o setor econômico mais penalizado, sem contar com o processo de modernização das agroindústrias que cada vez mais tem deixado muitos produtores rurais a margem do processo.

A partir destas dificuldades enfrentadas pela agricultura da região e da falta de motivação do jovem para com o ensino regular, surgiu a proposta de formação da CF, cujo projeto nasceu da necessidade de proporcionar uma qualificação permanente para o jovem do meio rural e devolver a sua autoestima, aliando a isto as exigências de eficiência cada vez maior da produção, cobranças constantes do processo de modernização tecnológica e do próprio mercado.

O intercâmbio entre a CF e as famílias é considerado o meio mais eficiente de formação visto que o jovem recebe dupla formação: a parte teórica na Casa Familiar e a prática na propriedade. Entretanto, em certo sentido está havendo uma valorização demasiada da formação técnica e por isso são necessários alguns cuidados. Num passado recente também se imaginou que bastaria um processo de difusão de tecnologia para melhorar a vida no meio rural, como aconteceu com o trabalho da extensão, cujos reflexos negativos ainda repercutem.

Desta forma, partir do pressuposto de que a tecnologia por si só dará conta de resolver os problemas da agricultura é perigoso. Em primeiro lugar, porque ela não é neutra, a sua utilização deve passar antes por um questionamento, sem ser aceita passivamente; segundo, num período recente da história do país serviu como instrumento de manipulação e exclusão. Portanto, não se pode deixar levar pelo discurso simplista da eficiência apenas, isto gera uma passividade no agricultor, devido a pseudo superioridade do discurso tecnicista.

O grande desafio das CFs é o da inclusão, ou seja, de tentar garantir a permanência do jovem e de sua família em seu meio produtivo, vivendo dignamente. A CF deve proporcionar um ambiente atraente com raízes em seu meio, valorizando a cultura e os

valores em que está inserida; contemplar estes saberes sem abrir mão da profissionalização, este é o grande desafio para as Casas Familiares.

Cabe ressaltar, como foi visto no decorrer da pesquisa, a luta das Casas em oportunizar ao jovem e sua família uma formação, garantindo a permanência em seu meio. Além desse aspecto, um outro diferencia o projeto dos demais em termos de originalidade que é o método de formação, no qual busca a valorização e a utilização da experiência vivida do jovem no processo educativo; aliando a isto as atividades cotidianas na CF, tais como: a vivência em grupo, a valorização da realização das tarefas em grupos, as atividades de esportes e lazer, e outros que são instrumentos aproveitados pela pedagogia da alternância para propiciar aos jovens momentos de reflexão e ao mesmo tempo criar um clima educativo favorável entre eles e a equipe de trabalho, proporcionando um ambiente educativo atrativo e muito rico de discussão.

Apesar de todo o avanço da proposta, percebe-se ainda uma certa dicotomia entre a teoria e a prática. Os saberes escolares (técnicos) têm sobressaído em comparação aos demais. Esta tendência em desqualificar os saberes dos pais e as experiências das famílias, desvalorizando estes conhecimentos, poderá representar um sério risco para a pedagogia da alternância. Primeiro porque poderá haver um desinteresse dos pais pelo projeto a médio e longo prazo; segundo, corre-se o risco de frustrar o jovem por receber uma carga excessiva de responsabilidade. É verdade que no decorrer da pesquisa, verificou-se que as inovações implantadas nas propriedades têm proporcionado ao jovem o aumento da confiança e devolvido sua autoestima, expressado no estímulo para continuarem na função, mas fomentar o sentimento de sucesso e fracasso, pode ser perigoso.

A valorização dos saberes dos pais, trabalhando juntamente as questões afetivas no interior da CFR, criando mecanismos de discussões, são coisas necessárias para melhorar o relacionamento entre pais e filhos. Certas resistências dos pais fazem sentido, pois ao longo do tempo estes saberes foram relegados para o segundo plano e as muitas experiências frustradas da extensão rural, ainda pesam criando resistências às inovações e mudanças. Isso precisa ser respeitado e entendido, para a partir daí iniciar o processo de mudança.

Todo o cuidado se faz necessário na condução do projeto. Dividir as responsabilidades do projeto com os pais, talvez seja a melhor maneira de resguardar a proposta, realizando uma verdadeira parceria entre os envolvidos. Isto é necessário para

que a formação em alternância não venha ser no futuro mais uma experiência pedagógica entre tantas outras já testadas e que fracassaram.

Com referência aos fatores de sucesso e fracasso de uma CF, foi visto no decorrer da pesquisa, a existência de uma carga excessiva de responsabilidade para os monitores; sendo os mesmos responsáveis pela motivação das famílias, dos jovens, da associação, pela busca das parcerias para manutenção da Casa, sem contar com os aspectos pedagógico que também são responsabilidades suas. Num país em que a iniciativa privada tem pouca característica de apoiar projetos de cunho social, como ocorre em outros países e o setor público, quando apoia ainda é muito paternalista.

Em relação ao trabalho da ARCAFAR/Sul, como foi visto na pesquisa, é considerado pelos especialistas ainda muito centralizado. No entanto já está sendo discutida a criação de uma ARCAFAR no estado formada por dirigentes de associações das CFs. Somente isso talvez não seja suficiente é necessário desenvolver uma política voltada para a formação dos dirigentes das associações, pois assim como ocorre com os monitores poderá ser uma saída para o fortalecimento da entidade.

Uma grande dificuldade, visto no decorrer da pesquisa, está na questão da rotatividade dos monitores. Como o projeto ainda tem uma forte dependência do poder público local, o prefeito quando assume, principalmente o da oposição, troca os monitores e muitas vezes coloca pessoas sem o mínimo conhecimento do projeto e todo o trabalho realizado pela ARCAFAR/Sul, na questão de aperfeiçoamento, é desconsiderado. Isto acontece porque infelizmente o governante ao assumir um cargo se sente o dono do poder e passa a confundir tudo: Estado, governo e partido político passam a ser visto como uma coisa só; embora aos poucos este problema vem sendo superado, como é o exemplo de Quilombo.

Para superar esta dificuldade é necessário desvincular-se desta forte dependência do poder local e buscar outras formas de financiamento para o projeto, gerando maior autonomia, ou seja, é necessário a médio e a longo prazo desenvolver uma estratégia no sentido de desvincular o projeto dos rumores da política partidária. A legalização da proposta na sua íntegra talvez seja a saída, garantindo recursos orçamentários de outras fontes: estaduais e federais. Somente a garantia constada em lei, não é suficiente, o que garante é o debate, a clareza de todos os implicados no projeto, o compromisso dos envolvidos com a proposta, portanto, fazer constar em lei é uma medida necessária, mas não suficiente

Em decorrência desta dependência das CFs, os monitores vivem numa situação insegura. Por um lado, como as Casas não são auto-suficientes financeiramente, o vínculo empregatício dos monitores é precário, passando por uma situação constrangedora em cada troca de prefeito. Por outro lado, não existe a intenção de efetivá-los para não correr o risco de acomodá-los. Ora, se são profissionais altamente qualificados e a associação é que gere a Casa, a efetivação não seria problema e daria maior tranquilidade para os monitores realizarem seus trabalhos.

Um outro cuidado que se deve ter com o projeto é referente a inclusão de professores do ensino regular dentro das Casas. Com o objetivo de repassar os conteúdos da grade curricular, as equipes das CFs precisam estar atentas, para que os métodos da pedagogia da alternância sobressaiam em relação aos outros, do contrário se igualaria ao ensino regular.

Nos aspectos mais gerais da coerência existente entre os aspectos teóricos e práticos, pode-se constatar, através da pesquisa de campo, que na sua grande maioria tem atingindo os seus objetivos, embora exista uma ênfase maior nos aspectos técnicos e uma participação restrita dos pais. A CF objetiva a formação de duas gerações que está sendo alcançada entre os jovens e parcialmente nas famílias, todavia, para medir este alcance com mais clareza, é necessário um estudo mais aprofundado na propriedade, para se ter as causas com mais precisão.

Com referência a melhoria da qualidade de vida das famílias envolvidas, este objetivo pode ser considerado alcançado, através da implementação de molharias nas propriedades, da redução do uso de agrotóxico, da criação da associação dos aquícultores, da cooperativa da Casa e da disponibilização ao jovem para ajudar a família no momento de maior atividade na propriedade.

Um outro objetivo da proposta é o de manter o jovem em seu meio produtivo evitando o êxodo. Além da constatação de que o jovem sente-se estimulado para continuar na atividade, também se constatou que a maioria dos formados continuam na função. A CFR de Quilombo está tendo a preocupação de oportunizar ao jovem a continuidade de seus estudos, para isso foi criado o 2º grau. É necessário que esta preocupação se estenda as outras Casas.

Enfim, cabe ressaltar que as Casas Familiares têm se mostrado uma experiência educacional e formação de grande relevância para a agricultura catarinense. A sua importância é no sentido de amenizar a barbárie das grandes cidades, se apresentando como

uma das saídas para agricultura, principalmente na formação dos futuros agricultores. O poder público não pode menosprezar este tipo de iniciativa, pelo contrário, é preciso incentivar pois trata-se de uma experiência muito superior a tudo o que já se tentou no estado e também nas próprias Escolas Agrotécnicas. É totalmente diferente dos padrões tradicionais do ensino regular onde a presença do pai e comunidade é esporádica. Entende-se ser a pedagogia da alternância original e adequada à realidade.

No decorrer do trabalho constatou-se a necessidade de aprofundar as discussões com referência a questão do reconhecimento do projeto no estado, como também realizar pesquisas sobre outras experiências catarinenses, buscando aprofundamento teórico e subsídios concretos a fim de conquistar espaço também no meio acadêmico.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGROECOLOGIA Y DESARROLLO. **Revista del Consorcio Latino Americano sobre Agroecología y Desarrollo (CLADES)**. Año I - numero1, Marzo del 1991.

ALVES, Judith A. **O planejamento de pesquisas qualitativas em educação**. Cadernos de pesquisa, nº 77, 1991.

ARCAFAR. **INFORMATIVO ARCAFAR** Nº 10/98. Barracão-PR, mimeo, 1998.

BIANCHETTI, Lucídio e JANTSCH, Ari Paulo. **Interdisciplinaridade, Ciência & Tecnologia**. In: Rev. Planejamento e Desenvolvimento Municipal. Editora da UFSC, Fpolis-SC, Ano 1, nº 1, pág. 16-21, janeiro de 1993

BOFF, Leonardo. **A águia e a galinha: uma metáfora da condição humana**. 31ª Ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 1999.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é Método Paulo Freire**. Editora Brasiliense, coleção primeiros passos nº 38, 13ª edição. São Paulo-SP. 1987.

CENSOS DEMOGRÁFICOS DO IBGE, 1980, 1991 e 2000.

CEPAGRO. **Informativo**. Florianópolis - SC, 1991.

_____. **Relatório de viagem à França**. Florianópolis - SC, 1991.

_____. **Relatório de Prestação de Contas, 1993/94**. Florianópolis - SC, 1994.

CFRQ. **Casa Familiar Rural de Quilombo-SC: Pedagogia da Alternância - Ensino Fundamental e Médio**. Mimeo, Quilombo-SC, 2000.

_____. **Programa de formação de jovens agricultores pela pedagogia da alternância**. Mimeo, Quilombo-SC, s/d.

CHAMBRES D'AGRICULTURE. **Les Maisons Familiales Rurales: "Réussir Autrement"**. Supplément au nº 854, avril 1997.

DEMO, Pedro. **Subeducação**. In: WERTHEIN, J. & BORDENAVE, J. D. (org. Educação rural no Terceiro Mundo: experiências e novas alternativas. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981, p. 199-224.

_____. **Pesquisa e construção de conhecimento: metodologia científica no caminho de Herbasmas**. Rio de Janeiro, RJ: Tempo Brasileiro, 1994.

DIAS, Cleimon E. A. **Espaços de conflito e permanência das agências de Estado: o exemplo da extensão rural em SC**, Dissertação de Mestrado, CPDA/UFRRJ, 1990.

ESTEVAM, Dimas O. **Cooperação agrícola: desafios e perspectivas**. Monografia do Curso de Economia, CSE-UFSC, Florianópolis, junho 1994.

FAO. **Desenvolvimento Agropecuário: da dependência ao protagonismo do agricultor**. 4ª ed. Santiago, Chile: Série Desenvolvimento Rural nº 9, 1995.

FETAESC, FAESC, OCESC. **Seminário Estadual: Proposta para um novo serviço público agrícola e para agricultura familiar**. Florianópolis-SC, 20 e 21 de novembro de 1997.

FORGEARD, Gilbert. **Les MFR dans le Monde: Une présence du mouvement sur les cinq continents**. Disponível na Internet na URL: <http://www.mfr.asso.fr>. Acesso em: 21 de maio de 2001.

FRANCO, M. L. B. **O "estudo de caso" no falso conflito que se estabelece entre análise quantitativa e análise qualitativa**. São Paulo: PUC, 1986.

HANDY, Charles. **A era do Paradoxo**. São Paulo: Makron, 1995.

GILLY, Pierre. **Manual das Casas Familiares Rurais**. ARCAFAR/Sul, Nº 1, mimeo, s/d.

GODOY, Arilda S. **Introdução a pesquisa qualitativa e suas possibilidades**. Revista de Administração de Empresas, São Paulo, v. 35, nº 6, 1995, p. 57-63.

GRAZIANO DA SILVA, José. **A modernização dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

GRAZIANO NETO, Francisco. **A Questão Agrária e Ecológica - Crítica da Moderna Agricultura**. São Paulo, Brasiliense, 1985

GRZYBOWSKI, Lourdes M. **Desenvolvimento Rural: Soluções Simples para Problemas Complexos**. Rio de Janeiro. Março de 1991.

HILLESHEIM, Luís Pedro. **As mudanças no sistema de produção da agricultura familiar nos anos 90: Estudo de caso do Oeste Catarinense**. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais Aplicada, FACEPAL, Palmas-PR, 1999.

KERLINGER, Fred Nichols. **Metodologia da pesquisa em ciências sociais**. São Paulo: EDUSP, 1980.

LEITE, Sérgio. **Modernização no campo: as transformações recentes do agro nacional**. Cadernos do IBASE 2, Rio de Janeiro, 1992.

MASTRELLI, Sérgio R. **Agricultura familiar e profissionalização no contexto do novo rural**. Dissertação (Mestrado) em Agroecossistemas, UFSC, Florianópolis, 1999.

MARTINE, George e GARCIA, Ronaldo C. **Os Impactos Sociais da Modernização Agrícola**. São Paulo: Ed. Caetés, 1987.

MFR. **Les MFR en France: Presentation et historique**. L'histoire des Maisons Familiales Rurales. Disponível na Internet na URL: <http://www.mfr.asso.fr>. Acesso em: 21 de maio de 2001a.

_____. **Réussir Autrement**: La pédagogie de l'alternance - les principes de l'alternance. Centre National Pédagogique, Chaingy-France. Disponível em: <<http://www.mfr.asso.fr>>. Acesso em: 21 de maio de 2001b.

MUSSOI, Eros Marion. **Estado, descentralização, políticas públicas e novas instâncias participativas: o caso da agricultura em Santa Catarina**. In: Revista de Ciências Humanas UFSC-CFH. Vol. 1, nº 1, Florianópolis-SC: Editora da UFSC, 1999.

NOGUEIRA, Joaquim Dias. **Casa Familiar Rural no Paraná: organização e implementação de um programa**. Dissertação (Mestrado), UFV, Viçosa-MG, 1999.

OLIVEIRA, Mauro M. **A utopia extensionista; ensaios e notas**. Brasília, Embrater, 1988.

PBDR - **Plano Básico de Desenvolvimento Regional - AMOSC**: Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente (SDM). Região da AMOSC/SC, 1996.

PERES, F. C. e OUTROS. **PROJOVEM: a experiência do programa de formação de jovens empresários rurais**. Piracicaba/SP: USP-ESALQ, 1998.

PIDSE - **Plano Integrado de Desenvolvimento Sócio-Econômico. Diagnóstico municipal de Quilombo**. SEPLAN, 1990.

SELLTIZ, Claire e Outros. **Métodos de pesquisa nas relações sociais**. São Paulo: E.P.U., 1987.

SERRES, Michel. **Atlas**. Lisboa-Portugal: Instituto PIAGET, 1994.

SILVA, Lourdes Helena da. **As representações Sociais da Relação Educativa Escola-Família no Universo das Experiências Brasileiras de Formação por Alternância**. Tese de doutorado em psicologia da educação, PUC, São Paulo, 2000.

SCHMIDT, Wilson. **Formação de jovens filhos de agricultores pelo sistema de alternância: uma proposta de experiência pedagógica**. CEPAGRO, mimeo, 1992.

SDA. **Viva o Campo: relatório das realizações, 2 anos de Governo**. Florianópolis, 1996.

TESTA, V. M., NADAL, D. DE, MIOR, L. C., BALDISSERA, I. T., CORTINA, N. **O desenvolvimento sustentável do Oeste Catarinense** (Proposta para discussão). Florianópolis: EPAGRI, 1996.

TOFFLER, Alvin, **Powershift: as mudanças do poder**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Record, 1993.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

VICENZI, Renilda. **Casa Familiar Rural: profissionalização do pequeno produtor rural no município de Quilombo-SC**. Monografia de Especialização em Desenvolvimento e Integração da AL, UNICENTRO-FACIBEL, Francisco Beltrão-PR, 1998.

DOCUMENTOS:

LEI nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação nacional.

PARECER do CEE/SC nº 394/92, aprovado em 15 de dezembro de 1992.

PARECER do CEE/SC nº 354/98, aprovado em 27 de outubro de 1996

JORNAIS:

A NOTÍCIA. **Casa Familiar do Mar ensina jovem a pescar**. Joinville-SC, dia 16 de abril de 1998, Caderno A6, p. 06.

DC - DIÁRIO CATARINENSE. **Projeto quer fixar jovem no campo e evitar êxodo**. Florianópolis, dia: 18 de julho de 1994, p. 26-27.

ANEXOS

ANEXO I



Escola Familiar Rural Santo Agostinho
 Criada pela lei municipal n° 957/92. Fundada em 26/01/92. Parecer CEE n° 349/92 de 15/12/92
 Fone: (049) 7911670 E-mail: cfrqbo@umoesec.ret-sc.br
 CCG n° 72.335.664/0001-12 - Linha Sachet - Quilombo-SC.

1º ANO - 1ª Alternância TEMA: Casa Familiar Rural - Pedagogia da alternância

OBJETIVOS: Preparar o jovem para ingressar na CFR e despertar no jovem e família a importância de buscar o conhecimento.

CONTEÚDO TÉCNICO	PORTUGUÊS	MATEMÁTICA	CIÊNCIA	HISTÓRIA	GEOGRAFIA	ARTES	ED. FÍSICA	ED. SEXUAL
Projeto CFR	Comunicação	Formas Geométricas: Blocos Esferas Mosaicos Polígonos Operações Fundamentais	O Big-Bem origem Do universo.	Origem da Casa Familiar Rural	Localização Noção de espaço Espaço territorial		Exame médico	
Atividades agrícola desenvolvidas no município	Língua Código	Múltiplos e Divisores		História da Família	Pontos cardeais Coordenadas geográficas Paralelos			
Atividades em potencial E que poderão ser potencial	Relação Ortografia			História da Comunidade	Meridianos	Estudo do logotipo de Casa Familiar Rural		
Solo como fator de produção								
Assuntos gerais								

Fonte: CFRQ - 2001.

ANEXO 2
CASA FAMILIAR RURAL
PESQUISA PARTICIPATIVA COM A COMUNIDADE

Local:

Nome do pai:..... apelido..... idade:.....

Nome da mãe:..... idade:.....

Nome dos filhos	idade	escolaridade
.....
.....
.....
.....
.....
.....
.....

O que desejaria na formação da CFR.....

Sócio de Cooperativa.....do Sindicato.....de Associação.....

Possui terra própria.....Arrendada.....

Principais produções.....

Quais são as principais dificuldades enfrentadas pela família sobre os aspectos:

Técnicos:

Sociais:.....

Culturais:.....

Proposições concretas para melhorar

Fonte: ARCAFAR/Sul - 2001.

ANEXO 3
ORGANIZAÇÃO DAS ATIVIDADES DURANTE O PERÍODO DE UMA SEMANA NA CF

Horários Indicativos	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta
Das 07:00 as 08:00hs. Levantar/Serviços/Cafê	Serviços Cafê	Serviços Cafê	Serviços Cafê	Serviços Cafê	Serviços Cafê
Intervalo: 09:00 as 09:20hs.	Chegada Organização da Semana	Curso -----	Curso -----	Curso -----	Curso -----
Intervalo: 10:20 as 10:40hs.	Trabalho individual sobre o Plano de Estudo e as Experiências	Curso -----	Curso -----	Curso -----	Curso -----
Almoço Das 12:00 as 13:30hs.	Almoço	Almoço	Almoço	Almoço	Almoço
Intervalo: 15:00 as 15:30hs	Colocação em Comum do Plano de Estudo	Curso ----- Curso -----	Visita de Estudos e Colocação em Comum da mesma -----	Preparação do Plano de Estudo para próxima Alternância (14:00 as 15:00hs.) -----	Limpeza Reunião
Intervalos 16:30 as 17:00hs.	Curso ligado na Colocação em Comum	Preparação da Visita de Estudos	Atividade Esportiva	Preparação das atividades noturnas	Saída
Jantar Das 18:00 as 20:00hs.	Jantar	Jantar	Jantar	Jantar	Jantar
Horário de dormir 22:00hs.	Trabalho individual. Plano de Estudo e Caderno da Alternância	Atividades noturnas (Palestras)	Trabalho individual com os jovens.	Atividades noturnas	

Fonte: ARCA/FAR/Sul-2001.

ANEXO 4



CADERNO DA ALTERNÂNCIA
CADERNO
DA
ALTERNÂNCIA

Nome:.....

Endereço:.....

CASA FAMILIAR DE:.....

ANO:.....



CADERNO DA ALTERNÂNCIA

TRABALHO NA CASA FAMILIAR RURAL

TRABALHO NA PROPRIEDADE (Residência/Estágio)

Semana de a de de 200... Semana de a de de 200....

Plano de Estudo.....

Estudos das Culturas.....

Estudos das Criações.....

Estudos Sociais.....

Estudos Diversos.....

Observações dos Monitores:

Observações dos Pais:

Assinatura:..... Assinatura:.....

Fonte: ARCAFAR/Sul -2001.

ANEXO 5

Programação da alimentação nas semanas de alienação na CFRQ durante o ano 2000.

PRODUTOS	QUANT - 1º ANO	QUANT - 2º ANO	QUANT - 3º ANO
Carne	34 kg	30 kg	50 kg
Farinha de trigo	15 kg	15 kg	25 kg
Farinha de milho	3 kg	3 kg	4 kg
Arroz	10 kg	12 kg	15 kg
Feijão	4 kg	4 kg	5 kg
Banha	6 kg	6 kg	8 kg
Batatinha	10 kg	10 kg	12 kg
Doce para por no pão	5 kg	5 kg	7 kg
Açúcar mascavo	3 kg	4 kg	5 kg
Mandioca	8 kg	10 kg	12 kg
Pipoca	2 kg	2 kg	3 kg
Ovos	12 dz	12 dz	15 dz
Queijo	3 formas	4 formas	6 formas
Vinagre	3 litros	4 litros	5 litros
Batata doce	5 kg	5 kg	6 kg
Manteiga	1 kg	2 kg	2 kg

FONTE: CFRQ - 2001.

ANEXO 6

QUESTIONÁRIO PARA OS ALUNOS DA CFR DE QUILOMBO-SC

Dia: de de 200...

Dados pessoais:

- 1 - Idade: ____ anos. Sexo: () Masculino () Feminino.
 2 - Estado civil: () Solteiro(a) () Casado(a)
 3 - Você é natural de Quilombo: () Sim () Não: Cidade de origem: _____
 4 - Você mora atualmente com: () Família () Sozinho(a) () Outros: _____
 5 - Você cursou até que série do primeiro(1º) grau, antes de entrar para a CFR: ____ Série.
 6 - Você frequenta que turma na CFR: () Primeira () Segunda () Terceira.
 7 - Você já fez outros cursos, além deste da CFR: () Não () Sim. Quais: _____

8 - Você participa de trabalhos comunitários (associações, pastorais, sindicatos e outros), além as da CFR: () Não () Sim. Quais: _____

9 - Você tem aplicado na prática os conhecimentos adquiridos na CFR? Escolha uma das opções e comente?

Opções	Alternativas
1	Totalmente
2	Maior parte
3	Metade
4	Pequena parte
5	Nada

10 - Quais são as maiores dificuldades enfrentadas para aplicar estes novos conhecimentos.
 () Os pais não aceitam () Não se adapta a realidade da propriedade () As culturas cultivadas na propriedade são diferentes das ensinadas () Outras, comente?

11 - O que você gostaria de mudar em sua propriedade, mas não pode? Porquê?

12 - Depois que iniciou seus estudos na CFR, você se sente mais preparado para trabalhar na roça? Porquê?

13 - Durante as duas semanas de permanência na propriedade, você lembra o que aprendeu na CFR? Escolha uma das opções e comente?

Opções	Alternativas
1	Totalmente
2	Maior parte
3	Metade
4	Pequena parte
5	Nada

14 - Depois de formado pretende continuar na roça: () Sim () Não. Porquê?

15 - Em sua opinião como está o trabalho:

a) Dos monitores: Escolha uma das opções e comente?

Opções	Alternativas
1	Ótimo
2	bom
3	Satisfatório
4	Regular
5	Ruim

b) Da governanta: Escolha uma das opções e comente?

Opções	Alternativas
1	Ótimo
2	bom
3	Satisfatório
4	Regular
5	Ruim

16 - O que levou você a frequentar a CFR, foi: () Incentivo dos pais () Vontade própria
() Incentivo de amigos () Outros: _____

17 - Em relação ao calendário escolar e o trabalho da roça: Escolha uma das opções e comente?

Opções	Alternativas
1	Não atrapalha
2	Indiferente
3	Atrapalha pouco
4	Atrapalha
5	Atrapalha muito

18 - Na sua opinião, enumere em ordem de importância de 1 a 6 o que precisa ser melhorado em relação: Comente as respostas?

- () Calendario _____
 () Visitas _____
 () Currículo _____
 () Participação dos pais _____
 () Mais apoio da comunidade _____
 () Outros, cite quais _____

19 - De 0 a 10 que nota você atribuiria a participação: comente as respostas?

- a) Associação: nota: ____ c) monitores: nota: ____
 b) Pais : nota: ____ d) Governanta: nota: ____

ANEXO 7

ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA PARA A EQUIPE DE QUILOMBO

Dia: de de 200...

QUANTO AO MÉTODO DA PEDAGOGIA DA ALTERNÂNCIA:

1 - Quais são as dificuldades na aplicação da pedagogia da alternância?

2 - Com esta a participação da associação?

3 - Os pais tem participado do aprendizado do filho, aceitando aplicar na prática os novos conhecimentos. Você poderia comentar sobre as principais dificuldades na relação entre pais, filhos e monitores?

6 - Na sua opinião, qual a idade recomendável para o jovem frequentar a CFR?

QUANTO A IMPLANTAÇÃO E FUNCIONAMENTO DA CFR:

7 - Como surgiu a idéia de implantação da CFR no município?

8 - Qual é a data de fundação da CFR ? Quando começou a primeira turma?

9 - Como é mantida atualmente a CFR e se sempre foi assim?

10 - Quantos alunos já se formaram desde a fundação, e quantos continuam na agricultura e qual o índice de evasão?

11 - Quais foram as organizações que surgiram a partir da implantação da CFR?

12 - Depois de formado o jovem continua ativo na busca de novos conhecimentos e tem participado de movimentos sociais (associações, pastorais, sindicatos entre outros) ou a maioria tem se acomodado?

13 - Na sua opinião quais são os fatores que levam ao sucesso e os que levam ao fracasso de uma CFR?

ANEXO 8

ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA PARA OS ESPECIALISTAS

Dia: de de 200

- 1 - Fale sobre a da pedagogia da alternância?
- 2 - Com está a participação das Associações?
- 3 - Os pais tem participado do aprendizado do filho, aceitando aplicar na prática os novos conhecimentos você poderia comentar sobre as principais dificuldades na relação entre pais, filhos e monitores?
- 4 - Na sua opinião, qual a idade recomendável para o jovem frequentar a CFR?
- 5 - Como surgiu a idéia de implantar a CFs no Estado?
- 6 - Como são mantidas atualmente as CFs e se sempre foi assim?
- 7 - Quantos alunos já se formaram desde a implantação do projeto no Estado?
- 8 - Depois de formado o jovem continua ativo na busca de novos conhecimentos e tem participado de movimentos sociais (associações, pastorais, sindicatos entre outros) ou a maioria tem se acomodado?
- 9 - Na sua opinião quais são os fatores que levam ao sucesso e os que levam ao fracasso de uma CFR?
- 10 - A CFR de Quilombo teve o seu processo de reconhecimento antes de entrar em funcionamento, gostaria que descrevesse como isto aconteceu?
- 11 - Em relação ao reconhecimento atual, na sua opinião ele é mais avançado que o reconhecimento anterior, ou não há diferença?
- 12 - Dos monitores que participaram dos cursos de formação poucos continuam nas CFs, gostaria que comentasse este fato?
- 13 - Em sua opinião ao projeto das CFRs estaria ou não suprimindo uma lacuna deixada pela antiga ACARESC, hoje EPAGRI em termos de extensionismo, uma vez que a EPAGRI não consegue mais suprir as necessidades por diversos fatores entre eles o principal que é a falta de pessoal?
- 14 - Na França levou-se vários anos para o monitor entender o processo. Aqui o projeto tem poucos anos e além disso o trabalho de extensão foi no decorrer dos anos, de certa forma autoritário no estado, a imagem do monitor não estaria sendo confundida pelos agricultores com o extensionista?
- 15 - Quanto a rotatividade dos monitores que vem ocorrendo no estado isto representa algum prejuízo para o projeto das CFs?

- 16 - Em relação ao trabalho da ARCAFAR/Sul, em sua opinião como está?
- 17 - Você considera o projeto das importante para agricultura catarinense?
- 18 - Qual o balanço que você faz do projeto em nível de Estado?
- 19 - No estado existem as CFRs e também as CFs do Mar que outros projetos estão sendo discutidos atualmente?
- 20 - A tendência é a especialização do projeto?
- 21 - No momento atual quais são as principais dificuldades enfrentadas pelo projeto?